



Título da tese:
**AS NEGOCIAÇÕES DE ADESÃO DE PORTUGAL,
À COMUNIDADE ECONÓMICA EUROPEIA – C.E.E. –
1977/1985**

Tese apresentada à Universidade Católica Portuguesa,
para a obtenção do grau de Doutor em Estudos Europeus,
dominante de Economia

Por
Miguel Francisco Loureiro de Mattos Chaves

Instituto de Estudos Políticos

Setembro de 2012



Título da tese:
**AS NEGOCIAÇÕES DE ADESÃO DE PORTUGAL,
À COMUNIDADE ECONÓMICA EUROPEIA – C.E.E. –
1977/1985**

Tese apresentada para a obtenção do grau de Doutor
em Estudos Europeus, dominante de Economia

Por
Miguel Francisco Loureiro de Mattos Chaves

Sob a Orientação:
Professor Doutor Ernâni Rodrigues Lopes
(falecido no decorrer deste trabalho)
Professor Doutor José Luís da Cruz Vilaça

Instituto de Estudos Políticos

Setembro de 2012

RESUMO da TESE

O OBJECTO *desta TESE* é identificar e descrever o Processo de Reuniões de Negociações, desenvolvido entre 1977 e 1985, que levou à Assinatura do Tratado de Adesão de Portugal às Comunidades Europeias Originais, em particular à Comunidade Económica Europeia.

É uma Descrição do Processo de Negociações de Adesão de Portugal à C.E.E., principais factos ocorridos nas Reuniões e alguns dos principais dossiês das Negociações.

Não é uma análise económico-política.

É uma descrição que teve que ser feita, de forma condensada, dados os milhares de documentos originais consultados (mais de 30.000 páginas escritas), dados os documentos das 27 Reuniões Ministeriais e 30 Reuniões a nível de suplentes, cuja descrição aprofundada e extensiva a tornaria ilegível, nada útil e desinteressante.

Resumir todo este acervo, ainda não tratado de forma legível e organizada, representou um esforço considerável de síntese.

Pretende abrir pistas de investigação futura para os especialistas, historiadores, economistas e/ou politólogos.

Não pretende ser um documento de história [uma investigação histórica; um estudo de história],

É uma leitura do registo histórico, do que de mais importante, na opinião e escolha do autor, se passou nas negociações de adesão, adoptando de preferência a óptica portuguesa.

É, assim, uma leitura condensada e, considero que, muito útil sobre um Processo totalmente desconhecido da esmagadora maioria dos portugueses e não resumido, de forma sistemática e organizada, em mais nenhum documento académico ou literário.

Tem em conta e enquadra o tema da economia da construção europeia, no processo de negociações desenvolvidas entre Portugal e as Comunidades Europeias no período de 1977 e 1985.

Mas, não é um estudo sobre a economia da construção europeia.

É, no meu entender e dos Orientadores desta Tese, uma contribuição, que se pretende efectiva, para o conhecimento sobre o Processo Negocial de Adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia.

Capítulos da Tese

Capítulo I – Introdução

- 1ª Secção – O Objecto da Tese
- 2ª Secção – As perguntas formuladas na Tese
- 3ª Secção – A originalidade e o carácter inédito da Tese
- 4ª Secção – O 1º Objectivo e o 2º Objectivo da Tese
- 5ª Secção – O Contexto

Capítulo II – Metodologia

- 1ª Secção – As Fontes Primárias utilizadas
- 2ª Secção – As Fontes Secundárias utilizadas
- 3ª Secção – A Tese, sua Organização e seu conteúdo

Capítulo III – Antecedentes da Integração de Portugal nas Comunidades

- 1ª Secção – Introdução aos antecedentes
 - III.I – Antes da abertura de Negociações
- 2ª Secção – Portugal e a O.E.C.E. / O.C.D.E. – uma breve visão
 - III.II – Portugal e a O.E.C.E./O.C.D.E.
- 3ª Secção – Portugal e a E.F.T.A. – uma breve resenha
 - III.III – Portugal face à criação do bloco AECL /EFTA⁽¹⁾
- 4ª Secção – Portugal e as Comunidades Europeias– Antecedentes das negociações 77/85
 - III.IV – A posição portuguesa face às Comunidades originais ⁽²⁾
 - III.V – As primeiras diligências diplomáticas de aproximação às Comunidades e o Acordo de 1972 – (1962-1972)
- 5ª Secção – A Aproximação final, pré-negociações de adesão
 - III.VI – Um rumo diferente da Política Externa Portuguesa

Capítulo IV – As Reuniões de Negociações entre Portugal e as Comunidades Europeias e os seus principais resultados - 1977/1985

- 1ª Secção – Os Actos e Documentos, pré-negociações
 - IV. I – O pedido de Adesão de 28 de Março de 1977
 - IV.II – O Relatório “Fresco” - Relatório de conjunto sobre o Alargamento
 - IV.II – O “Avis” de 19 de Maio de 1978
- 2ª Secção – As Negociações de adesão, os Dossiês e os Intervenientes
 - IV.III – A abertura das Negociações e as Negociações de Adesão
 - IV.IV – As principais negociações em 1979

¹ AECL – Associação Europeia de Comércio Livre – designação Inglesa : EFTA – European Free Trade Association – Portugal foi fundador – Publicado no Diário do Governo da República Portuguesa, 1ª Série de 25 de Junho de 1960. - in Fernando Seara – Organizações Internacionais – Edi. Universidade Lusíada – Lisboa, 1996.- pp. 459

² Pela denominação de Comunidades Europeias Originais, ou primeiras, quero significar a CECA, a CEE e o EURATOM

As Negociações de Adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia – C.E.E. – 1977/1985

- IV.V – As principais Negociações no ano de 1980
- IV.VI – As principais negociações em 1981
- IV.VII – As principais Negociações no decorrer do ano de 1982
- IV.VIII – As principais negociações que decorreram no ano de 1983
- IV.IX – As principais Negociações de 1984
- IV.X – A Conclusão e o Encerramento das Negociações – 1985
- IV.XI – As últimas reuniões de Negociações

3ª Secção – Os Debates na A.R., a Assinatura do Tratado, a Declaração da CEE, Pareceres

- IV.XII – Debate na Assembleia da República Portuguesa de Abril de 1985
- IV.XIII – A Assinatura do Tratado de Adesão
- IV.XIV – A Declaração da Comunidade Económica Europeia
- IV.XV – O Processo Constitucional português de Ratificação do Tratado
- IV.XVI – O Parecer da Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros
- IV.XVII – O Parecer final da Comissão de Integração Europeia, de Portugal
- IV.XVII – Portugal – membro de pleno direito das Comunidades Europeias

4ª Secção – A Opinião Política, pública, sobre a Adesão



Capítulo V – Resumo e Conclusões

- V.I. – Respostas às questões Iniciais
- V.II. – 1ª Nota
- V.III – Portugal e Espanha – uma breve cronologia
- V.IV – Uma leitura do processo português de aproximação e adesão à Comunidade Económica Europeia
- V.V – Mais, apenas, alguns dos resultados da economia portuguesa, posteriores à adesão à CEE.
- V.VI. – Notas Finais

Capítulo VI – Anexos e Bibliografia

ANEXO 1 - Quadro dos principais passos de inserção de Portugal, nas relações Europeias do Pós-Guerra, até 1986

ANEXO 2 - Quadro do Processo Português de Aproximação e de Adesão às Comunidades Europeias, no período entre 1962/1986

ANEXO 3: Cronograma dos Principais Factos - Pré-Conferências de Negociações entre Portugal e as Comunidades - 1976

ANEXO 4 - Enquadramento das Negociações de Adesão às Comunidades Europeias do pós-Revolução de 25 de Abril de 1974, segundo o Professor Doutor Ernâni Lopes

ANEXO 5 – Lista dos Governos Constitucionais envolvidos nas Negociações de Adesão

ÍNDICE ---- pág. 353

Capítulo I

Introdução

1ª Secção - O Objecto da Tese

(1) O OBJECTO desta TESE

é identificar e descrever o Processo de Reuniões de Negociações, desenvolvido entre 1977 e 1985, que levou à Assinatura do Tratado de Adesão de Portugal às Comunidades Europeias Originais, em particular à Comunidade Económica Europeia, hoje União Europeia.

Esta Tese:

É uma Descrição do Processo de Negociações de Adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, dos principais factos ocorridos nas Reuniões e de alguns dos principais dossiês das Negociações.

Não é uma análise económico-política.

É uma descrição que teve que ser feita, forçosamente, de forma condensada, dados os milhares de documentos originais consultados (mais de 30.000 páginas escritas), dados os documentos das 27 Reuniões Ministeriais e das 30 Reuniões a nível de suplentes, cuja descrição aprofundada e extensiva a tornaria ilegível, nada útil e desinteressante.

Resumir todo este acervo, ainda não tratado de forma legível e organizada, representou um esforço considerável de síntese.

Pretende abrir pistas de investigação futura para os especialistas, historiadores, economistas e/ou politólogos.

Não pretende ser um documento de história [uma investigação histórica; um estudo de história],

É uma leitura do registo histórico, do que de mais importante, na opinião e escolha do autor, se passou nas negociações de adesão, adoptando de preferência a óptica portuguesa.

É, assim, uma leitura condensada e, considero que, muito útil sobre um Processo totalmente desconhecido da esmagadora maioria dos portugueses e não resumido, de forma sistemática e organizada, em mais nenhum documento académico ou literário.

Tem em conta e enquadra o tema da economia da construção europeia, no processo de negociações desenvolvidas entre Portugal e as Comunidades Europeias no período de 1977 e 1985.

Mas, não é um estudo sobre a economia da construção europeia.

É, no meu entender e, no entender dos prestigiados Orientadores desta Tese, uma contribuição, que se pretende efectiva, para o conhecimento sobre o Processo Negocial de Adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, em particular.

De forma a que o processo negocial fosse melhor enquadrado, descreve-se, nesta Tese, uma Breve Súmula, Apenas do que considero que foi mais Importante da participação de Portugal na O.C.D.E. e E.F.T.A., bem como as primeiras aproximações de Portugal à C.E.E., pois tal como se interrogava o Embaixador Dr. António de Siqueira Freire, em 1980,

« Teríamos podido alcançar os termos em que assinámos o Acordo de 1972, com a C.E.E, senão estivéssemos na E.F.T.A? »

« Teríamos podido pedir já a Adesão, como membro de pleno direito, às Comunidades se não tivéssemos adquirido a imagem e a longa experiência de integração europeia adquiridas na E.F.T.A e na vivência do Acordo Portugal – C.E.E., de 1972 ? » ⁽³⁾.

O que considero que não foi importante, não descrevo, pois isso implicaria um outro tema, uma outra tese, que não esta.

³ In Magalhães, Embaixador Dr. Calvet de Magalhães - in Hipolito de la Torre - Portugal, España y Europa, Cien años de desafio - III jornadas de estudios Luso-Espanoles. Mérida - pp. 144 e 145.

2ª Secção

(a) As PERGUNTAS formuladas para esta TESE,
para as quais se procuraram obter respostas, foram:

- - Com que Calendário se desenvolveram as Reuniões de Negociações, quais os Dossiês que foram tratados no Processo Negocial de Adesão de Portugal às Comunidades Europeias e quais foram Alguns dos principais participantes portugueses, no mesmo ?

A resposta a esta questão está devidamente tratada, face à Documentação ainda disponível e não extraviada, no Capítulo IV desta Tese.

- - Qual a motivação principal de adesão de Portugal às Comunidades Europeias ?

A resposta encontrada, nesta Tese, para esta questão, foi que a principal motivação da adesão de Portugal às Comunidades foi essencialmente Política, embora o factor económico-financeiro tenha tido importância relevante na decisão.

Em termos da política interna, identificaram-se dois motivos principais:

- (1) Portugal tinha entrado no “clube” dos países democráticos em 1975 e havia que sedimentar, estabilizar, estabelecer e fortalecer a democracia nascente, afastando os perigos provenientes (na altura) do lado Comunista e afastando a possibilidade de regresso ao passado;
- (2) Portugal tinha que se inserir num bloco de países que, face ao desaparecimento do Império português, nos assegurasse a aquisição de um estatuto político de país relevante, no Sistema Internacional;

Em termos da política externa identificaram-se 4 motivos principais:

- (1) Portugal tinha, face à iminente dissolução da E.F.T.A., de aderir ao Bloco de países Europeus Ocidentais remanescente, de forma a não ficar isolado;
- (2) A Espanha tinha já anunciado a sua decisão de pedir a adesão às Comunidades. Logo Portugal não poderia ficar de fora, face à importância das suas relações com o país vizinho. Seria vantajoso que as referidas relações passassem a ter um novo espaço de regulação dos interesses recíprocos.
- (3) Em terceiro lugar, o pressuposto de uma aproximação provável dos P.A.L.O.P. à Convenção de Lomé, seria um facto de que Portugal não se poderia alhear.
- (4) Havia ainda a acrescentar a todos os pressupostos anteriormente identificados, e esse factor foi tomado em consideração nas decisões tomadas por Portugal, que a nossa relação preferencial com o Reino Unido, no plano bilateral, continuava de pé mas que para se desenvolver teria que ser no novo enquadramento de alianças, quadro esse já adoptado pelo nosso velho aliado.

3ª Secção

A ORIGINALIDADE e o carácter INÉDITO desta TESE

- reside no facto de se tratar de um assunto não exposto e publicado de forma organizada, condensada e sistematizada
- num único documento ou publicação (académica ou literária) conhecida do Autor e dos Orientadores
- e ainda não estudado, com algum detalhe,
- sendo portanto, um processo desconhecido da esmagadora maioria dos portugueses.
- É, em consequência do exposto, um documento ORIGINAL e INÉDITO.

4ª Secção

(1) O Primeiro Objectivo desta Tese

é, assim, o de pretender contribuir,
ainda que modestamente,
para o conhecimento do Processo das Reuniões de
Negociações de Adesão de Portugal à Comunidade Económica
Europeia, que se desenrolou entre 1977 e 1985,
dado se considerar o mesmo
de alta importância para Portugal.

(2) O Segundo Objectivo desta Tese

é o de densificar os conhecimentos científicos
sobre estudos europeus,
nomeadamente sobre o nascimento da relação
entre um Estado-Membro, Portugal,
e a construção do projecto
de uma comunidade de Estados Europeus.

5ª Secção - O Contexto

- A presente Tese começou com a Indicação do Tema pelo Professor Doutor Ernâni Rodrigues Lopes, e sob a sua Orientação, no âmbito do Instituto de Estudos Europeus, da Universidade Católica Portuguesa.

No âmbito desta Orientação, a construção da mesma decorreu no período de 2006 a 2010, tendo sido interrompida, pelo falecimento do Excelentíssimo Orientador.

- A partir de 2011 a Tese passou a ser Orientada pelo Senhor Professor Doutor José Luís da Cruz Vilaça, até ao presente.

O presente documento é, agora, apresentado no âmbito do Instituto de Estudos Políticos, da Universidade Católica Portuguesa.

Capítulo II

Metodologia

1ª Secção – as Fontes Primárias

Para responder e efectuar uma análise científica das questões descritas no objecto, como Método de Investigação e Análise das Negociações de Adesão de Portugal às Comunidades Europeias, no âmbito Económico e necessariamente também no campo político, dada a evidente e inevitável interligação entre os dois campos, recorreu-se às seguintes Fontes:

(1) Fontes Primárias:

- Estas foram a Base Fundamental e, de longe, as Mais Importantes e Significativas, das Investigações e Análises que deram origem ao presente documento;
São as Essências deste trabalho, representam mais de 90% do conteúdo do mesmo,
e são as seguintes:

(1.1) Documentos Escritos Originais –

Estudo dos Documentos escritos, na sua versão original em língua Francesa e Inglesa, inerentes às próprias Negociações de Adesão, tais como as Propostas / Declarações Portuguesas e das Comunidades, bem como o conteúdo dos respectivos Dossiês de Negociação, e ainda das Actas das Sessões Negociais, de onde se recolheu a informação, através da sua leitura e análise, nomeadamente:

- Documentos Oficiais do Governo Português, na posse da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus, do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal;

- Cópias dos Documentos Oficiais do Governo Português, bem como Notas pessoais e Projectos de documentos, na posse dos Senhores Professores Doutores Ernâni Rodrigues Lopes e José Luís da Cruz Vilaça;
- Documentos Oficiais da Comissão Portuguesa de Integração Europeia, na posse da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus, do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal;
- Cópias dos Documentos Oficiais da Comissão Portuguesa de Integração Europeia, bem como Notas pessoais e Projectos de documentos, na posse dos Senhores Professores Doutores Ernâni Rodrigues Lopes e José Luís da Cruz Vilaça;
- Documentos Oficiais das Comunidades Europeias, na posse da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus, do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, (originais e fotocópias);
- Cópias dos Documentos Oficiais das Comunidades Europeias, na posse dos Senhores Professores Doutores Ernâni Rodrigues Lopes e José Luís da Cruz Vilaça;
- Correspondência Oficial na posse da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus, do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal;
- Cópias de Correspondência Oficial e Notas pessoais, na posse dos Senhores Professores Doutores Ernâni Rodrigues Lopes e José Luís da Cruz Vilaça;
- Documentação Oficial existente no Arquivo Histórico e Diplomático, do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, respeitante aos antecedentes do período negocial de Adesão de Portugal às Comunidades Europeias;

- Tratados Europeus:

- Tratado de Paris (C.E.C.A.) – de 18 de Abril de 1951;
- Tratado de Roma (C.E.E. e C.E.E.A.) - de 25 de Março de 1957;
- Tratado de Adesão de Portugal às Comunidades Europeias - de 12 de Junho de 1985;

.2 Testemunhos Pessoais –

tiveram lugar conversas pessoais com dois dos Participantes e Condutores das Negociações de Adesão de Portugal às Comunidades que, em épocas distintas, desempenharam o papel de Negociadores Principais, em várias Sessões de Negociação, em representação de Portugal, recolhendo os seus testemunhos orais das situações presenciadas e vividas, a saber:

- Professor Doutor Ernâni Rodrigues Lopes, que participou neste processo quer a título de Embaixador de Portugal na República Federal da Alemanha, quer como Embaixador de Portugal junto das Comunidades Europeias, quer ainda como Ministro das Finanças e do Plano e condutor das negociações, quer ainda como Chefe da Delegação Portuguesa em várias Reuniões Ministeriais, nas negociações entre Portugal e as Comunidades;
- Professor Doutor José Luís da Cruz Vilaça, que participou neste processo, quer como Secretário de Estado da Integração Europeia, sendo por inerência Presidente da Comissão de Integração Europeia, quer ainda como Chefe da Delegação Portuguesa em várias Reuniões de Suplentes, nas negociações entre Portugal e as Comunidades;

Foram, portanto, estudados e analisados Documentos Oficiais (Originais e Cópias fiéis) de carácter político e económico, do referido processo negocial.

Foram, também, estudados e analisados documentos de diversa correspondência diplomática existente e que está na posse de diversas entidades, públicas e privadas, respeitante aos acontecimentos e factos, das Negociações de Adesão, originadas e trocadas no período em que as mesmas decorreram (1977/1985).

Para além da recolha de testemunhos orais, sobre acontecimentos vividos, das personalidades acima enunciadas.

2ª Secção - *As Fontes Secundárias:*

(2.1) Documentos escritos –

recolheu-se informação e foram analisados os seguintes documentos escritos:

- Vários Livros e Documentos de vários autores, que pelo seu prestígio e capacidade técnica reconhecida, foram considerados importantes pelo Autor deste documento.

(2.2) Conversas Pessoais –

tiveram lugar conversas pessoais com intervenientes em alguns dos processos e dossiês, que fazem parte dos Antecedentes das Negociações de Adesão e que, em representação de Portugal entrevistaram, nomeadamente:

- Embaixador Dr. Luís de Góis Figueira que fez parte do grupo de trabalho que preparou as negociações destinadas à celebração do Acordo de 1972, entre Portugal e a C.E.E., tendo sido o 1º Chefe de Missão de Portugal junto das Comunidades Europeias, no início da década de 1960. Era na altura das Negociações, Director-Geral dos Assuntos Económicos do Ministério dos Negócios Estrangeiros;
- Embaixador Dr. João de Valleria, que exerceu na altura das negociações, o cargo de Director-Geral dos Negócios Comunitários do Ministério dos Negócios Estrangeiros;

3ª Secção – a Tese, sua Organização e seu Conteúdo

(1) Identificação dos Dossiês e seu Estudo Aprofundado

Foram considerados, pelo Autor, como dossiês a que se deveria prestar uma atenção mais cuidada e uma descrição mais detalhada, os seguintes:

(1.1) - No campo dos Fundamentos Políticos e Económicos das Comunidades, a selecção recaiu sobre os Dossiês respeitantes às quatro liberdades fundamentais:

- Liberdade de Circulação de Pessoas;
- Liberdade de Circulação de Mercadorias, Industriais e Agrícolas;
- Liberdade de Circulação de Capitais;
- Liberdade de Prestação de Serviços e de Estabelecimento.

(1.2) - No campo mais técnico das relações entre Portugal e as Comunidades, a selecção recaiu sobre um dossiê reputado como muito complexo e extremamente importante, pelas duas partes,- a Agricultura;

(2) Como Método de Explicação

Adoptou-se o método descritivo com a inclusão, sempre que foi julgado necessário e justificável, de quadros de origem diversa.

Organização

Este trabalho está dividido em capítulos, e estes em secções, os quais foram pensados para cobrir cronologicamente o período considerado e as matérias consideradas mais relevantes dos Antecedentes e do Processo Negocial de Adesão de Portugal às Comunidades Europeias.

Assim temos, nos capítulos de descrição de alguns dos antecedentes, a seguinte organização:

*

Capítulo III – Antecedentes da Integração de Portugal nas Comunidades

Neste capítulo tratou-se de resumidamente se tratarem alguns dos episódios factuais sobre a inserção económica e política de Portugal nos dois blocos internacionais de carácter regional europeu e que tiveram alguma influência na decisão posterior de aderir às Comunidades Europeias, a O.C.D.E. e a E.F.T.A., bem como se descrevem as primeiras aproximações negociais de Portugal face às Comunidades Europeias

*

Capítulo IV – As Reuniões de Negociações ente Portugal e as Comunidades Europeias e os seus principais resultados, entre 1977 e 1985

Este capítulo é, por assim dizer, o fulcro e a razão de ser desta Tese, dada a importância do processo para Portugal.

Tratou-se, sendo este o OBJECTO desta Tese, de descrever as principais reuniões, dossiês e resultados tidos como mais importantes pelo autor e pelos Exmos. Orientadores, da adesão portuguesa ao bloco das Comunidades Europeias Originais⁴), com especial relevo para a Comunidade Económica Europeia, que deu origem ao espaço hoje organizado e denominado de União Europeia.

Neste capítulo estudaram-se os sucessivos pedidos dos Governos de Portugal, as respectivas respostas dos membros da C.E.E. e os resultados obtidos em cada uma das três etapas, do processo que culminou na adesão plena de Portugal à C.E.E., em 1 de Janeiro de 1986, a saber:

- 1961-1962 – primeira aproximação oficial, de Portugal;
- 1971-1972 – Acordos de 1972;
- 1977-1985 – Processo das Negociações de Adesão às Comunidades.

Capítulo V – Resumo e Conclusões

Finalmente neste capítulo foi feito o Resumo e foram tiradas as Conclusões consideradas, pelo autor deste trabalho, mais pertinentes e alguns dos resultados mais importantes, para Portugal.

Capítulo VI - Bibliografia

⁴ Comunidades Europeias Originais: Comunidade Económica Europeia (CEE); Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA); Comunidade Europeia de Energia Atómica (CEEA ou EURATOM).

Capítulo III

Antecedentes da Integração

de **Portugal** nas **Comunidades Europeias** (C.E.E. , C.E.C.A., C.E.E.A.)

1ª Secção – Introdução aos Antecedentes

III.I – *Antes da abertura das Negociações finais de adesão de Portugal à C.E.E.*, o país integrou o movimento de agrupamento das nações, do pós 2ª guerra mundial, com a sua entrada na O.E.C.E., de carácter intercontinental (Europa/Estados Unidos e Canadá), e no bloco E.F.T.A., de carácter europeu, e isso teve influência em parte das mudanças verificadas na economia do país, nomeadamente o grau de abertura da economia face a terceiros, que subiu dos 14% em 1954, para os 25% em 1973. ⁽⁵⁾

O desmantelamento aduaneiro progressivo, reflectiu-se nas receitas dos direitos aduaneiros, que baixaram de 12% das importações, em 1959, para 7,3% em 1967. ⁽⁶⁾

Nas mercadorias não produzidas no país, os direitos aduaneiros de 35% dessas importações já tinham sido eliminados em 1967 e em 15%, das mesmas, apenas eram ainda cobrados direitos fiscais.⁽⁷⁾

Nas restantes mercadorias, os direitos foram reduzidos de cerca de 50% até 1970.

Como resumo da performance portuguesa neste período apresentam-se a seguir os seguintes quadros: ⁽⁸⁾

^{5 5} *In Mateus, Prof. Doutor Abel Mateus - Economia Portuguesa desde 1910 – Lisboa, Verbo, 1998.*

⁶ *idem*

⁷ *idem*

⁸ *idem*

Quadro – 1 - Séries históricas do Banco de Portugal - Séries Longas ⁽⁹⁾

(em Milhares de Contos, a Preços de 1977)

	1940	1950	1960	1970
Consumo Privado +V	113.620	147.620	217.220	363.194
Consumo Público	12.972	16.403	24.071	54.663
Formação Bruta de Capital Fixo	16.611	38.804	77.038	151.241
Exportações	5.615	14.348	37.914	91.906
Importações	9.713	20.515	51.778	150.133
PIB a preços de mercado	39.105	96.659	298.600	525.855
População	7.758.000	8.512.000	9.036.700	9.044.200

Quadro – 2 - Variações % dos Indicadores, por década ⁽¹⁰⁾

Quadro de Variações %	1950/1940	1960/1950	1970/1960	1970/1950
Consumo Privado +V	30%	47%	67%	146%
Consumo Público	26%	47%	127%	233%
Formação Bruta de Capital Fixo /Inv.	134%	99%	96%	190%
Exportações	156%	164%	142%	541%
Importações	111%	152%	190%	632%
PIB a preços de mercado	147%	209%	76%	444%

Um dos sectores que mereceu um tratamento especial, sobretudo na década de sessenta, foi o Turismo, que no final do período já significava cerca de 30% das exportações portuguesas: ⁽¹¹⁾

⁹ In - Mateus, Prof. Doutor Abel – *A Economia Portuguesa desde 1910 – Verbo, 1998 - Lisboa* – (em Milhares de Contos, a Preços de 1977).

¹⁰ *Idem*

¹¹ Telo, António José, In Hipólito de Latorre –1958-1974: *Sociedade em Mudança in Hipólito de la Torre (coord.) et al.- Portugal, España en el cambio político (1958-1978)* –

Quadro – 3 – Evolução de entrada de Turistas em Portugal ⁽¹²⁾

	1959	1963	1965	1970	1973	Variação 73/59
Entradas de Turistas	295.942	516.186	1.504.948	3.342.887	4.079.712	+3.783.770 + 13,8 vezes

*

2ª Secção – Portugal e a O.E.C.E. / O.C.D.E.
– uma breve visão

III.II - Portugal e a O.E.C.E./O.C.D.E.

Portugal foi um dos 16 países fundadores desta organização internacional, de carácter intergovernamental, fundada em 16 de Abril de 1948, após os trabalhos desenvolvidos em Paris, a partir de 12 de Junho de 1947, com o objectivo de discutir a proposta elaborada pelo General George Marshall e aprovada pelo Congresso Americano.⁽¹³⁾

Participaram pela parte portuguesa o Ministro dos Negócios Estrangeiros, de então, Dr. Caeiro da Matta e o nosso Embaixador em Paris, Dr. Ruy Teixeira Guerra⁽¹⁴⁾.

Portugal fez parte do Comité Executivo⁽¹⁵⁾ inicial, juntamente com a França, a Grécia, a Holanda, a Inglaterra, a Itália e a Noruega⁽¹⁶⁾ e participou na organização em diversos níveis.

(Seminário sobre «La Península en el cambio político, 1958/78», realizado em 13,14 y 15 de Abril de 1989 em Mérida), Madrid, Universidad Nacional de Educación a Distancia, 1990 – pp. 85

¹² *idem*

¹³ Cf. Nogueira, Alberto Franco – Salazar, Porto, Livraria Civilização Editora, Vol I, II - 1977, Vol. III - 1978, Vol. IV - 1980, Vol. V - 1984, Vol. VI - 1985

¹⁴ *Idem*

O Governo português tendo manifestado reservas, de início, à ajuda constante do previsto no Plano Marshall, veio em 24 de Novembro de 1948 a formalizar o pedido de adesão ao referido apoio.⁽¹⁷⁾

Em Março de 1958 o Comité da O.E.C.E. abordou um problema delicado para os Portugueses, mas também para os nossos aliados Ingleses⁽¹⁸⁾: o problema da inclusão das províncias ultramarinas portuguesas⁽¹⁹⁾, na futura Zona de Livre Câmbio.

Na referida reunião, e sobre o assunto, o Subsecretário de Estado do Orçamento português, Dr. Gonçalo Correia de Oliveira, fez uma declaração clarificando a posição portuguesa, na qual frisou os seguintes pontos: ⁽²⁰⁾

Em primeiro lugar que o Governo português pensava que as Províncias Ultramarinas não deviam fazer parte da Zona de Livre Câmbio durante um determinado período de tempo.

No entanto referia que as condições constitucionais portuguesas tornavam difícil a sua exclusão definitiva. Ou seja, Portugal não queria que as Províncias Ultramarinas entrassem de imediato mas queria

¹⁵ *Entrevista com o Dr. Luís Góis Figueira - O Dr. Teixeira Guerra chegou a ocupar o alto cargo de Presidente do Comité Executivo da OECE.*

¹⁶ *Valério, Prof. Doutor Nuno – Ruy Teixeira Guerra – Lisboa - Edição Cosmos, 2000 - pp. 41*

¹⁷ *In - Nunes, Prof. Doutor Jacinto – de Roma a Maastrich – Publicações D . Quixote, 1993 - Lisboa -p.p.236-240*

¹⁸ *In Arquivo Histórico do MNE - 2º P – Arm. 7 - Pasta 549 - O Reino Unido estudou este tema e o nosso Embaixador da altura em Londres, Dr. Pedro Theotónio Pereira, enviou em 19 de Agosto de 1958 um trabalho elaborado pelo Comité do Conselho Europeu das Federações Industriais que estudava o assunto. Nesse documento se referia que o volume de comércio entre o Reino Unido e a Commonwealth, era de 45% face à totalidade do seu comércio externo.*

¹⁹ *A denominação de Colónias havia sido extinta pela Lei n.º 2066 de 27 de Junho de 1953, na qual se extinguia o «Império Colonial Português» e se passava a adoptar a denominação de «Províncias Ultramarinas». Não cabe neste documento uma consideração mais profunda sobre o tema.*

²⁰ *In – O.E.C.E. – Comité Intergovernamental – Territórios Ultramarinos – Sessão de 11 de Março de 1958 – Declaração de Sua Excelência o Subsecretário de Estado do Orçamento – Arquivo Histórico do M.N.E. – 2º piso – Arm.7, Pasta 549*

negociar um prazo para que as mesmas viessem a entrar. Esse espaço de tempo serviria para adequar as suas economias ao eventual embate.

Noutro passo do discurso afirmava que *“...Portugal estava disposto a aceitar as fórmulas que conviessem aos outros membros e que respeitassem os princípios da Constituição Portuguesa, deixando claro que se as províncias portuguesas fossem alvo de discriminação negativa, Portugal reservar-se-ia o direito de reorientar as suas importações.”*⁽²¹⁾

Em face desta posição do Governo português, o Presidente da O.E.C.E. em exercício, o Sr. Faure, remeteu o assunto para a elaboração futura de um estudo adequado, acrescentando que *“...era difícil aceitar o princípio geral de inclusão, mas que considerava necessário estudar os casos especiais, como o das Províncias Portuguesas, sem todavia comprometer o arranjo previsto no Tratado de Roma⁽²²⁾ que visava mais o interesse dos territórios ultramarinos, que os interesses mercantis das metrópoles...”*⁽²³⁾

O Presidente Faure acrescentou ainda *“...verificar que não havia conflito de princípios...”*, reconheceu grande importância política ao assunto e prometeu entender-se com os representantes de Portugal, da França, da Bélgica e da Holanda, sobre os estudos a realizar.⁽²⁴⁾

A sustentação da posição política do governo português exposta pelo Subsecretário de Estado do Orçamento baseava-se no facto de *“...o direito constitucional português declarar, sob forma imperativa, a unidade política e económica de todas as partes do território português”*

²¹ In OECE – Comité Intergovernamental – Territórios Ultramarinos – Sessão de 11 de Março de 1958 – Declaração de Sua Excelência o Subsecretário de Estado do Orçamento – Arquivo Histórico do MNE – 2º piso – Arm7, Pasta 549

²² Referência ao Tratado C.E.E., celebrado entre seis dos membros da OECE.

²³ In – Comissão Técnica de Cooperação Económica Externa - Cópia de um Telegrama recebido da Delegação desta Comissão em Paris, em 12 de Março de 1958 – Arquivo Histórico do MNE – 2º Piso - Arm7 – Pasta: 549-1958

²⁴ Idem

e mais adiante explicava que “a unidade política já tinha sido levada a efeito”, e que “a unidade económica, reconhecendo embora os perigos de uma comunicação súbita entre regiões com graus de desenvolvimento desiguais, seria realizada em diversas etapas...”.⁽²⁵⁾

Frisava ainda, na sua comunicação que as exportações, das províncias ultramarinas portuguesas, para os Seis países da C.E.E., no período de 1953-55, significavam 25% do total das exportações desses territórios e que o governo português não desejava diminuir o peso que esses países tinham nas mesmas. Pretendia sim, reforçar os laços que uniam as províncias portuguesas aos mercados europeus.⁽²⁶⁾

Terminava a sua exposição dizendo que se estavam a desenvolver esforços no sentido de importar mais bens dos países da O.E.C.E.⁽²⁷⁾

Da análise documental sou levado a crer que esta posição de Portugal foi baseada, em grande medida, dada a consonância dos conteúdos, por um estudo levado a efeito pelo Ministério do Ultramar⁽²⁸⁾ que tinha como objectivo principal “*ser presente à Comissão que estuda a Associação de Portugal à Zona de Comércio Livre Europeia*”, sobre os territórios ultramarinos.⁽²⁹⁾

²⁵ In Arquivo Histórico do MNE - 2º Piso - Arm nº 7 - Pasta: 549 - 1958 - Tradução livre do autor da Declaração, em Francês, do Senhor Subsecretário de Estado do Orçamento de Portugal, produzida em 11 de Março de 1958, no Comité Intergovernamental da O.E.C.E. sobre os Territórios Ultramarinos.

²⁶ In O.E.C.E. - Comité Intergovernamental - Territórios Ultramarinos - Sessão de 11 de Março de 1958 - Declaração do Subsecretário de Estado do Orçamento - Arquivo Histórico do MNE - 2º piso - Arm7, Pasta 549

²⁷ In Arquivo Histórico do MNE - 2º Piso - Arm nº 7 - Pasta: 549 - 1958 - Tradução livre do autor da Declaração, em Francês, do Senhor Subsecretário de Estado do Orçamento de Portugal, produzida em 11 de Março de 1958, no Comité Intergovernamental da O.E.C.E. sobre os Territórios Ultramarinos.

²⁸ In Arquivo Histórico do MNE - 2º Piso - Arm nº 7 - Pasta 549 - 1958 - Relatório elaborado pelo Ministério do Ultramar para ser presente à Comissão que estuda a associação de Portugal à Zona de Comércio Livre Europeia. Estudo com 5 capítulos e 24 páginas.

²⁹ Idem

O referido estudo, de 24 páginas, tirava algumas conclusões nomeadamente a de que o país não podia deixar de ter as maiores reservas em associar as suas províncias ultramarinas, “...*dadas as repercussões que a mesma provocaria nas relações económicas entre a Metrópole e o Ultramar, no domínio da circulação das mercadorias, pessoas e capitais, como no desenvolvimento económico do Ultramar...*”.⁽³⁰⁾

No entanto, acrescentava o referido estudo nas suas conclusões, que... “ *Portugal não poderia nem deveria ficar alheado do problema, nem se deveria afastar completamente a hipótese de associação, dando mesmo a indicação de que o país deveria estudar a possibilidade de adesão, (à Zona de Livre Câmbio) explorando a possibilidade de a mesma ser condicionada, com condições favoráveis para Portugal, desde que aceites pelos outros países da Organização...*” ⁽³¹⁾.

Entretanto, a Inglaterra propôs que a criação da Zona de Livre Câmbio englobasse os países que futuramente fariam parte do Mercado Comum e os restantes países industrializados da O.E.C.E.

No seguimento desta proposta foi criado um grupo de trabalho, destinado a proceder aos estudos necessários à verificação da viabilidade da mesma. Estudos que tiveram o seu final, com a conclusão dos trabalhos do referido grupo, em Dezembro do mesmo ano, em que se concluía pela viabilidade da proposta Inglesa.⁽³²⁾

³⁰ in Arquivo Histórico do MNE - 2º Piso – Arm nº 7 - Pasta: 549 - Relatório do Ministério do Ultramar – 1958

³¹ *idem*

³² In site do Ministério dos Negócios Estrangeiros – in *Cronologia Comparada dos Principais Momentos da Construção Europeia* - coordenação da Drª Elsa Santos Ficou com denominação de Grupo de Trabalho Nº 17.

Em Outubro o Conselho da O.E.C.E. tinha decidido que a Comissão Intergovernamental, o “*Comité Maudling*”, procedesse aos estudos necessários e iniciasse as negociações com os vários países, sobre a criação da referida zona, de forma a avaliar das condições de cada um, em participar em tal espaço.

Nos meios governamentais portugueses, e no seio da O.E.C.E., havia dúvidas sobre se Portugal estaria em condições de pertencer, como membro de pleno direito, à projectada Zona de Livre Câmbio.⁽³³⁾

Portugal, através do Embaixador Dr. Teixeira Guerra, a propósito deste tema, tinha feito saber, em 26 de Novembro, que seria difícil aderir à referida zona, pelo menos nas condições constantes da proposta britânica. ⁽³⁴⁾

Esta considerava apenas a adesão de Nações Industrializadas, o que não era manifestamente, na altura, o caso de Portugal, país que, segundo os seus responsáveis, era caracterizado como um país «em vias de desenvolvimento».⁽³⁵⁾

Assim, e para estudar o caso português, foi nomeada uma comissão de peritos da organização, liderada pelo Presidente do Banco Central da Noruega, M. Melander.⁽³⁶⁾

Esta apresentou um extenso, e exigente, inquérito destinado a ser respondido pelas autoridades portuguesas e visitou Portugal em Outubro, levando a efeito várias visitas de estudo pelo país.⁽³⁷⁾

³³ in *Arquivo Histórico do MNE - 2º Piso - Arm nº 7 - Pasta: 549 - Relatório do Ministério do Ultramar - 1958*

³⁴ *Idem*

³⁵ *Idem, Ibidem*

³⁶ in *Arquivo Histórico do MNE - 2º Piso - A-7, M-550*

³⁷ *Idem*

No inquérito formulado, sobretudo sobre questões económico-financeiras, Portugal foi chamado a justificar o conceito de República Corporativa⁽³⁸⁾, para além de ser solicitado a pronunciar-se sobre a política governamental de carácter económico, nomeadamente sobre os Planos de Fomento, e sobre outros extensos e complexos assuntos⁽³⁹⁾.

A resposta de Portugal foi igualmente extensa, tendo sido entregue ao Comité da O.E.C.E., em Maio de 1958.

Na sequência das respostas do Governo português, o Senhor Melander (Presidente do Banco Central da Noruega e Presidente do Grupo de Trabalho nº 21 da O.E.C.E.) ⁽⁴⁰⁾, e os seus colegas Srs. Gérard Bauer (Representante da Suíça na O.E.C.E.) ⁽⁴¹⁾ e J.F. Cahan (Secretário Geral Adjunto da O.E.C.E.) ⁽⁴²⁾, produziram um documento, que ficou conhecido, de alguns, como o “*Relatório Melander*”, mas cujo título original é:

³⁸ *In Arquivo Histórico do MNE - Comissão Técnica de Cooperação Económica Externa – 2º Piso – Arm. Nº 7, M550. - pág. 9 – Tradução do original em francês, retirado da resposta do Governo português sobre o que era a República Corporativa, ao Comité Melander: “..L’expression “République Corporative” signifie que la collectivité souveraine n’est pas formée par des individus considérés isolément, mais par les sociétés primaires (éléments structuraux de la Nation) – famille, organisme corporatifs et pouvoirs locaux (“autarchies locales”) – dans lesquelles se groupent les individus et par l’intermédiaire desquelles ils exercent leurs droits politiques. Toutes les activités économiques de la Nation, aux termes de la Constitution portugaise, doivent être représentées au sein des organismes corporatifs, ouverts aussi bien aux Portugais qu’aux étrangers.”*

³⁹ *in Arquivo Histórico do MNE – 2º Piso – Arm nº 7 - M-550 – Maio de 1958*

⁴⁰ *Melander – além de Presidente do Banco Central da Noruega era Presidente do Grupo de Trabalho nº 21 da OECE, encarregue de analisar os problemas relacionados com a criação eventual da Zona Maudling ou de Livre Câmbio.* ⁴⁰ *in Arquivo Histórico do MNE – 2º Piso – A-7, M-550*

⁴¹ *Gérard Bauer era o Representante da Suíça na OECE.* ⁴¹ *in Arquivo Histórico do MNE – 2º Piso – A-7, M-550*

⁴² *J.F.Cahan – político canadiano – Secretário Geral Adjunto da OECE para os problemas relacionados com a Zona de Livre Câmbio (1956/1958)* ⁴² *in Arquivo Histórico do MNE – 2º Piso – A-7, M-550*

“Rapport du Groupe D’Experts Presidé para M. Melander au President du Comité Intergouvernemental sur les demandes de la Delegation du Portugal, Relatives aux conditions de Participation de ce Pays a la Zone de Libre Echange”. (43)

As conclusões deste relatório vieram a ser muito importantes para as futuras negociações de entrada de Portugal na E.F.T.A.

Entretanto, em Janeiro de 1958, entravam em vigor os Tratados da C.E.E. e da C.E.E.A. - Euratom e em Novembro do mesmo ano o Ministro Francês da Informação fazia saber publicamente que a França não aceitava a constituição da Zona de Comércio Livre, proposta pela Inglaterra. (44)

A Inglaterra respondeu com a convocação de uma reunião secreta na qual deveriam estar presentes somente a Áustria, a Dinamarca, a Noruega, a Suécia e a Suíça.(45)

A propósito, o Dr. Ferreira da Fonseca escreveu de Haia dizendo que o Presidente francês, General De Gaulle e o Chanceler alemão, Konrad Adenauer, tinham abandonado a ideia da criação da Zona de Livre Câmbio, porque teriam preferido a alternativa francesa de uma rede de acordos bilaterais entre a C.E.E. e os vários países interessados(46).

Estava consumada a divisão entre os países da O.E.C.E., em três blocos.

⁴³ in Arquivo Histórico do MNE – 2º Piso – A-7, M-550

⁴⁴ In Monnet, Jean – A Construção da Unidade Europeia – Memórias – Editora da Universidade de Brasília – Brasília – 1966 - p.p. 369

⁴⁵ in Arquivo Histórico do MNE – 2º Piso – Arm. Nº 7- Pasta: P 549

⁴⁶ in Arquivo Histórico do MNE – 2º Piso – Arm. Nº 7- Pasta: P 549

De um lado os países do bloco das Comunidades Europeias (C.E.E./C.E.E.A/C.E.C.A.), do outro, os convocados pela Inglaterra (que iriam constituir a E.F.T.A.) e por fim os outros países que não estavam enquadrados em nenhum destes dois blocos.

Portugal, com se sabe colocou-se neste xadrez político-económico, da Europa do pós-guerra, no Bloco liderado pela Inglaterra.

Quadro 5 - Gráficamente, a Europa ficou então assim dividida em 4 Blocos, a saber:

<i>Bloco Das Comunidades Europeias</i>	<i>Bloco E.F.T.A.</i>	<i>O.E.C.E. e Outros</i>	<i>Bloco Leste sob influência da U.R.S.S. e Movimento dos Não Alinhados</i>
<ul style="list-style-type: none">• Alemanha• Bélgica• França• Itália• Luxemburgo• Países Baixos	<ul style="list-style-type: none">• Áustria• Dinamarca• Noruega• Portugal• Reino Unido• Suécia• Suíça	<ul style="list-style-type: none">• Chipre• Grécia• Espanha• Finlândia• Irlanda• Islândia• Malta• Turquia	<ul style="list-style-type: none">• Bulgária• Checolováquia• Hungria• Jugoslávia• Polónia• RDA• Roménia• URSS (e satélites)

3ª Secção – Portugal e a E.F.T.A. – uma breve resenha

*

III.III - Portugal face à criação do bloco A.E.C.L. /E.F.T.A. (47)

Naquela altura tinham sido levantadas algumas possibilidades de ligação da nossa economia ao exterior.

Segundo o Prof. Doutor Xavier Pintado, havia 4 alternativas que se colocavam a Portugal, para o desenvolvimento das suas ligações internacionais: (48)

- (1) A constituição do chamado Espaço Económico Português, que seria constituído pelo Portugal Europeu e pelas Províncias Ultramarinas.(49)
- (2) O estreitamento das nossas relações com a Espanha e o Brasil e com os restantes países da América Latina;
- (3) A adesão de Portugal à C.E.E., que se constituía, então, como União Aduaneira.
- (4) Ou a Adesão do país à E.F.T.A., Zona de Comércio Livre.(50)

⁴⁷ in Seara, Prof. Doutor Fernando - *Organizações Internacionais – Textos fundamentais*, Lisboa, Universidade Lusíada, SPB Editores & Livreiros, 1996 - pp. 459 A.E.C.L. – Associação Europeia de Comércio Livre – designação Inglesa : E.F.T.A. – European Free Trade Association – de que Portugal foi fundador – Publicado no Diário do Governo da República Portuguesa, 1ª Série de 25 de Junho de 1960.

⁴⁸ in Pintado, Prof. Doutor Xavier Pintado – Conferência “Portugal e a Construção Europeia” – 23 e 24 de Novembro de 2001 – Auditório da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

⁴⁹ Fundado em 1961, funcionou até 1971, embora com algumas dificuldades, nomeadamente no campo das taxas de câmbio fixas;

⁵⁰ in Pintado, Prof. Doutor Xavier Pintado – Conferência “Portugal e a Construção Europeia” – 23 e 24 de Novembro de 2001 – Auditório da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Em conclusão:

Esta última opção foi a escolhida, na altura, dado que permitia manter as nossas relações preferenciais com o Ultramar português e permitia o acesso a um mercado de cerca de 90 milhões de consumidores que, embora mais pequeno do que o da C.E.E. (a seis), que era constituído por cerca 120 milhões de pessoas, tinha a seu favor o facto de terem um poder de compra médio superior ao daquela. ⁽⁵¹⁾

Acrescia a tudo isto que permanecíamos ligados à Inglaterra que era, na altura, o nosso maior cliente de exportação.

*

A 1ª reunião na Suíça (antecessora da Convenção de Estocolmo)

No seio da O.E.C.E., o Ministro Suíço Hans Schaffner convidou os seus colegas, altos funcionários responsáveis pela política comercial dos países industrializados, membros da organização, e que não faziam parte do mercado comum, a reunirem-se em Genebra nos princípios de Dezembro.

Esta reunião, de carácter técnico, cuja iniciativa pertenceu à Suécia, pretendia estudar os desenvolvimentos surgidos na sequência das análises levadas a efeito pelo Comité Maudling⁽⁵²⁾.

A esta reunião compareceram a Áustria, a Dinamarca, Grécia, Inglaterra, Irlanda, Islândia, Noruega, Portugal, Suécia, Suíça e a Turquia.⁽⁵³⁾

⁵¹ in Pintado, Prof. Doutor Xavier Pintado – Conferência “Portugal e a Construção Europeia” – 23 e 24 de Novembro de 2001 – Auditório da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

⁵² in Arquivo Histórico do MNE - Proc.4,3 - No. 695 - Carta do nosso Embaixador em Berna de 22 de Novembro de 1958, dirigida ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal.

⁵³ *idem*

Lateralmente a esta reunião, o governo de Londres convocou a Áustria, Dinamarca, Noruega, Suécia e Suíça, para uma reunião em Génève, que seria destinada a estudar qual a resposta a dar à França e aos seus parceiros da C.E.E. quanto à atitude negativa destes, face à construção de uma Zona de Livre Câmbio, que estava a ser desenhada no seio do Comité Maudling. ⁽⁵⁴⁾

*

As diligências diplomáticas de Portugal

O Embaixador Dr. Teixeira Guerra tinha sabido, pelo delegado Grego, da convocação desta reunião restrita dos países industrializados, que a Inglaterra pretendia levar a efeito, e conversou com o Dr. Correia de Oliveira, com quem combinou o que havia a fazer face a esta iniciativa. ⁽⁵⁵⁾

O Dr. Teixeira Guerra contactou em seguida, o Ministro Suíço Hans Schaffner, com quem possuía excelentes relações, a quem convenceu a convidar Portugal para a referida reunião, usando da sua qualidade de país anfitrião. ⁽⁵⁶⁾

Na realidade tal aconteceu, e Portugal foi formalmente convidado, pelo Governo Suíço, para a reunião dos seis, em Génève, sendo, nesta, representado pelo Dr. Ruy Teixeira Guerra⁽⁵⁷⁾ e pelo Embaixador de Portugal, junto da O.E.C.E., Dr. José Calvet de Magalhães⁽⁵⁸⁾.

⁵⁴ in Arquivo Histórico do MNE - Proc.4,3 - No. 695 - Carta do nosso Embaixador em Berna de 22 de Novembro de 1958, dirigida ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal.

⁵⁵ Testemunho pessoal do Dr. Gonçalo Correia de Oliveira, sobrinho-neto do então Subsecretário de Estado do Comércio Dr. José Gonçalo Correia de Oliveira.

⁵⁶ Testemunho pessoal do Sr. Embaixador Luís Góis Figueira e do Dr. Gonçalo Correia de Oliveira. O Prof.Doutor. Xavier Pintado tem uma versão diferente. Segundo ele, a iniciativa de convidar Portugal para essa reunião foi do Ministro Schaffner. Cf. Discurso de 9 de Outubro de 2001 em Coimbra na Universidade de Direito.

⁵⁷ Na altura Director Geral dos Negócios Económicos do MNE – in Arquivo Histórico do MNE – Proc.4,3 - Lista dos Delegados participantes na conferência dos Não-Seis em Genebra (tradução do autor, feita a partir do original).

⁵⁸ Na altura Chefe da Delegação portuguesa na OECE em Paris - in Arquivo Histórico do MNE – Proc.4,3 - Lista dos Delegados participantes na conferência dos Não-Seis em Genebra (tradução do autor, feita a partir do original).

A participação de Portugal provocou alguma surpresa em vários círculos, incluindo os órgãos de informação suíços, nomeadamente na reedição do *Journal de Genève*, que publicou um artigo onde se dizia que a reunião a seis, tinha acabado por se desenvolver a sete, dada a “inesperada” presença portuguesa⁽⁵⁹⁾.

*

O argumento português – O Relatório “MELANDER”⁽⁶⁰⁾

Nesta reunião a sete, Portugal apresentou como argumento o referido relatório, que teve uma importância decisiva, como veremos.

Explicando um pouco mais detalhadamente, o “Relatório Melander” pretendeu examinar os fundamentos económicos da proposta de aplicar a Portugal um período transitório mais longo, que o previsto no Tratado de Roma⁽⁶¹⁾, para a abolição dos Direitos Alfandegários e para a eliminação das restrições quantitativas às importações de produtos dos outros países. ⁽⁶²⁾

Pretendeu, ainda, verificar da justeza do pedido, formulado por Portugal, para que as novas indústrias que se viessem a estabelecer durante o período transitório, pudessem estar protegidas, pela introdução de novos direitos alfandegários que, no entanto, não passariam o nível dos direitos mais elevados, aplicados por um outro país membro, sobre o mesmo produto. ⁽⁶³⁾

⁵⁹ Arquivo Histórico do MNE – *Journal de Genève* de 2 de Dezembro de 1958

⁶⁰ in Arquivo Histórico do MNE – 2º Piso – A-7, M-550

⁶¹ Cf – Tratado de Roma - Pelo Tratado de Roma foi previsto, para este mesmo fim, um período de 12 anos.(1958/1970)

⁶² in Arquivo Histórico do MNE – 2º Piso – A-7, M-550

⁶³ *idem*

A equipa do Senhor Melander entrevistou numerosas personalidades do meio empresarial, da Comissão Técnica, e do meio governamental português, onde se destacaram pela colaboração prestada: ⁽⁶⁴⁾

- Ministro da Economia - Dr. Ferreira Dias,
- Ministro das Finanças – Prof. Doutor Pinto Barbosa,
- Subsecretário de Estado do Tesouro – Prof. Doutor Jacinto Nunes
- e o Secretário de Estado do Comércio - Dr. Correia de Oliveira.⁽⁶⁵⁾

Foi submetido, ao Governo português, um extenso questionário no qual foram colocadas questões sobre todos os aspectos da vida nacional nos campos económico, industrial, financeiro, educacional, saúde e político. ⁽⁶⁶⁾

A resposta, também ela extensa, a esse questionário foi aprovada em Conselho de Ministros, em Maio de 1958⁽⁶⁷⁾.

Pelo levantamento e pela respectiva análise efectuada, a equipa chegou à conclusão que os pedidos das autoridades portuguesas faziam sentido dado o estado, de então, da economia portuguesa.

E por isso justificava-se um período de adaptação, da mesma, aos previsíveis embates exteriores. As razões eram muitas e objectivas.⁽⁶⁸⁾

⁶⁴ in Arquivo Histórico do MNE – 2º Piso – A-7, M-550

⁶⁵ in Arquivo Histórico do MNE – 2º Piso – A-7, M-550 - O Dr. José Gonçalo Correia de Oliveira na remodelação governamental de 14 de Agosto de 1958, subiu a Secretário de Estado do Comércio, abandonando as suas anteriores funções de Subsecretário de Estado do Orçamento.

⁶⁶ in Arquivo Histórico do MNE – 2º Piso – A-7, M-550

⁶⁷ In Arquivo Histórico do MNE – 2º Piso – Arm. Nº 7 – Pasta: 549 - 1958

⁶⁸ in Relatório Melander – 3ª parte - págs. 3 e 4 – Arquivo Histórico do MNE

Desde logo porque, em boa parte dos casos, o equipamento industrial era vetusto, o número de trabalhadores qualificados era limitado, a dimensão do mercado interno era pequena, o que fazia com que a capacidade de produção instalada não pudesse ser totalmente explorada. ⁽⁶⁹⁾

Por outro lado, o relatório apontava os defeitos de organização interna e da administração das empresas, que conduziam à anulação frequente dos efeitos favoráveis de bons equipamentos técnicos.

Prosseguia ainda o relatório dizendo que a comercialização dos produtos teria que ser melhor organizada para poder progredir.

Da análise feita por esta equipa de peritos da OECE, os elementos da equipa Melander, perceberam que o capital privado português tendia a evitar os investimentos que apresentassem riscos. ⁽⁷⁰⁾

Enfim, o estado geral da economia, diz o relatório, impedia as empresas de beneficiar das vantagens exteriores de que beneficiavam os produtores das economias mais avançadas, nomeadamente em matérias como o custo da energia, custo de transportes, comunicações, sistemas de distribuição, entre outras. ⁽⁷¹⁾

Estas considerações eram reforçadas pela análise do sector da Agricultura, onde a produtividade era considerada fraca e o sub emprego importante. ⁽⁷²⁾

⁶⁹ in *Arquivo Histórico do MNE - Relatório Melander – 3ª parte - págs. 3 e 4 – Arquivo Histórico do MNE*

⁷⁰ in *Arquivo Histórico do MNE - Relatório Melander – 3ª parte - págs. 4 – Arquivo Histórico do MNE*

⁷¹ in *Arquivo Histórico do MNE - Relatório Melander – 3ª parte - págs. 5 – Arquivo Histórico do MNE*

⁷² in *Arquivo Histórico do MNE – 2º Piso – A-7, M-550*

O Governo português, em consequência deste quadro geral, pretendia um período de transição longo que seria necessário, na sua opinião, para permitir o desenvolvimento e para completar as infra-estruturas materiais e humanas da economia, para desenvolver as redes de transportes e de comunicações, a produção da energia, a irrigação dos campos e o reflorestamento do país, e ainda para poder alargar a instrução primária e a formação técnica a mais camadas da população.⁽⁷³⁾

Por outro lado, continuava o relatório de resposta ao questionário Melander, Portugal necessitava de reorganizar sectores inteiros da produção agrícola e industrial, o que demoraria alguns anos a fazer.⁽⁷⁴⁾

Como dificuldade estrutural o relatório Melander indicava, em consequência das suas análises, a “...*insuficiência de espírito de empresa e de iniciativa entre os detentores do capital...*”.⁽⁷⁵⁾

No entanto, e mais à frente, o relatório depois de traçar o quadro acima descrito, dava nota das potencialidades de Portugal.

Assim começava por dizer que as possibilidades de desenvolvimento económico do país estavam longe de ser negligenciáveis, dado que se a exploração dos recursos hidroeléctricos do país fosse levada a cabo, isto permitiria diminuir apreciavelmente o preço da energia fornecida à indústria.⁽⁷⁶⁾

⁷³ in Relatório Melander – 3ª parte - págs. 3 e 4 – Arquivo Histórico do MNE

⁷⁴ in Relatório Melander – 3ª parte - págs. 6 – Arquivo Histórico do MNE

⁷⁵ in Relatório Melander – 4ª parte - págs. 7 – Arquivo Histórico do MNE – tradução livre do autor.

⁷⁶ Idem

Indicava, ainda, que várias indústrias, nacionais ou internacionais, poderiam estar interessadas na transformação das matérias-primas disponíveis em Portugal, como a madeira, o mineral de ferro e sobretudo dos produtos agrícolas utilizados pelas indústrias alimentares. ⁽⁷⁷⁾

Referia ainda que a mão-de-obra era abundante e, mesmo que a formação profissional deixasse muito a desejar, o seu custo para o empresário parecia ser consideravelmente inferior ao observado nos países industrializados. ⁽⁷⁸⁾

No plano do pessoal técnico superior, Portugal aparecia muito melhor colocado, na opinião dos especialistas da equipa, que os países com receitas comparáveis.

Salientava ainda o relatório que algumas das indústrias instaladas no país, conservas de peixe, têxteis de algodão, pastas e papel, embora minoritárias, no tecido empresarial português, podiam desempenhar o papel de ser um exemplo a seguir por outros detentores de capital. ⁽⁷⁹⁾

No referido estudo, Melander e a sua equipa, apontavam como problema fundamental da economia portuguesa a necessidade de se encontrarem os instrumentos necessários para estimular a criação de novas empresas e para melhorar e modernizar as existentes, nomeadamente no que se referia aos equipamentos e à reorganização da produção. ⁽⁸⁰⁾

⁷⁷ in Relatório Melander – 4ª parte - págs. 7 – Arquivo Histórico do MNE

⁷⁸ *idem*

⁷⁹ in Relatório Melander - págs. 9 – Arquivo Histórico do MNE

⁸⁰ in Relatório Melander - págs. 10 – Arquivo Histórico do MNE

No final do relatório, Melander e seus pares fizeram algumas recomendações ao Comité Executivo da O.E.C.E. no sentido de aprovar um período transitório para a economia portuguesa, mas que deveria ser menor do que o pedido dado que isso poderia levar os agentes económicos a habituar-se a funcionar de forma defeituosa. ⁽⁸¹⁾

Assim Portugal, durante o período transitório, procederia a:

- (1) reduções das suas tarifas, correspondentes a metade das reduções que fossem adoptadas pelos outros países;
- (2) seria ainda permitido a Portugal proteger as novas indústrias, desde que essa protecção não fosse superior ao que já era praticado noutros sectores, à data da conclusão dos acordos.

Defendia a Comissão Melander que, com estas medidas, se permitiria um desenvolvimento racional da economia portuguesa e um desenvolvimento são e equilibrado das restantes. ⁽⁸²⁾

Em resumo, lançando alguns conselhos sob a forma de conduzir o processo com Portugal, o relatório era elogioso para o desempenho das finanças e para o potencial que Portugal apresentava e recomendava a admissão do país na Zona de Livre Câmbio, reconhecendo no entanto, que o país precisava de um Período de Transição para poder adequar as suas estruturas e a sua economia. ⁽⁸³⁾

⁸¹ in Relatório Melander - págs. 11 – Arquivo Histórico do MNE

⁸² in Relatório Melander - págs. 12 – Arquivo Histórico do MNE

⁸³ in Relatório Melander – Conclusões – Arquivo Histórico do MNE

O Anexo G (da Convenção de Estocolmo)

Este relatório Melander foi de extrema importância para a manobra diplomática portuguesa, que assim passou a dispôr de um relatório independente, encomendado pela própria O.E.C.E., em que se demonstravam três coisas muito importantes: ⁽⁸⁴⁾

- (1) que Portugal merecia a confiança dos seus parceiros, dada a estabilidade das suas contas e da sua moeda;
- (2) que era um país consciente das suas dificuldades e que queria empreender o caminho da industrialização;
- (3) que, por outro lado, necessitava de um período de transição para a assunção plena das consequências de participar, como membro de pleno direito, numa Zona de Comércio Livre, que se pretendia construir.

Este relatório serviu de base à argumentação portuguesa que foi desenvolvida, não só em Génève, na reunião inicial, como em toda a negociação posterior. ⁽⁸⁵⁾

Em resultado da argumentação portuguesa, Portugal saiu de Génève como membro de pleno direito da futura A.E.C.L. (Associação Europeia de Comércio Livre/E.F.T.A.) o que, considerando que não era uma potência indústrial, se pode considerar como um feito diplomático, que se ficou a dever à perícia negocial de três homens:

⁸⁴ in Seara, Prof. Doutor Fernando - *Organizações Internacionais – Textos fundamentais*, Lisboa, Universidade Lusíada, SPB Editores & Livreiros, 1996 - pp. 459
AECL – Associação Europeia de Comércio Livre – designação Inglesa : EFTA – European Free Trade Association – Portugal foi fundador – Publicado no Diário do Governo da República Portuguesa, I Série de 25 de Junho de 1960.

⁸⁵ Figueira, Embaixador Luís de Góis – entrevista pessoal – Cascais 2002

- Dr. José Gonçalo Correia de Oliveira, membro do governo e coordenador da estratégia
- Embaixador Drs. Ruy Teixeira Guerra
- Embaixador Dr. José Calvet de Magalhães,

acompanhados pelos

- Dr. José Silva Lopes
- e pelo Engº Carlos Lourenço⁽⁸⁶⁾.

A reunião que se seguiu à de Génève, e a mais complicada deste processo, foi a que teve lugar em Saltsjobaden, na Suécia, em Novembro de 1959, na qual Portugal negociou e obteve: ⁽⁸⁷⁾

- um regime de transição, de adesão e de participação especial, cujo período duraria 20 anos, mas que com as sucessivas prorrogações acabaria, na realidade, em 1992.⁽⁸⁸⁾

Recorde-se que a E.F.T.A. se propunha eliminar os obstáculos às trocas comerciais, abolindo progressivamente os direitos aduaneiros e as restrições quantitativas nos produtos industriais, (deixando de fora os produtos agrícolas), nas relações entre os países da organização. ⁽⁸⁹⁾

⁸⁶ Figueira, Embaixador Luís Góis – entrevista pessoal – Junho de 2002

⁸⁷ in Seara, Prof. Doutor Fernando - *Organizações Internacionais – Textos fundamentais*, Lisboa, Universidade Lusíada, SPB Editores & Livreiros, 1996 - pp. 459
AECL – Associação Europeia de Comércio Livre – designação Inglesa : EFTA – European Free Trade Association – Portugal foi fundador – Publicado no Diário do Governo da República Portuguesa, I Série de 25 de Junho de 1960.

⁸⁸ In Mateus, Abel – *Economia portuguesa desde 1910*, Lisboa, Verbo, 1998, pp. 94

⁸⁹ In preâmbulo da Convenção de Estocolmo

Estava acordado entre os participantes e fundadores da EFTA, que: ⁽⁹⁰⁾

- a partir de 1 de Julho de 1960, os direitos sobre as mercadorias seriam reduzidos progressivamente até ao dia 1 de Janeiro de 1970, data em que desapareceriam de todo, conforme o que depois ficou escrito no art.º 3º da Convenção de Estocolmo.

Portugal conseguiu obter várias Derrogações nessas matérias, nomeadamente no que dizia respeito à indústria de Concentrado de Tomate, aos Vinhos e às Conservas de Peixe. ⁽⁹¹⁾

Isto é podia exportar para todos os seus parceiros da EFTA estes produtos os quais seriam alvo de barreiras baixas, enquanto que podia obstar à importação destes mesmos produtos apondo barreiras altas à sua entrada no nosso país.

A eliminação dessas barreiras aduaneiras far-se-ia de forma mais gradual do que era exigido aos restantes países. ⁽⁹²⁾

Clarificando, Portugal conseguiu negociar um estatuto especial para os produtos agrícolas transformados, importantes para as suas exportações, que não cabiam, em bom rigor, na classificação de *produtos manufacturados* abrangidos pelo processo de liberalização da EFTA. ⁽⁹³⁾

Por outro lado Portugal conseguiu que esses produtos, nomeadamente duas das exportações-chave - o *concentrado de tomate e as conservas de peixe* - beneficiassem de uma total liberalização relativamente à entrada destes produtos nos outros países, o que significou a aquisição de um estatuto exactamente igual ao atribuído aos produtos não agrícolas. ⁽⁹⁴⁾

⁹⁰ In Mateus, Abel – *Economia portuguesa desde 1910*, Lisboa, Verbo, 1998, pp 102

⁹¹ In Mateus, Abel – *Economia portuguesa desde 1910*, Lisboa, Verbo, 1998 pp.103

⁹² In Mateus, Abel – *Economia portuguesa desde 1910*, Lisboa, Verbo, 1998 pp.104

⁹³ *Idem*

⁹⁴ In Mateus, Abel – *Economia portuguesa desde 1910*, Lisboa, Verbo, 1998 pp.106

A acrescentar a esta vantagem Portugal conseguiu ainda que outro importante sector exportador – *o dos vinhos* – beneficiasse de acordos bilaterais favoráveis para a sua exportação, para os países membros da organização. ⁽⁹⁵⁾

Em particular, no anexo G, permitiu-se a Portugal um regime especial de desmantelamento pautal mais lento que o previsto no tratado – 20 anos em vez dos 10 anos concedidos para os restantes países da organização, - com a possibilidade de este prazo ser prorrogado, o que aliás veio a acontecer.

Quando em 1986 Portugal aderiu à C.E.E. estava, ainda, ao abrigo destas prorrogações excepcionais.

O anexo G permitiu ainda que Portugal beneficiasse da possibilidade de reintroduzir, mesmo que já tivessem sido eliminados, direitos aduaneiros com a justificação, preenchidas certas condições, de se protegerem indústrias que estivessem a ser lançadas no país.

Estas medidas funcionaram como amortecedores na nossa economia. ⁽⁹⁶⁾

Apesar deste quadro, em finais da década de 1960 cerca de 40% das nossas importações de produtos manufacturados já não eram objecto de direitos aduaneiros.⁽⁹⁷⁾

A Convenção final foi assinada, por Portugal e pelos seus parceiros, em Estocolmo no dia 4 de Janeiro de 1960.

⁹⁵ In Mateus, Abel – *Economia portuguesa desde 1910*, Lisboa, Verbo, 1998 pp.102

⁹⁶ *idem*

⁹⁷ in Seara, Prof. Doutor Fernando - *Organizações Internacionais – Textos fundamentais*, Lisboa, Universidade Lusíada, SPB Editores & Livreiros, 1996 - pp. 459
AECL – Associação Europeia de Comércio Livre – designação Inglesa : EFTA – European Free Trade Association – Portugal foi fundador – Publicado no Diário do Governo da República Portuguesa, I Série de 25 de Junho de 1960.

Portugal conseguiu assegurar a abertura de mercados importantes para as suas exportações, ao mesmo tempo que conseguiu manter relativamente protegidos alguns sectores, criando boas condições para o “boom” industrial e económico que se viveu, em especial na década de 1960, no nosso país. ⁽⁹⁸⁾

Em 1959, o quadro dos destinos das exportações portuguesas era o seguinte:

- A E.F.T.A. pesava cerca de - 18% das nossas exportações,
- A C.E.E. - 23%
- e os Estados Unidos - 12%.

Os principais resultados obtidos com a adesão à E.F.T.A, foram:

- As exportações para os países da E.F.T.A. aumentaram em cerca de 17% ao ano entre 1959 e 1970, sendo que as exportações dos produtos abrangidos pelo anexo G aumentaram cerca de 8 vezes no mesmo período. ⁽⁹⁹⁾
- *concentrado de tomate, as conservas de peixe, bem como o tratamento preferencial dado aos vinhos*, permitiu uma forte expansão das exportações destes produtos.
- Houve ainda sectores como os *têxteis, o vestuário e a pasta de papel* que saíram beneficiados desta associação de Portugal com a EFTA.

⁹⁸ In Mateus, Abel – *Economia portuguesa desde 1910*, Lisboa, Verbo, 1998 – pp120

⁹⁹ Cf. Mateus, Abel – *Economia portuguesa desde 1910*, Lisboa, Verbo, 1998.

O que o nosso país conseguiu, em resumo, nas negociações foi: ⁽¹⁰⁰⁾

- Em primeiro lugar, sendo a nossa economia, da altura, a mais frágil dos sete, e não sendo um país industrializado, conseguiu ser fundador de uma organização de países industrializados;
- Em segundo lugar conseguiu-o negociando verdadeiras derrogações da Convenção de Estocolmo, em matérias fundamentais para o espírito desse documento internacional;
- Em terceiro lugar, e no âmbito dessas derrogações obtidas, enquanto os outros Estados aboliram os direitos aduaneiros em 1966, Portugal gozou de um período excepcional de mais 20 anos (até 1986) de protecção aduaneira de boa parte dos seus produtos, incluindo os têxteis, o vestuário e a pasta de papel.

Pode-se ainda afirmar que Portugal, integrou o movimento de integração europeia com a sua entrada na E.F.T.A., e isso provocou mudanças estruturais na economia do país.

Pode-se também afirmar que esta experiência, de negociação e de participação, numa organização económica de países europeus, teve influência e forneceu indicações importantes para o futuro processo negocial e de enquadramento de Portugal nas Comunidades Europeias.

¹⁰⁰ In Mateus, Abel – *Economia portuguesa desde 1910*, Lisboa, Verbo, 1998 – pp120

Em resumo, durante alguns anos os países europeus, membros da O.E.C.E./O.C.D.E. ficaram inscritos em três blocos:

Quadro 6. Países europeus ocidentais Membros da OECE/OCDE ⁽¹⁰¹⁾

BLOCO C.E.E.	BLOCO E.F.T.A.	OUTROS e OECE/OCDE
Alemanha (RFA)	Áustria	Chipre
Bélgica	Dinamarca	Grécia
França	Noruega	Espanha
Holanda	Portugal	Finlândia
Itália	Reino Unido	Irlanda
Luxemburgo	Suécia	Islândia
	Suíça	Turquia

**4ª Secção – Portugal e as Comunidades Europeias,
Antecedentes das Negociações de 1977 a 1985**

III.IV - A posição portuguesa face às Comunidades originais⁽¹⁰²⁾

A matéria central da política económica do Dr. Oliveira Salazar consistia na busca da estabilidade financeira dada a situação, que tinha herdado, de permanente desequilíbrio e descontrolo das contas do país, do período final da Monarquia e do período da 1ª República.

O controlo da despesa pública e o planeamento dos investimentos a efectuar foram duas das suas bandeiras. ⁽¹⁰³⁾

¹⁰¹ Cf. Seara, Prof. Doutor Fernando e Fernando Loureiro Bastos e José de Matos Correia - *Organizações Internacionais – Textos fundamentais*, Lisboa, Universidade Lusíada, SPB Editores & Livreiros, 1996 - p.p. 447

¹⁰² Pela denominação de Comunidades Europeias originais, ou primeiras, quero significar a CECA, a CEE e o EURATOM

¹⁰³ in. Seara, Prof. Doutor Fernando e Fernando Loureiro Bastos e José de Matos Correia - *Organizações Internacionais – Textos fundamentais*, Lisboa, Universidade Lusíada, SPB Editores & Livreiros, 1996 - p.p. 447

Isto levou à tomada de medidas como foi o caso da implementação de uma política de condicionamento industrial, que foi uma tentativa de defender o frágil tecido empresarial português, nascente e embrionário, dos anos da década de 1930. ⁽¹⁰⁴⁾

No que se refere às comunidades nascentes (C.E.C.A, C.E.E e C.E.E.A) e respondendo a uma consulta de Paul Van Zeeland, então MNE da Bélgica, o Presidente do Conselho respondeu em extensa carta na qual tentou retratar o seu pensamento acerca dos planos que então se faziam sobre o nascimento da C.E.E. ⁽¹⁰⁵⁾

E a dado passo escreveu « ...os Estados Unidos, pela simplicidade do seu espírito e ligeireza das suas opiniões, não vêem para a Europa outra solução política que não seja a unidade através da federação; a França, adopta a ideia como maneira mais fácil de evitar o rearmamento alemão isolado e amanhã potencialmente hostil; as nações que se agrupam em volta da França parecem convencidas embora por motivos diversos, de que aquele é o melhor caminho de salvar a Europa e talvez o único de assegurar o apoio americano, em potência militar ou em dólares» e mais adiante acrescentava «é sobre tão frágeis fundamentos que se anda a construir a federação da Europa...» para logo de seguida se interrogar se essa federação seria possível; respondendo que no domínio da lógica era possível, mas que para lá chegar só via duas maneiras:

¹⁰⁴ In Comissão Técnica de Cooperação Económica Externa, documento de resposta ao questionário da Comissão Melander de Maio de 1958 – Arquivo Histórico do MNE - tradução livre, do autor, do francês - ver alínea EFTA – a Lei n.º 2052 – Base I e Base I da Lei nº 1994 de 13 de Abril de 1943. Este instrumento previa que, para ser efectuado um novo investimento industrial, tinha que se obter uma licença para, o mesmo, ser levado a efeito.

Para a obtenção, da referida licença, era necessário um parecer, não vinculativo, do grémio dos produtores do segmento, (em que o novo projecto se pretendia inserir), sobre a entrada de um novo parceiro no negócio. Dada a autorização o industrial podia levar a efeito os seus investimentos.

¹⁰⁵ in Nogueira, Dr. Alberto Franco Nogueira – Salazar, Porto, Livraria Civilização Editora, Vol I, - 1985- pp. 281-285

- por acto de força de um federador
- ou por lenta evolução, o que poderia levar séculos. ⁽¹⁰⁶⁾

Ora o Dr. Salazar interrogava-se, dadas as circunstâncias do momento, e visto o quadro internacional vigente, sobre quem poderia ser o federador europeu.

E prosseguia, na sua análise, dizendo que talvez, pela sua força e capacidade potencial, fosse a Alemanha o novo federador. Neste caso interrogava-se para que teria valido a guerra. ⁽¹⁰⁷⁾

“Quanto à hipótese de ser a Inglaterra a assumir esse papel...”, retorquia, que a Inglaterra no território europeu se tinha sempre comportado como um Estado federal, sendo no mundo a cabeça de uma associação de Estados; e que “...se enveredasse por esse caminho poderia perder a chefia dessa mesma comunidade e os Estados integrantes, seriam levados a buscar outro ponto de apoio...”. ⁽¹⁰⁸⁾

Interrogava-se em seguida o Chefe do Governo acerca dos potenciais benefícios para Portugal *«...Independentemente da aliança antiga, e considerando apenas o jogo das forças mundiais que emergem importaria a Portugal uma Inglaterra forte e independente...»*

e mais adiante *«...se posso ser interprete do sentimento do povo português, devo afirmar que é tão entranhado o seu amor à independência e aos territórios ultramarinos, como parte relevante e essencial da sua história, que a ideia da federação, com prejuízo de uma e de outros, lhe repugna absolutamente...»⁽¹⁰⁹⁾*

¹⁰⁶ in Nogueira, Dr. Alberto Franco Nogueira – Salazar, Porto, Livraria Civilização Editora, Vol I, - 1985- pp. 281-285

¹⁰⁷ Idem

¹⁰⁸ Idem, Ibidem

¹⁰⁹ Idem, Ibidem

Era, portanto clara a intenção do Governo português de não participar em nenhuma organização que tivesse por base a ideia de avançar para uma federação de Estados.

Um outro ponto que importa reter é a referência explícita ao facto de Portugal ter, à semelhança da Inglaterra, territórios ultramarinos e não querer interferências de terceiros no problema.

Para o Prof. Doutor João Mota de Campos a questão era de dupla interpretação: ⁽¹¹⁰⁾

- por um lado havia a «vocação africana» do país e um sentimento nacional profundamente consciente da necessidade de salvaguardar a plenitude da independência conquistada, e mantida ao longo de séculos, o que fazia com que o governo português encarasse com séria prevenção as intenções políticas expressas ou implícitas, mas não muito claras, da empresa comunitária;

- por outro lado havia a questão, não menos importante, de a Inglaterra ser o principal parceiro económico de Portugal, da altura, quer como fornecedor de bens e serviços, quer como cliente dos bens produzidos no país. ⁽¹¹¹⁾

Num quadro de incertezas Portugal preferiu aguardar calmamente o desenrolar das situações, aderindo ao que não contrariava a sua política e os seus interesses da altura, e analisando a todo o tempo as posições do seu aliado preferencial.

¹¹⁰ Cf. – Campos, Prof. Doutor João Mota de – *Direito Comunitário - 7ª edição – Lisboa - Fundação Calouste de Gulbenkian, 1995.*

¹¹¹ *Idem*

De facto, havia algo de comum nas preocupações de Portugal e Inglaterra: ⁽¹¹²⁾

- (1) eram parceiros comerciais importantes, sendo essa importância mais marcante para Portugal do que para o seu velho aliado;
- (2) ambos tinham territórios ultramarinos importantes e
- (3) ambos tinham alguma desconfiança face à estratégia da França.

Mesmo assim, e face aos desenvolvimentos posteriores, Portugal não deixou de acompanhar as tendências que se viriam a desenhar no xadrez europeu, como veremos.

*

III.V - As primeiras diligências diplomáticas de aproximação às Comunidades e o Acordo de 1972

Face aos desenvolvimentos observados no seio da EFTA e no seio da OCDE, Portugal pediu, pela primeira vez, por carta datada de *18 de Maio de 1962*, dirigida ao Presidente do Conselho de Ministros da CEE, a abertura de negociações visando:

« ...estabelecer os termos da colaboração que o governo português pretendia ver estabelecida, num futuro próximo, entre Portugal e o conjunto dos países da CEE...». ⁽¹¹³⁾

Esta carta foi entregue pessoalmente pelo nosso Embaixador Dr. José Calvet de Magalhães, que tinha sido nomeado Embaixador de Portugal junto daquela organização⁽¹¹⁴⁾, à pessoa do Sr. Couve de Murville, Presidente do Conselho das Comunidades.⁽¹¹⁵⁾

¹¹² Cf. – Campos, Prof. Doutor João Mota de – *Direito Comunitário* - 7ª edição – Lisboa - Fundação Calouste de Gulbenkian, 1995.

¹¹³ In Proc. nº 42,7 - Pasta nº 41- EOI - 210 VIId(7) – Arquivo Histórico do MNE

¹¹⁴ in Magalhães, Embaixador Dr. Calvet de Magalhães – in Hipólito de la Torre – *Portugal, España y Europa, Cien años de desafío* – III jornadas de estudios Luso-Espanoles. Mérida – comunicação do Embaixador Calvet de Magalhães – págs. 142-150

¹¹⁵ In Proc. nº 42,7 - Pasta nº 41- EOI - 210 VIId(7) – Arquivo Histórico do MNE

A referida carta, assinada pelo Dr. Correia de Oliveira, pedia a “...abertura de negociações para o efeito de se encontrar a fórmula de relações entre Portugal e a CEE, que melhor realizasse os interesses comuns...”. ⁽¹¹⁶⁾

No plano interno esta abordagem directa à C.E.E. correspondeu a uma mudança na política até aí seguida pelo governo, o que se pode compreender por vários motivos frequentemente apontados, e um da minha opinião, ouvidas que foram algumas pessoas. ⁽¹¹⁷⁾

- Em primeiro lugar pelos indícios de sucesso que as Comunidades transmitiam já no início da década. Já restavam poucas dúvidas que a vontade política dos seis, iria levar a bom fim, o projecto em curso.

Por outro lado as movimentações diplomáticas de vários dos nossos parceiros da EFTA, indiciavam o que se viria a verificar.

- Em segundo lugar pela existência normal, no nosso país, como noutros, de pessoas que defendiam técnica e politicamente esse caminho e que sendo vários deles de reconhecida capacidade tenha o governo, de que alguns faziam parte, decidido mudar as suas orientações neste domínio.

- Em terceiro lugar um dos receios da Inglaterra, de Portugal e de outros países, de ver nascer uma Federação de Estados tinha-se diluído face à prática e filosofia das actividades da CEE.

O que foi realmente novidade foi a Alemanha ligar-se à França, com quem manteve contenciosos históricos importantes. ⁽¹¹⁸⁾

¹¹⁶ In Proc. nº 42,7 - Pasta nº 41- EOI - 210 VId(7) – Arquivo Histórico do MNE

¹¹⁷ in Magalhães, Embaixador Dr. Calvet de Magalhães – in Hipolito de la Torre – Portugal, España y Europa, Cien años de desafio – III jornadas de estudios Luso-Espanoles. Mérida – comunicação do Embaixador Calvet de Magalhães – págs. 142-149

¹¹⁸ in Magalhães, Embaixador Dr. Calvet de Magalhães – in Hipolito de la Torre – Portugal, España y Europa, Cien años de desafio – III jornadas de estudios Luso-Espanoles. Mérida – comunicação do Embaixador Calvet de Magalhães – pág.150

Também se colocou a questão de a Alemanha precisar, nessa altura, de se reconstruir. Por outro lado, a opinião pública alemã, na sua maioria, estava receosa dos seus próprios órgãos de poder.

Naturalmente aspirava a uma reconciliação do seu país com o resto do continente europeu e pretendia ligar-se a um bloco que a livrasse de uma possível dependência face ao bloco oriental. ⁽¹¹⁹⁾

Para a resolução destes problemas e questões muito contribuiu a personalidade e a dimensão de estadista do Chanceler alemão Konrad Adenauer, que compreendeu que os tempos dos sonhos imperiais alemães havia passado, dado o facto de o mundo ser diferente, em muitos e múltiplos aspectos, e pela alteração substantiva das relações de poder saídas da 2ª Guerra Mundial. ⁽¹²⁰⁾

- Em quarto lugar já a própria EFTA, se tinha declarado favorável a negociações bilaterais, entre os países seus associados e a Comunidade Económica Europeia, e vários dos seus membros, entre os quais o Reino Unido, tinham pedido mesmo a adesão à CEE (9 de Agosto de 1961)⁽¹²¹⁾.

Ora o nível de importância das nossas exportações para esses mercados, no cômputo geral, era já demasiado importante para ser menosprezada a hipótese, ainda que remota, de virmos a ficar prejudicados pela mudança de bloco dos nossos parceiros comerciais preferenciais.

¹¹⁹ in Magalhães, Embaixador Dr. Calvet de Magalhães – in Hipolito de la Torre – *Portugal, España y Europa, Cien años de desafio – III jornadas de estudios Luso-Espanoles*. Mérida – comunicação do Embaixador Calvet de Magalhães – págs. 142-150

¹²⁰ *Idem*

¹²¹ in – Santos, Drª Elsa - *Cronologia comparada dos principais momentos da construção europeia*. – Centro Jacques Delors – Lisboa - A Grã-Bretanha voltaria insistir em 11 de Maio de 1967.

Ora, ainda nesse ano de 1961 pediram a Adesão a Irlanda⁽¹²²⁾ e a Dinamarca⁽¹²³⁾.

A Grécia assinou um acordo de Associação com a Comunidade, nesse mesmo ano. ⁽¹²⁴⁾

Mas o movimento de interesse político e económico de vários países, com vista a uma adesão ou associação às comunidades, continuou em 1962.

Nesse ano foi a vez da Espanha⁽¹²⁵⁾ apresentar o seu pedido de adesão em Bruxelas a que seguiria a Noruega⁽¹²⁶⁾.

Por seu lado Malta⁽¹²⁷⁾, ainda em 1962, pediu a abertura de negociações para uma eventual adesão.

Portanto, no espaço de dois anos, nada menos que 7 países pediram ou a abertura de negociações ou a adesão formal às Comunidades Europeias, o que indicava já claramente que o movimento dos países europeus ia no sentido de se tentarem agrupar numa só organização, ao invés do movimento dos anos anteriores que ia no sentido de dois projectos distintos.

Portugal, estava atento a essas movimentações, mas ao arrepio do que tinha sido a sua atitude inicial face a este projecto, iniciou o seu caminho de aproximação. Esta mudança pode-se dizer que foi motivada por dois factores principais, de carácter exógeno:

¹²² *Idem* - A Irlanda apresentou o seu pedido em 31 de Julho de 1961, que apresentaria de novo a sua candidatura em 11 de Maio de 1967.

¹²³ *Idem* - A Dinamarca entregou o seu pedido de adesão em 10 de Agosto. Voltaria a fazê-lo em 11 de Maio de 1967.

¹²⁴ *Idem* - A Grécia apresentou o seu pedido de associação em 9 de Julho do mesmo ano. As negociações seriam interrompidas em 21 de Abril de 1967 por causa do golpe de Estado que se verificou neste país, e que instalou uma ditadura militar.

¹²⁵ *Idem* - Espanha apresentou o pedido de adesão em 9 de Fevereiro de 1962

¹²⁶ *Idem* - A Noruega entregou o seu pedido de adesão em 30 de Abril do mesmo ano. Voltaria a pedir a adesão em 24 de Julho de 1967

¹²⁷ *Idem* - Malta apresentou o seu pedido de abertura de negociações em Junho de 1962.

- em primeiro lugar pela atitude da Inglaterra, seu parceiro e aliado principal;
- e em segundo lugar porque se percebia que a EFTA corria o risco de ficar esvaziada de boa parte dos seus membros e, em consequência, do seu conteúdo, pelo que interessava a Portugal juntar-se à mudança de atitude que os seus parceiros adoptavam.

Paul Henri Spaak, a propósito destes pedidos pronunciar-se-ia da seguinte forma: ⁽¹²⁸⁾

“...no que respeita ao termo associação, penso que este termo não é claro. Creio que quer dizer que a nossa associação é aberta mas existem passos a dar numa economia que não esteja em estado de entrar, na sua plena capacidade, no Mercado Comum. É necessário impôr-lhes um estágio de associação.. Não poderá haver entre os membros que participem no Mercado Comum e aqueles que querem nele entrar divergências profundas sobre o sentido do Tratado”. ⁽¹²⁹⁾

Por outras palavras, Spaak admitia a figura de associação como um estágio necessário de efectuar pelos países que quisessem aderir, como membros de pleno direito, ao Mercado Comum. ⁽¹³⁰⁾

¹²⁸ In Arquivo Histórico do MNE – Proc. 42.7 – ES122 – Mercado Comum

¹²⁹ In Proc. nº 42,7 – ES122 – Mercado Comum – Arquivo Histórico do MNE.- Spaak a propósito dos pedidos diria, no original “...en ce qui concerne le terme association, je trouve que ce terme n’est pas claire. Je crois qu’il veut dire: notre union est ouverte mais il y a des pays dont l’économie n’est pas en état d’entrer de plain pied dans le Marché Commun. Il faut leur imposer un stage d’association. Il ne pourrait pas avoir entre les membres Qui participent au M.C. et ceux qui veulent y entrer de divergences profondes sur le sens du traité...”

¹³⁰ Idem

Num périplo efectuado pelo Dr. Correia de Oliveira, pelas capitais europeias obteve da maior parte o apoio à pretensão de Portugal. Assim recebeu apoios de: ⁽¹³¹⁾

- Hallstein – Presidente da Comissão das Comunidades Europeias; ⁽¹³²⁾
- Couve de Murville – MNE França e Presidente do Conselho de Ministros das Comunidades; ⁽¹³³⁾
- Edward Heath do Reino Unido; ⁽¹³⁴⁾
- Paul Henri Spaak da Bélgica - (que refere que *...” apesar das diligências de alguns países africanos para impedir a entrada de Portugal, não dará guarida a tais posições...* “); ⁽¹³⁵⁾
- L. Erhard, Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Federal Alemã – que se declara pessoalmente partidário da admissão não só do Reino Unido como de todos os membros da EFTA e mesmo da Espanha; ⁽¹³⁶⁾
- Joseph Luns da Holanda – que diz, na altura, que transmitiu aos seus colaboradores a instrução de que *“.. não eram de admitir argumentos contra Portugal baseados em razões de ordem política ou de organização política interna..”* ⁽¹³⁷⁾

¹³¹ In Proc. nº 3,62 – Pasta nº 41 – Mercado Comum – Arquivo Histórico do MNE

¹³² *Idem*

¹³³ *Idem, Ibidem*

¹³⁴ *Idem, Ibidem*

¹³⁵ *Idem, Ibidem*

¹³⁶ *Idem, Ibidem*

¹³⁷ In Proc. nº 3,62 – Pasta nº 41 – Mercado Comum – Arquivo Histórico do MNE - Comunicação de Frank Figgures, Secretário Geral da EFTA, aos Embaixadores EFTA, após reunião com o Sr. Ball – Subsecretário para os Assuntos Económicos do Departamento de Estado

Já posição diferente tomaram os Estados Unidos da América, face aos pedidos de 1962.

Em comunicação de Frank Figgures, Secretário Geral da EFTA, aos Embaixadores EFTA, após reunião com o Sr. Ball – Subsecretário para os Assuntos Económicos do Departamento de Estado: ⁽¹³⁸⁾

“...os E.U.A. defendem a adesão ou associação de todos os Estados E.F.T.A. à C.E.E...” mas com reticências expressas e clarificadas na segunda parte da sua comunicação: *“...no caso de Portugal, mas que interessa igualmente o Reino Unido, o Sr. Ball mencionou o regime de relações económicas entre os territórios do ultramar e a Comunidade Europeia, uma vez as Metrópoles entradas, ou associadas com a mesma comunidade. O Sr. Ball exprimiu ainda a opinião que os EUA não poderiam ver com simpatia e até teriam que se manifestar oposição, na devida oportunidade, que a integração europeia desse lugar ao estabelecimento de arranjos preferenciais para vastas zonas do Continente Africano.....”*. ⁽¹³⁹⁾

Por outras palavras, os EUA viam com receio uma Comunidade que integrasse dois países com interesses em vastíssimas áreas africanas que pusesse em causa os seus próprios interesses no continente africano.

No ano seguinte, em 1963, foi a vez da Turquia apresentar, pela primeira vez, um pedido de associação à Comunidade Económica Europeia. ⁽¹⁴⁰⁾

¹³⁸ In Proc. nº 3,62 – Pasta nº 41 – Mercado Comum – Arquivo Histórico do MNE - Cabe aqui ainda descrever a posição dos EUA face aos pedidos de 1962 - Comunicação de Frank Figgures, Secretário Geral da EFTA, aos Embaixadores EFTA, após reunião com o Sr. Ball – Subsecretário para os Assuntos Económicos do Departamento de Estado

¹³⁹ Idem

¹⁴⁰ In Santos, Dr^a Elsa - Cronologia comparada dos principais momentos da construção europeia. O Reino Unido voltaria insistir em 11 de Maio de 1967.- A Turquia fez o seu pedido de abertura de associação em 12 de Setembro de 1963

Mas a Inglaterra, e restantes países, veriam adiadas as suas pretensões pois a França, pela voz do seu Presidente da República – o General Charles de Gaulle, vetou a sua entrada, em 14 de Janeiro de 1963, e todos os processos, dos vários países, incluindo o de Portugal, ficaram prejudicados e adiados. ⁽¹⁴¹⁾

A audição do caso português que tinha sido marcada para o dia 11 de Fevereiro de 1963 foi, após este veto, suspensa “sine die”⁽¹⁴²⁾.

O motivo invocado pela França, nessa altura, foi o de que o Reino Unido queria demasiadas excepções à Pauta Aduaneira Comum e que por esse motivo não poderia entrar.

Na verdade o Reino Unido pretendia obter a salvaguarda dos interesses do Commonwealth, salvaguardar a sua agricultura bem como queria impor a entrada simultânea dos países neutrais (Áustria, Suécia e Suíça) e ainda da Dinamarca, Noruega e Portugal.⁽¹⁴³⁾

Quatro anos mais tarde, em 1967, defrontando-se as Comunidades Europeias com uma nova vaga de pedidos, coube outra vez à França o papel de, desta vez, rejeitar a reabertura de negociações para o alargamento das Comunidades com todos os candidatos, embora o seu alvo continuasse a ser a Inglaterra.

Desta vez o motivo oficial, invocado pela França, foi a recente desvalorização da Libra, e portanto não se considerar oportuna a abertura do processo de adesão. ⁽¹⁴⁴⁾

¹⁴¹ *In Proc. nº 3,62 – Pasta nº 41 – Mercado Comum – Arquivo Histórico do MNE.*

¹⁴² *Embaixador Calvet de Magalhães - in Hipolito de la Torre – Portugal, España y Europa, Cien años de desafío – III jornadas de estudios Luso-Españoles. Mérida, págs. 142 -152*

¹⁴³ *In - Proc. nº 4,315 – Pasta nº 41 – EOI 210 – Doc. nº 698 - Mercado Comum – Arquivo Histórico do MNE.*

¹⁴⁴ *In - Proc. nº 4,315 – Pasta nº 41 – EOI 210 – Doc. nº 698 - Mercado Comum – Arquivo Histórico do MNE.*

Por trás destas argumentações técnicas estava contudo o facto de a França ver a Inglaterra como um braço dos EUA na Europa, o que colidia frontalmente com o desejo do General De Gaulle de ver a França liderar o projecto europeu sem sombras. ⁽¹⁴⁵⁾

Sucedeu-lhe no cargo Georges Pompidou que solicitou uma cimeira de Chefes de Estado e do Governo, aos seis, a qual se veio a realizar em Haia em 1 e 2 de Dezembro de 1969, cuja agenda foi marcada pela discussão do dossiê referente à eventual adesão do Reino Unido às Comunidades e com a apresentação, pelo novo Presidente da França, do que ficou conhecido como, na formulação de Pompidou, as políticas de Aprofundamento, Acabamento e Alargamento das Comunidades. ⁽¹⁴⁶⁾

Apenas em 9 de Junho de 1970, foi decidido pelo Conselho de Ministros das Comunidades, mandar a Comissão das Comunidades Europeias para abrir negociações exploratórias com os países da E.F.T.A., nomeadamente com:

- a Áustria, a Finlândia, Suécia e Suíça, que não tinham apresentado ainda qualquer solicitação de abertura de negociações ou pedido de adesão,
- a Irlanda que já tinha apresentado o seu pedido de adesão em 1961, reiterado em 1967,

¹⁴⁵ In - Proc. nº 4,315 - Pasta nº 41 - EOI 210 - Doc. nº 698 - Mercado Comum - Arquivo Histórico do MNE.

¹⁴⁶ In - Campos, Prof. Doutor João Mota de - Direito Comunitário - 7ª edição - Lisboa - Fundação Calouste de Gulbenkian, 1995.- pp. 105

- e com Portugal, que já tinha apresentado em 1962 um pedido de abertura de negociações com a Comunidade Económica Europeia.
(¹⁴⁷)

- No mês seguinte (Julho de 1970) teve lugar o reatamento das negociações entre a Comissão e o governo de Londres.

A Dinamarca e a Inglaterra acabariam por aderir em 1973, e outros parceiros da E.F.T.A. como a Áustria e a Suécia acabaram por aderir no início da década de 1990.

Portugal não abandonou as suas pretensões de 1962 e após a decisão do Conselho de Haia, de Dezembro de 1969, de dar um mandato à Comissão das Comunidades europeias para negociar com os países da E.F.T.A., reiniciou as negociações entregando um memorando ao Presidente da Comissão da C.E.E., em 28 de Maio de 1971, no qual o governo português manifestava o desejo de entrar em negociações, com o objectivo de estabelecer os laços que verificassem adequados aos interesses das duas partes.

Os contactos exploratórios tiveram lugar em 24 de Novembro de 1970, sendo a delegação portuguesa chefiada pelo então Ministro dos Negócios Estrangeiros Dr. Rui Patrício.

As negociações, enquanto tal, foram conduzidas pelo Embaixador Dr. Teixeira Guerra e desenrolaram-se entre 1971 e 1972. (¹⁴⁸)

¹⁴⁷ In – Campos, Prof. Doutor João Mota de – *Direito Comunitário* - 7ª edição – Lisboa - Fundação Calouste de Gulbenkian, 1995.- pp. 105

¹⁴⁸ In Magalhães, Embaixador Dr. Calvet de Magalhães in Hipolito de la Torre – *Portugal, España y Europa, Cien años de desafio* – III jornadas de estudios Luso-Espanoles. Mérida – pp.. 142 -152

Este processo, desenvolvido já em pleno governo chefiado pelo Prof. Doutor Marcelo Caetano⁽¹⁴⁹⁾, levaria à assinatura de um Acordo Comercial, em 22 de Julho de 1972, entre as Comunidades Europeias e Portugal.

Este acordo continha uma cláusula evolutiva que permitia a Portugal pedir uma Associação mais profunda, à Comunidade Económica Europeia, à medida que a sua evolução o aconselhasse, e que fosse julgado conveniente pelas partes. A extensão do acordo podia ser ampliada caso as circunstâncias o aconselhassem. ⁽¹⁵⁰⁾

É justo referir os nomes das pessoas que integraram a equipa que preparou estas negociações e que acompanhou o seu desenvolvimento e que permitiram que Portugal chegasse ao referido acordo com a, então, Comunidade Económica Europeia. ⁽¹⁵¹⁾

- Embaixador Teixeira Guerra,
- Embaixador Calvet de Magalhães,
- Dr. José Silva Lopes,
- Engº Carlos Lourenço,
- Dr. Álvaro Ramos Pereira,
- Drª Raquel Ferreira,
- Engº João Cravinho,
- Drª Isabel Magalhães Colaço,
- Dr. Joaquim Mexia,
- Dr. Alberto Regueira,
- Engº Torres Campos
- e o Embaixador Luís Góis Figueira,

¹⁴⁹ O Professor Doutor Marcelo Alves Caetano (1906-1980) foi Professor Catedrático de Direito, na Universidade Clássica de Lisboa, e seu Reitor, especializado em Direito Administrativo. Foi também Presidente do Conselho de Ministros no período entre os anos de 1968 e 1974. Foi o último 1º Ministro da 2ª República portuguesa, ou Estado Novo.

¹⁵⁰ Figueira, Embaixador Luís Góis – entrevista pessoal – Junho de 2002

¹⁵¹ Lopes, Prof. Doutor Ernâni Rodrigues – entrevista pessoal – Março de 2007

Este acordo permitia um desarmamento das barreiras à entrada de produtos e serviços, da comunidade, que se podia prolongar até 1980 ou 1985, podendo Portugal aplicar restrições quantitativas até essa data e contingentar a importação de automóveis.

Os *direitos aduaneiros*, com fins fiscais, deveriam progressivamente ser substituídos por impostos directos. ⁽¹⁵²⁾

Os *produtos agrícolas* beneficiariam também de um regime especial de desarmamento.⁽¹⁵³⁾

Na prática isto significava que Portugal podia ir renegociando as condições do acordo, à medida que ia evoluindo, e que teria um período de cerca de 8 anos para beneficiar de algumas proteções.

Na sequência deste acordo e ao abrigo desta cláusula, depois de uma reunião entre Portugal e a Comunidade, no Luxemburgo, em Outubro de 1973, o Conselho da CEE ofereceu a Portugal uma ajuda financeira, excepcional, de urgência. ⁽¹⁵⁴⁾

Posteriormente, no ano de 1976, a pedido de Portugal, o Conselho das Comunidades decidiu autorizar a Comissão a iniciar negociações ao abrigo da cláusula evolutiva do Acordo Comercial de 1972, com vista ao alargamento do seu domínio de aplicação.

Tais negociações permitiram a conclusão, nesse mesmo ano, de:

- um Protocolo Adicional ao Acordo de 1972,
- e de um Protocolo Financeiro através do qual a Comunidade Económica Europeia se dispunha a prestar ajuda ao nosso país, que atravessava graves dificuldades, derivadas da crise do 11 de Março.

¹⁵² Cf. Mateus, Abel – *Economia portuguesa desde 1910*, Lisboa, Verbo, 1998

¹⁵³ *idem*

¹⁵⁴ *idem*

5ª Secção – A Aproximação final, pré-Negociações de Adesão

III.VI - Um rumo diferente da Política Externa Portuguesa

Entretanto e já no período do 1º Governo Constitucional, da 3ª República, chefiado pelo Dr. Mário Soares, que tomou posse em 23 de Julho de 1976, foi introduzida a formulação, do que foi uma opção de política externa, com o foco principal virado para o continente europeu.

Isto é, de uma opção de política externa, com uma focalização Africana e Atlântica, seguida por Portugal desde o reinado de Sua Alteza o Rei Dom João II, Portugal passou a adoptar uma política externa de opção Continental Europeia. ⁽¹⁵⁵⁾

Esta viragem baseou-se em vários pressupostos: ⁽¹⁵⁶⁾

- Em primeiro lugar, que haveria lugar a um novo alargamento da CEE, a novos países europeus;
- Em segundo lugar que a Espanha iria também pedir a adesão à CEE e à NATO;
- Em terceiro lugar que o pressuposto de uma aproximação dos PALOP⁽¹⁵⁷⁾ à Convenção de Lomé seria um facto de que Portugal não se poderia alhear.⁽¹⁵⁸⁾

¹⁵⁵ In Ferreira, Dr. José Medeiros - *Portugal, España y Europa, Cien años de desafío (1890-1990)* - (III Jornadas de Estudios Luso-Españoles. Mérida), Madrid, Universidad Nacional de Educación a Distancia, 1991- pp. 152 -153.

¹⁵⁶ In Ferreira, Dr. José Medeiros - *Portugal, España y Europa, Cien años de desafío (1890-1990)* - (III Jornadas de Estudios Luso-Españoles. Mérida), Madrid, Universidad Nacional de Educación a Distancia, 1991- pp. 152 -153.

¹⁵⁷ PALOP – sigla de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, hoje agrupados juntamente com Portugal, o Brasil e recentemente Timor, na CPLP – organização de Cooperação dos Países de Língua Portuguesa.

Foi entendido que se todos estes pressupostos se viessem a verificar, Portugal ficaria numa posição internacional frágil, sem qualquer influência, quer face ao bloco das Comunidades Europeias, quer face ao ex-ultramar. ⁽¹⁵⁹⁾

Por outro lado, foi percebido que, se se queriam garantir os mercados externos para os produtos portugueses, nomeadamente para os têxteis, era interessante e necessário que Portugal integrasse um bloco económico tecnologicamente evoluído. ⁽¹⁶⁰⁾

Acrescia ainda o facto de que Portugal tinha que gerir a sua relação com a Espanha, em moldes diferentes.

Neste contexto foi julgado que o melhor enquadramento para o fazer, seria dentro de um espaço alargado de aliança económica e política entre Estados Soberanos – a C.E.E., onde os dois países se encontrariam em plano, pelo menos teórico, de igualdade. ⁽¹⁶¹⁾

Por fim, pretendia-se redefinir o papel de Portugal no Mundo e garantir a defesa dos interesses permanentes de Portugal no período post – império. ⁽¹⁶²⁾

Em 1976 foi renegociado o Acordo com a Comunidade Económica Europeia, (celebrado em 1972), ao abrigo da cláusula evolutiva, constante do mesmo, face às necessidades prementes que Portugal tinha em matéria de empréstimos financeiros que suportassem a

¹⁵⁸ *Convenção de Lomé – convenção assinada em 28 de Fevereiro de 1975 que associava os países ACP (África, Caraíbas e Pacífico) à Comunidade Económica Europeia.*

¹⁵⁹ *In Ferreira, Dr. José Medeiros - Portugal, España y Europa, Cien años de desafío (1890-1990) – (III Jornadas de Estudios Luso-Espanoles. Mérida), Madrid, Universidad Nacional de Educación a Distancia, 1991– pp. 152 -153.*

¹⁶⁰ *Idem*

¹⁶¹ *in Lopes, Ernâni Rodrigues - Portugal e a União Europeia - policopiado - Universidade Católica Portuguesa, Lisboa - 2001 - #5, Q.18*

¹⁶² *Idem*

solvabilidade do Estado, bastante depauperado pelos acontecimentos verificados a partir do 11 de Março de 1975. ⁽¹⁶³⁾

Após essa renegociação, foi assinado em Bruxelas, no dia 20 de Setembro de 1976 um Protocolo Adicional Portugal/Comunidades Europeias, tendo o Ministro dos Negócios Estrangeiros afirmado, na altura, a intenção de solicitar o pedido de adesão, aquando da assinatura do Protocolo Financeiro de apoio. ⁽¹⁶⁴⁾

Como corolário lógico dos pressupostos identificados e das acções até aí desenvolvidas, o ***pedido formal de Adesão à Comunidade Económica Europeia*** foi apresentado em 28 de Março de 1977, tendo o Conselho de Ministros das Comunidades respondido afirmativamente ao pedido, em 6 de Junho de 1977, após o parecer positivo da Comissão de 19 de Maio, desse mesmo ano. ⁽¹⁶⁵⁾

Paralelamente a estas diligências, o Dr. Mário Soares, percorreu as capitais europeias numa acção de diplomacia directa destinada a, por um lado, sondar da disponibilidade dos governos dos nove da CEE em aceitarem o nosso pedido de adesão e, por outro lado, solicitar o apoio destes para o pedido de adesão apresentado. ⁽¹⁶⁶⁾

É, portanto, devido à acção e vontade política do 1º Governo Constitucional, chefiado pelo Dr. Mário Soares, que vence as outras correntes de opinião existentes, que Portugal envereda definitivamente por esta linha de alianças internacionais e por este caminho da construção europeia.

¹⁶³ in Lopes, Ernâni Rodrigues - *Portugal e a União Europeia* - Universidade Católica Portuguesa, Lisboa - 2001 - #5, Q.18

¹⁶⁴ Cf. - *Cronologia comparada dos principais momentos da Construção Europeia* - coord. Dr^a Elsa Santos

¹⁶⁵ in Lopes, Ernâni Rodrigues - *Portugal e a União Europeia* - Universidade Católica Portuguesa, Lisboa - 2001 - #5, Q.18

¹⁶⁶ in Lopes, Ernâni Rodrigues - *idem*

A adopção deste caminho significava seguir o exemplo da maioria dos nossos parceiros da E.F.T.A., que tinham, ou estavam em vias de o fazer, adoptado este modelo europeu:

- o da C.E.E., em detrimento do modelo, até aí adoptado, de membros da E.F.T.A.

Como já foi referido, Portugal já não tinha o Ultramar, e uma das suas linhas anteriores de modelo de relações externas, a vertente africana e atlântica, tinha-se alterado significativamente.

Havia ainda a acrescentar a todos os pressupostos anteriormente identificados, e esse factor foi tomado em consideração nas decisões tomadas por Portugal, que a nossa relação preferencial com o Reino Unido, no plano bilateral, continuava de pé mas que para se desenvolver, teria que ser no novo enquadramento de alianças, de resto modelo esse que já tinha sido adoptado pelo nosso velho aliado.

Por todas estas razões, e neste sentido, dá-se realmente uma viragem da Política Externa portuguesa.

Esta viragem conduziria a que fosse atribuído um maior peso à opção continental europeia, face às outras anteriores opções:

- Atlântica
- e Africana.

Capítulo IV

As Reuniões de Negociações

entre

Portugal e

as Comunidades Europeias

e os seus principais resultados

1977 / 1985

1ª Secção – os Actos e Documentos pré-negociações

IV. I - O pedido de Adesão de 28 de Março de 1977

Em 28 de Março de 1977 foi apresentado ao Presidente (em exercício) do Conselho das Comunidades Europeias, pelo Primeiro Ministro Português, do 1º Governo Constitucional, Dr. Mário Soares, o pedido oficial de adesão de Portugal à Comissão Europeia do Carvão e do Aço (C.E.C.A), à Comunidade Económica Europeia (C.E.E) e à Comunidade Europeia da Energia Atómica (C.E.E.A). ⁽¹⁶⁷⁾

A decisão de aceitação do pedido foi tomada no Conselho das Comunidades de 5 de Abril de 1977, no qual foi decidido colocar em execução os procedimentos previstos nos Art.º 98 do Tratado C.E.C.A, Art.º 205 do Tratado C.E.E.A e Art.º 237 do Tratado C.E.E. ⁽¹⁶⁸⁾

Na altura foi afirmado pelas Comunidades que as negociações que se seguiriam partiam de algumas regras gerais, que teriam de ser cumpridas pelos países candidatos (Portugal e Espanha) e pelos dez membros das Comunidades, que eram basicamente as seguintes: ⁽¹⁶⁹⁾

- Todos os objectivos da Comunidade, tais como estão expostos no preâmbulo do Tratado de Roma, teriam que ser partilhados pelos governos democráticos e povos dos dois países;

¹⁶⁷ In Lopes, Ernâni Rodrigues – Arquivo Pessoal - pasta II – Decisão do Conselho Europeu de iniciar as negociações de adesão com Portugal e a Espanha - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986.

¹⁶⁸ Idem

¹⁶⁹ Idem e Cf. Vilaça, José Luís da Cruz – Arquivo Pessoal - A adesão de Portugal às Comunidades Europeias – Pastas I a III, 1979/1983

- A Comunidade reafirmava o comprometimento político de levar as negociações a bom termo;
- O Conselho lembrava que os países candidatos à adesão aceitaram aderir, tendo como quadro de referência obrigatório a aceitação dos Tratados Comunitários e o Direito Derivado em vigor à data de adesão, com a única excepção possível resultante das possíveis cláusulas transitórias que viessem a ser negociadas;
- No período de pré-adesão dever-se-iam desenvolver as reformas necessárias, pelas duas partes envolvidas – países candidatos e comunidades europeias – de forma a tornar o alargamento harmonioso e vantajoso para ambas as partes;
- Neste período os governos de Portugal e da Espanha deveriam estabelecer contactos políticos com os dez países membros, de forma a se construir, desde então, uma cooperação política, comprometendo-se a Comunidade a manter informados os governos dos países aderentes sobre a evolução das matérias dessa esfera.

Em Portugal, a 3 de Agosto de 1977, foi criada oficialmente a Comissão para a Integração Europeia, por publicação no Diário da República do Dec.-Lei n.º 306/77 que criava “..na Presidência do Conselho de Ministros” a referida Comissão. ⁽¹⁷⁰⁾

Isto 7 meses após a realização da sua primeira reunião.

¹⁷⁰ In Lopes, Ernâni Rodrigues – Arquivo Pessoal - pasta II – Decisão do Conselho Europeu de iniciar as negociações de adesão com Portugal e a Espanha - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986 e Cf. Vilaça, José Luís da Cruz – Arquivo Pessoal - A adesão de Portugal às Comunidades Europeias – Pastas I a III, 1979/1983. É criada a Comissão para a Integração Europeia e, no quadro desta, o Secretariado para a Integração Europeia e Gabinetes para a Integração Europeia.

Na verdade a 1ª reunião da Comissão para a Integração Europeia tinha já tido lugar em 21 de Dezembro de 1976, sendo então o seu Presidente o Dr. Silva Lopes. ⁽¹⁷¹⁾

Este, por ter sido entretanto convidado para exercer o cargo de Ministro das Finanças e do Plano, do 3º Governo Constitucional, chefiado pelo Engº Nobre da Costa, abandonou funções.

Foi substituído pelo Dr. Victor Constâncio, que, por sua vez, abandonou funções em Janeiro de 1978, pelo facto de ter sido nomeado Ministro das Finanças e do Plano, já na vigência do 4º Governo Constitucional, chefiado pelo Prof. Doutor Mota Pinto. ⁽¹⁷²⁾

Por outro lado, a nomeação oficial dos membros da referida Comissão para a Integração Europeia só teve lugar em 27 de Setembro de 1977, por publicação no Diário da República.

Vinte e três meses decorridos desde a realização da sua 1ª reunião, esta comissão ainda não dispunha de instalações para o seu bom funcionamento.

Em 14 de Fevereiro e em 6 de Março de 1977, o 1º Ministro, Dr. Mário Soares, visitou as capitais europeias dos Estados-Membros e em 16 de Março fez uma exposição na Assembleia da República a propósito da Adesão de Portugal às Comunidades Europeias.

¹⁷¹ In Lopes, Ernâni Rodrigues – Arquivo Pessoal - pasta II – Decisão do Conselho Europeu de iniciar as negociações de adesão com Portugal e a Espanha - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986 e Cf. Vilaça, José Luís da Cruz – Arquivo Pessoal - A adesão de Portugal às Comunidades Europeias – Pastas I a III, 1979/1983

¹⁷² In Lopes, Ernâni Rodrigues – Arquivo Pessoal - pasta II – Decisão do Conselho Europeu de iniciar as negociações de adesão com Portugal e a Espanha - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986 e Cf. Vilaça, José Luís da Cruz – Arquivo Pessoal - A adesão de Portugal às Comunidades Europeias – Pastas I a III, 1979/1983

Nessa sessão, foi aprovado um Voto de Congratulação por tal facto, com os votos a favor do C.D.S., P.P.D. e P.S. e os votos contra do P.C.P. e restantes forças políticas presentes no Parlamento de São Bento.
(¹⁷³)

IV.II. – O Relatório “Fresco” - Relatório de conjunto sobre o Alargamento, apresentado em 11 de Abril de 1978 (¹⁷⁴)

Este relatório foi produzido pelos grupos de trabalho, entretanto constituídos por funcionários da Comissão das Comunidades Europeias e continha os seguintes temas/capítulos:

IV.I.I. - Relatório do grupo “relações exteriores”, (¹⁷⁵)

Neste relatório estudavam-se em detalhe as características económicas gerais dos três países candidatos (Portugal, Espanha e Grécia), seguindo-se uma análise da sua estrutura industrial.

No que respeita a Portugal, este relatório referia que entre 1960 e 1973 se tinha assistido no País a um longo período de crescimento elevado e regular, principalmente no sector industrial. (¹⁷⁶)

Portugal aparecia como o país, dos três pretendentes à adesão, onde a indústria ocupava a maior fatia do Produto Interno Bruto e os serviços a menor: (¹⁷⁷)

¹⁷³ In Lopes, Prof. Doutor Ernâni Rodrigues – Arquivo Pessoal - pasta II - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986.

¹⁷⁴ In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta II – Relatório Conjunto sobre o Alargamento - Apontamento do MNE - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986

¹⁷⁵ Idem

¹⁷⁶ Idem, Ibidem

¹⁷⁷ Idem, Ibidem

Quadro – 7 – % da Indústria e Serviços no PIB ⁽¹⁷⁸⁾

País	Espanha	Grécia	Portugal
Indústria (% do PIB)	41%	32%	47%
Serviços (% do PIB)	48%	51%	39%

No mesmo relatório referia-se também que as exportações portuguesas, entre 1965 e 1975, tinham conhecido uma evolução no sentido de a maior fatia pertencer aos produtos acabados, em (1975 - 78% das exportações), ao invés dos produtos alimentares, matérias em bruto e produtos semi-acabados, que decresceram.

Nesse mesmo período de dez anos, 50% das exportações portuguesas tinham já como destino os países membros da CEE. ⁽¹⁷⁹⁾

No mesmo relatório frizava-se que a partir de 25 de Abril de 1974 tinham surgido, em Portugal, várias e graves dificuldades económicas e financeiras, que era preciso ter em conta nas negociações futuras do processo de adesão de Portugal às Comunidades, em consequência de três factores: ⁽¹⁸⁰⁾

- uma descolonização brutal;
- as nacionalizações efectuadas na sequência do 11 de Março⁽¹⁸¹⁾;
- afrouxamento do crescimento económico e o aparecimento de défices nos pagamentos externos.

¹⁷⁸ In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta II – Relatório Conjunto sobre o Alargamento - Apontamento do MNE - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986

¹⁷⁹ *Idem*

¹⁸⁰ *Idem*, *Ibidem* e Cf. Vilaça, José Luís da Cruz – Arquivo Pessoal - A adesão de Portugal às Comunidades Europeias – Pastas I a III, 1979/1983

¹⁸¹ 11 de Março de 1975 – na sequência de movimentações civis e militares, o Movimento das Forças Armadas e o Partido Comunista Português decidiram, perante a apatia e o medo, e até colaboração, dos outros Partidos políticos, nacionalizar a Banca, os Seguros e por arrastamento um número elevadíssimo de empresas industriais, agrícolas e comerciais, o que colocou nas mãos do Estado uma parte muito importante da Economia portuguesa e que destruiu vários dos poucos grupos económicos nacionais.

IV.1.II. - Consequências do alargamento no domínio agrícola; ⁽¹⁸²⁾

Eram também analisados ainda no mesmo relatório, do grupo “relações exteriores”, os problemas económicos gerais ligados ao possível alargamento, tratando-se de seguida os sectores industrial e agrícola.

Eram aí colocadas duas condições, para que a inserção no comércio mundial dos três países candidatos se fizesse:

1. uma melhoria do contexto internacional;
2. e o aumento progressivo do peso dos países candidatos nos mercados mundiais.

Como a Comunidade absorvia cerca de 50% das exportações do conjunto dos três Países candidatos, a ligação com o problema da recuperação do crescimento económico acelerado da Comunidade era evidente.

Estes países precisavam, ainda segundo o mesmo relatório, de resolver vários problemas considerados graves. ⁽¹⁸³⁾

Nomeadamente necessitavam de proceder a importantes alterações estruturais, o que implicaria investimentos consideráveis nos campos do desenvolvimento industrial, na melhoria das infra-estruturas económicas e sociais e ainda no desenvolvimento regional.

¹⁸² In Lopes, Ernâni Rodrigues – Arquivo Pessoal - pasta II – Decisão do Conselho Europeu de iniciar as negociações de adesão com Portugal e a Espanha - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986 e Cf. Vilaça, José Luís da Cruz – Arquivo Pessoal - A adesão de Portugal às Comunidades Europeias – Pastas I a III, 1979/1983

¹⁸³ In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta II – Relatório Conjunto sobre o Alargamento - Apontamento do MNE - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986

No domínio da indústria referia-se que os três países tinham a necessidade de alargar a sua base industrial, nomeadamente de reforçar o sector fabril de forma a torná-lo globalmente mais competitivo, mesmo que tal implicasse um sacrifício inicial de divisas para aquisição dos bens de capital necessários para tal finalidade. ⁽¹⁸⁴⁾

A sua Adesão iria aumentar a capacidade produtiva da Comunidade em sectores que sofriam de dificuldades de ordem conjuntural e estrutural, tais como a siderurgia, os têxteis e a construção naval. ⁽¹⁸⁵⁾

No sector agrícola os problemas identificados e derivados do futuro alargamento, eram vários. Desde logo punha-se na questão do que o alargamento iria provocar:

- a duplicação da população agrícola das Comunidades, dada a entrada de mais 5 milhões de unidades produtivas, por um lado, e por outro lado a fraca produtividade da agricultura dos três países candidatos implicaria que esse aumento de unidades provocasse apenas um aumento de 1/5 na produção.
- O aumento da produtividade das Comunidades, no processo pós-adesão, poderia assim criar problemas no desemprego dada a necessidade de se proceder a uma redução considerável da mão-de-obra no sector.
- Estimava-se que, por exemplo, Portugal sofresse uma nítida perda de rendimentos pela simples aplicação da Política Agrícola Comum, dada a circunstância de os preços comunitários dos

¹⁸⁴ *In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta II – Relatório Conjunto sobre o Alargamento - Apontamento do MNE - Adesão de Portugal à CEE - 1974/1986*

¹⁸⁵ *Idem*

produtos agrícolas, produzidos nos países das Comunidades, serem sensivelmente mais elevados do que os preços internacionais.

Ora Portugal sendo um grande importador de produtos agrícolas, oriundos de vários pontos do globo, os seus habitantes teriam que despende mais dinheiro para comprar esses tipos de produtos nas Comunidades, o que acarretaria como consequência uma nítida redução dos seus rendimentos. ⁽¹⁸⁶⁾

IV.I.III.- Relatório sobre os problemas regionais na perspectiva do alargamento ⁽¹⁸⁷⁾

Nesta matéria estimava-se que as disparidades, ou assimetrias, regionais na Comunidade Alargada se iriam intensificar.

Na altura (Europa a Nove membros) a diferença entre o nível de desenvolvimento da região mais rica – (Hamburgo/Alemanha) – e a região mais pobre – (Calábria/Itália) – era de 1 para 5.

Posteriormente, já na Comunidade a Doze a diferença entre a região mais rica – (Hamburgo) – e a região mais pobre – (Vila Real / Bragança) – seria de 1 para 11, medido em termos do PIB por habitante.

Ora era tido como certo e referenciado no relatório, que se verificaria um aumento do volume das trocas e que este iria beneficiar sobretudo os Estados e as Regiões mais desenvolvidas.

¹⁸⁶ In Lopes, Ernâni Rodrigues – Arquivo Pessoal - pasta II – Decisão do Conselho Europeu de iniciar as negociações de adesão com Portugal e a Espanha - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986 e Cf. Vilaça, José Luís da Cruz – Arquivo Pessoal - A adesão de Portugal às Comunidades Europeias – Pastas I a III, 1979/1983

¹⁸⁷ Idem

Na parte dedicada aos aspectos financeiros, o relatório, começava por calcular as despesas a efectuar pelo orçamento comunitário em relação aos três novos membros (Grécia, Portugal e Espanha) e as respectivas contribuições para o mesmo, colocando a hipótese de a adesão se vir a efectivar em 1978.

Se assim fosse estimava-se que os três países beneficiariam de um fluxo financeiro de 1 bilião de u.c. (unidades de conta), dos quais cerca de 300 m.u.c seriam canalizados para Portugal.

Deste bilião de u.c., quinhentos 500 m.u.c. seriam, por seu lado, concedidos a título de empréstimos, dependendo a sua atribuição das verbas constantes dos projectos a serem apresentados por Portugal, Espanha e Grécia. ⁽¹⁸⁸⁾

A acrescentar a estas verbas seria de esperar que, para apoio às balanças de pagamentos, fossem canalizados para este países mais cerca de 1,25 biliões de u.c., dependendo, esta atribuição, da situação de cada uma das Balanças de Pagamentos dos países candidatos.

Neste Relatório foram ainda focados os problemas sociais, na perspectiva do alargamento, e produzido um Relatório Intercalar do Grupo Indústria - Energia.

As *Conclusões do Relatório* sobre os problemas regionais na perspectiva do alargamento, eram basicamente as seguintes: ⁽¹⁸⁹⁾

¹⁸⁸ In Lopes, Ernâni Rodrigues – *Arquivo Pessoal - pasta II – Decisão do Conselho Europeu de iniciar as negociações de adesão com Portugal e a Espanha - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986 e Cf. Vilaça, José Luís da Cruz – Arquivo Pessoal - A adesão de Portugal às Comunidades Europeias – Pastas I a III, 1979/1983*

¹⁸⁹ *Idem*

- As Comunidades Europeias teriam que equacionar as adesões de Portugal, Grécia e Espanha numa perspectiva de comunidade a doze países (e não a nove) e teriam que formular um programa de política económica de médio prazo, que contivesse medidas de reforma estrutural dos problemas regionais, para o conjunto da futura comunidade alargada.
- Era tido como necessário, o regresso a um crescimento económico rápido de forma a absorver as novas economias sem grandes problemas para o conjunto dos países integrantes do bloco;

Eram apresentados três cenários de crescimento económico e elencadas as suas respectivas consequências previsíveis:

Quadro 8 – Cenários das Comunidades - Previsão de Crescimento
(¹⁹⁰)

	<i>Cenário 1 Optimista</i>	<i>Cenário 2 Pessimista</i>	<i>Cenário 3 Moderado</i>
Comunidade % crescimento	> 4,5%	2%	3% a 4%
Países Candidatos % crescimento	6% a 8%	0% a 1%	> 4%

Concluía o estudo que *o mais realista seria o cenário 3, o moderado*, pois significaria que os países aderentes cresceriam a um nível pouco superior ao dos países das comunidades, mas que isso permitiria, mesmo assim, uma convergência a prazo, embora lenta, das economias.

¹⁹⁰ In Lopes, Ernâni Rodrigues – Arquivo Pessoal - pasta II – Decisão do Conselho Europeu de iniciar as negociações de adesão com Portugal e a Espanha - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986.

Para isso, apontava o documento, teriam que ser construídos programas de acção canalizados para aspectos do crescimento, taxas de inflação baixas, reabsorção do desemprego e o regresso a situações satisfatórias das Balanças de Pagamentos.

IV.II. – O Parecer da Comissão, O “Avis” de 19 de Maio de 1978 ⁽¹⁹¹⁾

Em 19 de Maio de 1978 foi entregue, pela Comissão das Comunidades Europeias, ao Conselho de Ministros das Comunidades um “Avis”, que continha algumas considerações gerais sobre o pedido de adesão Português, que integravam várias considerações específicas sobre os temas da:

1. União Aduaneira,
 2. Agricultura,
 3. Pescas,
 4. Indústria,
 5. Energia,
 6. Sector Terciário,
 7. Aspectos Sociais e Regionais,
 8. Direitos de Estabelecimento,
 9. Direitos de Circulação dos Serviços e dos Capitais,
 10. Política de Concorrência e Ajudas,
 11. Fiscalidade,
 12. Relações Exteriores,
- bem como sobre:
13. as regiões da Madeira e Açores,
 14. e ainda sobre Macau.

¹⁹¹ *In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta II – AVIS de la Commission au Conseil concernant la demande d’adhesion du Portugal – documento com 30 páginas escrito na língua francesa - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986 – tradução livre, do autor deste trabalho, a partir do documento analisado.*

No mesmo documento fazia-se, naturalmente e mais uma vez, referência a problemas que poderiam existir com a adesão de Portugal às Comunidades.

Estas considerações eram na realidade, e constituíam-se como tal, um “exame” à situação de Portugal nesses domínios e aos problemas daí advenientes para a sua adesão às Comunidades. ⁽¹⁹²⁾

Na introdução fazia-se referência, entre outras, às razões políticas da necessidade de aceitação da adesão, dado que a Comunidade não poderia deixar Portugal à margem do processo de integração europeia, pois essa atitude poderia provocar, neste país, uma reacção de decepção que seria politicamente muito grave e que poderia ser uma fonte de dificuldades importantes para a Democracia recentemente implantada no País.

Por outro lado reconhecia-se que, apesar das dificuldades económicas apontadas neste documento, Portugal seria importante para o reforço do papel político e comercial das Comunidades Europeias no Mundo, dadas as suas boas relações com a América Latina, a África e o Extremo Oriente. ⁽¹⁹³⁾

No plano económico considerava-se que a incidência da adesão de Portugal teria efeitos muito limitados na Comunidade dada a reduzida dimensão relativa da economia portuguesa que representaria apenas 3% em termos de população e tão só 1% em termos do P.I.B comunitário.

¹⁹² *In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta II – AVIS de la Comissão au Conseil concernant la demande d'adhésion du Portugal – documento com 30 páginas escrito na língua francesa - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986 – tradução livre, do autor deste trabalho, a partir do documento analisado.*

¹⁹³ *Idem*

Os problemas que, eventualmente, se poderiam colocar referiam-se assim ao acentuar da heterogeneidade da Comunidade.

As linhas gerais de análise iam também no sentido de que a situação sócio-económica de Portugal se caracterizava por grandes fraquezas estruturais em todos os sectores da sua actividade. ⁽¹⁹⁴⁾

O sector agrícola empregava, ainda, 28% da população activa mas o seu peso no P.I.B. era de apenas 14%, sendo o potencial agrícola do país considerado limitado.

Sobre a estrutura industrial portuguesa era referido que esta era dominada pelos sectores tradicionais que, naquela altura, atravessavam uma grave crise, a nível mundial - os têxteis, o calçado, a indústria agro-alimentar - para além de se considerar que o tecido produtivo português era muito fraccionado e pouco competitivo. ⁽¹⁹⁵⁾

Outra deficiência apontada, nesta introdução, dizia respeito à existência de uma excessiva concentração industrial na zona litoral do país, o que fazia com que existissem grandes disparidades de desenvolvimento entre as várias regiões de Portugal.

Quanto às razões, apontadas no documento, como causadoras das dificuldades que o país atravessava em 1978 eram identificadas as seguintes: ⁽¹⁹⁶⁾

- a crise petrolífera de 1973;
- as sequelas da revolução de 1974;

para além de:

¹⁹⁴ *In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta II – AVIS de la Comissão au Conseil - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986.*

¹⁹⁵ *Idem*

¹⁹⁶ *Idem, ibidem*

- a descolonização, que tinha provocado a recepção no território europeu de Portugal de cerca de meio milhão de pessoas;
- a desmobilização dos militares das forças armadas;
- a perda dos mercados ultramarinos;
- a subida súbita dos salários;

tudo isto coincidindo com a subida dos custos mundiais das matérias-primas, sobretudo no sector energético, o que tinha provocado uma subida muito rápida dos preços no país.

Por outro lado uma outra razão era apontada: havia uma instabilidade social que afectava sobretudo o sector agrícola no centro e no sul do país, o que tinha conduzido a uma diminuição da produção e ao consequente aumento das importações agrícolas, que significavam cerca de 50% do défice da balança comercial. ⁽¹⁹⁷⁾

As nacionalizações de parte significativa dos sectores dos serviços e da indústria tinha provocado uma clima de incerteza, uma grande diminuição do investimento e uma baixa importante da produtividade, sendo a actividade económica estimulada pelo consumo público e privado, em vez de o ser pelo investimento e pelas exportações. ⁽¹⁹⁸⁾

Era inevitável, segundo ainda a opinião das Comunidades inscrita no Parecer, que a conjugação das fraquezas estruturais e as dificuldades conjunturais da economia portuguesa, (com a deterioração dos termos de troca que a acompanharam), provocasse um défice crescente da balança de transações correntes. ⁽¹⁹⁹⁾

¹⁹⁷ *In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta II – AVIS de la Commission au Conseil concernant la demande d'adhesion du Portugal – documento com 30 páginas escrito na língua francesa - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986 – tradução livre, do autor deste trabalho, a partir do documento analisado.*

¹⁹⁸ *Idem*

¹⁹⁹ *Idem, Ibidem*

O quadro existente identificava essa tendência expressa pelos seguintes valores:

Quadro 9 – Evolução da Balança de Transações Correntes ⁽²⁰⁰⁾

Evolução da Balança de Transações Correntes de Portugal (em milhões de USD)			
	1973	1974	1977
SALDO	350	(800)	(1.500)

Esta passou de um saldo positivo de 350 milhões de dólares em 1973, para um défice de 800 milhões de dólares em 1974 e de 1.500 milhões de dólares em 1977, o que significava cerca de 10% do PIB, o que provocou uma redução enorme das reservas de divisas.

Mais adiante referia-se que a Adesão de Portugal vinha completar a abertura do mercado português à concorrência das indústrias comunitárias, contratada nos Acordos celebrados em 1972, o que comportava o risco acrescido de agravar as dificuldades económicas do país, podendo este facto resultar no desaparecimento das empresas que ainda não estivessem preparadas para um mercado concorrencial internacional e contribuiria para o acentuar das assimetrias regionais.
⁽²⁰¹⁾

Já no que se referia à Agricultura estimava-se que as dificuldades, derivadas da Adesão, seriam menos gravosas para Portugal, dado que o Sistema Comunitário de Sustentação dos Preços poderia ser vantajoso para certos produtos portugueses, sobretudo para os que não beneficiavam ainda desta política e para os produtos cujos preços de sustentação fossem inferiores aos preços dos produtos comunitários.

²⁰⁰ *In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta II – AVIS de la Commission au Conseil concernant la demande d'adhesion du Portugal – documento com 30 páginas escrito na língua francesa - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986 – tradução livre, do autor deste trabalho, a partir do documento analisado.*

²⁰¹ *Idem*

Pelo contrário, a abertura do mercado aos produtos dos Estados membros e aos produtos provenientes de países terceiros, (ligados às Comunidades por acordos preferenciais), poderiam trazer uma concorrência acrescida o que comportava o risco de afectar gravemente as produções menos concorrenciais portuguesas, o que poderia acarretar uma situação desfavorável na Balança de Transações Correntes do país, dado o previsível aumento dos volumes e custos de importação.

Já no que se referia à *Política Comunitária das Estruturas*, considerava-se que esta poderia trazer benefícios para o País. ⁽²⁰²⁾

O enunciado deste conjunto de problemas justificava a recomendação de que, com urgência, o Governo Português deveria proceder a reformas profundas nos campos económico e social que permitissem ao país a reestruturação necessária para enfrentar estes desafios, tomando com objectivo principal a redução progressiva do défice da Balança de Pagamentos. ⁽²⁰³⁾

A este propósito, e dentro do quadro dos acordos celebrados, em 1978, com o Fundo Monetário Internacional, eram preconizadas algumas medidas de estabilização: ⁽²⁰⁴⁾

- Em primeiro lugar era apontada a necessidade de adopção de um Plano de Estabilização para 1978/1979, que visasse essencialmente trazer o défice da Balança de Pagamentos para o ano de 1978, para menos de 1 milhão de dólares;
- Dever-se-iam desenvolver esforços para limitar a taxa de Inflação a 20%, a qual tinha atingido o nível dos 27%, em 1977;

²⁰² In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta II – AVIS de la Commission au Conseil concernant la demande d'adhesion du Portugal – documento com 30 páginas escrito na língua francesa - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986 – tradução livre, do autor deste trabalho, a partir do documento analisado.

²⁰³ *Idem*

²⁰⁴ *Idem, ibidem*

- Dever-se-ia evitar uma deterioração do mercado de emprego;
- E manter uma adequada taxa de crescimento da economia.

Os objectivos preconizados deveriam ser atingidos, nomeadamente, através de uma política de crédito mais restritiva e selectiva e por uma política orçamental que visasse a estabilização do consumo público e, pela via fiscal, o consumo privado. ⁽²⁰⁵⁾

Estas medidas, considerava-se no documento em análise, representariam um sacrifício para a população maior que o até aí imposto no passado, dada a limitação dos aumentos salariais em 15% e uma baixa do poder de compra dos salários estimada em cerca de 15%.

Estes sacrifícios teriam de ter em vista uma recuperação da economia a partir de 1979 quando, em Outubro de 1978, o 2º Governo Constitucional ⁽²⁰⁶⁾ apresentasse na Assembleia da República as grandes orientações económicas do Plano para o período 1979/1984, o qual deveria conter as medidas de estabilização de curto prazo. ⁽²⁰⁷⁾

Neste plano, Portugal indicava que o acento tónico seria posto, em primeiro lugar, na reestruturação industrial e agrícola, bem como no desenvolvimento dos serviços e infra-estruturas de forma a reduzir as assimetrias regionais. ⁽²⁰⁸⁾

²⁰⁵ In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta II – AVIS de la Commission au Conseil concernant la demande d'adhesion du Portugal – documento com 30 páginas escrito na língua francesa - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986 – tradução livre, do autor deste trabalho, a partir do documento analisado.

²⁰⁶ In Portal do Governo - 2º Governo Constitucional, chefiado pelo Dr. Mário Soares, que tinha como Ministro das Finanças e do Plano o Dr. Victor Constâncio, como Ministro dos Negócios Estrangeiros o Dr. Victor Sá Machado.

²⁰⁷ In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta II – AVIS de la Commission au Conseil concernant la demande d'adhesion du Portugal – documento com 30 páginas escrito na língua francesa - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986 – tradução livre, do autor deste trabalho, a partir do documento analisado.

²⁰⁸ *Idem*

Uma tal política visava, também, limitar o crescimento das importações e incrementar as exportações e era acompanhada de medidas no campo social, nomeadamente em matéria de educação e formação profissional.

Esta política seria destinada a repôr um certo nível de consumo e a impulsionar um crescimento acentuado do investimento público e privado, através da mobilização dos recursos disponíveis no país e na indução de condições de confiança que favorecessem o investimento privado estrangeiro.

Estas medidas previstas, que eram ditadas pela necessidade de reduzir o desnível de desenvolvimento entre Portugal e os países das Comunidades, teriam assim como resultado o atingir de um crescimento económico mais rápido que o da Comunidade. ⁽²⁰⁹⁾

Mas Portugal, acrescentava-se por outro lado no Parecer ou “Avis”, teria de receber sinais fortes de apoio à sua Adesão por parte das Comunidades, de forma a ter sucesso nos objectivos traçados. ⁽²¹⁰⁾

Por este facto a resposta, a Portugal sobre o seu pedido de Adesão, deveria ser rapidamente dada.

As Comunidades deveriam declarar-se prontas a suportar os esforços de reestruturação que as autoridades portuguesas pretendiam levar a efeito, tendo por base as orientações acima mencionadas.

²⁰⁹ *In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta II – AVIS de la Commission au Conseil concernant la demande d’adhesion du Portugal – documento com 30 páginas escrito na língua francesa - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986 – tradução livre, do autor deste trabalho, a partir do documento analisado.*

²¹⁰ *Idem*

A Comissão das Comunidades Europeias comprometia-se a apresentar ao Conselho de Ministros das Comunidades, à medida que o processo de desenvolvimento acordado fosse posto em execução, propostas de medidas de apoio a Portugal para serem adoptadas pelas Comunidades.⁽²¹¹⁾

A Comissão relembra, de seguida, as *grandes linhas* descritas na sua Comunicação de 20 de Abril de 1978 sobre o alargamento e que deveriam *balizar as negociações de adesão de Portugal*.⁽²¹²⁾

- Um crescimento sustentado, mais rápido do que o da Comunidade, facilitaria o processo de adesão de Portugal;
- para atingir este objectivo, seria necessário um nível de investimento elevado e a instauração de um clima de estabilidade e de confiança;
- Estimando que a Balança de Pagamentos de Portugal seria ainda frágil por alguns anos, seria necessária uma acção, traduzida em ajudas, de forma a providenciar uma sustentação, da mesma;
- e para isso deveriam ser tomadas todas as iniciativas, pelas Comunidades, que assegurassem essa sustentabilidade, recomendando que essas acções deveriam ser desenvolvidas, (como até essa altura o tinham sido), no seio do Fundo Monetário Internacional, mas agora com a participação activa das Comunidades que deveriam ajudar, nomeadamente, através de apelos a fazer junto dos mercados de capitais internacionais;

²¹¹ *Idem*, ponto 15 do “AVIS” da Comissão das Comunidades Europeias.

²¹² *Idem* – a partir da alínea 16 do AVIS da Comissão das Comunidades Europeias.

- Paralelamente a Comunidade, durante o período de negociação deveria apoiar o desenvolvimento industrial e agrícola de Portugal e para isso acelerar a utilização do Protocolo de 1976;
- e por outro lado aprofundar certas partes do Acordo de Livre Troca de 1972.

O “Avis” fazia depois uma série de considerações sobre os caminhos a percorrer por Portugal, nos domínios da União Aduaneira, Agricultura, Pescas, Indústria, Energia, Sector Terciário, aspectos Sociais e Regionais, Direitos de Estabelecimento, Circulação de Serviços e de Capitais, Concorrência e Ajudas, Fiscalidade e Relações Exteriores. ⁽²¹³⁾

No mesmo dia, 19 de Maio de 1978, o Vice-Presidente da Comissão das Comunidades Europeias, Senhor Lorenzo Natali, ao responder a perguntas dos jornalistas sobre a abertura de negociações com Portugal, Grécia e Espanha, afirmou que o período de transição poderia variar consoante os países e os sectores, sendo certo que a determinação dos períodos de transição dependeria da evolução das negociações a desenvolver com cada um dos países candidatos. ⁽²¹⁴⁾

²¹³ *In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta II – AVIS de la Commission au Conseil concernant la demande d’adhesion du Portugal – documento com 30 páginas escrito na língua francesa - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986 – tradução livre, do autor deste trabalho, a partir do documento analisado.*

²¹⁴ *In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta II – Conferência de Imprensa de Lorenzo Natali no dia 19 de Maio de 1978 - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986*

2ª Secção – As Negociações de Adesão, os Dossiês e os Intervenientes

IV.III. A abertura das Negociações e as Negociações de Adesão ⁽²¹⁵⁾

As negociações de Adesão, entre Portugal e as Comunidades Europeias, desenrolaram-se no período compreendido entre:

17 de Outubro de 1978 - na Reunião Ministerial do Luxemburgo
e

30 de Março de 1985 – no Conselho Europeu de Bruxelas

1ª Reunião Ministerial - As negociações de adesão de Portugal às Comunidades Europeias tiveram início formal na reunião, a nível Ministerial, realizada no Luxemburgo, em 17 de Outubro de 1978.

As Delegações, Portuguesa e Comunitária, eram chefiadas, nesta reunião, respectivamente pelos:

- Eng.º Carlos Corrêa Gago – Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, do 3º Governo Constitucional;
- Sr. Klauss Von Dohnenyi – Presidente do Conselho de Ministros das Comunidades.
- Presidente da Comissão das Comunidades Europeias, Senhor Roy Jenkins.

Na altura foram proferidas declarações políticas:

- pelo lado português, pelo Eng.º Corrêa Gago;
- pelo lado das Comunidades, pelo Ministro de Estado, Klaus von Dohnenyi;
- e pelo Presidente da Comissão das Comunidades Europeias Senhor Roy Jenkins.

²¹⁵ *In Arquivo Pessoal do Prof. Doutor Ernâni Rodrigues Lopes – Pastas 1 a 32 – Portugal e a CEE;*

In Arquivo Pessoal do Prof. Doutor José Luís da Cruz Vilaça – Pastas 1 a 4 – Negociações de Adesão de Portugal às Comunidades Europeias.

In Arquivo da Direcção Geral dos Assuntos Europeus – Pastas 1 a 16 – Negociações de Adesão de Portugal às Comunidades Europeias.

Nesta 1ª Reunião Ministerial, coube ao Senhor Roy Jenkins, declarar os parâmetros ou princípios negociais que iriam enformar todas as negociações, com vista à Adesão de Portugal às Comunidades.

E estes princípios gerais, eram seis: ⁽²¹⁶⁾

1º) A negociação de cada capítulo, não prejudicará as posições das Comunidades noutros capítulos das negociações;

2º) A negociação de Adesão deve ser vista como um todo e os acordos realizados, à medida do desenvolvimento das negociações dos diversos capítulos, não podem ser considerados definitivos até ao acordo de conjunto;

3º) As Comunidades entendem tratar o caso de adesão de Portugal, segundo os seus próprios méritos;

4º) As disposições transitórias particulares, deverão aplicar-se nas relações entre a Grécia e Portugal em caso que, à data de adesão de Portugal, as medidas transitórias ou derrogações temporárias sejam ainda aplicadas entre as Comunidades a Nove e a Grécia em virtude do Tratado de Adesão desta, serão tratados posteriormente;

5º) O regime que Portugal deverá aplicar à Espanha, será tratado posteriormente;

6º) Portugal deverá respeitar o “Acquis Communautaire” desde a data de adesão às Comunidades.⁽²¹⁷⁾

²¹⁶ *In Arquivo da Direcção Geral dos Assuntos Europeus, do Ministério do MNE – Pasta I – tradução livre, do autor deste trabalho, dos documentos originais escritos em francês e inglês.*

²¹⁷ *“Acquis Communautaire” – cerca de 40.000 páginas de Direito Comunitário Derivado – Tratados, Regulamentos e Directivas.*

O Senhor Roy Jenkins, resumidamente, informou a delegação portuguesa de que Portugal teria que respeitar todo o acervo comunitário, constituído pelos Tratados de Paris (CECA) e de Roma (CEE e CEEA), e pelo Direito Derivado (Tratados de Adesão de outros países ainda em vigor, Políticas das Comunidades, Regulamentos, Directivas, Decisões) e que este “acquis” ou acervo, constituiria a baliza que enformaria todo o processo negocial que se iniciava, admitindo que poderia haver lugar a medidas transitórias ou derrogações temporárias sobre as várias matérias em discussão, vistas e analisadas no caso a caso, mas que só se tornariam definitivas no Acordo Global. ⁽²¹⁸⁾

Por outro lado, Roy Jenkins, afirmou que as negociações com Portugal seriam vistas como um caso particular e independente da adesão de outros países às Comunidades, respondendo assim a uma pretensão portuguesa.

Esta pretensão já tinha sido exposta e aceite a vários governantes dos nove, e nomeadamente pelo Presidente francês, Valerie Giscard D’Estaing, na visita de Estado do 1º Ministro português a França, realizada em 8 de Outubro de 1979.⁽²¹⁹⁾

Por seu lado o Engº Corrêa Gago fez declarações no sentido de reafirmar o interesse de Portugal em aderir às Comunidades.

²¹⁸ *In Arquivo da Direcção Geral dos Assuntos Europeus, do Ministério do MNE – Pasta I – tradução livre, do autor deste trabalho, dos documentos originais escritos em francês e inglês.*

²¹⁹ *In Lopes, Prof. Doutor Ernâni Rodrigues – Arquivo Pessoal – Visita oficial a França do 1º Ministro Dr. Mário Soares – Pasta I - Portugal – CEE. Nesta altura, previa-se que as negociações de Adesão pudessem ser concluídas até meados de 1981, de forma a permitir a Portugal aderir em Janeiro de 1983 e a Espanha em Janeiro de 1984.*

O Início Real das Reuniões de Negociação deu-se na 1ª Reunião de Suplentes, em 1 de Dezembro de 1978 que se realizou, em Bruxelas, no âmbito da Conferência entre as Comunidades Europeias e Portugal, destinadas a acertar a Adesão do nosso País às Comunidades.

Na altura ficou acordado que as negociações prosseguiriam ao ritmo de três sessões anuais, a nível Ministerial, e de duas sessões, a nível dos Suplentes, por trimestre, podendo tal ritmo ser acelerado se fosse considerado necessário.

Nesta reunião foi submetido pela Delegação das Comunidades, e aceite pela Delegação Portuguesa, então chefiada pelo Dr. Victor Constâncio, a lista dos principais capítulos das negociações, tendo ficado entendido que a dita lista não se poderia considerar como exaustiva nem estabelecendo a ordem pela qual os diversos domínios de negociação iriam ser abordados. ⁽²²⁰⁾

A lista dos principais capítulos, a serem objecto das negociações, ficou assim estabelecida, por acordo entre as partes:

- (1) União Aduaneira / Livre Circulação de Mercadorias;
- (2) Relações Externas;
- (3) Agricultura e Pescas;
- (4) Livre Circulação de Trabalhadores e Política Social;
- (5) Direito de Estabelecimento e Livre Circulação de Serviços;
- (6) Política Regional e Ajudas de Estado
- (7) Circulação de Capitais e Política Económica
- (8) Disposições Financeiras e Orçamentais
- (9) Instituições
- (10) Medidas Transitórias
- (11) Outros assuntos

²²⁰ *In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta VII – Resumo das Reuniões 1979/1983 - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986*

*

IV.IV – As negociações em 1979

Neste ano abriram-se nove capítulos de negociações. Tiveram lugar uma reunião Ministerial e cinco reuniões ao nível de Suplentes. Nestas reuniões foram tratados os seguintes temas: ⁽²²¹⁾

Quadro 10 – Calendário, Reuniões, Dossiês e Participantes de 1979

DATA	REUNIÃO	ASSUNTOS CAPÍTULOS/DOSSIÊS	CHEFIA das DELEGAÇÕES
27 Fevereiro	2ª Suplentes	1ª União Aduaneira, 1ª Relações Externas	Victor Constâncio L. de Nanteuil
4 Abril	3ª Suplentes	2ª Relações Externas, 1ª C.E.C.A	Pires de Miranda L. de Nanteuil
6 Junho	4ª Suplentes	2ª União Aduaneira, 3ª Relações Externas, 2ª C.E.C.A, 1ª Euratom	Pires de Miranda L. de Nanteuil
12 Junho	Reunião Ministerial	Estado dos trabalhos	J. Freitas Cruz ⁽²²²⁾ Jean-François Poncet
19 Outubro	5ª Suplentes	4ª Relações Externas, 3ª C.E.C.A, 1ª Fiscalidade, 1ª Movimento de Capitais, 1ª Transportes, 1ª Política Regional	Pires de Miranda B. Dillon
7 Dezembro	6ª Suplentes	3ª União Aduaneira, 4ª Relações Externas, 4ª C.E.C.A, 2ª Euratom, 2ª Fiscalidade, 2ª Movimento de Capitais, 2ª Transportes, 2ª Política Regional, 1ª Assuntos Sociais	Pires de Miranda B. Dillon

Ou seja a União Aduaneira foi tratada em 3 reuniões, as Relações Externas e a CECA em 4 reuniões, o Euratom, a Fiscalidade, o Movimento de Capitais, os Transportes e a Política Regional em 2 reuniões cada e os Assuntos Sociais numa reunião.

²²¹ In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta VII – Resumo das Reuniões 1979/1983 - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986

²²² In Portal do Governo – O Embaixador João Freitas Cruz era, à data, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, na vigência do 4º Governo Constitucional, chefiado pelo Prof. Doutor Carlos Mota Pinto

Ponto de Situação

sobre as Negociações de Adesão de Portugal, em 1979 ⁽²²³⁾

Abertas as conversações logo na *2ª Reunião de Suplentes*, de 27 de Fevereiro de 1979, em que a Delegação portuguesa era chefiada pelo Dr. Victor Constâncio, foram abordadas as questões relativas à necessidade de enquadrar este novo capítulo, das relações entre Portugal e as Comunidades, num novo quadro jurídico, face aos Acordos celebrados nos anos de 1972 e de 1976.⁽²²⁴⁾

Nesta reunião foram abordados os capítulos acima identificados.

Sinteticamente, e por dossiê, o que foi tratado entre Portugal e as equipas das Comunidades, neste ano de 1979, foi o seguinte:

Nas Questões ligadas à União Aduaneira ⁽²²⁵⁾

Neste primeiro capítulo (União Aduaneira) discutiram-se as seguintes questões ligadas:

- à eliminação das restrições quantitativas à importação e exportação;
- à eliminação de direitos aduaneiros residuais e taxas de efeitos equivalentes a direitos para produtos industriais propriamente ditos (excluindo os produtos agrícolas transformados);
- e à Pauta Aduaneira Comum.

²²³ In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta III – Ponto de Situação das Negociações de Portugal às Comunidades em 31 de Dezembro de 1979 - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986.

²²⁴ In Portal do Governo – na vigência do 4º Governo Constitucional, da 3ª República, cujo 1º Ministro era o Prof. Doutor Carlos Mota Pinto e cujo Ministro dos Negócios Estrangeiros era o Embaixador João Freitas Cruz, o Ministro da Integração Europeia e das Finanças e do Plano, o Prof. Doutor Jacinto Nunes.

²²⁵ In Secretaria de Estado dos Assuntos Europeus – Conferência - Portugal/C.E.E. – 1979 a 1985 – Pastas I a XVI – Pasta I - Lisboa

Estas questões não suscitaram dificuldades especiais para Portugal, desde que fosse garantida a protecção pautal para os produtos cujo desarmamento apenas devia findar em 1985, conforme tinha ficado estabelecido no Acordo – Portugal/C.E.E., celebrado em 1972.

Os produtos em discussão representavam cerca de 15% das importações portuguesas de produtos industriais, originários dos países das Comunidades, e constavam da Lista B do Anexo do Protocolo n.º 1 do Acordo de 1972 e das Listas dos Anexos 1 e 2 do Protocolo Adicional de 1976. ⁽²²⁶⁾

Os têxteis, indústrias novas, restrições quantitativas, monopólios, direitos e taxas de efeito equivalente, foram outras das matérias tratadas no âmbito deste dossiê.

Em aberto ficavam as possibilidades de virem a ser estabelecidas medidas de transição ou derrogações temporárias, ressaltando-se que o eventual surgimento de novos obstáculos, depois da adesão, só poderiam ser analisados à luz de cláusulas de salvaguarda. ⁽²²⁷⁾

***Nas Questões ligadas às Relações Externas* ⁽²²⁸⁾**

Abriu-se este dossiê na 2ª Reunião de Suplentes, realizada em 27 de Fevereiro de 1979, em que a Delegação portuguesa era chefiada pelo Engº Pedro Pires de Miranda.

Neste capítulo, o das Relações Externas, tratava-se da adopção do “acquis communautaire”, (ou acervo comunitário, na língua portuguesa), no domínio das Relações Externas da C.E.E., relativamente aos produtos industriais.

²²⁶ *In Secretaria de Estado dos Assuntos Europeus – Conferência - Portugal/C.E.E. – 1979 a 1985 – Pastas I a XVI – Pasta I - Lisboa*

²²⁷ *Idem*

²²⁸ *Idem, Ibidem*

A parte portuguesa procurava garantir que, com a introdução da “Tarifa Aduaneira Comum” e do regime de trocas a estabelecer entre Portugal e os outros Estados aderentes à C.E.E., não resultariam prejuízos para a economia interna nacional.

Na questão dos Acordos Preferenciais com Países Terceiros, a posição de Portugal consistia em defender a negociação de protocolos adicionais, com os países associados das Comunidades, de forma a nestes serem incluídas medidas de transição que assegurassem:

- a protecção dos produtos portugueses mais sensíveis;
- e a protecção das indústrias novas que se estabelecessem em Portugal. ⁽²²⁹⁾

A eliminação das Restrições Quantitativas à Importação, salvaguardados alguns casos que, para além dos derivados do petróleo e dos automóveis, não significava mais do que 10% do volume de importações, não oferecia grandes dificuldades ao país. ⁽²³⁰⁾

Nesta matéria, Portugal manifestou interesse em se ver associado à C.E.E. na definição da política comunitária para o sector têxtil. Outras matérias incluídas neste capítulo prendiam-se com as restrições às importações.

²²⁹ in Vilaça, Prof. José Luís da Cruz Vilaça – *Arquivo Pessoal das Negociações de Adesão de Portugal às Comunidades Europeias – Pasta I a III – 1977/1985.*

²³⁰ *idem*

A C.E.E. queria ver, também, discutidos temas como: ⁽²³¹⁾

- o dos Monopólios e Comércio de Estado;
- o dos Regimes de Importação Especiais e a existência dos BRI's e BRE's (*Boletins de Registo de Importação e Exportação, respectivamente*);
- a questão das nossas relações com a EFTA;
- os Acordos Comerciais com terceiros países;
- a aplicação da Convenção de Lomé;
- e de outras matérias, como as que estavam inseridas no Acordo Multifibras.

***Nas Questões ligadas à C.E.C.A. –
Comunidade Europeia do Carvão e do Aço ⁽²³²⁾***

Iniciadas as conversações em 4 de Abril de 1979, na 3ª Reunião de Suplentes, este dossiê comportava, entre outras matérias:

- a questão da participação financeira de Portugal nos Fundos e nos “prélèvements” da C.E.C.A.;
- a eliminação dos direitos na importação;
- a eliminação das restrições qualitativas e das taxas e medidas de efeito equivalente;
- e as obrigações de carácter institucional e financeira, a cumprir por Portugal.

²³¹ *Idem, ibidem*

²³² *In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta III – Ponto de Situação das Negociações de Portugal às Comunidades em 31 de Dezembro de 1979 - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986.*

Outros temas deveriam ser tratados, ao abrigo das negociações deste capítulo, tais como: ⁽²³³⁾

- o tratamento das Indústrias Novas;
- as restrições quantitativas;
- a unificação da tarifa aduaneira;
- as suspensões e contingentes tarifários, direitos de base, regras de preços (art.º 60º Tratado de Paris) e transportes;
- e a aplicação de medidas no quadro da política comunitária para o aço.

Um dos problemas mais complexos, que foram discutidos no âmbito deste dossiê, foi o da questão das estruturas siderúrgicas portuguesas, dado que Portugal pretendia ampliar as suas capacidades instaladas nas unidades produtivas nacionais, que eram a Siderurgia Nacional, a Eurominas, a Companhia Portuguesa de Fornos Eléctricos, a Vicominas e a empresa dos Aços Tomé Feteira. ⁽²³⁴⁾

A posição portuguesa foi a de formular reservas de princípio ao “acquis communautaire” e a de solicitar protecção para as indústrias novas, julgando-se que, apesar disso, a abolição das restrições quantitativas não levantariam grandes dificuldades.

Estimava-se, também, que a questão do alinhamento tarifário seria fácil de tratar, dada a conversão dos direitos específicos em direitos “*ad valorem*”, a qual deveria ter lugar no início de 1980, tendo neste âmbito Portugal proposto que o referido alinhamento tivesse lugar na data de adesão, desde que a diferença entre direitos não fosse superior a 15%. ⁽²³⁵⁾

²³³ *Idem, e in Vilaça, Prof. José Luís da Cruz Vilaça – Arquivo Pessoal das Negociações de Adesão de Portugal às Comunidades Europeias – Pasta I a III – 1977/1985.*

²³⁴ *Idem, Ibidem*

²³⁵ *Idem, Ibidem*

Por outro lado, e dada a complexidade do sistema em vigor em Portugal de isenções e reduções tarifárias e de contingentação, a delegação portuguesa pediu que fosse estabelecido um regime de transição para proceder à revisão desses regimes.

Quanto aos direitos de base, propôs-se à Comunidade que eles fossem iguais aos aplicados no primeiro dia do semestre que precedesse a data de Adesão. ⁽²³⁶⁾

No que se referia às regras sobre Preços e Transportes, estes tinham sido estabelecidos nos Acordos de 1972, pelo que não se previam dificuldades de maior nas negociações.

As Questões ligadas à C.E.E.A. – Euratom – Comunidade Europeia de Energia Atómica ⁽²³⁷⁾

Foram iniciadas as discussões sobre este Capítulo, na 4ª Reunião de Suplentes, de 6 de Junho de 1979, em que a Delegação portuguesa era presidida pelo Engº Pedro Pires de Miranda.

Quanto ao dossiê Euratom as negociações, comportavam matérias como as questões relacionadas com os aprovisionamentos dos combustíveis nucleares, que foram as mais complicadas de tratar, dada a delicadeza dos materiais envolvidos.

As negociações incluíam ainda o tratamento de sub-capítulos relacionados com: ⁽²³⁸⁾

²³⁶ *Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta III – Ponto de Situação das Negociações de Portugal às Comunidades em 31 de Dezembro de 1979 - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986.*

²³⁷ *Idem*

- a divulgação mútua de conhecimentos e estados de investigação;
- bem como a adesão de Portugal à Confidencialidade das informações trocadas no seio desta Comunidade;
- a protecção sanitária das populações e trabalhadores;
- a responsabilidade civil;
- e a questão do Mercado Comum Nuclear.

*

Na 5ª Reunião de Suplentes, em 19 de Outubro de 1979, a delegação portuguesa, presidida pelo Engº Pedro Pires de Miranda, reforçou o pedido de que o país fosse considerado como uma Região de Alta Prioridade, em matéria do Desenvolvimento Regional.⁽²³⁹⁾

Para o efeito, referiu que Portugal tinha:

- um PIB per Capita de \$1.850 USD;
- uma Taxa de Desemprego de 9%;
- e uma inflação de 24%.

Mais acrescentou, que se verificava um desequilíbrio nas várias regiões do território, com uma concentração das populações nas zonas de Lisboa e do Porto.

Havia a necessidade de se elevarem os níveis de vida das populações, aproximando-os dos níveis existentes na C.E.E. e havia a necessidade de distribuir mais equitativamente os rendimentos.

²³⁸ *In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta III – Ponto de Situação das Negociações de Portugal às Comunidades em 31 de Dezembro de 1979 - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986.*

²³⁹ *In Portal do Governo – na vigência do 5º Governo Constitucional, da 3ª República, cujo 1º Ministro era a Engª Maria de Lurdes Pintassilgo e cujo Ministro dos Negócios Estrangeiros, transitado do 4º Governo Constitucional, era o Embaixador João Freitas Cuz, o Ministro das Finanças, o Prof. Doutor António Sousa Franco e o Ministro da Coordenação Económica e do Plano, o Engº Carlos Corrêa Gago.*

Pedia o estabelecimento de esquemas financeiros adequados, a financiar pela C.E.E e destinados a:

- Projectos de infra-estruturas e redes de saneamento;
- Construir Infra-estruturas sociais;
- Possibilitar o Desenvolvimento agrícola integrado
- Criar Estruturas de apoio ao desenvolvimento industrial.

As Questões ligadas à Fiscalidade

Iniciada a negociação na 5ª Reunião de Suplentes, de 19 de Outubro, a questão principal situou-se no campo dos impostos indirectos, nomeadamente na questão da introdução da T.V.A. / I.V.A. (Taxa sobre o Valor Acrescentado ou Imposto sobre o Valor Acrescentado), dado que o Ministério das Finanças Português ainda se encontrava a proceder a estudos sobre a matéria, havendo, no entanto, a noção de que teria de ser pedido um período transitório para a sua introdução em Portugal. ⁽²⁴⁰⁾

*

As Questões ligadas ao Movimento de Capitais

Iniciadas as conversações na 5ª reunião de Suplentes, este dossiê incluía matérias que se prendiam com a questão da liberalização de todos os movimentos de capitais incluídos nas listas, tais como: ⁽²⁴¹⁾

- investimentos directos e imobiliários;
- movimentos de capitais pessoais;
- créditos de curto e médio prazos, transações comerciais;
- pagamentos em divisas com títulos realizados em Bolsa e movimentos materiais, dos mesmos.

²⁴⁰ In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta III – Ponto de Situação das Negociações de Portugal às Comunidades em 31 de Dezembro de 1979 - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986.

²⁴¹ Idem

As Comunidades queriam a eliminação de várias operações vigentes em Portugal, sobre estas matérias, nomeadamente:

- a Autorização Prévia das operações;
- o direito das autoridades a escalonarem no tempo, os pagamentos;
- e as contas bloqueadas.

O caminho apontado pelos estudos, então em curso, apontavam no sentido de:

- uma liberalização no campo dos invisíveis correntes;
- mantendo-se, no entanto, um regime de autorização prévia e descriconária para os movimentos de capitais durante um período mais ou menos longo, particularmente quando se estivesse a falar de movimentos de saída de capitais de Portugal.

(²⁴²)

*

As Questões ligadas aos Transportes

Em 19 de Outubro de 1979, na 5ª reunião de Suplentes, iniciaram-se as conversações sobre este sector.

Uma das maiores dificuldades deste dossiê residia na diferença de bitolas existente entre as linhas de caminho de ferro Espanholas e Portuguesas bem como na esfera do transporte combinado:

- estrada – caminho de ferro.

Portugal pediu derrogações temporárias em várias matérias, tais como na questão da obrigatoriedade da existência de tacógrafos nas

²⁴² In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta III – Ponto de Situação das Negociações de Portugal às Comunidades em 31 de Dezembro de 1979 - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986.

viaturas de transporte e na introdução de medidas de controle técnico das viaturas. ⁽²⁴³⁾

*

As Questões ligadas à Política Regional

Este dossiê foi aberto em 19 de Outubro de 1979 em Bruxelas, na 5ª Reunião de Suplentes. ⁽²⁴⁴⁾

Esta política tinha como objecto conseguir uma repartição mais equilibrada da população e das actividades económicas, na área abrangida pelos países das Comunidades. ⁽²⁴⁵⁾

Era uma política, também, virada para o ordenamento do território dos diversos países membros.

A expectativa da Delegação portuguesa, chefiada pelo Engº Pedro Pires de Miranda, era a de que na fase de pré-adesão, (contrariando o costume até aí vigente nas Comunidades), pudessem ser apresentados projectos portugueses que viessem a beneficiar de ajuda, através de mecanismos financeiros especiais das Comunidades.

Este pedido tinha especial importância para Portugal dado que o F.E.D.E.R. (Fundo Europeu para o Desenvolvimento Regional), até aí, apenas podia ser utilizado por países que já fossem membros de pleno direito das Comunidades.

²⁴³ In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta III – Ponto de Situação das Negociações de Portugal às Comunidades em 31 de Dezembro de 1979 - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986.

²⁴⁴ In Portal do Governo – na vigência do 5º Governo Constitucional, chefiado pela Engª Maria de Lurdes Pintassilgo, cujo Ministro dos Negócios Estrangeiros era o Embaixador João Freitas Cruz e o Ministro da Coordenação Económica e do Plano era o Engº Carlos Corrêa Gago.

²⁴⁵ In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta III – Ponto de Situação das Negociações de Portugal às Comunidades em 31 de Dezembro de 1979 - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986.

Em termos da negociação da política regional, previa-se que a área mais difícil seria a da Agricultura, dado que a aplicação da Política Agrícola Comum (P.A.C.) traria, pela aplicação do seu conteúdo, muitas dificuldades ao sector em Portugal.

Prosseguiam nesta altura, os estudos com vista à análise:

- produto a produto agrícola;
- organização dos mercados agrícolas;
- circuitos comerciais;
- e o impacto interno na produção, derivado da aplicação da política agrícola comum.

No campo das pequenas e médias empresas, (P.M.E.'s), procurava-se negociar a concessão, por parte da Comunidade, de um pedido de dádiva no valor de 3 mil milhões de contos, a entregar a Portugal durante 3 anos, destinados à modernização das pequenas e médias empresas, do seu tecido empresarial. ⁽²⁴⁶⁾

No campo das relações comerciais com a Espanha, estava negociado um acordo, no âmbito da E.F.T.A., e havia que transpor para o Tratado de Adesão às Comunidades o referido acordo.

Neste campo, esperavam-se o surgimento de várias dificuldades potenciais que a agricultura espanhola poderia causar aos agricultores portugueses. ⁽²⁴⁷⁾

A França via com grandes reservas os termos da adesão espanhola às Comunidades, no domínio agrícola, pelo que haveria que seguir de perto estas negociações para melhor defender os nossos interesses. ⁽²⁴⁸⁾

²⁴⁶ *In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta III – Ponto de Situação das Negociações de Portugal às Comunidades em 31 de Dezembro de 1979 - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986.*

²⁴⁷ *Idem*

Uma outra pretensão portuguesa era a de que Portugal fosse considerado de início, como uma só região e obtivesse, desta forma, um tratamento de região desfavorecida dentro dos instrumentos de apoio financeiro, (das comunidades), ao desenvolvimento regional. ⁽²⁴⁹⁾

Um outro assunto tratado, neste capítulo, foi a questão dos Açores e da Madeira, regiões para as quais haveria que garantir que a sua situação periférica fosse acautelada.

A par de tudo isto prosseguiram a realização de exercícios sobre o direito derivado, prevendo-se que este dossiê tivesse a sua conclusão durante o 1º trimestre de 1980.

*

Ainda neste âmbito, do *dossiê da Política Regional*, em Maio de 1979, a delegação Portuguesa apresentou à Comissão Europeia um pedido de ajuda para a Formação Profissional, no valor de 45 milhões de u.c. (cerca de 500 milhões de escudos).

A 3 de Julho de 1979, o Embaixador de Portugal em Bona, Professor Doutor Ernâni Rodrigues Lopes era transferido para Bruxelas assumindo, por despacho publicado no Diário da República, o posto de Embaixador de Portugal junto das Comunidades Europeias.⁽²⁵⁰⁾

Na mesma altura, o Presidente da Comissão Portuguesa de Integração Europeia, era o Dr. António Martha.

²⁴⁸ *Idem, Ibidem*

²⁴⁹ *Idem, Ibidem*

²⁵⁰ *In Portal do Governo – Vigência do 3º Governo Constitucional, presidido pelo Engº Nobre da Costa, cujo Ministro dos Negócios Estrangeiros era o Engº Carlos Corrêa Gago e o Ministro das Finanças e do Plano era o Prof. Doutor José Silva Lopes.*

Numa reunião realizada, em 8 de Outubro de 1979, entre os Ministros dos Negócios Estrangeiros de França, Senhor Jean François Poncet, e de Portugal, Embaixador João Freitas Cruz, do 5º Governo Constitucional, previa-se a conclusão das negociações de adesão para meados de 1981 e a adesão para 1 de Janeiro de 1983, comprometendo-se a França a apoiar este calendário e a garantir a autonomia das negociações portuguesas e espanhola, que face ao calendário pretendido, aderiria em 1 de Janeiro de 1984, portanto 1 ano mais tarde que Portugal. ⁽²⁵¹⁾

Em Novembro de 1979, o Presidente da Comissão para a Integração Europeia passava a ser o Eng.º Pedro Pires de Miranda ⁽²⁵²⁾ que assinou, por Portugal, um Acordo sobre o Protocolo Complementar de 1979, onde eram pedidos: ⁽²⁵³⁾

- um reajustamento do Acordo Portugal / C.E.E., que previa o congelamento do desarmamento pautal para um conjunto de produtos industriais;
- a prorrogação do período para a introdução de medidas pautais, a favor das indústrias novas;
- estabelecimento de um regime especial, para a importação de veículos automóveis;
- aumento dos contingentes de importação, pela Comunidade, de alguns produtos do sector do papel;
- e uma melhoria das concessões comunitárias, no domínio agrícola.

²⁵¹ *In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta IV – Reunião MNE's França e Portugal.*

²⁵² *In Portal do Governo – Vigência do 5º Governo Constitucional presidido pela Engª Maria de Lurdes Pintassilgo.*

²⁵³ *In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta III – Ponto de Situação das Negociações de Portugal às Comunidades em 31 de Dezembro de 1979 - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986 – Protocolo Complementar de 1979 – Comunicado de Imprensa conjunto de 21 de Novembro de 1979, no acto da rubrica do referido Protocolo.*

Este acordo, foi rubricado por parte das Comunidades Europeias, pelo Chefe da Delegação das Comunidades para o Alargamento – Comissário Roland de Vergorlay, em 22 do mesmo mês, que alterou algumas condições do Acordo de 1972 e entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 1980.

A 25 de Setembro de 1979 a Comissão produziu uma nota destinada aos membros do Comité Técnico das Comunidades, em que produziu algumas reflexões sobre a Adesão de Portugal e da Espanha, sobre os movimentos da mão-de-obra na Comunidade alargada, chamando a atenção para a dimensão e significado das comunidades emigradas desses países, para os países membros.

Em síntese, a situação do movimento de mão-de-obra era a seguinte:

Quadro 11 – Fluxo de Trabalhadores Portugueses e Espanhóis ⁽²⁵⁴⁾

<i>Fluxo de Trabalhadores Permanentes nos Estados-Membros</i>				
<i>Origem</i>	1965 ^{*(255)}	1969*	1973	1977
Espanhóis	134.300	80.100	45.700	2.100
Portugueses	60.400	96.500	66.800	3.900
<i>Número de Trabalhadores, Não Comunitários, nos países das Comunidades</i>				
<i>Origem</i>	1965 ^{*(256)}	1969*	1973	1977
Espanhóis	N/A	431.000	539.000	435.000
Portugueses	N/A	205.000	588.000	566.000
<i>QUOTA dos Trabalhadores, Não Comunitários, nos países das Comunidades</i>				
<i>Origem</i>	1965 ^{*257}	1969*	1973	1977
Espanhóis	N/A	18,8%	11,1%	9,1%
Portugueses	N/A	8,9%	12,1%	12,9%

²⁵⁴ In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta III - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986; Cf. Também Arquivo pessoal do Prof. Doutor José Luís da Cruz Vilaça – pastas I a III – Adesão de Portugal às Comunidades Europeias – 1977/1985.

²⁵⁵ * CEE a Seis Membros

²⁵⁶ * CEE a Seis Membros

²⁵⁷ * CEE a Seis Membros

Em França, 1977, estavam:

- 58,7% dos emigrantes espanhóis para os países das Comunidades
- e 83,3% dos emigrantes portugueses, para o mesmo espaço.

*

*Em 7 de Dezembro de 1979, na 6ª Reunião de Suplentes, abriu-se o dossiê *Assuntos Sociais* intimamente ligado à Liberdade de Circulação de Pessoas, no âmbito das negociações entre as Comunidades e Portugal, cuja delegação era chefiada pelo Engº Pedro Pires de Miranda.⁽²⁵⁸⁾*

Dossiê dos Assuntos Sociais

Este dossiê incluía a *Política Social* onde foram abordadas as questões da livre circulação de trabalhadores, divididas em duas vertentes:

- os trabalhadores já em laboração e residentes, no espaço comunitário;
- e a questão da futura livre circulação e acesso ao trabalho remunerado, por conta de outrem, no mesmo espaço.

Foram também abordadas as questões, dentro deste capítulo, que se prendiam com:

- os regimes de segurança social dos emigrantes;
- bem como questões ligadas à formação, nomeadamente ao abrigo do Fundo Social Europeu.

²⁵⁸ *In Arquivo da Direcção Geral dos Assuntos Europeus – Conferência Portugal /C.E.E. – Pastas I a XVI – Pasta I – Conf-P/34/79*

Ainda no conteúdo deste dossiê estavam, também, incluídas as questões das medidas transitórias e derrogações temporárias ao “acquis” comunitário, matéria aliás comum a todos os dossiers/capítulos.

O Comissário Henk Vredeling deu instruções à equipa de negociadores das Comunidades no sentido de que o período transitório acabasse em 1988 para Portugal, Espanha e Grécia. ⁽²⁵⁹⁾

Este dossiê suscitou várias questões:

- Por um lado a Alemanha, França e Luxemburgo precisavam e utilizavam a mão de obra portuguesa em números apreciáveis, desde a década de 1960. ⁽²⁶⁰⁾

- Por outro lado, face às incertezas económicas da época, face ao desemprego estrutural português e ao baixo nível de vida existente em Portugal, tinham receio que se desse uma “invasão” suplementar de emigrantes portugueses nos vários países das Comunidades.

Do elencar destes factores resultou uma apreensão por parte dos países-membros da C.E.E. face a uma eventual abertura rápida das restrições à emigração de portugueses para os seus respectivos países, pelo que puseram em cima da mesa das negociações de adesão de Portugal às Comunidades, a exigência de um período transitório de 10 anos para uma livre circulação dos trabalhadores portugueses. ⁽²⁶¹⁾

²⁵⁹ *In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta III - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986; Cf. Também Arquivo pessoal do Prof. Doutor José Luís da Cruz Vilaça – pastas I a III – Adesão de Portugal às Comunidades Europeias – 1977/1985.*

²⁶⁰ *Idem*

²⁶¹ *Prof. Doutor José Luís da Cruz Vilaça – Entrevista pessoal – Novembro de 2011 – C.F. Arquivo Pessoal das Negociações de Adesão de Portugal às Comunidades Europeias – Pastas I a III - 1977/1985*

A Delegação portuguesa sublinhou que Portugal considerava este novo domínio da negociação, não somente de uma maior importância, mas também estreitamente ligada a outros capítulos da negociação. ⁽²⁶²⁾

A Comissão, por seu lado, exprimiu a opinião de que a Liberdade de Circulação de Pessoas, e em particular dos trabalhadores, ... *“são um direito fundamental que a Comunidade não pode negar...” e ...“que esta não provoca por si mesma fluxos migratórios importantes em período de desemprego”*. ⁽²⁶³⁾

Esta opinião da Comissão das Comunidades motivou, o acordo imediato da Delegação portuguesa, dado pretender que essa livre circulação fosse integralmente aplicada aos trabalhadores portugueses, desde a data de adesão. ⁽²⁶⁴⁾

Para Portugal, este capítulo tinha uma grande importância pois a população portuguesa emigrada e ocupada na Comunidade era a mais numerosa dos países candidatos à adesão. Existiam nos Estados membros mais de 1 milhão de emigrantes portugueses, donde 570 mil eram trabalhadores efectivos. ⁽²⁶⁵⁾

Portugal fazia notar, em defesa da sua pretensão, que os fluxos de emigrantes para as Comunidades não aumentariam dados os apoios financeiros destas ao seu desenvolvimento industrial e agrícola que criariam mais emprego em Portugal.

²⁶² In Arquivo da Direcção Geral dos Assuntos Europeus – Conferência Portugal /C.E.E. – Pastas I a XVI – Pasta I – Conf-P/34/79 – ponto 11.

²⁶³ In Arquivo da Direcção Geral dos Assuntos Europeus – Conferência Portugal /C.E.E. – Pastas I a XVI – Pasta I – Conf-P/34 F/79 – ponto 4.

²⁶⁴ *Idem*

²⁶⁵ In Arquivo da Direcção Geral dos Assuntos Europeus – Conferência Portugal /C.E.E. – Pastas I a XVI – Pasta I – Conf-P/34 F/79 – pág. 3.

Em matéria do *Fundo Social Europeu*, Portugal afirmando que aceitaria o “acquis” comunitário, pretendia que todo o País fosse considerado como uma das Regiões que beneficiavam das Participações Majoradas, deste Fundo. ⁽²⁶⁶⁾

Dossiê dos Movimentos de Capitais

A delegação portuguesa fez saber que no estado em que se encontrava a sua economia, Portugal tinha necessidade de manter, no quadro da sua regulamentação de trocas, algumas limitações, o que não permitiria assumir, desde a adesão, todas as obrigações derivadas das disposições comunitárias, relativas à Livre Circulação de Capitais. ⁽²⁶⁷⁾

Portanto seria preciso prever a apresentação de alguns pedidos sobre Medidas Transitórias ou Derrogações Temporárias, nomeadamente sobre os Movimentos de Capitais, dado que as condições da Economia portuguesa e os problemas que colocavam à sua adaptação à estrutura da Comunidade eram de natureza a justificar a manutenção, para a maior parte das Transacções Invisíveis, do Regime de Autorização Prévia, em vigor em Portugal. ⁽²⁶⁸⁾

Justificava a Delegação Portuguesa, este regime, com a necessidade de verificar a natureza e a realidade das transacções.

Quanto aos Pagamentos Correntes estavam as autoridades portuguesas conscientes da necessidade de eliminar as restrições e entraves administrativos, nomeadamente nos pagamentos das

²⁶⁶ In Arquivo da Direcção Geral dos Assuntos Europeus – Conferência Portugal /C.E.E. – Pastas I a XVI – Pasta I – Conf-P/34 F/79 – pontos 15 e 16 - pág. 6.

²⁶⁷ In Arquivo da Direcção Geral dos Assuntos Europeus – Conferência Portugal /C.E.E. – Pastas I a XVI – Pasta I – Conf-P/31/79 – pág. 1.

²⁶⁸ In Arquivo da Direcção Geral dos Assuntos Europeus – Conferência Portugal /C.E.E. – Pastas I a XVI – Pasta I – Conf-P/31/79 – pág. 3.

importações e exportações de bens e serviços ou referentes a outras transacções invisíveis, embora todas as operações referentes a pagamentos devidos a residentes no país, estivessem já liberalizadas.
(²⁶⁹)

Portugal pretendia manter o Regime de Autorização Prévia para: (²⁷⁰)

- as trocas dos residentes de nacionalidade estrangeira, emigrantes no estrangeiro;
- as trocas acordadas aos residentes de nacionalidade estrangeira, quando da sua reentrada na respectiva Pátria;
- as amortizações contratuais de empréstimos, transferências escalonadas de bens detidos noutro país membro;
- a abertura e reembolso de crédito de carácter comercial ou industrial;
- e para as Sucessões e Doações.

Igualmente as autoridades portuguesas estimavam ser necessário aplicar algumas Restrições aos Movimentos de Capitais, a serem abolidas no período de transição, que eram as seguintes, constantes da Lista A e da Lista B, abaixo descritos: (²⁷¹)

Lista A:

- Investimentos Directos efectuados no Território Nacional por não residentes, que ficavam ao abrigo do Código de Investimento Estrangeiro, em vigor na altura;
- Investimentos Directos efectuados no estrangeiro, por residentes;
- Repatriamento do produto da liquidação de Investimentos Directos efectuados por não residentes no território nacional;

²⁶⁹ *Idem*

²⁷⁰ *In Arquivo da Direcção Geral dos Assuntos Europeus – Conferência Portugal /C.E.E. – Pastas I a XVI – Pasta I – Conf-P/31/79 – pág. 3.*

²⁷¹ *In Arquivo da Direcção Geral dos Assuntos Europeus – Conferência Portugal /C.E.E. – Pastas I a XVI – Pasta I – Conf-P/31/79 – pág. 6.*

- Investimentos Imobiliários efectuados no território, por não residentes;
- Investimentos Imobiliários efectuados no estrangeiro, por residentes;
- Movimentos de Capitais, de carácter pessoal;
- Doações acordadas por residentes a não residentes;
- Sucessões a favor de não residentes;
- Regularização de dívidas no país de origem, pelos imigrantes;
- Transferências de Capitais pertencentes a residentes que emigrem;

Lista B:

- Aquisição, por não residentes, de Títulos Nacionais negociados em Bolsa e repatriamento do produto da sua liquidação;
- Aquisição de acções e outros títulos estrangeiros negociados em Bolsa e utilização do produto da sua liquidação;
- Movimentação material dos títulos acima indicados.

No entanto os seguintes Investimentos directos efectuados em território nacional por não residentes e a aquisição, por não residentes, de Títulos nacionais, eram liberalizados: ⁽²⁷²⁾

1. Investimentos directos estrangeiros destinados a aumentar o Capital das Sociedades já construídas ou a participação de não residentes autorizada, desde que estivessem previstas nos Pactos Sociais ou na documentação inicial do investimento;
2. Desde que os investimentos directos estrangeiros não ultrapassassem 5 milhões de escudos por ano e fossem destinados a reforçar o capital social das sociedades já constituídas com capitais estrangeiros;
3. Desde que o investimento directo se destine a sectores prioritários, definidos pelo Conselho de Ministros.

²⁷² In *Arquivo da Direcção Geral dos Assuntos Europeus – Conferência Portugal /C.E.E. – Pastas I a XVI – Pasta I – Conf-P/31/79 – Alínea IV E. 3.3.*

Dossiê da Fiscalidade

A Comissão das Comunidades solicitava à Delegação Portuguesa que providenciasse informação sobre a conformidade com as regras europeias das taxas de importação. ⁽²⁷³⁾

Portugal informou que, na legislação portuguesa sobre a matéria, nada contrariava a legislação comunitária e que Portugal estava a proceder a estudos sobre a introdução da T.V.A. em Portugal.

Dossiê da União Aduaneira e Livre Circulação de Mercadorias Industriais ⁽²⁷⁴⁾

A Comunidade na sua comunicação, informou a Delegação portuguesa que Portugal teria que eliminar a aplicação de Direitos Alfandegários aos produtos da C.E.E., com excepção para um número reduzido de produtos, que representavam mais ou menos 15% do total, para os quais haveria um Período de Transição, no final do qual se teria de verificar a eliminação total de direitos. ⁽²⁷⁵⁾

A Comunidade informava também, que o Regime Transitório seria aplicado aos produtos, para os quais a Cláusula de Protecção para as indústrias nascentes, previstas nos Acordos de 1972, fosse invocada, até à data da adesão. Igualmente Portugal não deveria aplicar nenhuma limitação quantitativa às importações ou exportações, excepto para alguns produtos petrolíferos e de importação de automóveis, conforme uma lista apresentada. ⁽²⁷⁶⁾

²⁷³ In Arquivo da Direcção Geral dos Assuntos Europeus – Conferência Portugal /C.E.E. – Pastas I a XVI – Pasta I – Conf-P/30/79 – reunião de 7/12/79

²⁷⁴ NOTA: as matérias relativas à Livre Circulação das Mercadorias Agrícolas foram tratadas no Dossiê da Agricultura, ficando este dossiê da União Aduaneira reservado às matérias da Livre Circulação de Mercadorias Industriais.

²⁷⁵ In Arquivo da Direcção Geral dos Assuntos Europeus – Conferência Portugal /C.E.E. – Pastas I a XVI – Pasta I – Conf-P/26/79 – reunião de 7/12/79

²⁷⁶ In Arquivo da Direcção Geral dos Assuntos Europeus – Conferência Portugal /C.E.E. – Pastas I a XVI – Pasta I – Conf-P/26/79 – LISTA I – pág. 8 a 15 - Lista II – pág. 16 a 27 e Lista IV – pág. 28 conforme o documento do Secretariado para a Integração Europeia.

*

IV.V – As Negociações no ano de 1980

Durante o ano de 1980 tiveram lugar 2 reuniões Ministeriais e 5 reuniões ao nível de Suplentes:⁽²⁷⁷⁾

Quadro 12 – Calendário, Reuniões, Dossiês e Participantes de 1980

DATA	REUNIÃO	ASSUNTOS CAPÍTULOS/DOSSIÊS tratados	CHEFIA de DELEGAÇÕES
5 Fevereiro	2ª Ministerial	Estado do Avanço dos Trabalhos	Freitas do Amaral (²⁷⁸) A. Ruffini
20 Fevereiro	7ª Suplentes	1ªDireito Estabelecimento, 1ªQuestões Económico Financeiras, 1ªQuestões Orçamentais, 1ªAgricultura, 1ªDireito Derivado, 5ªC.E.C.A., 3ªEuratom e 3ªMovimento de Capitais	R. Almeida Mendes (²⁷⁹) E. Plaja
30 Abril	8ª Suplentes	4ªUnião Aduaneira, 3ªFiscalidade, 4ªMovimento de Capitais, 6ªC.E.C.A., 4ªEuratom, 3ªPolítica Regional, 2ªDireito Derivado	R. Almeida Mendes E. Plaja
6 Junho	9ª Suplentes	5ªUnião Aduaneira, 5ªRelações Externas, 3ªTransportes, 2ªQuestões Económico Financeiras, 2ªQuestões Orçamentais (recursos próprios)	R. Almeida Mendes E. Plaja
27 Junho	10ª Suplentes	2ªAssuntos Sociais	R. Almeida Mendes E. Plaja
22 Julho	3ª Ministerial	Estado do Avanço dos Trabalhos	Freitas do Amaral Gaston Thorn
19Dezembro	11ª Suplentes	1ªEstabel. na Língua Portuguesa dos Actos Comunitários, 1ªNovos capítulos, 2ªAgricultura, 3ªDireito Derivado	R. Almeida Mendes J. Dondelinger

²⁷⁷ In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta VII – Resumo das Reuniões 1979/1983 - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986

²⁷⁸ In Portal do Governo – o Prof. Doutor Diogo Freitas do Amaral era o Vice-1º Ministro e Ministro e dos Negócios Estrangeiros, no 6º Governo Constitucional, chefiado pelo 1º Ministro Dr. Francisco de Sá Carneiro, que contava, entre outros, com o Ministro das Finanças e do Plano, Prof. Doutor Aníbal Cavaco Silva e o com o Secretário de Estado da Integração Europeia, Dr. Rui de Almeida Mendes.

²⁷⁹ In Portal do Governo – 6º Governo Constitucional, Secretário de Estado da Integração Europeia, Dr. Rui de Almeida Mendes.

O ano de 1980 começou com a 2ª Reunião Ministerial, realizada no dia 5 de Fevereiro, em que chefiava a delegação Portuguesa o Prof. Doutor Diogo Freitas do Amaral, Vice 1º Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros, do 6º Governo Constitucional e pelo lado das Comunidades os Senhores Lorenzo Natali, Vice-Presidente da Comissão das Comunidades Europeias e Attilio Ruffini, Presidente do Conselho de Ministros das Comunidades, em exercício. ⁽²⁸⁰⁾

As negociações, propriamente ditas, foram reatadas na 7ª reunião de Suplentes, realizada no dia 20 de Fevereiro, em que a Delegação portuguesa foi presidida pelo Dr. Rui de Almeida Mendes, na altura Secretário de Estado para a Integração Europeia, em que foram agendados, para os trabalhos, os dossiês da C.E.C.A., da C.E.E.A., Movimento de Capitais, Direito de Estabelecimento, Questões Económico-Financeiras, Questões Orçamentais, Agricultura e Direito Comunitário Derivado. ⁽²⁸¹⁾

Abertura do Dossiê sobre as Questões ligadas à Agricultura

Este capítulo das negociações teve, portanto, o seu início formal na 7ª Reunião de Suplentes de 20 de Fevereiro de 1980.

Anteriormente, em 19 de Maio de 1978, Portugal tinha feito saber às Comunidades que pretendia negociar o capítulo da Agricultura, sector a sector, e que pretendia estabelecer, desde logo, um período transitório de adaptação da Agricultura Portuguesa, às regras das Comunidades, nomeadamente à Política Agrícola Comum, vulgarmente conhecida pela sigla P.A.C.. ⁽²⁸²⁾

²⁸⁰ In Arquivo da Direcção Geral dos Assuntos Europeus – Conferência Portugal /C.E.E. – Pastas I a XVI – Pasta II.

²⁸¹ In Arquivo da Direcção Geral dos Assuntos Europeus – Conferência Portugal /C.E.E. – Pastas I a XVI – Pasta II – Conf. P/16/80.

²⁸² In Arquivo da Direcção Geral dos Assuntos Europeus – Conferência Portugal /C.E.E. – Pastas I a XVI – Pasta II – Conf. P/14/80 - pág. 3

Neste memorandum, dava-se nota de que o crescimento do P.I.B. português, nos dois decénios anteriores (1950/1970) tinha registado um crescimento médio de 6%, sendo até mais elevado a partir de 1963/1965. Mas a componente agrícola (P.A.B.) tinha-se mantido praticamente estacionária, + - 1% ao ano. ⁽²⁸³⁾

Mais se informavam as Comunidades que na Formação Bruta de Capital Fixo, a Agricultura tinha baixado de 13% em meados da década de 1950, para 8% em meados da década de 1960, tendo a partir de 1970 baixado mais 6% a estes valores, os quais se situaram entre 4% e 5% da FBCF total. ⁽²⁸⁴⁾

A preços constantes de 1963, a Produtividade do sector Agrícola em Portugal era a seguinte:

Quadro 13 – Produtividade do Sector Agrícola português ⁽²⁸⁵⁾

1960	1975	1976
20.000	24.000	21.000

Quadro 14 - A contribuição da Agricultura portuguesa para o crescimento da produtividade, era a seguinte: ⁽²⁸⁶⁾

1960 / 1970	1970 / 1976
13,4%	2,0%

²⁸³ In Arquivo da Direcção Geral dos Assuntos Europeus – Conferência Portugal /C.E.E. – Pastas I a XVI – Pasta II – Conf. P/14/80 - pág. 3

²⁸⁴ Idem

²⁸⁵ In Arquivo da Direcção Geral dos Assuntos Europeus – Conferência Portugal /C.E.E. – Pastas I a XVI – Pasta II – Conf. P/14/80 - pág. 4

²⁸⁶ Idem

As razões destes quadros, apontadas na comunicação, prendiam-se com vários factores, tais como: ⁽²⁸⁷⁾

- Deficiência na gestão;
- Atraso tecnológico;
- Insuficiente investimento produtivo;
- Inexistência de infra-estruturas e condições institucionais, que permitissem o funcionamento dos mecanismos de mercado.

Assim, Portugal tinha como objectivos: ⁽²⁸⁸⁾

- Considerar a Agricultura um sector prioritário, na perspectiva do desenvolvimento da economia portuguesa;
- Proceder a transformações estruturais;
- Dinamizar o sector.

Considerando que o sector ainda se tornaria mais importante para Portugal, dada a perspectiva de Adesão às Comunidades.

A Agricultura face à P.A.C. –

a questão dos mecanismos e organização de mercado. ⁽²⁸⁹⁾

A delegação portuguesa, na sua comunicação às Comunidades, referia que estes mecanismos e o sistema de organização, eram substancialmente diferentes dos que existiam nos países da C.E.E.

No caso Português existe um mercado concorrencial para certos produtos, a par de um modelo de decisão muito controlado administrativamente, independentemente das condições de mercado e dos níveis da oferta e da procura.

²⁸⁷ In Arquivo da Direcção Geral dos Assuntos Europeus – Conferência Portugal /C.E.E. – Pastas I a XVI – Pasta II – Conf. P/14/80 - pág. 4

²⁸⁸ In Arquivo da Direcção Geral dos Assuntos Europeus – Conferência Portugal /C.E.E. – Pastas I a XVI – Pasta II – Conf. P/14/80 - pág. 5

²⁸⁹ In Arquivo da Direcção Geral dos Assuntos Europeus – Conferência Portugal /C.E.E. – Pastas I a XVI – Pasta II – Conf. P/14/80 - pág. 6 – ponto III

Em qualquer caso, o sistema funcionava em termos de monopólio de compra ao agricultor, por parte do Estado. ⁽²⁹⁰⁾

Parte significativa, em valor, das importações de bens alimentares, estava submetida ao monopólio por parte de organismos que coordenavam os circuitos de cada produto ou grupo de produtos.

Assim, a estrutura da comercialização, caracterizava-se por: ⁽²⁹¹⁾

- Grande dispersão, ao nível da oferta primária;
- Insuficiente informação de mercado, o que impedia a comparação de preços entre produtores e origens;
- Carência de infra-estruturas;
- Aplicação reduzida da normalização de produtos e regras de qualidade para certos produtos.

Ora esta situação implicava que a introdução de organizações comuns de mercado, em vigor na C.E.E., não poderiam ser aplicadas sem que fossem introduzidas profundas modificações de tipo estrutural e institucional. ⁽²⁹²⁾

Por estes factos, a delegação portuguesa fazia sentir que esta situação exigiria um Período Transitório, antes de ser possível aplicar plenamente, em Portugal, alguns dos regulamentos da P.A.C., sem o qual significaria que haveria repercussões negativas ao nível do consumo e da balança de pagamentos portuguesa.

²⁹⁰ *In Arquivo da Direcção Geral dos Assuntos Europeus – Conferência Portugal /C.E.E. – Pastas I a XVI – Pasta II – Conf. P/14/80 - pág. 6 – ponto III*

²⁹¹ *Idem*

²⁹² *In Arquivo da Direcção Geral dos Assuntos Europeus – Conferência Portugal /C.E.E. – Pastas I a XVI – Pasta II – Conf. P/14/80 - pág. 7*

Portanto, e em resumo, a Delegação Portuguesa pedia na sua comunicação: ⁽²⁹³⁾

1. Um Período de Transição;
2. E Ajudas importantes, por parte da C.E.E., para o equipamento e o desenvolvimento da Agricultura portuguesa.

Mais afirmava que o Período de Transição, seria fundamental para: ⁽²⁹⁴⁾

- a Política Comunitária ser adaptada a regiões mediterrânicas e respeitadora das especificidades das suas produções, dotando-a dos instrumentos semelhantes à dos países mais setentrionais;
- A necessidade de se organizarem os mercados agrícolas, em termos de mercados, normalização de produtos, criação de infra-estruturas necessárias ao mercado e formação de preços;
- A Criação de condições para a Expansão e consolidação de agrupamentos de produtores;
- O Tempo para a supressão dos monopólios de comércio interno;
- O Tempo para a reestruturação dos organismos agrícolas;
- Aperfeiçoar os sistemas de informação;
- A Ajuda à criação do sistema de contabilidade agrícola;

²⁹³ In Arquivo da Direcção Geral dos Assuntos Europeus – Conferência Portugal /C.E.E. – Pastas I a XVI – Pasta II – Conf. P/14/80 - pág. 8

²⁹⁴ In Arquivo da Direcção Geral dos Assuntos Europeus – Conferência Portugal /C.E.E. – Pastas I a XVI – Pasta II – Conf. P/14/80 - pág. 8 e 9

- O Tempo para a harmonização das políticas de crédito, para as explorações agrícolas;
- A Criação das estruturas de formação profissional que proporcionassem, aos agricultores portugueses e aos empresários agrícolas, uma maior eficácia e eficiência.

Para o Médio e Longo Prazos, a delegação portuguesa afirmou a necessidade de Portugal: ⁽²⁹⁵⁾

1. Reestruturar as explorações agrícolas, dando-lhes uma maior dimensão económica e uma capacidade acrescida, em termos de concorrência, nomeadamente através do aumento das suas superfícies, remembramento e formação de grupos de agricultores;
2. Estabilizar a Zona da Reforma Agrária, nos campos social e económico, situação criada pelos acontecimentos subsequentes ao 11 de Março de 1975 e que ainda não se encontrava resolvida.

Prélèvements Agricoles (Direitos Niveladores Agrícolas) ⁽²⁹⁶⁾

Esta questão suscitou comentários da delegação portuguesa, no sentido em que Portugal sendo um grande importador de bens, a aplicação de “prélèvements agricoles” faria aumentar os preços dos produtos que, na altura (1979), estavam isentos de direitos alfandegários ou que beneficiavam de um sistema de subvenções.

²⁹⁵ In Arquivo da Direcção Geral dos Assuntos Europeus – Conferência Portugal /C.E.E. – Pastas I a XVI – Pasta II – Conf. P/14/80 - pág. 11

²⁹⁶ In Arquivo da Direcção Geral dos Assuntos Europeus – Conferência Portugal /C.E.E. – Pastas I a XVI – Pasta II – Conf. P/14/80 - pág. 13 e 14

Ora para manter os preços desses produtos em níveis compatíveis com o poder de compra dos consumidores portugueses, seria preciso compensar a alta dos custos de produção, o que não deixaria de ter incidências graves sobre o Orçamento Geral do Estado português.

Também aqui neste ponto, Portugal considerava ser necessário um Período de Transição, antes da aplicação integral do regime de direitos niveladores, existente na Comunidade.

Durante o Período de Transição, a Comunidade e Portugal deveriam estabelecer um esquema específico de aplicação do Sistema do F.E.O.G.A. (Fundo Europeu de Orientação Agrícola) e determinar os montantes financeiros de assistência de que a Economia portuguesa pudesse beneficiar. ⁽²⁹⁷⁾

A Agricultura foi um dossiê complicado e sensível de negociar, por diversos factores e nomeadamente, dada a existência de:

- Uma Política Agrícola Comum nas Comunidades, política esta bastante complexa;
- Um grande desnível entre o estágio de desenvolvimento da Agricultura Portuguesa e a dos países das Comunidades;
- Existência de Acordos vantajosos, para Portugal, com a E.F.T.A, que eram postos em causa pela adesão da Inglaterra e Dinamarca às Comunidades.

²⁹⁷ *In Arquivo da Direcção Geral dos Assuntos Europeus – Conferência Portugal /C.E.E. – Pastas I a XVI – Pasta II – Conf. P/14/80 - pág. 11*

- Estes países importavam, ao abrigo desses acordos, muitos dos nossos produtos, os quais não pagavam direitos à entrada nesses países;
- Existência de sectores de produtos Agrícolas portugueses, que se encontravam na faixa dos produtos excedentários das comunidades, e que eram alvo de grandes barreiras à entrada;
- Obrigação, pela Comunidade, de eliminação de medidas de protecção às importações dos produtos Agrícolas, produzidos por Portugal;
- A necessidade de se obterem, derrogações temporárias e suspensões temporárias das medidas da Política Agrícola Comum, a fim de permitir à Agricultura portuguesa o tempo necessário à sua adaptação;

Para o efeito teria que se tentar obter o máximo de ajudas das Comunidades, para a modernização das estruturas produtivas e métodos Agrícolas em Portugal, que permitissem a sobrevivência desse sector. ⁽²⁹⁸⁾

²⁹⁸ *In Arquivo da Direcção Geral dos Assuntos Europeus – Conferência Portugal /C.E.E. – Pastas I a XVI – Pasta II – Conf. P/14/80 - pág. 11*

*

As Questões ligadas ao Direito de Estabelecimento e Livre Prestação de Serviços ⁽²⁹⁹⁾

O Capítulo do Direito de Estabelecimento foi aberto e introduzido, nas negociações formais, também nesta 7ª Reunião de Suplentes de 20 de Fevereiro de 1980, e prendia-se com uma das 4 Liberdades Fundamentais das Comunidades. ⁽³⁰⁰⁾

Deste capítulo constavam matérias, tais como: ⁽³⁰¹⁾

- a questão do “acquis communautaire” ou acervo comunitário;
- a delimitação dos sectores público e privado (dado os resultados das acções das nacionalizações havidas em Portugal, na sequência do 11 de Março de 1975), sobretudo na área do sector bancário e de seguros;
- as estruturas económicas e sociais portuguesas e a necessidade de as readequar;
- o investimento estrangeiro em Portugal;
- a harmonização legislativa necessária;
- e a questão do acesso ao exercício das profissões liberais.

Nestas matérias, como aliás em quase todos os capítulos, Portugal pediu derrogações temporárias ou períodos de transição, de forma a ter tempo para adequar a nossa economia às práticas e normas vigentes nas Comunidades Europeias.

²⁹⁹ *In Arquivo da Direcção Geral dos Assuntos Europeus – Conferência Portugal /C.E.E. – Pastas I a XVI – Pasta II – Conf. P/10/80.*

³⁰⁰ *Idem e In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta III - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986.*

³⁰¹ *Idem*

*

As Questões Económico - Financeiras

Também, em 20 de Fevereiro de 1980, se abriu e começou a negociação deste dossiê, na 7ª Reunião de Suplentes. ⁽³⁰²⁾

Dele constavam, entre outras, as matérias respeitantes:

- à construção da União Económica e Monetária;
- à coordenação das políticas económicas e monetárias de Portugal e das Comunidades;
- à questão da entrada de Portugal no Sistema Monetário Europeu;
- às matérias dos mecanismos financeiros, de que faziam parte:
 - o Sistema de Apoio Monetário, de curto prazo, dos bancos centrais;
 - o concurso financeiro de médio e longo prazo;
 - o financiamento e as garantias.

Portugal pediu a derrogação temporária do “open market” e da data da sua entrada no Sistema Monetário Europeu.

*

As Questões Orçamentais

Igualmente na 7ª Reunião de Suplentes iniciaram-se os trabalhos referentes a estas questões. ⁽³⁰³⁾

Deste dossiê faziam parte temas tão importantes como:

- as contribuições, pós-adesão, de Portugal para o Orçamento Comunitário;
- a questão da transferência de verbas para a Comunidade, e sua periodicidade, resultantes dos “prélèvements” Agrícolas;
- a questão dos direitos aduaneiros e do I.V.A./T.V.A.;
- e os eventuais benefícios para Portugal.

³⁰² In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta III - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986.

³⁰³ *Idem*

*

As Questões ligadas ao Direito Derivado ⁽³⁰⁴⁾

Igualmente introduzido nesta reunião de 20 de Fevereiro, este dossiê dizia respeito à tradução para a língua portuguesa, aplicação e entrada em vigor no ordenamento jurídico português dos Tratados Originais⁽³⁰⁵⁾, dos Actos entretanto celebrados pelas Comunidades, bem como das Directivas e outras normas do Direito Comunitário em vigor, à data de adesão de Portugal às Comunidades Europeias.

Tratava-se de um acervo de cerca de 40.000 páginas, 3 Tratados e inúmeros documentos. Havia que tratar da organização da sua transposição para o ordenamento jurídico português.

Na 8ª reunião de Suplentes, realizada em 30 de Abril de 1980, foram abordados, na sequência das anteriores reuniões, os seguintes dossiês: ⁽³⁰⁶⁾

- União Aduaneira e Livre Circulação de Mercadorias;
- C.E.C.A.;
- Euratom – C.E.E.A.;
- Fiscalidade;
- Política Regional;
- Direito Comunitário e Derivado.

A Delegação portuguesa, chefiada pelo Dr. Rui de Almeida Mendes, informou as Comunidades que tinham sido suprimidas, por Portugal, mais algumas taxas à importação de produtos.

³⁰⁴ *In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta III - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986.*

³⁰⁵ *Tratado de Paris – CECA e Tratado de Roma – CEE e CEEA-Euratom – Cf. Vários autores identificados na bibliografia.*

³⁰⁶ *In Arquivo da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus – Pastas I a XVI – Pasta II – Conf.P/17/80 de 30/04/19890*

A delegação das Comunidades registando esta declaração, aproveitou para lembrar que as taxas de efeito equivalente aos direitos alfandegários à exportação teriam de ser eliminadas na data de adesão e que Portugal não poderia aplicar restrições quantitativas à exportação ou à importação, a partir da mesma data.

De resto nada de significativo mais se passou nesta 8ª reunião de suplentes.

Na 9ª Reunião de Suplentes, que teve lugar no dia 6 de Junho de 1980, em que a Delegação portuguesa continuou a ser chefiada pelo Dr. Rui de Almeida Mendes, como novidade relevante foi introduzido o tema da obrigatoriedade de utilização de Tacógrafos nas viaturas de transporte, até aí não utilizados em Portugal. ⁽³⁰⁷⁾

*

Estes foram, em síntese, os dossiers abertos neste ano.

*

Em 6 e 7 de Março de 1980⁽³⁰⁸⁾, o Senhor Roy Jenkins, Presidente da Comissão das Comunidades Europeias, deslocou-se a Lisboa onde teve várias reuniões e manteve várias conversas com o 6º Governo Constitucional e com a Comissão Portuguesa para a Integração Europeia, cujo Presidente era o Dr. Victor Constâncio. ⁽³⁰⁹⁾

³⁰⁷ *In Arquivo da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus – Pastas I a XVI – Pasta II*

³⁰⁸ *In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta V - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986*

³⁰⁹ *In Portal do Governo – Vigência do 6º Governo Constitucional, chefiado pelo 1º Ministro Dr. Francisco Sá Carneiro e que contava ainda com o Vice-Primeiro Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros, Prof. Doutor Diogo Freitas do Amaral; Ministro das Finanças, Prof. Doutor Aníbal Cavaco Silva; Ministro da Agricultura, Engº António Cardoso e Cunha; Ministro da Coordenação Económica e do Plano, Engº Carlos Corrêa Gago; e Secretário de Estado da Integração Europeia, Dr. Rui de Almeida Mendes, entre outros.*

Na reunião com o Prof. Doutor Ernâni Lopes, Embaixador de Portugal junto das Comunidades Europeias, foram ventiladas algumas questões como as da formação profissional, remarcando o Dr. Rui de Almeida Mendes, presente na reunião, que eram muito importantes para o desenvolvimento do País, onde havia uma taxa de 7% de desemprego e uma necessidade premente de reconverter o pessoal agrícola e transferi-lo para a indústria.

A agricultura, o Alentejo tinha perdido 30% a 40% da sua capacidade de produção com a mudança de proprietários da terra. No Norte as propriedades eram muito pequenas e pulverizadas em termos de proprietários.

Assim era fundamental que o País fosse apoiado pelas Comunidades nestas áreas, bem como noutras, dado o nosso estágio de desenvolvimento em matéria agrícola.

Em 1979 e em 1980 faziam parte da Comissão Portuguesa para a Integração Europeia, as seguintes personalidades:

**Quadro 15 – Comissão Portuguesa para a Integração Europeia –
Durante o Ano de 1979 / 1980 ⁽³¹⁰⁾**

Membros	Função	Partido Político
Dr. Victor Constâncio, substituído pelo Dr. José Silva Lopes	Presidente	PS
Dr. Luís Moreno	Vice-Presidente	CDS
Dr. José Figueiredo	Secretário	PCP
Dr. Nicolau de Freitas	Vogal	PSD
Dr. Joaquim Neto	Vogal	PSD
Dr. Luís Coimbra	Vogal	PPM

³¹⁰ *In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta V - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986*

*

Os Pedido de ajudas de pré-adesão ⁽³¹¹⁾

Portugal, dadas as dificuldades sentidas, pediu em reuniões havidas em 30 de Outubro e 3, 12 e 17 de Novembro de 1980, ajudas de pré-adesão.

A estrutura das ajudas pedidas era a seguinte:

- 277 m.u.c. (milhões de unidades de conta europeias), a fundo perdido e
- 125 m.u.c. a conceder através de empréstimo ao Estado português, pelo Banco Europeu de Investimentos.

Estas ajudas destinavam-se a aplicar e fazer funcionar 4 programas, durante o período de 1980 a 1982, com o objectivo de serem aplicadas:

- Em Reorganizar as PME's industriais;
- Na Agricultura;
- Na Formação Profissional;
- Na Política Regional.

Para a execução destes programas pretendia-se que, os mesmos, fossem financiados em 60% pelo Estado português e em 40% pelas Comunidades Europeias.

Os objectivos anunciados, por Portugal, eram: ⁽³¹²⁾

- Preparar e facilitar a integração da economia portuguesa na C.E.E;
- Modernização da Economia Portuguesa;
- Reforço da consolidação da Economia Portuguesa.

³¹¹ *In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta VI - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986*

³¹² *Idem*

Nesta ofensiva portuguesa foram chamados a participar, advogando o pedido de Portugal, os Embaixadores de Portugal junto dos diversos Governos dos Estados Membros.

Na altura os titulares das Missões Diplomáticas Portuguesas nestas capitais europeias eram:

Quadro 16 – Chefes das Misões Diplomáticas Portuguesas ⁽³¹³⁾

País	Missão Portuguesa	Embaixador
Alemanha	Bona	Paulo Ennes
Bélgica	Bruxelas	Pequito
Dinamarca	Copenhague	Félix Alves
França	Paris	Siqueira Freire
Holanda	Haia	Silva Marques
Irlanda	Dublin	Melo Freitas
Itália	Roma	Andresen Guimarães
Luxemburgo	Luxemburgo	A. Pimentel
Reino Unido	Londres	Freitas Cruz

A Comissão das Comunidades Europeias, na pessoa do Senhor Gaston Thorn, respondeu positivamente ao pedido de Portugal, aceitando e concedendo a Portugal as seguintes verbas de ajudas: ⁽³¹⁴⁾

Empréstimos reembolsáveis, do B.E.I.	175 MECUS
Dádiva por parte das Comunidades	125 MECUS
TOTAL	300 MECUS

³¹³ In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta III - - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986. – Outubro/Novembro de 1980.

³¹⁴ In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta IV - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986 – Ref^a. MNE – 2T – ETE 117 – 3CEE/275.05

*

IV.VI – As negociações em 1981

Durante o ano de 1981 prosseguiram as negociações e tiveram lugar 2 reuniões Ministeriais e 5 reuniões ao nível de Suplentes:⁽³¹⁵⁾

Quadro 17 – Calendário, Reuniões, Dossiês e Participantes de 1981

DATA	REUNIÃO	ASSUNTOS CAPÍTULOS/DOSSIÊS tratados	CHEFIA de DELEGAÇÕES
27 Fevereiro	12ª Suplentes	5ª Movimento de Capitais	J. Ferreira do Amaral H. Rutten
29 Abril	13ª Suplentes	1ª Pescas, 5ª Euratom, 4ª Fiscalidade, 6ª Movimento de Capitais, 4ª Política Regional, 3ª Assuntos Sociais, 2ª Direito de Estabelecimento	J. Ferreira do Amaral H. Rutten
18 Maio	4ª Ministerial	Estado do Avanço dos Trabalhos, 4ª Transportes, 4ª Direito Derivado	Álvaro Barreto ⁽³¹⁶⁾ Van der Mei
26 Junho	14ª Suplentes	1ª Regiões Autónomas, 5ª Fiscalidade, 7ª Movimento de Capitais, 5ª Transportes	J. Ferreira do Amaral H. Rutten
22 Julho	15ª Suplentes	6ª União Aduaneira, 7ª CECA, 3ª Recursos Próprios	J. Ferreira do Amaral M. Butler
27 Outubro	5ª Ministerial	Estado do Avanço dos Trabalhos, 7ª União Aduaneira, 4ª Assuntos Sociais	João Salgueiro ⁽³¹⁷⁾ Lord Carrington
1 Dezembro	16ª Suplentes	6ª Euratom, 8ª CECA, 3ª Agricultura	José Luís da Cruz Vilaça M. Butler

Durante este ano foram abertos mais dois capítulos, nas negociações de adesão de Portugal às Comunidades Europeias:

- as Pescas e
- as Regiões Autónomas.

³¹⁵ In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta VII – Resumo das Reuniões 1979/1983 - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986

³¹⁶ In Portal do Governo - Engº Álvaro Barreto – Ministro da Integração Europeia do 7º Governo Constitucional que tomou posse no dia 9 de Janeiro de 1981.

³¹⁷ In Portal do Governo – o Dr. João Salgueiro era o Ministro das Finanças e do Plano, do 8º Governo Constitucional que tomou posse no dia 4 de Setembro de 1981.

*

A 1ª reunião de 1981, foi a 12ª Sessão ou Reunião de Suplentes, em que a delegação portuguesa foi chefiada pelo Engº Joaquim Ferreira do Amaral, em 27 de Fevereiro, já na vigência do 7º Governo Constitucional.⁽³¹⁸⁾

A questão principal deste ronda, foi o dossiê dos **Movimentos de Capitais**, cujo fulcro era a Liberdade de Circulação de Capitais.

De relevante, apenas o facto de a Delegação portuguesa ter comunicado à Delegação comunitária, que estimava necessário manter, mesmo depois da adesão e sem limite de tempo, o regime de controlo administrativo sobre as transações com o exterior.

A Delegação das Comunidades, em resposta, fez notar que esta pretensão portuguesa era um obstáculo à livre execução de transferências e movimentos de capitais, pelo que não podia aceitar, pois contrariava o “*acquis communautaire*”, num ponto fundamental e fundacional da C.E.E.: - A Liberdade de Circulação de Capitais no espaço comunitário. ⁽³¹⁹⁾

O Dossiê das Pescas

No que refere a este importante dossiê, as negociações do mesmo foram abertas, formalmente, na 13ª Reunião de Suplentes, realizada no dia 29 de Abril de 1981.

³¹⁸ In Portal do Governo – Vigência do 7º Governo Constitucional, chefiado pelo 1º Ministro, Dr. Francisco Pinto Balsemão, que era acompanhado, entre outros, pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros, Prof. Doutor André Gonçalves Pereira, pelo Ministro das Finanças e do Plano, Dr. João Morais Leitão, pelo Ministro da Agricultura, Engº Cardoso e Cunha (que transitou do 6º Governo Constitucional, pelo Ministro da Integração Europeia, Engº Álvaro Barreto e pelo Secretário de Estado da Integração Europeia, Engº Joaquim Ferreira do Amaral.

³¹⁹ In Arquivo da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus – Pastas I a XVI – Pasta III

Deste capítulo faziam parte temas, entre outros, os seguintes: ⁽³²⁰⁾

- A exploração de recursos marinhos no mar territorial e na zona económica exclusiva, sob jurisdição portuguesa, e sua compatibilização com as normas em vigor nas Comunidades;
- A vigilância e controlo das zonas, mencionadas;
- A conservação e preservação dos recursos pesqueiros;
- As possibilidades de acesso às zonas portuguesas, por parte de pescadores comunitários e de países terceiros;
- As empresas mistas de pesca existentes e a sua conformação com os acordos internacionais da Comunidade.

Para além destas matérias havia a tratar:

- das organizações de produtores;
- de estabelecer normas de comercialização e níveis de preços;
- as questões aduaneiras;
- e a negociação de Períodos de Transição ou Derrogações Temporárias, ao “acquis communautaire”, a propôr pela parte portuguesa;

para além dos esquemas financeiros de apoio de:

- ajuda à reconversão da frota pesqueira;
- e da modernização dos portos e restantes estruturas marítimas.

³²⁰ *in Vilaça, Prof. José Luís da Cruz Vilaça – Arquivo Pessoal – Pasta I a III – 1977/1985.*

A delegação portuguesa fez uma caracterização, na sua comunicação, das características da frota pesqueira nacional, como segue:

Quadro 18 – Frota Pesqueira portuguesa – 1980 ⁽³²¹⁾

Tipo de Barcos	Nº de embarcações existentes	Toneladas pescadas /ano
Pequena pesca	14.700	60.000
Pesca de Cerco	285	100.000
Chalupas costeiras	110	40.000
Pesca Industrial (semi-longínqua)	40	10.000
Grande Pesca Longínqua	52	30.000
Navios congeladores	13	20.000
Peq. Navios Pesca Submarina (algas)	40	1.200

O emprego directo, nestas embarcações, situava-se à volta dos 33.000 pescadores.

Quadro 19. - No que se refere à *Industria de Transformação de pescado*, o quadro era o seguinte: ⁽³²²⁾

Produção Total	Sardinha	Atum e outros	Emprego na Indústria
52.000 tons	70%	14%	14.000

³²¹ *In Arquivo da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus – Pastas I a XVI – Pasta III – Conf. P/11/81*

³²² *Idem*

A delegação portuguesa pretendia ver aceites, pelas Comunidades, as seguintes questões:

- Que o Continente, os Açores e a Madeira, fossem considerados Zonas desfavorecidas e altamente dependentes da pesca;
- Ver estabelecido um período de transição, à importação de pescado, em que haveria uma progressiva eliminação das taxas de importação.

Assuntos Sociais

O Dossiê da Livre Circulação de Trabalhadores

A propósito deste dossiê, na 13ª Sessão de Suplentes, realizada em 29 de Abril de 1981, foram detalhados alguns elementos sobre as regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.⁽³²³⁾

Assim a delegação Portuguesa informou a sua congénere das Comunidades que a emigração dos Açores tinha baixado de intensidade desde 1974.

Em apoio desta afirmação referiu que em 1970 o número de emigrantes tinha sido de 9.811 e em 1980 de apenas 4.355, sendo o destino principal a América do Norte e apenas 250 para a Europa, o mesmo se passando com os emigrantes da Madeira que emigravam sobretudo para os EUA, Canadá, Venezuela e Brasil. (³²⁴)

Portugal manteve a posição tomada, na 10ª Reunião de Suplentes, de considerar que queria ver aplicados aos trabalhadores portugueses as disposições do Tratado de Roma relativas à *Livre Circulação de Trabalhadores*, desde a data da adesão de Portugal às Comunidades, o que provocaria a abolição de toda a discriminação fundada sobre a nacionalidade.

³²³ In Arquivo da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus – Pastas I a XVI – Pasta III – Conf. P/9/81-add.1

³²⁴ In Arquivo da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus – Pastas I a XVI – Pasta III – Conf. P/9/81-add.1 – pág 2 e 3

Em defesa da sua posição, a delegação referia que os fluxos migratórios em direcção aos estados membros tinha diminuído dos 56.021 emigrantes portugueses, para os 2.517 verificados em 1980 e que se previa a criação de 250.000 postos de trabalho em Portugal, até finais de 1984, o que significaria uma taxa de desemprego de 6%, bem como uma subida dos salários reais em 2,5%, conforme figurava nas Grandes Opções do Plano para 1981/1984.⁽³²⁵⁾

Face a estes resultados e previsões, era espectável que houvesse uma maior fixação dos trabalhadores portugueses ao território de Portugal, mesmo após a adesão de Portugal à C.E.E.

Quanto ao tema da *Segurança Social dos Trabalhadores* migrantes, a pretensão portuguesa ia no mesmo sentido de que a partir da data de adesão de Portugal à C.E.E., se deveria aplicar todo o “acquis” aos trabalhadores portugueses e suas famílias. ⁽³²⁶⁾

Quanto ao *F.S.E. (Fundo Social Europeu)*, a delegação sublinhou a sua posição, anteriormente tomada na 6ª Reunião de Suplentes, de que Portugal deveria ser considerado como uma região, que beneficiasse das ajudas majoradas, no quadro dos fundos europeus, bem como a posição de que os projectos a apresentar ao F.S.E., fossem considerados elegíveis, desde a data de adesão de Portugal. ⁽³²⁷⁾

³²⁵ In Arquivo da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus – Pastas I a XVI – Pasta III – Conf. P/9/81-add.1- pág. 3 e 4.

³²⁶ In Arquivo da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus – Pastas I a XVI – Pasta III – Conf. P/9/81 – págs 5 e 6.

³²⁷ In Arquivo da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus – Pastas I a XVI – Pasta III – Conf. P/9/81- págs 8 e 9.

Ainda neste ano de 1981 teve lugar uma reunião⁽³²⁸⁾, paralela à negociações oficiais, entre o Prof. Doutor Ernâni Lopes, Embaixador de Portugal junto das Comunidades Europeias e Prof. Doutor Cruz Vilaça, na altura Secretário de Estado da Integração Europeia do 8º Governo Constitucional, pela parte portuguesa, e os Senhores Jacques Santer e Romain Schintgen, no sentido de analisar esta questão.⁽³²⁹⁾

Pretendia, mais uma vez e reforçando as posições portuguesas tomadas no seio das reuniões ministeriais e de suplentes, Portugal ver o período de carência imposto nas negociações, por parte da comunidade, de 10 anos de carência para a livre circulação dos trabalhadores portugueses, no espaço comunitário, reduzida ou mesmo eliminada.⁽³³⁰⁾

Nesta reunião o Senhor Santer mostrou-se algo receptivo, mas já o mesmo não aconteceu com o seu colega Senhor Schintgen, pelo que esta questão foi novamente remetida para mais tarde no processo negocial. ⁽³³¹⁾

Dossiê da Liberdade de Circulação de Capitais

Movimento de Capitais

Portugal voltou a apresentar as propostas de Medidas Transitórias e de Derrogações Temporárias, já apresentadas na 11ª Sessão de Suplentes, aprofundando o tema nos capítulos dos: ⁽³³²⁾

- Pagamentos Correntes e
- Transações Invisíveis.

³²⁸ Prof. Doutor José Luís da Cruz Vilaça – entrevista pessoal – Novembro de 2011.

³²⁹ In Portal do Governo – Já na Vigência do 8º Governo Constitucional, presidido também pelo Dr. Francisco Pinto Balsemão (que tinha presidido ao 7º Governo Constitucional) e que contava no seu elenco com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Dr. André Gonçalves Pereira, transitado da mesma pasta do 7º Governo Constitucional, com o Ministro das Finanças e do Plano, Dr. João Salgueiro, Ministro da Agricultura, Dr. Basílio Horta e com o Secretário de Estado da Integração Europeia, Prof. Doutor José Luís Cruz Vilaça, entre outros.

³³⁰ Prof. Doutor José Luís da Cruz Vilaça – entrevista pessoal – Novembro de 2011.

³³¹ Idem

³³² In Arquivo da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus – Pastas I a XVI – Pasta III - Conf.P/7/81 de 29 de Abril de 1981.

em que se declarava pronto a liberalizar na data de adesão o conjunto de *pagamentos correntes* e parte das *transações invisíveis*.

No entanto Portugal continuava a pedir a aplicação de Medidas Transitórias, destinadas a manter restrições, sobretudo por causa da sua Balança de Pagamentos e que deveriam ser abolidas, mas de forma progressiva. (³³³)

Quanto às ***Transações respeitantes ao Turismo***, a delegação pretendia ver aceite um período de transição de 5 anos, após a data de adesão, para abolir, de forma progressiva, o sistema de arrendamentos turísticos anuais e por pessoa e por viagem ao estrangeiro. (³³⁴)

Quanto aos ***Movimentos de Capitais***, a delegação pretendia uma *Derrogação temporária ou Medidas transitórias, por um prazo de 5 anos*, para manter o regime de autorização prévia, ao abrigo do qual Portugal manteria restrições temporárias em matéria de: (³³⁵)

- Investimentos, efectuados por não residentes, de forma a proteger sectores sensíveis de importância estratégica;
- Repatriamento do produto de liquidação dos investimentos directos em Portugal;
- Investimentos directos efectuados por residentes de Portugal, nos estados-membros, (neste particular pedia-se um prazo de 7 anos);
- Investimentos imobiliários efectuados em Portugal por residentes da C.E.E.;

³³³ *Idem*

³³⁴ *In Arquivo da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus – Pastas I a XVI – Pasta III – Conf.P/7/81 de 29 de Abril de 1981.*

³³⁵ *In Arquivo da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus – Pastas I a XVI – Pasta III – Conf.P/7/81.*

- Movimento de capitais pessoais;
- Compra, por residentes, de títulos estrangeiros, negociados em bolsa.

Liberdade de Estabelecimento

Direito de Estabelecimento e Livre Prestação de Serviços

Em Portugal, em 1981, estava vedada à iniciativa privada a actividade económica no sector bancário e segurador, ainda que alguns operadores privados operassem no mercado.

Portugal comprometeu-se a produzir e aprovar legislação que modificasse esta situação, para permitir aos Investimentos Privados, oriundos dos países da C.E.E. e provenientes da iniciativa privada portuguesa, o acesso a estas actividades económicas, pedindo, no entanto, um período transitório de 5 anos, após a adesão, para o efeito.
(³³⁶)

Nas 4ª Reunião Ministerial, de 18 de Maio de 1981, estiveram presentes:

- Chefiando a Delegação portuguesa, o Engº Álvaro Barreto, Ministro da Integração Europeia do 7º Governo Constitucional; (³³⁷)
- O Senhor Lorenzo Natali, Vice-Presidente da Comissão das Comunidades Europeias;
- E o Senhor M. Van der Mei, Presidente, em exercício, do Conselho de Ministros das Comunidades.

³³⁶ *In Arquivo da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus – Pastas I a XVI – Pasta III – Conf.P/7/81.*

³³⁷ *In Portal do Governo – O Engº Alvaro Barreto era o Ministro da Agricultura do 7º Governo Constitucional, presidido pelo 1º Ministro, Dr. Francisco Pinto Balsemão e contava, entre outros, com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Prof. Doutor André Gonçalves Pereira e como Ministro das Finanças e do Plano, o Dr. João Morais Leitão.*

De relevante, nesta reunião, foi a reafirmação dos pedidos efectuados por Portugal, nas 5ª, 6ª e 9ª Sessões de Suplentes, do pedido de derrogações temporárias e o pedido de medidas transitórias, para adaptar o **Sector dos Transportes** de Portugal, aos regulamentos comunitários.

Na 14ª Reunião de Suplentes, realizada em 26 de Junho de 1981, em que a Delegação portuguesa continuou a ser presidida pelo Engº Ferreira do Amaral, prosseguiram as negociações, não se tendo verificado significativos avanços nas negociações, com excepção feita à abertura do dossiê referente **às Regiões Autónomas**, através de uma declaração por parte da equipa negocial, portuguesa.

Desta declaração constavam as questões que se prendiam com o posicionamento geográfico, dos Arquipélagos da Madeira e dos Açores, e da consequente necessidade de se obter, para estas regiões, um tratamento privilegiado de ajudas ao seu desenvolvimento, nas suas várias vertentes, bem como da protecção e desenvolvimento dos seus recursos, dada a sua posição de relativo afastamento face aos centros de consumo europeus.

Na 5ª Reunião Ministerial, de 27 de Outubro de 1981, estiveram presentes: (³³⁸)

- chefiando a delegação portuguesa, o Dr. João Salgueiro, então Ministro de Estado e Ministro das Finanças e do Plano do 8º Governo Constitucional,⁽³³⁹⁾

³³⁸ In *Arquivo da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus – Pastas I a XVI – Pasta III – Conf.P/30/81*.

³³⁹ In *Portal do Governo – O Dr. João Salgueiro era o Ministro de Estado e das Finanças e do Plano do 8º Governo Constitucional, presidido pelo 1º Ministro, Dr. Francisco Pinto Balsemão e contava, entre outros, com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Prof. Doutor André Goçaves Pereira, como Ministro da Agricultura, o Dr. Basílio Horta e como Secretário de Estado da Integração Europeia, e por inerência Presidente da Comissão de Integração Europeia, o Prof. Doutor José Luís da Cruz Vilaça.*

- o Senhor Lorenzo Natali, Vice-Presidente da Comissão das Comunidades Europeias;
- e Lorde Carrington, Presidente em exercício do Conselho de Ministros das Comunidades.

Foi feito um ponto de situação sobre o decorrer das negociações, o estado das mesmas e as expectativas de ambas as partes.

Em síntese, Lorde Carrington começou por falar do tema da integração da indústria têxtil portuguesa, para referir que este sector atravessava uma crise grave no seio da Comunidade, mas que, mesmo assim, percebia a situação portuguesa e a respectiva posição da delegação portuguesa de pedir um regime de derrogações temporárias para este sector, na data de adesão de Portugal às Comunidades. (³⁴⁰)

Referiu-se, também à situação das Regiões Autónomas portuguesas, ao dossiê da Fiscalidade e Recursos próprios, afirmando ter presente as solicitações portuguesas e anunciado que as mesmas estavam em estudo por parte da C.E.E.

Igual procedimento prosseguia em matéria de Transportes e Movimento de Capitais. (³⁴¹)

Fez de seguida o anuncio de que a Comissão das Comunidades, apresentaria uma nova declaração, em resposta às duas declarações já entregues pela delegação portuguesa, sobre os Assuntos Sociais e que o tema da Agricultura seria objecto de uma declaração da C.E.E., a breve trecho. (³⁴²)

³⁴⁰ *In Arquivo da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus – Pastas I a XVI – Pasta III – Conf.P/31f./81.- pág 3*

³⁴¹ *Idem*

³⁴² *Idem*

Em síntese, o Dr. João Salgueiro, na sua declaração, referiu que estimava ser possível Assinar, durante o ano de 1982, o Acto de Adesão de Portugal às Comunidades, de forma a que.. *“a Comunidade possa contar com um novo Estado Membro, (Portugal) em 1984...”* e apelou ao esforço técnico e político das partes, para que este calendário fosse respeitado. (³⁴³)

Referindo-se à Assinatura do Acordo das Ajudas de Pré-Adesão, assinado em Dezembro de 1980, fez notar que esse acto tinha sido um reconhecimento comunitário das diferenças do estado de desenvolvimento das Economias europeia e de Portugal, para de seguida lamentar que o referido acordo ainda não tivesse tido nenhuma concretização prática, apesar de Portugal ter apresentado vários projectos para análise das Comunidades. (³⁴⁴)

Referiu que este facto estava a ter um impacto muito negativo junto da Opinião Pública Portuguesa, apesar de esta maioritariamente ser favorável à adesão.

Fazendo um ponto de situação, o Dr. João Salgueiro dividiu os dossiês em 3 grupos: (³⁴⁵)

1. *Os dossiês que estavam praticamente fechados* – Euratom, C.E.C.A., e Transportes;
2. *Os dossiês cuja conclusão se adivinhava para breve* – Movimentos de Capitais, Fiscalidade, Direito de Estabelecimento e Política Regional e Ajudas Públicas;

³⁴³ *In Arquivo da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus – Pastas I a XVI – Pasta III – Conf.P/32/81.*

³⁴⁴ *Idem*

³⁴⁵ *Idem, Ibidem*

3. *Os dossiês que necessitavam de soluções*, cuja resolução se afigurava decisiva para uma integração harmoniosa de Portugal – Agricultura, Pescas, Assuntos Sociais e Livre Circulação de Trabalhadores, Relações Externas e União Aduaneira.

As razões apontadas para este estado das negociações eram, em síntese, as seguintes, por dossiê: (³⁴⁶)

- *Agricultura* – ocupava 27% da população Activa de Portugal, mas apenas significava 12% do P.I.B., sector que era preciso reestruturar e modernizar;
- *Livre Circulação de Trabalhadores e Regime de Protecção da Segurança Social* – que afectava milhares de trabalhadores portugueses que tinham emigrado para os países da Comunidade, em resposta à necessidade, destes, de mão-de-obra, e que se encontravam ainda a trabalhar em condições adversas, que era preciso regularizar e melhorar; (³⁴⁷)

Nota: Neste dossiê, e ao invés da maioria dos outros dossiês de negociação, em que era Portugal a pedir Derrogações Temporárias ou Medidas Transitórias à aplicação dos Tratados e restante Direito Derivado, era Portugal a pedir a aplicação imediata, (desde a data de adesão) do “acquis” comunitário, em matéria da Liberdade de Circulação de Trabalhadores e matérias derivadas, pelo facto de ter uma grande quantidade de emigrantes nos países da C.E.E.

³⁴⁶ *In Arquivo da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus – Pastas I a XVI – Pasta III – Conf.P/32/81 – Ponto de Situação das Negociações*

³⁴⁷ *Idem*

Assim era a Comunidade, que queria ver impostas Medidas Transitórias e Derrogações Temporárias, nomeadamente limitando o livre acesso dos trabalhadores portugueses ao Direito de circular livremente pelos países comunitários e aí exercerem profissões remuneradas.

A comunidade, nesta altura, queria impor um prazo transitório de 10 anos, até liberalizar a circulação dos trabalhadores portugueses no seu espaço.

- *União Aduaneira* – na sua Declaração de 22 de Julho de 1981, a Comunidade reagiu negativamente às propostas de Portugal sobre a Livre Circulação na Comunidade, dos Produtos têxteis portugueses.

Para Portugal não era possível transigir nesta matéria, sob pena de deterioração das vantagens económicas da parte portuguesa, para além de violar os princípios do Tratado de Roma.

Para Portugal este sector significava 22% do V.A.B. da Indústria manufactureira, 10% do P.I.B., 30% das exportações, 30% da mão-de-obra da indústria nacional, sendo por isso um sector muito sensível para o país. (³⁴⁸)

Estando ciente das dificuldades que a indústria têxtil europeia atravessava (1981), o Dr. João Salgueiro, afirmava que a mesma não tinha nenhuma ligação com as exportações portuguesas que representavam apenas 35% do total das importações comunitárias, deste tipo de produtos, mas sim nas políticas económicas globais e sectoriais de alguns dos países terceiros e, em particular, de alguns países em vias de desenvolvimento. (³⁴⁹)

³⁴⁸ *In Arquivo da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus – Pastas I a XVI – Pasta III – Conf.P/32/81 – Ponto de Situação das Negociações – ponto 4.*

³⁴⁹ *Idem*

Não restava, perante este quadro, a Portugal senão manter a sua intransigência quanto à inclusão nos instrumentos de adesão, de referências aos têxteis portugueses que pudessem limitar a sua livre troca.

Em termos das trocas gerais, e em contrapartida do reconhecimento da Comunidade de que era preciso dar tempo à indústria portuguesa para se preparar e reestruturar para enfrentar os novos desafios colocados pela adesão, Portugal aceitava o “acquis” na data da adesão, sem prejuízo de ter que propôr várias medidas transitórias e derrogações temporárias, a estabelecer nos vários dossiês ligados a este, como era o caso dos da Fiscalidade, da Agricultura e das Pescas e Relações Externas.

O ano negocial de 1981, encerrou-se na 16ª Reunião de Suplentes, em que a delegação portuguesa foi chefiada pelo Prof. Doutor José Luís da Cruz Vilaça, então Secretário de Estado da Integração Europeia, e por inerência, Presidente da Comissão da Integração Europeia, portuguesa. ⁽³⁵⁰⁾

Nesta reunião continuaram a ser tratados os dossiês da **C.E.C.A., C.E.E.A., Agricultura**. ⁽³⁵¹⁾

Nesta sessão negocial, foi entregue, à delegação portuguesa uma Declaração sobre a Agricultura, que era um primeiro exame das Comunidades sobre o tema. ⁽³⁵²⁾

³⁵⁰ *In Portal do Governo – Já na Vigência do 8º Governo Constitucional, presidido também pelo Dr. Francisco Pinto Balsemão (que tinha presidido ao 7º Governo Constitucional) e que contava no seu elenco com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Dr. André Gonçalves Pereira, transitado da mesma pasta do 7º Governo Constitucional, com o Ministro das Finanças e do Plano, Dr. João Salgueiro, Ministro da Agricultura, Dr. Basílio Horta e com o Secretário de Estado da Integração Europeia, Prof. Doutor José Luís Cruz Vilaça, entre outros.*

³⁵¹ *in Vilaça, Prof. José Luís da Cruz Vilaça – Arquivo Pessoal – Pasta I a III – 1977/1985.*

³⁵² *In Arquivo da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus – Pastas I a XVI – Pasta III – Conf.P/36/81 – Agricultura – Cf. Também Vilaça, Prof. José Luís da Cruz Vilaça – Arquivo Pessoal – Pasta I a III – 1977/1985.*

Nela, em síntese, se dizia que a adesão de Portugal podia afectar a situação sócio-estrutural da Comunidade, afectando sobretudo as Regiões Mediterrânicas.

Alguns produtos portugueses podiam, mesmo, segundo as Comunidades, afectar o equilíbrio dos mercados, nomeadamente nos sectores dos legumes, frutas, vinhos e azeite, dado que os mesmos eram muitas vezes subsidiados. (³⁵³)

Assim a Delegação das Comunidades queria ver estudados em profundidade e melhor esclarecidas, algumas questões no âmbito:

- Dos preços dos produtos e subsídios;
- Das questões agri-monetárias;
- Das ajudas;
- Do equilíbrio de mercados;
- Das trocas intra e extra comunitárias;
- Dos regimes de exportação e de importação;
- E das estruturas agrícolas.

Até se pronunciar, com mais profundidade, sobre as declarações e pedidos apresentados pelas delegações portuguesas, nas sucessivas reuniões. (³⁵⁴)

O Secretariado português para a Integração Europeia era composto pelas seguintes personalidades: (³⁵⁵)

Engº Cabral da Fonseca Director-Geral	Drª Isabel Loff
Dr. Roma Fernandes	Dr. Marques da Silva
Dr. Pinto Bessa	Drª Isabel Vila Santa
Dr. Meneses Ferreira	

³⁵³ *In Arquivo da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus – Pastas I a XVI – Pasta III – Conf.P/36/81 – Agricultura – Cf. Também Vilaça, Prof. José Luís da Cruz Vilaça – Arquivo Pessoal – Pasta I a III – 1977/1985.*

³⁵⁴ *Idem*

³⁵⁵ *Vilaça, Prof. José Luís da Cruz Vilaça – Arquivo Pessoal – Pasta I a III – Pasta II – 1977/1985.*

IV.VII – As negociações de 1982

O processo negocial prosseguiu com a realização de 5 Reuniões Ministeriais e 7 Reuniões ao nível de Suplentes:⁽³⁵⁶⁾

Quadro 20 –Calendário de Reuniões, Dossiês e Participantes de 1982

DATA	REUNIÃO	ASSUNTOS CAPÍTULOS	CHEFIA de DELEGAÇÕES
29 Janeiro	17ª Suplentes	8ªMovimento de Capitais, 3ªDireito de Estabelecimento, 6ªRelações Externas, 5ªAssuntos Sociais	António Martha ⁽³⁵⁷⁾ P. Noterdaeme
12 Fevereiro	18ª Suplentes	8ªUnião Aduaneira, 4ªAgricultura, 9ªMovimento de Capitais, 6ªTransportes, 5ªPolítica Regional, 4ªDireito de Estabelecimento, 3ªQuestões Económico Financeiras, 7ªEuratom	José Luís da Cruz Vilaça P. Noterdaeme
22 Fevereiro	6ª Ministerial	Estado do Avanço dos Trabalhos, 10ªMovimento de Capitais, 7ªTransportes, 6ªPolítica Regional, 4ªQuestões Económico Financeiras, 8ªEuratom	João Salgueiro Leo Tindemans
2 Abril	19ª Suplentes	9ªUnião Aduaneira, 7ªRelações Externas	José Luís da Cruz Vilaça P. Noterdaeme
26 Abril	7ª Ministerial	Estado do Avanço dos Trabalhos, 10ªUnião Aduaneira, 9ªCECA, 5ªDireito de Estabelecimento	João Salgueiro Leo Tindemans
28 Maio	20ª Suplentes	11ªUnião Aduaneira, 10ªCECA, 7ªFiscalidade	José Luís da Cruz Vilaça P. Noterdaeme
22 Junho	8ª Ministerial	Estado do Avanço dos Trabalhos, 12ªUnião Aduaneira, 11ªCECA, 8ªRelações Externas, 8ªFiscalidade, 6ªDireito de Estabelecimento	João Salgueiro Leo Tindemans
16 Julho	21ª Suplentes	7ªDireito de Estabelecimento e Pontos de seguimento/acordo da 8ª Reunião Ministerial	José Luís da Cruz Vilaça G. Riberholdt
21 Setembro	9ª Ministerial	Estado do Avanço dos Trabalhos, Pontos de seguimento/acordo da 8ª Reunião Ministerial, 8ªDireito de Estabelecimento, 13ªUnião Aduaneira, 12ªCECA, 9ªRelações Externas, 9ªFiscalidade	João Salgueiro U. Ellemann-Jensen
12 Novembro	22ª Suplentes	10ªFiscalidade, 5ªAgricultura, 1ªAproximação de Legislações, 1ªAmbiente e Protecção dos Consumidores	António Martha G. Riberholdt
22 Novembro	10ª Ministerial	Estado do Avanço dos Trabalhos,	U. Ellemann-Jensen João Salgueiro
21 Dezembro	23ª Suplentes	2ªAmbiente e Protecção dos Consumidores, 5ªDireito Derivado,	António Martha G. Riberholdt

³⁵⁶ In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta VII – Resumo das Reuniões 1979/1983 - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986

³⁵⁷ O Dr. António Martha era o Vice-Presidente da Comissão Portuguesa de Integração Europeia.

Em resumo, nestas 12 reuniões formais, foram continuadas as negociações de vários capítulos, como se descreve no quadro seguinte:

Quadro 21 – Ponto de Situação dos Dossiês das Negociações ⁽³⁵⁸⁾

Capítulo / Dossiê	N.º de Reuniões efectuadas no ano	Número Sequencial - Reuniões do Dossiê
União Aduaneira	6	8ª à 13ª Suplentes
Relações Externas	4	6ª à 9ª Suplentes
CECA	4	9ª à 12ª Suplentes
EURATOM	2	7ª e 8ª Suplentes
Fiscalidade	4	7ª à 10ª Suplentes
Movimento de Capitais	3	8ª à 10ª Suplentes
Transportes	2	6ª e 7ª Suplentes
Política Regional	2	5ª e 6ª Suplentes
Assuntos Sociais	1	5ª Suplentes
Direito de Estabelecimento	6	3ª à 8ª Suplentes
Quest. Económico-Financeiras	2	3ª e 4ª Suplentes
Questões Orçamentais	0	-
Agricultura	2	4ª e 5ª Suplentes
Direito Derivado	1	5ª Suplentes
Estabel. Da Língua Portuguesa nos Actos Comunitários	0	-
Pescas	0	-
Regiões Autónomas	0	-
Aproximação de Legislações	1	1ª Suplentes
Ambiente e Protecção dos Consumidores	2	1ª e 2ª Suplentes

Os Dossiês objecto de um maior Número de Reuniões Acumulado, desde o início das Negociações, até ao final de 1982, foram a União Aduaneira, que já tinha efectuado 13 reuniões sobre o tema, a CECA com 12 reuniões já efectuadas, a Fiscalidade e o Movimento de Capitais com um total acumulado de 10 reuniões, cada, destinadas a estudar e negociar o assunto.

³⁵⁸ Fontes: Arquivos Pessoais do Prof. Doutor Ernâni Lopes e do Prof. Dr. José Luís Cruz Vilaça e Arquivo da Direcção Geral dos Assuntos Europeus, do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Neste ano de 1982, foram abertos mais dois dossiês de negociação formal: ⁽³⁵⁹⁾

- A aproximação de Legislações e
- o Ambiente e Protecção dos Consumidores.

No primeiro tratavam-se as questões relacionadas com a tentativa de harmonizar o mais possível as legislações das Comunidades e de Portugal.

No segundo as questões ambientais, de protecção da natureza, de emissões de gases poluentes, de equipamentos industriais, tratamento de resíduos sólidos e líquidos.

Em qualquer dos capítulos a delegação portuguesa tentou obter períodos transitórios necessários à progressiva adaptação das condições portuguesas face à nova realidade criada pela adesão e obter ajudas financeiras ao reequipamento e equipamento das indústrias sedeadas em Portugal.

*

Neste ano de 1982, na vigência do VIII Governo Constitucional, cujo Primeiro Ministro era o Dr. Pinto Balsemão, foram encerradas as Negociações de 10 capítulos/dossiês técnicos. ⁽³⁶⁰⁾

Era na altura responsável político pelas negociações, do lado de Portugal, o 1º Ministro acompanhado pelo Dr. João Salgueiro, na altura, Ministro de Estado e Ministro das Finanças e do Plano.⁽³⁶¹⁾

³⁵⁹ Cf. Vilaça, Prof. José Luís da Cruz Vilaça – *Arquivo Pessoal das Negociações de Adesão de Portugal às Comunidades Europeias – Pasta I a III – 1977/1985*.

³⁶⁰ In *Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta VII – Resumo das Reuniões 1979/1983 - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986*

³⁶¹ In *Portal do Governo – o 8º Governo Constitucional tomou posse em 4 de Setembro de 1981 e cessou funções no dia 9 de Junho de 1983*.

Concluíram-se, entre outros, os seguintes acordos, sem prejuízo de se continuarem a discutir detalhes incluídos nos respectivos capítulos: ⁽³⁶²⁾

1. Sector Industrial;
2. Fiscalidade;
3. Movimentos de Capitais;
4. Outras questões económico-financeiras sobre o Direito de Estabelecimento;
5. Transportes;
6. e o Dossiê da Política Regional.

Ficavam por resolver algumas questões resultantes das negociações de capítulos anteriores considerados encerrados, como a do estabelecimento de uma listagem de adaptações legislativas internas em Portugal automaticamente decorrentes dos pontos acordados.

*

No final do ano de 1982, estavam ainda em estado “indeterminado” as negociações de alguns capítulos importantes tais como: ⁽³⁶³⁾

1. a agricultura;
2. as pescas;
3. as questões orçamentais;
4. os problemas institucionais;
5. a harmonização das legislações (portuguesa face à comunitária);
6. as questões do ambiente;
7. e da defesa do consumidor.

³⁶² *In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta IX – Tópicos a apresentar na reunião de Embaixadores de 27 e 28 de dezembro - Ponto de Situação Geral elaborado pelo Embaixador Ernâni Lopes, Chefe da Missão de Portugal junto da CEE , em 17 de Dezembro de 1982 - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986*

³⁶³ *Idem*

Em 28 de Janeiro de 1982, teve lugar uma reunião de conversações no Luxemburgo, sobre a questão da posição deste país sobre a Livre Circulação de Trabalhadores.

Participaram, por Portugal, o 1º Ministro, Dr. Francisco Pinto Balsemão, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Prof. Doutor André Gonçalves Pereira e o Secretário de Estado da Integração Europeia, Prof. Doutor José Luís da Cruz Vilaça e pelo Luxemburgo o 1º Ministro, Pierre Verner e Colette Flesch do MNE.⁽³⁶⁴⁾

Segundo o relato do Dr. Rui Quartin Santos, a delegação portuguesa reafirmou que a posição do Luxemburgo era inaceitável por ser discriminatória e única, pois nenhum outro país se propunha formular reservas semelhantes, dado que o Luxemburgo se propunha aplicar “o parágrafo luxemburguês” segundo o qual a liberdade de mudança de emprego ou profissão, dos trabalhadores portugueses, no Grão-Ducado, estaria sujeita, durante o período transitório, a restrições, que lhes seriam exclusivamente aplicadas. ⁽³⁶⁵⁾

A delegação luxemburguesa, referiu que a medida se justificava dada a exiguidade do mercado de trabalho luxemburguês e destinava-se a vigorar apenas no período transitório.

A posição mais dura e intransigente, veio do representante do Ministério do Trabalho luxemburguês, excedendo a posição do seu próprio Ministro. ⁽³⁶⁶⁾

³⁶⁴ *In Arquivo Pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes sobre as Negociações de Adesão à CEE, Pasta VII - Relato do Dr. Rui Quartin Santos - Director do Gabinete do MNE, de 12 de Fevereiro de 1982.*

³⁶⁵ *Idem*

³⁶⁶ *Idem, Ibidem*

Na 17ª reunião de Suplentes, realizada em 29 de Janeiro de 1982, a primeira do ano de 1982, em que a Delegação portuguesa foi presidida pelo Dr. António Martha, foram tratadas as questões do Movimento de Capitais, as Relações Externas e Assuntos Sociais. (³⁶⁷)

No que se referia aos **Movimentos de Capitais**, Portugal entendeu clarificar alguns pontos, sobre as suas posições anteriores sobre o dossiê, esclarecimentos que em suma foram os seguintes:

Movimentos de Capitais – Portugal aceitou o “acquis” mas tendo em conta as adaptações estruturais a fazer, pedia Medidas Transitórias, uma Liberalização progressiva e algumas Derrogações temporárias, nomeadamente nos campos: (³⁶⁸)

- do *Turismo*, em que para a Liberalização total dos alugueres turísticos, se pedia um período de 5 anos, após a adesão;
- dos *Investimentos directos* em Portugal, efectuados por não residentes, se pedia uma derrogação temporária para manter o regime de autorizações prévias, de 5 anos após a adesão, estas seriam eliminadas de forma progressiva, sendo que no 1º ano após a adesão seriam liberalizados os investimentos até um montante ainda não estabelecido. No 2º ano e seguintes, o plafond aumentaria em 20%, verificando-se a total liberalização ao 6º ano;
- do Repatriamento do produto da liquidação de investimentos directos, em que se pedia uma derrogação de 5 anos;

³⁶⁷ In *Arquivo da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus – Pastas I a XVI – Pasta III – Conf.P/1/82 – 29/1/1982 – Cf. Também Vilaça, Prof. José Luís da Cruz Vilaça – Arquivo Pessoal – Pasta I a III – 1977/1985.*

³⁶⁸ In *Arquivo da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus – Pastas I a XVI – Pasta III – Conf.P/2/82 – Cf. Também Vilaça, Prof. José Luís da Cruz Vilaça – Arquivo Pessoal – Pasta I a III – 1977/1985.*

- na aquisição de bens imobiliários, uma derrogação por igual prazo, mas se os investimentos fossem da responsabilidade de residentes, a serem levados a efeito no estrangeiro, a derrogação pedida subia para 7 anos;

Já para os sectores da Banca, Seguros e Cinema, pedia-se igualmente 5 anos, de forma a poder proceder-se à adaptação desses sectores e respectiva legislação bem como para as Agências de Viagens e Turismo, se pediam 3 anos. (³⁶⁹)

Quanto ao *direito das sociedades*, a delegação portuguesa não previa que fosse necessário solicitar medidas transitórias por a legislação interna se encontrar praticamente concluída.

Quanto ao **dossiê dos Assuntos Sociais**, assumiam-se as divergências existentes entre Portugal e as Comunidades, que a delegação portuguesa referiu lamentar utilizando os argumentos já anteriormente utilizados.

Esta 17ª *Reunião de Suplentes*, serviu também de preparação da 6ª Reunião Ministerial, que iria ter lugar a 22 de Fevereiro de 1982. (³⁷⁰)

A comunidade, a este propósito, *anunciou ser possível encerrar 6 capítulos* e declarou-se pronta a efectuar os necessários avanços negociais que permitissem aprovar esses dossiês na referida reunião, nomeadamente, os seguintes:

³⁶⁹ In Arquivo da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus – Pastas I a XVI – Pasta III – Conf.P/2/82 – Cf. Também Vilaça, Prof. José Luís da Cruz Vilaça – Arquivo Pessoal – Pasta I a III – 1977/1985.

³⁷⁰ In Arquivo da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus – Pastas I a XVI – Pasta III – Conf.P/2/82.

1. O Dossiê do *Movimento de Capitais* – em que se estabeleceu que o regime de autorizações prévias seria apenas de controlo e não poderia ser um obstáculo às transferências e operações;
2. O dos *Transportes*;
3. Na *Política Regional* já com todas as matérias acordadas salvo as respeitantes às do Protocolo sobre o Desenvolvimento Económico e Industrial de Portugal;
4. As questões *Económico-financeiras*;
5. O *Euratom*;
6. E o dossiê do *Direito de Estabelecimento e Livre Prestação de Serviços*.

Ainda assim a Comunidade sublinhou que os pontos de acordo, embora sob reservas, a fechar na referida reunião ministerial, seriam:

- Sob reserva de um acordo de conjunto, a *duração de aplicação* de diversas Medidas Transitórias e Derrogações Temporárias, sobre as quais a Comunidade reservaria a sua posição para mais tarde;
- Ainda sob reserva, um acordo sobre as *modalidades de aplicação* das medidas transitórias e derrogações temporárias, nos casos em que as modalidades ficarem por defenir.

Na 18ª Reunião de Suplentes, que se realizou no dia 12 de Fevereiro de 1982, com a delegação portuguesa a ser chefiada pelo Prof. Doutor José Luís da Cruz Vilaça, foram abordados os seguintes dossiês e matérias: (³⁷¹)

- União Aduaneira e Livre Circulação de Mercadorias Industriais;
- Agricultura;
- E a Preparação da 6ª Reunião Ministerial, no que se referia aos dossiês do Movimento de Capitais, Transportes, Política Regional, Questões económico-financeiras, Direito de Estabelecimento e Livre Prestação de Serviços, Questões económico-financeiras e C.E.E.A.

Quanto à **Agricultura**, a delegação portuguesa estabeleceu três princípios que deviam servir de base para o alcançar de soluções objectivas: (³⁷²)

- (a) A Integração Europeia de Portugal deveria traduzir-se na garantia de uma melhoria objectiva das condições de desenvolvimento e de modernização da Agricultura portuguesa;
- (b) Os efeitos da integração, deveriam contribuir objectivamente para a melhoria das condições de vida dos agricultores portugueses, sem que isto provocasse uma brusca subida do custo de vida em Portugal;

³⁷¹ In *Arquivo da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus – Pastas I a XVI – Pasta III – Conf.P/8/82 – de 12/2/82 – Cf. Também Vilaça, Prof. José Luís da Cruz Vilaça – Arquivo Pessoal – Pasta I a III – 1977/1985.*

³⁷² In *Arquivo da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus – Pastas I a XVI – Pasta III – Conf.P/10/82 – de 12/2/82 – pág. 4 – Cf. Também Vilaça, Prof. José Luís da Cruz Vilaça – Arquivo Pessoal – Pasta I a III – 1977/1985.*

(c) Assim Portugal deveria dispor de um apoio financeiro significativo e adaptado às transformações estruturais e à modernização da agricultura portuguesa.

Quanto aos dossiês em preparação dos acordos a fechar na reunião ministerial, em síntese estabeleceu-se o seguinte: (³⁷³)

- **Transportes** – sobre a introdução de um aparelho de controlo nos transportes por estrada.

Nesta matéria Portugal pediu uma derrogação temporária para veículos usados de transporte internacional e de matérias perigosas e sobre a instalação de estações de calibragem para os aparelhos de controlo.

A Comunidade deu o seu acordo ao pedido português de uma derrogação temporária de 3 anos para os veículos outros, que veículos novos, transporte internacional e de matérias perigosas.

Portugal tinha, também, pedido um regime de exclusão para os Açores e Madeira, mas a Comunidade rejeitou esse pedido. (³⁷⁴)

- **Política Regional** – Portugal pediu para participar no F.E.D.E.R. (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional) de forma a realizar investimentos nos sectores sociais, de transportes e infra-estruturas de apoio à produção, bem como incentivos ao investimento produtivo privado, tendo em conta as prioridades regionais.

³⁷³ In Arquivo da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus – Pastas I a XVI – Pasta III – Conf.P/12/82 – de 12/2/82 – pág. 4 - Cf. Também Vilaça, Prof. José Luís da Cruz Vilaça – Arquivo Pessoal – Pasta I a III – 1977/1985.

³⁷⁴ *Idem*

A 6ª Reunião Ministerial, de 22 de Fevereiro de 1982, em que participaram por Portugal o Dr. João Salgueiro, como chefe da delegação e pelas Comunidades os Senhores Leo Tindemans, Presidente em exercício do Conselho de Ministros das Comunidades e Lorenzo Natali, Vice-Presidente das Comunidades Europeias, não produziu os resultados esperados, tendo sido adiados os acordos sobre os capítulos previstos.
(³⁷⁵)

A 25 de Fevereiro de 1982, houve uma ronda de conversações em *Haia*, com o Governo Holandês, representado pelo seu 1º Ministro, Senhor Van Agt, pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Sr. Van der Stoel, tendo Portugal sido representado pelo 1º Ministro, Dr. Pinto Balsemão, Ministro dos Negócios Estrangeiros, Prof. Doutor André Gonçalves Pereira, Ministro de Estado das Finanças e do Plano, Dr. João Salgueiro e pelo Secretário de Estado da Integração Europeia, Prof. Doutor José Luís Cruz Vilaça. (³⁷⁶)

O objecto da reunião era o pedido de Portugal para a Holanda apoiar as pretensões portuguesas quanto ao calendário das negociações para 1982, para a nossa posição face á candidatura espanhola, e para as posições portuguesas sobre os dossiês dos têxteis, da liberdade de circulação de pessoas e dos investimentos estrangeiros em Portugal.

A *Holanda* disse apoiar a entrada rápida de Portugal na CEE e apoiava a não ligação do dossiê português ao espanhol. Disse, também, que a data de adesão pretendida por Portugal para 1 de Janeiro de 1983, lhe parecia pouco realista, considerando ser o dia 1 de Janeiro de 1984, uma data mais realista.

³⁷⁵ In *Arquivo da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus – Pastas I a XVI – Pasta III – Conf.P/17/82 – de 22/2/82 – pág. 4 – Cf. Também Vilaça, Prof. José Luís da Cruz Vilaça – Arquivo Pessoal – Pasta I a III – 1977/1985.*

³⁷⁶ In *Arquivo Pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes sobre as Negociações de Adesão à CEE, Pasta VII, Relato do Dr. Rui Quartin Santos - Director do Gabinete do MNE.*

Em 18 de Março, de 1982, teve lugar em *Atenas*, uma reunião de conversações entre Portugal e a *Grécia*. ⁽³⁷⁷⁾

Pelo lado português estiveram o 1º Ministro, Dr. Pinto Balsemão, o Ministro de Estado, das Finanças e do Plano, Dr. João Salgueiro e pelo lado Grego o 1º Ministro, Senhor Haralambopoulos, acompanhado do Ministro da Agricultura e do Secretário para os Assuntos Europeus. ⁽³⁷⁸⁾

Os objectivos desta reunião eram a análise da experiência grega de adesão às Comunidades e a solicitação, por Portugal, do apoio do Governo grego para o calendário de negociações de 1982, das negociações portuguesas com as Comunidades. ⁽³⁷⁹⁾

A Grécia reafirmou o seu apoio à candidatura portuguesa, e disse esperar que a nossa adesão se desse no início de 1984, após a assinatura do Tratado, que seria no princípio de 1983.

Afirmou, também, dar apoio contra a ligação do processo da Espanha ao de Portugal.

Os diversos membros do Governo grego, descreveram alguns dos problemas com que a Grécia se defrontou no período inicial da sua adesão.

Transmitiram algum desencanto e crítica face às consequências da sua adesão, para o país e referiram que o funcionamento das Comunidades era, a seu ver, deficiente. ⁽³⁸⁰⁾

³⁷⁷ *In Arquivo Pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes sobre as Negociações de Adesão à CEE, Pasta VII, Relato do Dr. Rui Quartin Santos - Director do Gabinete do MNE.*

³⁷⁸ *Idem*

³⁷⁹ *Idem, Ibidem*

³⁸⁰ *Idem, Ibidem*

O “acquis” fora-lhes imposto e os problemas mais graves estavam relacionados com a contribuição grega para o Orçamento Comunitário, com o peso relativo das despesas da P.A.C., no conjunto das despesas comunitárias, com os problemas causados pelo excesso de produtos lácteos e com a situação dos produtos mediterrânicos. ⁽³⁸¹⁾

A Grécia dizia-se prejudicada pela P.A.C. e sua política de preços, imposta aos produtos agrícolas gregos e com a orientação das compras exteriores de bens alimentares para a Comunidade, mais caros que nas suas anteriores fontes de abastecimento. ⁽³⁸²⁾

Os gregos referiram, ainda, que o investimento tinha baixado e que a Política Regional tinha recursos débeis. Atenas queixou-se, ainda, que face à crise por que passava a Economia Internacional, os problemas tinham sido ampliados. Falou também da crise interna das Comunidades, dada a querela com o Reino Unido e dos inconvenientes que esta trouxera para a Grécia. ⁽³⁸³⁾

A 19ª Reunião de Suplentes, teve lugar em 2 de Abril de 1982, sendo nesta a Delegação portuguesa presidida pelo Prof. Doutor José Luís da Cruz Vilaça. O acontecimento mais significativo foi uma declaração da delegação portuguesa, em que Portugal lamentava que a Comunidade não tivesse ainda produzido uma declaração sobre o dossiê da C.E.C.A., o que não permitia à delegação portuguesa tomar uma posição, que permitisse o avanço das negociações e o fecho de um acordo, sobre as matérias constantes do mesmo. ⁽³⁸⁴⁾

³⁸¹ In *Arquivo Pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes sobre as Negociações de Adesão à CEE, Pasta VII - Relato do Dr. Rui Quartin Santos – Director do Gabinete do MNE.*

³⁸² *Idem.*

³⁸³ *Idem, Ibidem.*

³⁸⁴ In *Arquivo da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus – Pastas I a XVI – Pasta III – Conf.P/26/82 - Cf. Também Vilaça, Prof. José Luís da Cruz Vilaça – Arquivo Pessoal – Pasta I a III – 1977/1985.*

Para além desta declaração Portugal apresentou uma lista de produtos industriais para os quais pedia um período de transição, que duraria até 1990, para a eliminação dos Direitos Alfandegários à importação existentes, e propunha-se eliminá-los em 4 fases: (³⁸⁵)

- No 1º dia, do 3º mês seguinte à entrada em vigor dos instrumentos de adesão, os direitos seriam reduzidos a 90% dos direitos de base;
- Em 1 de Janeiro de 1987, os direitos passariam a 70%;
- Em 1 de Janeiro de 1989, os direitos passariam a 40%;
- Em 1 de Janeiro de 1990, dár-se-ia a eliminação total dos mesmos.

Seguiu-se a 7ª Reunião Ministerial, realizada no dia 26 de Abril de 1982, em que Portugal foi representado pelo Dr. João Salgueiro, Ministro de Estado e Ministro das Finanças e do Plano, do 8º Governo Constitucional e as Comunidades representadas pelos Senhores Leo Tindemans, Presidente do Conselho de Ministros das Comunidades, em exercício, e por Lorenzo Natali, Vice-Presidente da Comissão das Comunidades Europeias, em que foram discutidos vários assuntos e apresentadas várias Declarações, cujas mais importantes são, como segue: (³⁸⁶)

³⁸⁵ In *Arquivo da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus – Pastas I a XVI – Pasta III – Conf.P/23/82 – 2 de Abril de 1982 - Cf. Também Vilaça, Prof. José Luís da Cruz Vilaça – Arquivo Pessoal – Pasta I a III – 1977/1985.*

³⁸⁶ In *Arquivo da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus – Pastas I a XVI – Pasta III – Conf.P/27/82 – 26 de Abril de 1982 - Cf. Também Vilaça, Prof. José Luís da Cruz Vilaça – Arquivo Pessoal – Pasta I a III – 1977/1985.*

União Aduaneira e Livre Circulação de Mercadorias

A Comunidade apresentou uma declaração que, em síntese, sugeria um acordo entre as duas partes, com os seguintes pontos: (³⁸⁷)

- Os acordos a celebrar para a adesão deveriam partir da aplicação do Acordo Portugal / C.E.E de 1972, bem como dos Protocolos adicionais, ao referido acordo, de 1976 e 1979;
- A adesão de Portugal implicaria, neste dossiê:
 - (a) A eliminação de obstáculos à Livre Circulação de Mercadorias Industriais, sejam elas tarifárias ou não;
 - (b) A aplicação, por Portugal, da Tarifa Aduaneira Comum (T.A.C. / T.D.C.) que incluía as suspensões totais ou parciais e os contingentes tarifários aplicados pelas Comunidades;
 - (c) Portugal deveria aplicar o conjunto do Direito Comunitário Derivado, no domínio aduaneiro;
 - (d) Esta adopção de medidas teria um carácter progressivo e no caso de adopção de Medidas Transitórias, estas deveriam ter um carácter de progressividade, mais do que a adopção de Derrogações Temporárias, e implicariam a adopção pura e simples do acervo comunitário, não sendo, no entanto de excluir, eventuais derrogações temporárias;
 - (e) Nos acordos seria introduzida uma disposição, em matéria de Dumping, válida durante a duração da aplicação das medidas transitórias.

³⁸⁷ *In Arquivo da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus – Pastas I a XVI – Pasta III – Conf.P/31/82 – 26 de Abril de 1982 - Cf. Também Vilaça, Prof. José Luís da Cruz Vilaça – Arquivo Pessoal – Pasta I a III – 1977/1985.*

Direito de Estabelecimento e Livre Prestação de Serviços

- *Sobre a questão dos Bancos*

No caso da Banca, Portugal pedia uma Derrogação de 5 anos, mantendo o sistema de autorização prévia à abertura de novos bancos.

A Comunidade lembrou que a solução pedida seria aplicada, tanto na Banca como noutros segmentos económicos, pelo que não via razões para este pedido suplementar do sector bancário ser objecto de uma derrogação temporária. ⁽³⁸⁸⁾

- *Sobre a questão das Companhias de Seguros*

Portugal pediu uma derrogação temporária de 5 anos, dado o trabalho legislativo que seria necessário produzir para adaptar o sector às normas comunitárias.

A Comunidade observou que, tal como na banca, a solução proposta aplicar-se-ia igualmente às Companhias de Seguros e não aceitava o argumento da adaptação legislativa, pelo que não concederia Derrogação Temporárias, neste campo. ⁽³⁸⁹⁾

À margem da 7ª Reunião Ministerial, e dias após a realização desta, Portugal fez a entrega de um Memorandum sobre a Fiscalidade e outro sobre o Direito de Estabelecimento e Livre Prestação de Serviços que, pela sua importância, aqui se dão nota numa breve síntese. ⁽³⁹⁰⁾

³⁸⁸ In Arquivo da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus – Pastas I a XVI – Pasta III – Conf.P/33/82 – 26 de Abril de 1982 - Cf. Também Vilaça, Prof. José Luís da Cruz Vilaça – Arquivo Pessoal – Pasta I a III – 1977/1985.

³⁸⁹ *Idem*

³⁹⁰ In Arquivo da Direcção Geral dos Assuntos Europeus – Pastas I a XVI – Conferências Negociação entre Portugal e a C.E.E. – Pasta IV – Memo – P/1/82 e Memo – P/2/82, ambos de 29 de Abril de 1982 e ambos com a Classificação de Secreto.

Fiscalidade

O tema principal do “*memorandum*” prendia-se com a introdução em Portugal da T.V.A. (Taxa de Valor Acrescentado) que em Portugal adoptaria a denominação de I.V.A. (Imposto sobre o Valor Acrescentado), para cuja adopção a delegação portuguesa pedia uma Derrogação Temporária de 5 anos, para produzir legislação e introduzir este imposto. ⁽³⁹¹⁾

Neste documento, Portugal anunciava que tinha já tomado algumas medidas, no sentido de adaptar a Legislação portuguesa, de forma a compatibilizar as disposições fiscais portuguesas com as do Tratado de Roma e as do Direito Comunitário derivado.

E elas eram:

- A supressão da Taxa de Salvação Nacional que existia, e que incidia sobre produtos importados;
- O ajustamento do regime do imposto de transações e outros impostos indirectos, como era o caso da majoração de 40% de taxa, que era aplicada às importações feitas por pessoas, que não fossem Grossistas;
- A aplicação do “*acquis*” sobre os tabacos manufacturados, incluindo um elemento específico e um “*ad valorem*”;
- A adaptação de disposições legais sobre as franquias fiscais, em favor de particulares.

³⁹¹ *In Arquivo da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus – Pastas I a XVI – Pasta IV – Memo P/1/82 – 29 de Abril de 1982*

Direito de Estabelecimento e Livre Prestação de Serviços

Portugal tinha apresentado, uma Reserva que dizia respeito à possibilidade de aplicar até à data de adesão, o “acquis” em dois domínios:

- No Direito das Sociedades Comerciais;
- Nas directrizes que diziam respeito às Seguradoras, e ainda sobre outros sectores que tinham sido afectados pelas nacionalizações da Banca e Seguros.

Mas neste “*Memorandum*”, a Delegação portuguesa foi mais longe do que nas anteriores reuniões de suplentes e dizia claramente que estes sectores seriam, em breve, alvo de uma reestruturação profunda.
(³⁹²)

Esta situação, derivada de um longo processo de nacionalizações dos sectores produtivos, em que os Bancos foram chamados a jogar um papel acrescido no financiamento directo dos grupos industriais nacionalizados, em paralelo com uma função determinante no quadro da estratégia de investimento público, implicava que, dada a situação actual, Portugal deveria publicar legislação sobre: (³⁹³)

- os montantes de capital social das instituições;
- o ratio entre os bens próprios e os bens emprestados;
- as operações sobre os mercados de divisas;
- e a defenição do número de agências por cada instituição.

³⁹² *In Arquivo da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus – Pastas I a XVI – Pasta IV – Memo P/2/82 – 29 de Abril de 1982*

³⁹³ *Idem*

Assim, quando Portugal invocou anteriormente o critério de “necessidades económicas de mercado”, como condição para a autorização de operação de novos estabelecimentos, tinha em mente acautelar a viabilidade potencial dos estabelecimentos existentes ou a dos estabelecimentos a existir. ⁽³⁹⁴⁾

Na 20ª Reunião de Suplentes, realizada em 28 de Maio de 1982, em que a delegação portuguesa foi chefiada, mais uma vez, pelo Prof. Doutor José Luís da Cruz Vilaça, Secretário de Estado da Integração Europeia e, por inerência, Presidente da Comissão portuguesa de Integração Europeia, Portugal comunicou a aceitação de vários pontos constantes do *Dossiê da União Aduaneira e Livre Circulação de Mercadorias Industriais*,

como era o caso de aceitar reduzir para 2 meses, o prazo pedido em 2 de Abril de 1982, de 3 meses, entre a data de adesão e os primeiros movimentos tarifários, para a eliminação dos Direitos de Base, bem como aceitava a eliminação progressiva de Direitos Alfandegários de carácter fiscal. ⁽³⁹⁵⁾

No que se referia ao *Dossiê C.E.C.A.*, Portugal comunicou à Delegação da Comunidade que aceitava participar nos fundos da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, com um montante de 2,475 MECUS, pagos em cinco tranches anuais e sem juros. ⁽³⁹⁶⁾

³⁹⁴ *Idem, Ibidem*

³⁹⁵ *In Arquivo da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus – Pastas I a XVI – Pasta IV – Conf. P/37/82 – 28 de Maio de 1982*

³⁹⁶ *In Arquivo da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus – Pastas I a XVI – Pasta IV – Conf. P/38/82 – 28 de Maio de 1982*

Em 22 de Junho de 1982, reuniram-se no Luxemburgo, as delegações portuguesa e comunitária, na 8ª Reunião Ministerial, cujas delegações eram chefiadas, por parte de Portugal, pelo Dr. João Salgueiro, e pelas Comunidades pelos Senhores Leo Tindemans e Lorenzo Natali.

Esta reunião teve como agenda o tratamento dos dossiês das Liberdades de Circulação das Mercadorias do sector industrial, da União Aduaneira, da C.E.C.A., das Relações Externas, da Fiscalidade e do Direito de Estabelecimento e Livre Prestação de Serviços, tendo as delegações trocado Declarações sobre os mesmos. ⁽³⁹⁷⁾

De relevante, e respeitando a minha escolha inicial das matérias a desenvolver com mais detalhe, neste trabalho, irei cingir-me aos seguintes:

Sector Industrial – A Comunidade propôs, em resposta às propostas portuguesas, que a duração das medidas transitórias de carácter tarifário, fosse de 5 anos.

Os movimentos tarifários, a operar pela Comunidade e por Portugal, far-se-iam em 6 tranches anuais, a saber:

- (1) 2 meses após a data da adesão – 15%
- (2) 1 ano após a data de adesão – 15%
- (3) 2 anos após a data de adesão – 15%
- (4) 3 anos após a data de adesão – 15%
- (5) 4 anos após a data de adesão – 20%
- (6) 5 anos após a data de adesão – 20%

³⁹⁷ In Arquivo da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus – Pastas I a XVI – Pasta IV – Conf. P/50/82 – 22 de Junho de 1982

Nota: De referir que nesta Conferência ou Reunião, ainda se ventilava a hipótese de Portugal aderir às Comunidades em Janeiro de 1985.

Na resposta a esta proposta da Comunidade, Portugal contrapôs 10 anos, divididos em 11 tranches anuais, a defenir posteriormente. ⁽³⁹⁸⁾

Nas **Relações Externas**, chegou-se finalmente a um acordo entre as partes que permitia a Portugal adaptar, de forma a ter em conta os regimes especiais de que Portugal beneficiava, no quadro da Convenção de Estocolmo (E.F.T.A.), à data de adesão.

Assim, o paralelismo de tratamento seria assegurado, nos produtos cobertos, pelo Acordo E.F.T.A., nos acordos com a C.E.E. /E.F.T.A. no quadro da **União Aduaneira**. ⁽³⁹⁹⁾

No **Direito de Estabelecimento e Livre Circulação de Mercadorais Industriais**, Portugal tinha pedido as seguintes medidas transitórias e derrogações temporárias, sobre:

- (1) *O Investimento directo estrangeiro* – liberalização progressiva durante 5 anos; Portugal propunha agora o esquema de progressividade:
 - 1.1 – os investimentos directos de valor inferior a 2 MECUS, seriam liberalizados ao fim do 1º ano de adesão;
 - 1.2 – o plafond anual seria aumentado em 20% ao ano.

³⁹⁸ In Arquivo da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus – Pastas I a XVI – Pasta IV – Conf. P/51/82 – 22 de Junho de 1982

³⁹⁹ In Arquivo da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus – Pastas I a XVI – Pasta IV – Conf. P/58/82 – 22 de Junho de 1982

Na prática, este esquema liberalizava, de imediato, 95% dos novos pedidos de investimento, que Portugal tinha em carteira.

(2) *Instituições de Crédito* – a delegação portuguesa especificou as suas anteriores propostas sobre a matéria, como segue: ⁽⁴⁰⁰⁾

- Período transitório, para a liberalização total, de 10 anos;
- Fixação de relação entre a obtenção de fundos, no mercado interno português, e a aplicação dos fundos sobre o mesmo mercado, não poderia exceder os 30%;
- O número de sucursais a abrir, por cada instituição de crédito, com capital total ou maioritário estrangeiro, durante o período transitório, não poderia exceder as três, sendo o período transitório proposto, para esta derrogação, igualmente de 10 anos.

(3) *Sector Mineiro* – Portugal pedia uma derrogação temporária de 3 anos, para a aplicação do “acquis”. ⁽⁴⁰¹⁾

(4) *Sector do Cinema* – para este sector, e para a total aplicação do Direito Comunitário derivado, era pedida uma derrogação temporária de 5 anos. ⁽⁴⁰²⁾

⁴⁰⁰ In Arquivo da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus – Pastas I a XVI – Pasta IV – Conf. P/62/82 – 22 de Junho de 1982

⁴⁰¹ In Arquivo da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus – Pastas I a XVI – Pasta IV – Conf. P/62/82 – 22 de Junho de 1982

⁴⁰² *Idem*

Síntese das Matérias que foram objecto de Acordo

Face às propostas e contrapropostas de Portugal e face às propostas e contrapropostas das Comunidades Europeias, foram alcançados, nesta *8ª Reunião Ministerial*, e em síntese, os seguintes acordos finais:

Na questão dos Movimentos Tarifários

Foi acordado um período transitório de 7 anos, com carácter de progressividade, em que o desarmamento tarifário, por parte de Portugal, seria feito da seguinte forma: ⁽⁴⁰³⁾

- 2 meses após a adesão – 10%;
- 1 ano após a adesão – 10%;
- 2 anos após a adesão – 15%;
- 3 anos após a adesão – 15%
- 4 anos após a adesão – 10%;
- 5 anos após a adesão – 10%;
- 6 anos após a adesão – 15%;
- 7 anos após a adesão – 15%.

Na questão da Fiscalidade

Foi acordada uma derrogação temporária de 3 anos, para a introdução em Portugal do sistema comunitário da T.V.A. / I.V.A. ⁽⁴⁰⁴⁾

⁴⁰³ In Arquivo da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus – Pastas I a XVI – Pasta IV – Conf. P/63/82 – pág. 4 - 22 de Junho de 1982

⁴⁰⁴ In Arquivo da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus – Pastas I a XVI – Pasta IV – Conf. P/63/82 – pág. 5 - 22 de Junho de 1982

Na questão do Direito de Estabelecimento e Livre Prestação de Serviços

Chegou-se a acordo em matéria de investimento estrangeiro directo, por parte de entidades comunitárias, sobre uma medida transitória de 4 anos e sobre a fixação em 3 MECUS do plafond previsto, para o 1º ano e para esta medida transitória.

A Comunidade autorizou Portugal a utilizar, durante 5 anos pós adesão, o critério de “necessidade económica”. ⁽⁴⁰⁵⁾

Na 21ª Reunião de Suplentes, que teve lugar no dia 16 de Julho de 1982, sendo a Delegação portuguesa presidida pelo Prof. Doutor José Luís da Cruz Vilaça, no que se referia ao *Direito de Estabelecimento*, Portugal deixou cair o pedido sobre a derrogação temporária, anteriormente pedido, para o sector dos Seguros.

No que dizia respeito ao *Direito das Sociedades*, Portugal acordou que aplicaria, desde a data da adesão, o “acquis” comunitário, sobre a matéria. ⁽⁴⁰⁶⁾

Quanto ao *número de sucursais ou filiais de bancos* permitidas, foi adoptada uma medida transitória, com a duração de 7 anos, de forma progressiva, como segue: ⁽⁴⁰⁷⁾

- Desde o 3º ano, após a adesão – uma sucursal suplementar, às 3 já acordadas na 8ª Reunião Ministerial;

⁴⁰⁵ In *Arquivo da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus – Pastas I a XVI – Pasta IV – Conf. P/63/82 – pág. 6 - 22 de Junho de 1982*

⁴⁰⁶ In *Arquivo da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus – Pastas I a XVI – Pasta V – Conf. P/65/82 – 16 de Julho de 1982*

⁴⁰⁷ In *Arquivo da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus – Pastas I a XVI – Pasta V – Conf. P/65/82 – 16 de Julho de 1982 – pág 90 e seg.*

- Desde o 5º ano, após a adesão, até ao 7º ano – duas sucursais suplementares.

No que se referia ao *Acesso dos Estabelecimentos de Crédito Comunitário ao Mercado Interno português*, foi acordado um prazo para a transição de 7 anos, no que se referia à percentagem de captação autorizada de recursos no mercado interno português, e foi adoptado o seguinte acordo de implementação: ⁽⁴⁰⁸⁾

- - 50% - desde a adesão;
- - 70% - no final do 4º ano, após a adesão;
- - 80% - no final do 5º ano, após a adesão;
- - 90% - no final do 6º ano, após a adesão;
- - 100% - no final do 7º ano, após a adesão.

No acordo especificava-se que por Estabelecimento de Crédito Comunitário, se entendiam os estabelecimentos de crédito que tinham a sua sede social num dos Estados Membros da Comunidade, na sua configuração de 1982.

Sector Mineiro – A Comunidade referiu que para este sector não se justificava uma medida particular e que, portanto, o regime seria igual ao dos Investimentos Estrangeiros.

Agências de Viagens – a Comunidade acordou os 3 anos pedidos de período transitório.

Cinema – a Comunidade, em vez dos 5 anos pedidos, aceitou que o sector gozasse de um período transitório de 3 anos. ⁽⁴⁰⁹⁾

⁴⁰⁸ In Arquivo da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus – Pastas I a XVI – Pasta V – Conf. P/65/82 – 16 de Julho de 1982 – pág. 93 e seg.

⁴⁰⁹ In Arquivo da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus – Pastas I a XVI – Pasta V – Conf. P/64/82 – 16 de Julho de 1982

Na 9ª Reunião Ministerial, de 21 de Setembro de 1982, estiveram, por Portugal, como chefe da delegação o Dr. João Salgueiro e pelas Comunidades, os Senhores Uffe Ellemann, Presidente do Conselho de Ministros em exercício e Lorenzo Natali, pela Comissão.

O Senhor Ellemann mencionou, na sua comunicação, três capítulos das negociações, para dizer que nos Assuntos Sociais ainda havia algumas questões em suspenso e que a Agricultura e as Pescas seriam os dossiês a que se devia prestar mais atenção no imediato.

Realçou, também o facto de se ter chegado a um Acordo no quadro dos capítulos:

- (1) *União Aduaneira*,
- (2) *CECA*,
- (3) *Relações Externas*,
- (4) *Fiscalidade*,
- (5) *Direito de Estabelecimento e Livre Prestação de Serviços*,

e congratulou-se por nesta 9ª Reunião Ministerial se encerrarem esses dossiês das negociações, entre Portugal e as Comunidades, embora alguns pontos ainda tenham ficado por resolver. ⁽⁴¹⁰⁾

Um dos pontos que ficou, ainda em aberto, apesar do acordo celebrado, no dossiê da **Fiscalidade**, foi o pedido português de aplicação da Taxa Zero, em sede de I.V.A., bem como o regime especial solicitado para os Açores e a Madeira.

⁴¹⁰ In Arquivo da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus – Pastas I a XVI – Pasta V – Conf. P/72/82 – 21 de Setembro de 1982.

Este último ponto, foi posto à discussão na 22ª Reunião de Suplentes, de dia 12 de Novembro de 1982. ⁽⁴¹¹⁾

Nesta reunião, foi Portugal representado pelo Dr. António Martha, Vice-Presidente da Comissão portuguesa de Integração Europeia.

Na verdade, Portugal pediu a aplicação da Taxa Zero para alguns produtos alimentares e bens de produção utilizados na Agricultura, com a finalidade de favorecer o consumidor final.

Foi, também, retomado o ***Dossiê da Agricultura*** com uma Declaração, por parte de Portugal, em que se referiam algumas propostas a serem analisadas pelas Comunidades. ⁽⁴¹²⁾

Segundo a declaração, estas negociações tinham que ter em conta a necessidade de adaptar a Agricultura portuguesa à adesão, sendo portanto necessário definir os mecanismos de transição para evitar ou atenuar o inevitável impacto.

Nesta linha de raciocínio a delegação portuguesa propôs:

- (a) Que fossem introduzidas medidas temporárias, visando a neutralização das desvantagens iniciais, para Portugal, no domínio da “Política de Mercados” e da “Política Comercial” da Política Agrícola Comum;
- (b) A harmonização dos Preços agrícolas deveria ser levada a efeito de forma progressiva e regular e aplicada uniformemente;

⁴¹¹ In Arquivo da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus – Pastas I a XVI – Pasta VI – Conf. P/86/82 – 12 de Novembro de 1982

⁴¹² In Arquivo da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus – Pastas I a XVI – Pasta VI – Conf. P/88/82 – 12 de Novembro de 1982.

- (c) As ajudas nacionais à produção, que se mostrassem incompatíveis com o “acquis”, deveriam ser eliminadas, de forma progressiva, a um ritmo a negociar;
- (d) O mesmo deveria acontecer para as ajudas nacionais, que tinham reflexos no consumo;
- (e) Deveriam ser, também, contempladas medidas visando a melhoria estrutural e a modernização, no domínio da política socio-estrutural da PAC, para o que se deveriam estabelecer e pôr em execução um conjunto de medidas estruturais, adaptadas ao caso português, tendo em conta os “handicaps” de certas regiões agrícolas portuguesas.

Deveria, ainda, estabelecer-se um mecanismo específico, nomeadamente pela criação de um Fundo Europeu especial para Portugal. ⁽⁴¹³⁾

Foram, nesta reunião, ainda discutidos os temas constantes dos dossiês da Aproximação da Legislação e o do Ambiente e Protecção do Consumidor. ⁽⁴¹⁴⁾

Na 10ª Reunião Ministerial, de 22 de Novembro de 1982, o Dr. João Salgueiro, fez uma declaração em que chamava a atenção da Comunidade para os atrasos, considerados injustificáveis, das negociações e apelava para que as discussões ultrapassassem “as falsas questões técnicas” para rapidamente se concluírem as negociações de adesão.

⁴¹³ In *Arquivo da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus – Pastas I a XVI – Pasta V – Conf. P/88/82 – 12 de Novembro de 1982.*

⁴¹⁴ In *Arquivo da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus – Pastas I a XVI – Pasta V – Conf. P/89/82 e Conf. P/90/82 – 12 de Novembro de 1982.*

A Delegação portuguesa, afirmou, ...*“estava consciente dos problemas internos da Comunidade, mas estes não deveriam obstar e criar dificuldades à adesão, dado estarem criadas as condições de convergência”*.⁽⁴¹⁵⁾

Em 24 de Novembro de 1982, o Dr. João de Vallera escrevia ao Embaixador de Portugal junto das Comunidades, Prof. Doutor Ernâni Lopes, relatando-lhe um encontro que mantivera com o Dr. Reinhard Schweppe, da República Federal Alemã, no seio do “grupo Portugal”, que lhe tinha dado conta de que a posição francesa, face a Portugal, na P.A.C. era a de querer seguranças complementares, que fossem inscritas no Tratado de Adesão e, por outro lado, dando-lhe conta de que a R.F.A. pretendia que a adesão de Portugal e de Espanha se processasse em simultâneo e não parecia querer abdicar dessa posição, contrariando assim as pretensões portuguesas e os apoios já recebidos, por Portugal, da França, da Holanda e da Grécia.⁽⁴¹⁶⁾

Em 6 de Dezembro, em telex, chegava ao Embaixador junto das Comunidades, uma súmula sobre as principais intervenções dos participantes no Conselho de Ministros da Comunidade em Copenhaga, a saber: ⁽⁴¹⁷⁾

- *Chanceler Helmut Kohl da República Federal Alemã* – sublinhou o aspecto vital que assumia o projecto de Alargamento a Sul, em termos de apoio aos processos democráticos português e espanhol e a contribuição deste processo para a estabilização política dos países Ibéricos e da Comunidade;

⁴¹⁵ In Arquivo da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus – Pastas I a XVI – Pasta V – Conf. P/95/82 – 22 de Novembro de 1982.

⁴¹⁶ In Arquivo Pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – Processo de Adesão de Portugal à CEE – Pastas I a XVI – Pasta VII – Nota do Dr. João de Vallera.

⁴¹⁷ In Arquivo Pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – Processo de Adesão de Portugal à CEE – Pastas I a XVI – Pasta VII – Telex nº 333 de 6 de Dezembro de 1982.

- *Presidente da República, François Mitterrand de França* – expressou reservas que diziam respeito, em primeiro lugar, ao processo de adesão de Espanha, mas também ao de Portugal, tendo inclusivamente considerado que uma adesão separada daria azo a uma discriminação inconveniente. Assinalou a vontade da França de que a Espanha integrasse a Comunidade por razões históricas e políticas, embora fosse necessário superar previamente, alguns problemas económicos que evitassem situações de renegociação permanente (e.g. caso Inglês) e acautelassem a situação dos produtos mediterrânicos. Referia ainda que um período de transição de 5 ou 10 anos seria insuficiente, havendo que assegurar outros tipos de garantias antes da sua adesão; ⁽⁴¹⁸⁾
- *1ª Ministra, Margaret Thatcher do Reino Unido* – chamou a atenção para a necessidade de se pôr cobro à situação discriminatória existente e decorrente da aplicação do Acordo de 1970, celebrado entre a Espanha e a CEE. ⁽⁴¹⁹⁾

A França cedia perante as posições alemãs, que não abdicavam da sua posição de haver uma adesão simultânea de Portugal e Espanha.

Todos reafirmaram a sua vontade política de que o alargamento a Sul tivesse lugar, sob pena de haver consequências negativas, ao nível político, para todas as partes envolvidas. ⁽⁴²⁰⁾

⁴¹⁸ *In Arquivo Pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – Processo de Adesão de Portugal à CEE – Pastas I a XVI – Pasta VII – Telex nº 333 de 6 de Dezembro de 1982.*

⁴¹⁹ *Idem*

⁴²⁰ *Idem, Ibidem*

O Ano Negocial de 1982 findou com a realização da 23ª Reunião de Suplentes, no dia 21 de Dezembro de 1982, em que a Delegação Portuguesa foi, mais uma vez, presidida pelo Dr. António Martha, e em que foram discutidos assuntos dos dossiês do Ambiente e Protecção do Consumidor e do Direito Comunitário Derivado. ⁽⁴²¹⁾

*

Num ponto de situação das Negociações decorridas em 1982, fazia-se, uma abordagem sobre o que deveria ser o ano de 1983 em termos das negociações, recomendando-se que se entrasse “*numa nova fase de estratégia activa*” concentrando esforços, do lado português, em alguns capítulos, nomeadamente o da Agricultura, o do Orçamento, o da Política Social e o das Pescas. ⁽⁴²²⁾

Num resumo, datado de 14 de Abril de 1982, o Embaixador junto das Comunidades Europeias, Prof. Doutor Ernâni Lopes, descrevia a situação, de então, das negociações com as Comunidades.

Na avaliação política da situação, que então fazia, chamava a atenção para o facto de que as negociações já duravam há cerca de 5 anos e que o pedido de adesão de Portugal tinha sido aceite por razões de natureza política e de segurança, numa altura em que ainda não se faziam sentir os efeitos da crise nos Estados-membros. ⁽⁴²³⁾

Quanto ao futuro, previa que a crise estrutural das economias dos países das Comunidades, iria continuar por mais algum tempo e que,

⁴²¹ In Arquivo da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus – Pastas I a XVI – Pasta V – Conf. P/97/82 – 21 de Dezembro de 1982.

⁴²² In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta IX – Tópicos a apresentar na reunião de Embaixadores de 27 e 28 de Dezembro - Ponto de Situação Geral elaborado pelo Embaixador Ernâni Lopes, Chefe da Missão de Portugal junto da CEE , em 17 de Dezembro de 1982 - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986

⁴²³ In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta X – Resumo da exposição do Embaixador Ernâni Lopes, Chefe da Missão de Portugal junto da CEE - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986

sob o ponto de vista político, haveria que acompanhar com muita atenção os processos de ajustamentos económicos mútuos, depois da adesão. ⁽⁴²⁴⁾

Havia que evitar que a parte mais pesada desses ajustamentos recaísse sobre Portugal e, portanto, havia que buscar um equilíbrio prático e efectivo que garantisse à economia portuguesa uma adaptação suave aos padrões médios de desenvolvimento e de competitividade económica dos restantes parceiros, não só numa perspectiva das condições de negociação, mas também para o funcionamento das economias no pós-adesão. ⁽⁴²⁵⁾

Isto só poderia ser garantido mediante um processo significativo de transferência de recursos da Comunidade para Portugal, devendo o nosso país ser um beneficiário estrutural de transferências de recursos, nomeadamente financeiros. ⁽⁴²⁶⁾

⁴²⁴ *Idem*

⁴²⁵ *Idem, Ibidem*

⁴²⁶ *Idem, Ibidem*

*

IV.VIII – As principais negociações que decorreram no ano de 1983

No ano de 1983 continuavam a ser tratadas matérias respeitantes à União Aduaneira e Livre Circulação de Mercadorias do Sector Industrial, as Questões Orçamentais, as Pescas, o Ambiente e a Defesa do Consumidor e a Harmonização das Legislações.

Quanto ao dossiê das **questões orçamentais**⁽⁴²⁷⁾ o ponto de situação elaborado em 15 de Maio de 1983 indicava que Portugal deveria procurar obter nas negociações a garantia, por parte das Comunidades, de que o saldo das suas transferências com o Orçamento Comunitário fosse largamente positivo para Portugal, com o argumento de que a convergência das economias exigiria uma transferência de recursos dos Estados mais ricos para os mais pobres, estando neste caso o nosso país, cujo peso no PIB comunitário seria apenas de 0,8%.

*

Quanto ao dossiê de **Direito de Estabelecimento**⁽⁴²⁸⁾ faltavam discutir as questões relativas ao regime de propriedade e à reserva legal levantada por Portugal, ao estabelecimento de nacionais na Comunidade, de então.

A questão mais sensível continuou a ser a do Direito de Estabelecimento dos Bancos e outras Instituições de Crédito no nosso país, dada a situação ainda vigente, em Portugal, de uma banca nacionalizada, embora já houvesse estabelecimentos estrangeiros no país, que obviamente não tinham sido objecto dessas medidas.

⁴²⁷ In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta X – Ponto da situação em Maio de 1983 - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986

⁴²⁸ *Idem*

Neste campo, o Acordo a que se chegou foi o de Portugal poder obstar à abertura de mais estabelecimentos estrangeiros, invocando a cláusula de “necessidade económica”, durante um período de 7 anos a contar da data da adesão.

Isto porque os negociadores portugueses pretendiam dar tempo para se reestruturar e reprivatizar a banca nacionalizada, de forma a que esta pudesse fazer frente à concorrência europeia.

*

Nas questões do desarmamento pautal, reportado ao **dossiê da União Aduaneira**, a estratégia era a de se conseguir o maior período possível de defesa, face às importações, para a economia portuguesa e as maiores facilidades possíveis para as exportações. ⁽⁴²⁹⁾

Portugal entendia que o facto aceite, pelas partes, de que as relações entre Portugal e a C.E.E. repousariam numa nova base jurídica em relação aos Acordos de 1972 e 1976, não poderia significar a antecipação das datas do desarmamento às importações.

Assim Portugal entendia dever reservar-se a possibilidade de reportar a uma data posterior, à data limite do acordo (01/01/1985), a conclusão do referido desmantelamento das barreiras, aproveitando o quadro de adesão para prolongar os esquemas de protecção previstos nos referidos acordos. ⁽⁴³⁰⁾

Os pontos aceites foram, para além da questão da base jurídica, os seguintes: ⁽⁴³¹⁾

⁴²⁹ In *Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta X – Ponto da situação em Maio de 1983 - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986.*

⁴³⁰ *Idem*

⁴³¹ *Idem, Ibidem*

- que a adesão implicaria a eliminação de obstáculos (pautais e não pautais) às trocas, entre Portugal e a Comunidade;
- que seria aplicada, por Portugal, a Pauta Exterior Comum incluindo as suspensões totais e parciais e os contingentes pautais aplicados pela Comunidade, aplicando-se o critério da livre circulação de mercadorias, incluindo os produtos provenientes de países terceiros que se encontrassem em livre prática num Estado membro.

Portugal poderia, no entanto, apresentar uma lista de medidas transitórias, de preferência a apresentar pedidos de derrogações temporárias.

*

Quanto às **Pescas** as conclusões mais importantes, nas negociações que prosseguiam sobre este tema, eram, nesta data (1983), que os resultados (que Portugal poderia esperar) dependiam da capacidade das autoridades portuguesas, em suprimir totalmente as actividades dos pescadores estrangeiros nas suas águas territoriais (até 12 milhas) e de limitá-las ao máximo na sua Zona Económica Exclusiva (das 12 às 200 milhas). ⁽⁴³²⁾

Dependia, também, da nossa capacidade de apresentar *projectos* em matéria de:

- estruturas participáveis pelo Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (F.E.O.G.A.);
- do estabelecimento de organizações de produtores;
- de se conseguir o reconhecimento, pela Comunidade, de que as costas portuguesas eram regiões desfavorecidas,
- e de se conseguir o apoio das Comunidades para os encargos financeiros, resultantes da necessária vigilância e controlo de

⁴³² In *Arquivo da Direcção Geral dos Assuntos Europeus – Conferência Portugal / C.E.E. – Pastas I a XVI – Pasta VII - Conf.P /26/83 de 15 de Março de 1983*

actividades de pesca na Zona Económica Exclusiva (Z.E.E.) portuguesa.

Nas *questões ambientais* e na questão da harmonização de legislações Portugal comprometeu-se a cumprir o “acquis” comunitário, sob reserva de medidas transitórias e derrogações temporárias a acordar até ao fecho das negociações de adesão.

*

Situação do Produto Interno Bruto de Portugal

Em 1983 a situação comparativa do Produto Interno Bruto dos Dez países membros das Comunidades e dos dois países candidatos ao Alargamento a Sul, das Comunidades Europeias, era o seguinte:

Quadro 22 – Produto Interno Bruto - 10 membros das Comunidades Vs. Portugal e Espanha ⁽⁴³³⁾

Produto Interno Bruto a preços de mercado (a preços e taxas de câmbio correntes de 1983) - (10 9 ECU)				
Países	1981	1982	1983	Quota % 1983
Alemanha	613,6	673,0	731,0	
Bélgica	86,2	86,1	89,9	
Dinamarca	51,8	57,6	63,8	
Grécia	33,0	38,5	39,2	
França	514,3	552,0	573,6	
Irlanda	15,3	18,0	19,3	
Itália	317,7	354,9	400,4	
Luxemburgo	3,5	3,4	3,6	
Países Baixos	127,3	140,6	147,3	
Reino Unido	450,6	487,6	502,3	
TOTAL (10)	2.213,3	2.411,7	2.507,4	92,72%
Espanha	168,7	185,1	178,6	6,44%
<i>Portugal</i>	21,4	23,8	23,2	0,84%
TOTAL (12)	2.403,4	2.620,6	2.772,2	100%

⁴³³ In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta X – Statistiques de Base de la Communauté - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986

Portugal, como se pode verificar pelo quadro acima exposto, significava em 1983, 0,84% do PIB do conjunto dos 12 países considerados, sendo o PIB português, o 10º maior do conjunto em análise.

O Calendário das Reuniões bilaterais Portugal/Comunidades, em 1983, foi o seguinte:

Quadro 23 – Reuniões, Capítulos/Dossiês e Participantes de 1983

DATA	REUNIÃO	ASSUNTOS CAPÍTULOS	CHEFIA de DELEGAÇÃO
25 Janeiro	11ª Ministerial	Estado do Avanço dos Trabalhos, 6ª Agricultura, 6ª Assuntos Sociais, 9ª Direito de Estabelecimento, 14ª União Aduaneira, 13ª CECA	João Salgueiro Hans D. Genscher
4 Março	24ª Suplentes	7ª Agricultura, 2ª Aproximação Legislativa, 3ª Ambiente e Protecção dos Consumidores, 10ª Relações Externas	António Martha G. Poenagem
15 Março	12ª Ministerial	Estado do Avanço dos Trabalhos, 2ª Pescas, 3ª Aproximação Legislativa, 11ª Fiscalidade (taxa 0), 10ª Direito de Estabelecimento	João Salgueiro Hans D. Genscher
29 Abril	25ª Suplentes	11ª Relações Externas, 4ª Aproximação Legislativa, 4ª Ambiente e Protecção dos Consumidores	António Martha G. Poenagem
25 Maio	13ª Ministerial	3ª Pescas, 5ª Aproximação Legislativa, 5ª Ambiente e Protecção dos Consumidores	João Salgueiro Hans D. Genscher
27 Junho	26ª Suplentes	5ª Aproximação Legislativa, 5ª Ambiente e Protecção dos Consumidores	António Martha G. Poenagem
18 Julho	14ª Ministerial	Estado de avanço dos trabalhos	Ernâni Lopes M. Y. Haralambopoulos
5 Outubro	27ª Suplentes	9ª Euratom ; 3ª Pescas	António Martha G. Poenagem
29 Novembro	15ª Ministerial	Estado de avanço dos trabalhos; 8ª Agricultura; 6ª Assuntos Sociais;	Ernâni Lopes M. G. Varfis

Fazendo uma análise sintética por reunião e temas tratados, temos então que o ano de 1983 começou com a 11^a Reunião Ministerial, com a participação, chefiando a delegação portuguesa, do Dr. João Salgueiro e com a participação do Senhor Hans Dietrich Genscher, Presidente em exercício do Conselho de Ministros das Comunidades e do Senhor Lorenzo Natali, Vice-Presidente da Comissão das Comunidades Europeias, tendo esta reunião tido lugar no dia 27 de Janeiro de 1983. ⁽⁴³⁴⁾

A Comunidade apresentou Declarações sobre o Direito Comunitário derivado e sobre a Protecção dos Consumidores, pedindo a Portugal esclarecimentos sobre algumas matérias.⁽⁴³⁵⁾

Nesta reunião ficou acordado que os próximos dossiês a serem tratados, com prioridade, seriam os da Agricultura e o das Pescas.

O Dr. João Salgueiro, a propósito da Livre Circulação de Trabalhadores, comunicou aos Delegados das Comunidades que a posição portuguesa, sendo já conhecida, não podia deixar de a reafirmar “...no respeito pelos princípios fundamentais dos Tratados, sobre esta matéria...” não podendo Portugal aceitar outras soluções que significariam “...o estabelecimento de uma situação específica de discriminação pura e simples dos trabalhadores portugueses.” ⁽⁴³⁶⁾

Tratava-se mais uma vez da pressão negocial que Portugal mantinha, para ver consagrados, a partir da adesão, os direitos de livre circulação dos trabalhadores portugueses, no espaço comunitário. A Comunidade era contra e insistia na sua posição de estabelecer um período transitório a definir.

⁴³⁴ In Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta VII – Conf. P/1/83.

⁴³⁵ In Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta VII – Conf. P/4/83.

⁴³⁶ In Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta VII – Conf. P/1/83.

A Comunidade propôs, nos diversos sub-capítulos, o seguinte esquema de modalidades a adoptar: ⁽⁴³⁷⁾

- *Acesso ao Emprego*: no período transitório, os emigrantes portugueses ficavam submetidos a autorização prévia de emigração; No que respeitava à Família do trabalhador, propunha um prazo mínimo de 5 anos para a adopção do “acquis”, face a Portugal;
- *Igualdade de Tratamento*: seria aplicado desde a adesão aos trabalhadores residentes, com contrato regular de trabalho, em cada estado membro da Comunidade;
- *Prioridade no Emprego*: os Estados membros, em caso de necessidade de importar trabalhadores, fariam beneficiar os emigrantes portugueses da mesma prioridade que os emigrantes dos outros Estados membros;
- *Protocolo do Grão Ducado do Luxemburgo, anexo ao Tratado de Roma*: as matérias sobre o acesso ao emprego, mudança de emprego, respeitantes a este Estado membro, e referentes aos emigrantes portugueses, seriam objecto de um período transitório a defenir;
- *Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes*: Portugal pretendia que, desde a data de adesão, fosse aplicado o “acquis”, neste domínio;
A Comunidade adiou a discussão, sobre o tema;
- *Fundo Social Europeu*: A Comunidade reafirmou que o “acquis” seria aplicado a Portugal, desde a data de adesão;

⁴³⁷ In Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta VII – Conf. P/1/83 – pág. 5 e segts.

A Delegação portuguesa, reafirmou e acentuou o seu anterior pedido para que as Taxas deste Fundo, fossem Majoradas, no caso português, considerando, para o efeito, o território português como um todo e que, para tal, este fosse considerado uma Região Desfavorecida;

A Comunidade, mais uma vez, adiou a sua resposta.

Sobre o tema do calendário das reuniões, dos acordos e das negociações, em geral, o Dr. João Salgueiro, demonstrou o desagrado português sobre o prolongar das discussões técnicas e a constante invocação de dificuldades internas das Comunidades, com reflexos no atraso das negociações de adesão de Portugal.

Sobre o tema da **Agricultura**, a Comunidade apresentou uma Declaração cujos pontos principais se prendiam com os seguintes temas:

Mecanismos de transição – A Comunidade queria a aplicação do “acquis”, admitindo períodos, e medidas, transitórios, mas avançava com a ideia de que estes só seriam estabelecidos no final das negociações deste dossiê. ⁽⁴³⁸⁾

Introduzia, também, uma proposta de criação do “escudo verde” no âmbito das medidas agro-monetárias e referia querer ver os preços agrícolas portugueses, alinhados com os preços comunitários.

Portugal respondeu que isso não seria possível, sem um período de transição progressivo e pretendia adiar esse objectivo.

⁴³⁸ In Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta VII – Conf. P/5/83.

O mesmo se passou no caso das *ajudas* à Agricultura portuguesa, em que a Comunidade pretendia ver esse sistema desaparecer, na data de adesão, e em sua substituição a adopção, por Portugal, do sistema de ajudas comunitárias.

Isto é, nenhuma ajuda portuguesa poderia ser superior a uma ajuda comunitária, pelo que o esquema português de ajudas teria que ser substituído pelo comunitário. ⁽⁴³⁹⁾

Já no que dizia respeito aos mecanismos dos preços, a Comunidade propunha que se identificasse e construísse um sistema de aplicação de montantes compensatórios de adesão, calculados sobre uma base de diferenças entre os preços portugueses e os preços comunitários, desaparecendo, este sistema de compensação, de forma progressiva, durante o período transitório que fosse acordado, em função da aproximação progressiva de preços. ⁽⁴⁴⁰⁾

No dossiê da ***União Aduaneira e Livre Circulação de Mercadorias Industriais***, o objectivo era eliminar os obstáculos às trocas entre Portugal e a Comunidade, o que teria, por força da União Aduaneira, que ter implicações sobre o regime de trocas da Comunidade com países terceiros. ⁽⁴⁴¹⁾

Portugal reafirmou a sua posição, já tomada na sua declaração de 19 de Dezembro de 1980, e que dizia que *...”os direitos, que estão em vigor em Portugal, deverão ser progressivamente abolidos e não de uma só vez, após a adesão”*. ⁽⁴⁴²⁾

⁴³⁹ In Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta VII – Conf. P/5/83 pág. 11

⁴⁴⁰ In Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta VII – Conf. P/5/83 pág. 12.

⁴⁴¹ In Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta VII – Conf. P/5/83 – pág. 14.

⁴⁴² In Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta II – Conf. P/43/80 – pág. 6.

E propôs que estes se reduzissem em paralelo com os direitos que incidiam sobre as mercadorias industriais, mas pedia que a Comunidade eliminasse, na data de adesão, os direitos sobre os produtos portugueses do sector agrícola, dada a sua importância para as exportações portuguesas. ⁽⁴⁴³⁾

A posição da Comunidade sobre esta matéria foi a de que os direitos à importação dos produtos cobertos pelo Acordo de 1972 e seus Protocolos complementares, deveriam ser eliminados totalmente;

Para os produtos submetidos a direitos de importação na Comunidade, a eliminação deveria ser efectuada progressivamente, por tranches iguais, anuais;

Para os produtos, para os quais a organização comum de mercado previa incompatibilidades de direitos aduaneiros, com os mecanismos que ela comporta, os direitos portugueses deveriam ser suprimidos na data de adesão;

Finalmente, para os produtos oriundos de países terceiros, em que Portugal substituiria os seus direitos, pelos da Comunidade (Tarifa Aduaneira Comum), a eliminação progressiva, face à Comunidade, far-se-ia a partir dos direitos da tarifa aduaneira comum ou dos direitos de base, se estes últimos fossem mais baixos. ⁽⁴⁴⁴⁾

⁴⁴³ *In Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta VII – Conf. P/5/83 – pág. 14.*

⁴⁴⁴ *In Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta VII – Conf. P/5/83 – pág. 16.*

No que se refere ao ***Direito de Estabelecimento e Livre Prestação de Serviços***, a Delegação da Comunidade, entregou uma Declaração, em que propunha um acordo sobre vários pontos, a saber:
(⁴⁴⁵)

Portugal poderia manter o *Regime de Autorização prévia*, durante 4 anos após a adesão, nos Investimentos Directos, desde que o investimento ultrapassasse o montante de 3 MECUS no 1º ano, montante que seria acrescido de 20% ao ano, até ao final do período.

Mas, sobre cada pedido, Portugal teria 2 meses para se pronunciar sobre o pedido de investimento. Caso o não fizesse este seria considerado como tácitamente autorizado. (⁴⁴⁶)

Portugal respondeu que já tinha acedido a elevar o montante relativo, à autorização prévia, para o 1º ano e aceitou a proposta da Comunidade. (⁴⁴⁷)

Na *24ª Reunião de Suplentes*, que se realizou no dia 4 de Março de 1983, em que a Delegação Portuguesa foi chefiada pelo Dr. António Martha, foram analisadas e discutidas as matérias respeitantes aos Dossiês da Agricultura, Aproximação das Legislações, Ambiente e Protecção dos Consumidores e Relações Externas.

A Delegação portuguesa, em comentário às propostas anteriores da Comunidade, referiu o seguinte: (⁴⁴⁸)

⁴⁴⁵ *In Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta VII – Conf. P/8/83.*

⁴⁴⁶ *Idem*

⁴⁴⁷ *Idem, Ibidem*

⁴⁴⁸ *In Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta VII – Conf. P/16/83.*

Agricultura – Aproximação dos preços – a Comunidade tinha na anterior reunião ministerial feito uma interpretação muito restritiva sobre a posição portuguesa, pelo que Portugal esclarece que “*uma diminuição dos preços portugueses, em termos nominais, não deveria interferir com a harmonização dos preços portugueses e comunitários, reafirmando o seu acordo nas restantes matérias já discutidas*”.⁽⁴⁴⁹⁾

Agricultura – Ajudas

A delegação portuguesa sublinhou que as Ajudas portuguesas à Agricultura e indústria agro-alimentar, são fundamentalmente para defender o seu desenvolvimento, independentemente de serem ou não compatíveis com o “acquis”, e que a sua supressão brusca seria prejudicial, pelo que pretende mantê-las no período transitório, segundo regras a definir.⁽⁴⁵⁰⁾

União Aduaneira e Livre Circulação de Mercadorias do Sector Agrícola – Portugal defendia que para as questões de natureza horizontal, as decisões já tomadas no capítulo da União Aduaneira para os produtos industriais, poderiam ser aplicadas ao sector agrícola, e nomeadamente:

- a possibilidade de transformar em taxas internas, os direitos de alfandega de natureza fiscal ou o elemento fiscal dos direitos aduaneiros;⁽⁴⁵¹⁾

- a eliminação das taxas de efeito equivalente, aplicadas aos produtos agrícolas, para alguns produtos;

- a manutenção do Sistema português de Licenças à Importação (Boletins de Registo de Importação – BRI’s) e à Exportação (Boletins de Registo de Exportação – BRE’s).⁽⁴⁵²⁾

⁴⁴⁹ In Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta VII – Conf. P/16/83 – pág. 10.

⁴⁵⁰ In Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta VII – Conf. P/16/83 – pág. 11.

⁴⁵¹ Conferir com Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta VII – Conf. P/85/82 – pág. 18.

Eliminação dos Direitos Alfandegários – Na sua declaração de 25 de Janeiro de 1983, a Comunidade tinha proposto uma Simetria Completa para a eliminação dos Direitos Aduaneiros. ⁽⁴⁵³⁾

Ora, Portugal não aceitou esta posição da Comunidade pois considerou que a Comunidade devia eliminar de uma só vez os direitos residuais, em vigor na data da adesão, para os produtos agrícolas portugueses, nomeadamente para os considerados mais importantes:

- Tomate preparado ou Conservas, sem vinagre ou ácido acético;
- Vinhos do Porto e da Madeira;
- Vinhos Verdes e do Dão;
- Outros Vinhos de mesa.

Mas Portugal, declarou que faria um desmantelamento dos Direitos, de forma progressiva. ⁽⁴⁵⁴⁾

Adopção da *Tarifa Aduaneira Comum* (TAC/TDC) – a regra da progressividade devia ser a adoptada. Quanto ao Método Misto⁽⁴⁵⁵⁾, Portugal deu o seu acordo, mas fez notar que poucos casos ainda existiriam na data de adesão, dadas as modificações que continuavam a ser introduzidas no tarifário aduaneiro português. ⁽⁴⁵⁶⁾

⁴⁵² In Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta VII – Conf. P/16/83 – pág. 14 e segts..

⁴⁵³ Conferir - Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta VII – Conf. P/5/83 – págs. 15 e 16.

⁴⁵⁴ *Idem*

⁴⁵⁵ Método Misto – aproximação de um direito específico, face a um direito “ad valorem” ou vice-versa, consiste em adicionar os elementos do Direito de Base aos Direitos das Tarifas Aduaneiras Comuns. O Direito de Base, parte do seu montante inicial, para ser progressivamente e segundo o ritmo previsto, levado a zero. O Direito de Tarifa Aduaneira Comum, parte de zero para chegar progressivamente, e segundo o ritmo previsto, ao seu pleno montante. In Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal/CEE - Conf. P/43/80 – pág. 18

⁴⁵⁶ In Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta VII – Conf. P/16/83 – pág. 20.

Portugal aceitou, nesta declaração, o princípio de reservar um tratamento não menos favorável, do que o adoptado face a países terceiros, para os produtos oriundos da Comunidade.

Na Agricultura, mais precisamente no que se referia aos Cereais, ao Arroz, ao Algodão, às Carnes Bovina e Porcina, a Comunidade vinha acentuando a necessidade de Portugal suprimir as *Ajudas de Estado* ainda existentes e de proceder às adaptações de carácter institucional, em conformidade com o “acquis”.

Portugal acentuou que essas transformações desejáveis, esbarravam com as dificuldades inerentes a um sistema que funcionava há longos anos e que, por esse facto, deveriam ser objecto de um período de transição, para adaptação ao “acquis communautaire”. ⁽⁴⁵⁷⁾

Portugal justificava a sua posição, pelo facto de, no caso dos *Cereais*, a questão ser muito sensível para o país, pois: ⁽⁴⁵⁸⁾

- Existia uma grande dependência de Portugal face ao exterior. O Auto-Aprovisionamento era de apenas 27%, em 1981;
- Existia uma *estagnação* na produção interna, que se refletia nos seguintes números de produção:
1960 – 1.359 milhões de toneladas;
1981 – 1.154 milhões de toneladas;
- Os Cerais ocupavam ¼ da superfície agrícola útil;
- Os preços eram, em geral, superiores aos praticados na Comunidade;
- Os fertilizantes, que eram um importante factor de custo na produção de cereais, eram significativamente subsidiados, em Portugal;

⁴⁵⁷ In Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta VII – Conf. P/16/83 – pág. 27.

⁴⁵⁸ In Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta VII – Conf. P/16/83 – pág. 28 e segts.

- O Sistema de Comercialização, era bastante rígido e o Estado ocupava um papel muito importante.

Em face deste quadro, as dificuldades de Portugal assentavam em quatro pontos principais: ⁽⁴⁵⁹⁾

1. O alto custo financeiro que implicaria a sua dependência exterior sob a forma de transferir verbas para a Comunidade, em matéria de Direitos Niveladores (Prélèvements), para os recursos próprios da mesma, dado que isso acarretaria um agravamento do desíquilíbrio da Balança de Pagamentos;
2. A subida sensível dos preços nos cereais de panificação e forrageiras, que provocaria grandes aumentos para os consumidores;
3. A necessidade de aumentar a produção interna, fosse por meio dos preços, fosse por meio de ajudas aos factores de produção;
4. A inexistência de alternativas para as zonas de cultivo de cereais existentes, dadas as características do território português.

No que dizia respeito ao mercado dos produtos avícolas, Portugal alertava para os prejuízos que poderiam resultar da adopção da Livre Circulação, para a sobrevivência dos produtos portugueses e propunha que fossem adoptadas medidas transitórias, que poderiam tomar a forma de Contingentação de Importação, que seria progressivamente aumentada durante o período de transição. ⁽⁴⁶⁰⁾

⁴⁵⁹ In Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta VII – Conf. P/16/83 – pág. 30.

⁴⁶⁰ In Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta VII – Conf. P/16/83 – pág. 31.

Quanto à classificação dos Ovos, a delegação portuguesa fez saber que já tinha adoptado a legislação comunitária, através do Decreto-Lei nº 49/81. ⁽⁴⁶¹⁾

Ainda na sua Declaração, sobre este tema da Agricultura, Portugal lamentava ainda que face às suas declarações de 1982 e de Janeiro de 1983, a Comunidade ainda não tivesse respondido sobre as questões que se prendiam com as *Estruturas Agrícolas*, nomeadamente sobre: ⁽⁴⁶²⁾

- (a) O estabelecimento de um Programa conjunto, no quadro das infra-estruturas de comercialização e das ajudas comunitárias, às organizações de produção;
- (b) A Ajuda às regiões mais desfavorecidas;
- (c) A Conjugação das directivas referentes à Cessação de Actividade Agrícola, com os Programas de Desenvolvimento Regional, (no quadro do F.E.D.E.R.), de forma a permitir condições de reestruturação das explorações agrícolas;
- (d) O pedido português de se estabelecerem derrogações temporárias em matéria da harmonização das Estatísticas Agrícolas;

Sobre a questão do *Sistema de Informação Contabilística Agrícola* (Reseau d'Information Comptable Agricole – R.I.C.A.), Portugal informou a Comunidade que o mesmo se encontrava já em funcionamento.

⁴⁶¹ In Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta VII – Conf. P/16/83 – pág. 32.

⁴⁶² In Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta VII – Conf. P/16/83 – pág. 33.

Quanto á harmonização da *Legislação Florestal*, a delegação portuguesa mantinha o seu pedido de uma derrogação temporária de 7 anos, conforme a sua Declaração de 19 de Dezembro de 1980. ⁽⁴⁶³⁾

Em 11 de Março, portanto 7 dias após a 24ª reunião de suplentes, Portugal entregou à Comunidade um “*Memorandum*” sobre os Assuntos Sociais, especificamente sobre a Emigração Portuguesa, que tratava de aspectos relativos à Livre Circulação de Trabalhadores, em que se fazia uma caracterização do mercado de trabalho português e nos destinos da emigração. Nas suas Conclusões o referido memorando referia, em síntese, que: ⁽⁴⁶⁴⁾

- “...A evolução do fluxo migratório português e as suas características próprias, não são de natureza a agravar as perturbações no mercado do emprego, nem a modificar o tecido social dos Estados-membros..”;
- “...A reserva Luxemburguesa afigura-se assim injustificável e susceptível de criar no seu país, uma situação de discriminação entre os trabalhadores portugueses e os trabalhadores comunitários...”;
- “...Existem, no “*acquis communautaire*”, cláusulas de salvaguarda suficientes para fazer face a eventuais dificuldades, nesta matéria, sem que seja necessário recorrer a medidas discriminatórias que, nem a situação concreta justifica, nem os princípios o permitem...”.

⁴⁶³ In Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta VII – Conf. P/43/80 – pág. 13 e 14.

⁴⁶⁴ In Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta VII – Memorandum sobre Assuntos Sociais – 11/03/83 – Memo-P/1/83 – pág. 9.

No final afirmava-se que as autoridades portuguesas esperavam que este memorandum e suas reflexões pudessem contribuir para o encontrar de soluções aos problemas levantados, a Portugal, em matéria da Livre Circulação dos Trabalhadores Portugueses. ⁽⁴⁶⁵⁾

Em 15 de Março de 1983, tinha lugar a 12ª Reunião Ministerial, em que continuaram a ser abordados os dossiês das Pescas, Aproximação das Legislações, Fiscalidade - no que se referia à pretensão portuguesa de obter o acordo da Comunidade para a adopção da Taxa Zero, no I.V.A./T.V.A. a alguns produtos, o Direito de Estabelecimento e Livre Prestação de Serviços - no que se referia ao Investimento Estrangeiro em Portugal oriundo de outros Estados-membros das Comunidades. ⁽⁴⁶⁶⁾

Participaram em representação de Portugal, o seu Ministro de Estado e Ministro das Finanças e do Plano, do 8º Governo Constitucional, Dr. João Salgueiro que se congratulou pelo facto de no ano de 1982 ter sido possível chegar ao fim da negociação de 10 capítulos.

Referindo-se ao memorandum sobre os Assuntos Sociais entregue pela Delegação portuguesa, em 11 de Março, disse que, a argumentação e os factos constantes do mesmo, destruíam algumas falsas questões e apagava algumas crenças não justificadas, sobre a Livre Circulação dos Trabalhadores Portugueses, esperando que este dossiê acolhesse o pedido português de aplicação, desde a data de adesão de Portugal às Comunidades, do acervo comunitário, na sua plenitude. ⁽⁴⁶⁷⁾

⁴⁶⁵ In Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta VII – Memorandum sobre Assuntos Sociais – 11/03/83 – Memo-P/1/83 – pág. 9.

⁴⁶⁶ In Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta VII – Conf. P/22/83.

⁴⁶⁷ In Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta VII – Conf. P/25/83.

Por parte das Comunidades participou o Senhor Hans Dietrich Genscher, Presidente do Conselho de Ministros das Comunidades, em exercício, que anunciou que iria apresentar, em nome das Comunidades, uma Declaração sobre a questão dos Investimentos Directos em Portugal e outra sobre a possibilidade de Portugal poder vir a aplicar a Taxa Zero, em matéria de I.V.A./T.V.A. ⁽⁴⁶⁸⁾

Informou ainda que o Conselho das Comunidades tinha adoptado em 25 de Janeiro de 1983, um conjunto de Regulamentos que punham em marcha uma *nova Política Comum das Pescas* que apresentaria, para reflexão conjunta, a Portugal. ⁽⁴⁶⁹⁾

Sobre os Assuntos Sociais, referindo *que “... este é um tema muito delicado para ambas as partes...”* informou que num futuro próximo a Comunidade faria uma nova declaração sobre o tema. ⁽⁴⁷⁰⁾

O Senhor Lorenzo Natali, Vice-Presidente da Comissão das Comunidades Europeias, na sua comunicação à 12ª Reunião Ministerial, informou que a Comissão das Comunidades estava a preparar uma Comunicação sobre a Agricultura, dirigida ao Conselho das Comunidades, que deveria servir de base para uma declaração, em Abril, mais precisa e detalhada sobre este sector. ⁽⁴⁷¹⁾

Quanto às Pescas, informou que os trabalhos da Comissão estavam em curso e que em Abril deveriam dar lugar a uma nova declaração da Comunidade. ⁽⁴⁷²⁾

⁴⁶⁸ In Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta VII – Conf. P/23/83.

⁴⁶⁹ In Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta VII – Conf. P/23/83.

⁴⁷⁰ *Idem*

⁴⁷¹ In Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta VII – Conf. P/24/83.

⁴⁷² *Idem*.

Sobre o Dossiê da **Fiscalidade**, a Comunidade em resposta à pretensão portuguesa de poder aplicar a *Taxa Zero de IVA* para certos bens alimentares, declarou que aceitava a sua aplicação durante um período de 9 anos, prorrogável pelo Conselho, mas pretendia que a Delegação portuguesa apresentasse uma lista limitada de produtos, objecto dessa medida, frizando que os in-puts agrícolas não seriam aceites nessa lista. ⁽⁴⁷³⁾

No dossiê do **Direito de Estabelecimento e Livre Prestação de Serviços**, a Comunidade informou que estava pronta a aceitar baixar o plafond de investimento directo, previsto para o 1º ano do período transitório, dos 3 MECUS para 2,5 MECUS, desde que este limite não se aplicasse aos sectores dos Bancos e Estabelecimentos de Crédito, podendo portanto Portugal manter um regime de autorização prévia de investimento directo, desde que este fosse superior ao valor aceite de 2,5 MECUS. ⁽⁴⁷⁴⁾

A 25ª Reunião de Suplentes que se seguiu a esta reunião, teve lugar em 29 de Abril de 1983, sendo a Delegação portuguesa presidida pelo Dr. António Martha, debruçou-se sobre questões das Relações Externas, Aproximação das Legislações e Ambiente e Protecção dos Consumidores. ⁽⁴⁷⁵⁾

Seguiu-se-lhe, a 25 de Maio de 1983, a 13ª Reunião Ministerial, em que a parte portuguesa era chefiada pelo Dr. João Salgueiro e por parte das Comunidades participaram os Senhores Lorenzo Natali e Hans

⁴⁷³ In Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta VII – Conf. P/28/83.

⁴⁷⁴ In Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta VII – Conf. P/29/83.

⁴⁷⁵ In Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta VII – Conf. P/31/83.

Dietrich Gensch, continuando a tratar os dossiês Pesca, Aproximação da Legislação e Ambiente e Protecção dos Consumidores. ⁽⁴⁷⁶⁾

A 26ª Reunião de Suplentes, realizada no dia 27 de Junho de 1983, já decorreu na vigência, em Portugal, do 9º Governo Constitucional, tendo a Delegação Portuguesa continuado a ser chefiada pelo Dr. António Martha.

Nesta reunião foram tratadas matérias constantes dos dossiês da *Aproximação das Legislações e Ambiente e Protecção dos Consumidores cujas negociações chegaram ao seu termo*, tendo sido oficialmente encerrados estes capítulos. ⁽⁴⁷⁷⁾

Na 14ª Reunião Ministerial, realizada em 18 de Julho de 1983, a Delegação Portuguesa foi presidida pelo Prof. Doutor Ernâni Lopes, Ministro das Finanças e do Plano, já na vigência do 9º Governo Constitucional de Portugal, presidido pelo 1º Ministro, Dr. Mário Soares. ⁽⁴⁷⁸⁾

Nesta reunião, por parte das Comunidades, participaram os Senhores M.Y. Haralambopoulos, na qualidade de Presidente do Conselho de Ministros das Comunidades e Lorenzo Natali, na qualidade de Vice-Presidente da Comissão das Comunidades Europeias.

O Prof. Doutor Ernâni Lopes, na sua comunicação, fez questão de salientar que, face aos atrasos e face á falta de dinâmica das negociações entre Portugal e a Comunidade, “...começavam a haver resistências e tentativas de desmobilização na opinião pública

⁴⁷⁶ In Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta VII – Conf. P/39/83.

⁴⁷⁷ In Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta VII – Conf. P/47/83.

⁴⁷⁸ In Portal do Governo – o 9º Governo Constitucional era presidido pelo 1º Ministro, Dr. Mário Soares, tinha como Ministro das Finanças e do Plano o Prof. Doutor Ernâni Lopes e contava ainda com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Dr. Jaime Gama. Tomou posse no dia 9 de Junho de 1983. Foi a este Governo que coube a Assinatura do Tratado de Adesão de Portugal á Comunidade Económica Europeia – C.E.E., em Junho de 1985, no Mosteiro dos Jerónimos, em Lisboa.

portuguesa e nos agentes económicos portugueses e estas podiam perder a sua razão de ser..”. (479)

Do lado português, acrescentou, o que estava em causa era modernizar as estruturas económicas e consolidar o regime democrático português no quadro comunitário.

Do lado da Comunidade, referia o Doutor Ernâni Lopes, “...os dez deviam assumir as suas responsabilidades políticas, tomadas pela decisão de abrir, em 1978, as negociações com Portugal e compreenderem que o prolongamento excessivo das negociações podia comprometer o sucesso de todos os esforços conjuntos..”. (480)

Lançava, assim o Prof. Doutor Ernâni Lopes, na linha em que já o tinha feito o Dr. João Salgueiro, um desafio à Comunidade para que as Conferências de Negociações entre Portugal e a Comunidade Económica Europeia, avançassem mais rapidamente e produzissem resultados políticos visíveis, que levassem rapidamente ao encerramento do Processo de Negociação a que os problemas internos das Comunidades, antigos e derivados da Crise Petrolífera de 1973 e seguintes, não deveriam obstar, sob pena de todo o processo fracassar, o que não poderia deixar de trazer reflexos políticos negativos para Portugal, mas também para a estabilidade e segurança do mundo ocidental, em geral, e das Comunidades, em particular. (481)

⁴⁷⁹ In Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta VIII – Conf. P/56/83.

⁴⁸⁰ In Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta VIII – Conf. P/47/83.

⁴⁸¹ *Idem*

A 27ª Reunião de Suplentes, que sucedeu à Reunião Ministerial, teve lugar em 5 de Outubro de 1983 e tratou de assuntos dos dossiês do Euratom, nomeadamente do acordo sobre a troca de conhecimentos entre as partes, sobre a indústria nuclear, e das Pescas. ⁽⁴⁸²⁾

As negociações, entre Portugal e as Comunidades, sobre os assuntos referentes à C.E.E.A – Euratom foram dadas como terminadas e encerrado o dossiê.

Ainda em Outubro de 1983 foi aprovado um novo empréstimo do BEI, no montante de 75 MECU's, que foi afectado ao reforço das linhas de crédito da Caixa Geral de Depósitos (20 MECU's) e Sociedade Portuguesa de Investimentos (10 MECU's), bem como à Central Térmica de Sines (25 MECU's), Locapor (5 MECU's) e Electricidade dos Açores (15 MECU's).⁽⁴⁸³⁾

A 15ª Reunião Ministerial, terminou a ronda negocial de 1983, no dia 29 de Novembro, em que foram tratados assuntos dos dossiês da Agricultura e dos Assuntos Sociais. ⁽⁴⁸⁴⁾

Presidindo à Delegação portuguesa esteve o Prof. Doutor Ernâni Lopes, Ministro das Finanças e do Plano do 9º Governo Constitucional português. Pelo lado das Comunidades esteve o Senhor M. G. Varfis, Presidente do Conselho de Ministros das Comunidades, em exercício e o Senhor Lorenzo Natali, por parte da Comissão.

O Senhor Varfis congratulando-se pelo fecho do capítulo do Euratom, elencou alguns dos capítulos praticamente fechados mas com alguns pontos por resolver, a saber: ⁽⁴⁸⁵⁾

⁴⁸² In Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta VIII – Conf. P/58/83.

⁴⁸³ In Arquivo do Prof. Doutor Ernâni Lopes – Pastas I a XVI – Processo de Adesão de Portugal à CEE – Pasta XIII.

⁴⁸⁴ In Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta VIII – Conf. P/62/83.

- No Capítulo do *Direito de Estabelecimento*, estava ainda por acordar o ponto relativo aos investimentos directos em Portugal, provenientes dos estados-membros;
- No Capítulo da *Fiscalidade*, o pedido de Portugal de aplicar a Taxa Zero, em matéria de IVA;
- Faltavam, também, ainda discutir vários aspectos do Capítulo das *Pescas*, em que apesar das informações já transmitidas por Portugal, faltavam ainda recolher vários elementos e informações tidas como necessárias pelas Comunidades;
- Na *Agricultura* e nos *Assuntos Sociais*, a Comunidade apresentaria novas declarações sobre os temas, bem como nos Capítulo Institucional e o dos Recursos Próprios.

O Prof. Doutor Ernâni Lopes, na sua comunicação, frisou que não obstante já terem decorrido 4 meses desde a 14^a reunião ministerial, os avanços das reuniões não tinham sido os esperados pela delegação portuguesa. Frisou que no dia 5 de Outubro se tinham celebrado 5 anos de negociações, o que se considerava um período de tempo já bastante longo. ⁽⁴⁸⁶⁾

Referindo-se ao capítulo da ***Agricultura***, sublinhou que a delegação portuguesa sempre tinha acentuado a especificidade e as insuficiências estruturais da agricultura portuguesa. Por tal facto havia a necessidade de assegurar uma transição harmoniosa da Agricultura portuguesa, protegendo alguns mercados mais vulneráveis. ⁽⁴⁸⁷⁾

⁴⁸⁵ In Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta VIII – Conf. P/63/83.

⁴⁸⁶ In Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta VIII – Conf. P/65/83.

⁴⁸⁷ *Idem*

Enunciou, de seguida, as *condições portuguesas*, para que o Dossiê da Agricultura pudesse ser encerrado. Assim o resultado das Negociações deviam assegurar: ⁽⁴⁸⁸⁾

- A contribuição para o aumento das receitas dos agricultores portugueses, através do desenvolvimento da agricultura portuguesa;
- A eliminação de todos os obstáculos á plena liberalização das trocas, no que referia a algumas produções em que Portugal ainda beneficiava de algum grau de competitividade;
- Que o desenvolvimento das produções, onde Portugal apresentava aptidões naturais e potencialidades reais, não sofreria travagens;
- Que certas disciplinas, às quais juntadas produções homologas, bastante protegidas e desenvolvidas pela aplicação contínua da P.A.C., de outros agricultores comunitários, não seriam aplicadas á agricultura portuguesa pelo simples facto de existirem;
- Um vasto Programa de Ajudas Estruturais, em conformidade com a realidade portuguesa, que deveriam ter em conta o esforço financeiro que Portugal teria de desenvolver, com vista à regularização de mercados de numerosos sectores e sobretudo para permitir a adaptação e o desenvolvimento das estruturas agrícolas portuguesas. ⁽⁴⁸⁹⁾

⁴⁸⁸ In *Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta VIII – Conf. P/65/83.*

⁴⁸⁹ *Idem*

No capítulo dos ***Assuntos Sociais***, a delegação portuguesa reafirmou e acentuou a importância que atribuía a este capítulo, tendo o Prof. Doutor Ernâni Lopes remarcado que esta matéria dizia respeito a dois dos Direitos Fundamentais da Pessoa Humana:

- O Direito ao Livre Acesso ao Trabalho;
- O Direito ao Livre Acesso à Segurança Social.

em mais uma tentativa de que a Comunidade aceitasse a proposta portuguesa de aplicação do acervo comunitário aos trabalhadores portugueses, desde o dia da adesão de Portugal às Comunidades. ⁽⁴⁹⁰⁾

Por seu lado a Comunidade apresentou nesta reunião, uma declaração sobre a ***Agricultura*** em que propunha a Portugal, em síntese, o seguinte: ⁽⁴⁹¹⁾

1. A adopção de um período de Transição, para a Agricultura Portuguesa, de *7 anos*, que abrangia: ⁽⁴⁹²⁾

- (a) a aproximação dos preços, das ajudas;
- (b) a eliminação dos direitos alfandegários e a eliminação dos obstáculos às trocas intra-comunitárias;
- (c) a realização integral da União Aduaneira;
- (d) a tomada das preferências Comunitárias, face a países terceiros.

⁴⁹⁰ In Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta VIII – Conf. P/65/83.

⁴⁹¹ In Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta VIII – Conf. P/66/83, na sequência da Conf.P/5/83 de 25/01/83.

⁴⁹² In Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta VIII – Conf. P/66/83, na sequência da Conf.P/5/83 de 25/01/83.

2. A adopção de um período de Transição, para a Agricultura Portuguesa, de *10 anos*, que abrangia: ⁽⁴⁹³⁾

- (a) A supressão de ajudas incompatíveis com os regulamentos comunitários;
- (b) A eliminação de certas restrições quantitativas, face a países terceiros;
- (c) A possibilidade de aplicar às trocas, eventuais medidas complementares.

⁴⁹³ *In Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta VIII – Conf. P/66/83, na sequência da Conf.P/5/83 de 25/01/83.*

*

IV.IX – As negociações do ano de 1984

Quadro 24 – Reuniões, Capítulos/Dossiês e Participantes de 1984

DATA	REUNIÃO	ASSUNTOS CAPÍTULOS	CHEFIA de DELEGAÇÃO
23 Janeiro	16ª Ministerial	Estado do Avanço dos Trabalhos, 9ª Agricultura, Produtos Agrícolas Transformados, Patentes	Ernâni Lopes Claude Cheysson
24 Fevereiro	28ª Suplentes	10ª Agricultura, Direito Comunitário Derivado	António Martha
13 Março	17ª Ministerial	Estado do Avanço dos Trabalhos, 11ª Agricultura	Ernâni Lopes Claude Cheysson
13 Abril	29ª Suplentes	12ª Agricultura, Fiscalidade (taxa zero)	António Martha
14 Maio	18ª Ministerial	Projecto de Conclusões da Del. Comunitária	Ernâni Lopes Claude Cheysson
18 Junho	19ª Ministerial	13ª Agricultura, 4ª Pescas, Relações externas	M. Soares Costa Claude Cheysson
23 Julho	20ª Ministerial	Estado de avanço dos trabalhos, 14ª Agricultura, Questões Institucionais, B.E.I., E.C.U., 7ª Assuntos Sociais, Fiscalidade, Direito de Estabelecimento	Ernâni Lopes M. P. Barry
5 Outubro	21ª Ministerial	Estado de avanço dos trabalhos, 15ª Agricultura, Questões Institucionais, E.C.U., Direito de Estabelecimento	Ernâni Lopes M. P. Barry
18 Setembro	22ª Ministerial	Estado de avanço dos trabalhos; 16ª Agricultura; 6ª Assuntos Sociais;	Ernâni Lopes M. P. Barry
18 Setembro	23ª Ministerial	17ª Agricultura; Patentes; U.Ad, Rela. Externas; Fiscalidade	Ernâni Lopes M. P. Barry
18 Dezembro	24ª Ministerial	Estado de avanço dos trabalhos; 18ª Agricultura, Pescas,	Ernâni Lopes M. P. Barry

O ano de negociações, entre Portugal e a Comunidade Económica Europeia, de 1984, começou com a realização da 16ª Reunião ao nível Ministerial.

Esta reunião teve lugar em 23 de Janeiro e os participantes principais foram, por Portugal, o Prof. Doutor Ernâni Lopes, Ministro das Finanças e do Plano do 9º Governo Constitucional português, e por parte das Comunidades, o Senhor Claude Cheysson, Presidente em exercício do Conselho de Ministros das Comunidades e Senhor Lorenzo Natali, Vice-Presidente da Comissão das Comunidades Europeias.

Continuaram as discussões sobre o ***Dossiê da Agricultura***, de longe o mais complexo, (seguido pelos capítulos dos Assuntos Sociais e das Pescas), desta Conferência de Negociações entre Portugal e as Comunidades, dadas as vastas matérias envolvidas e a importância que este sector da actividade económico-política tinha para as Comunidades, em resultado de uma das suas Políticas-Emblema - a Política Agrícola Comum, - e para Portugal, onde uma parte significativa da população trabalhava e ganhava o seu sustento e dado o seu peso relativo na balança de pagamentos portuguesa. ⁽⁴⁹⁴⁾

Neste dossiê, Agricultura, a Delegação portuguesa informou a Comunidade de algumas modificações que se tinham introduzido em Portugal e que vinham ao encontro dos regulamentos comunitários, sobre a matéria, a saber: ⁽⁴⁹⁵⁾

- (1) Em 1982, tinha começado o desmantelamento do sistema de ajudas nacionais, que eram incompatíveis com o direito comunitário, aos Cereais e Oleaginosas;

⁴⁹⁴ In Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta VIII – Conf. P/1/84.

⁴⁹⁵ In Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta VIII – Conf. P/5/84.

(2) Em Junho de 1983, o 9º Governo Constitucional tinha tomado uma série de medidas que modificavam a orientação da política de preços e mercados agrícolas.

(a) O 1º grupo destas medidas teve como objectivo, aligeirar as despesas orçamentais referentes ao consumo e aos meios de produção agrícola;

(b) O 2º grupo de medidas, sobre os preços agrícolas, visou fazer face ao impacto do aumento dos custos da actividade agrícola e sobre as receitas dos produtores;

(c) Pretendeu o Governo português enveredar por uma Política de “Preços Reais” sem mudar os mecanismos administrativos de formação de preços.

(d) Foram levados a efeito alterações a alguns regimes de preços no consumidor, bem como nos regimes comerciais, nomeadamente os referentes a vários monopólios do Estado;

Estas medidas tiveram como objectivo levar a uma menor intervenção do Estado na Economia e melhorar a alocação dos recursos nacionais, bem como afinar as estruturas produtivas e comerciais e fazer crescer a competitividade.

(3) Transformações Institucionais – o Governo procedeu a uma reestruturação dos Organismos de Coordenação Económica e das Empresas Públicas, com funções de intervenção no sector agro-alimentar;

A Delegação portuguesa e a Delegação comunitária trocaram ainda documentos/declarações sobre este dossiê, sobre:

- Delegação portuguesa - os *Produtos Agrícolas Transformados*, em que eram caracterizados os sub-sectores e sua relevância no emprego e nas estruturas produtivas, bem como o delineamento estratégico para a agricultura portuguesa, a que abaixo se fará uma referência de síntese; ⁽⁴⁹⁶⁾
- Delegação comunitária - *Estruturas Agrícolas*, em que se referiam os problemas relativos às estruturas agrícolas portuguesas. ⁽⁴⁹⁷⁾

A delegação portuguesa, na sua declaração, incluía uma síntese do denominado “*Programa específico de desenvolvimento da Agricultura Portuguesa*”, que resumidamente dizia o seguinte: ⁽⁴⁹⁸⁾

Na data da adesão as medidas abaixo indicadas, deverão ser completadas com outras que prefigurem um programa específico para Portugal, tendo em conta as especificações regionais e as características de organização da produção e comercialização. Assim: ⁽⁴⁹⁹⁾

- *No Curto Prazo –*
 - *melhorar as condições de exploração existentes com uma melhor distribuição dos recursos disponíveis;*
 - *melhorar as instalações de transformação e de comercialização.*

⁴⁹⁶ In Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta VIII – Conf. P/7/84.

⁴⁹⁷ In Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta VIII – Conf. P/6/84.

⁴⁹⁸ In Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta VIII – Conf. P/7/84.

⁴⁹⁹ *Idem*

- *No Médio Prazo –*
 - *desenvolver uma boa infra-estrutura de irrigação nas zonas de sequeiro;*
 - *encorajar uma melhor utilização das terras e desenvolver acções no campo da investigação e pesquisa agrícolas.*

- *A Longo Prazo –*
 - *Favorecer o reemparelamento de explorações pequenas, de forma a torná-las viáveis;*
 - *Tentar corrigir a pirâmide etária da população agrícola, encorajando a reforma dos mais velhos;*
 - *Facilitar o acesso dos jovens à profissão em condições e garantias de viabilidade, a longo prazo, das suas explorações.*

Estas acções destinavam-se a ser aplicadas durante um período de 10 anos, após a adesão de Portugal às Comunidades, para as quais se pediam apoios financeiros da Comunidade, que adiou a sua resposta a este pedido. ⁽⁵⁰⁰⁾

Seguiu-se a 28ª Reunião de Suplentes, em que a delegação portuguesa foi presidida pelo Dr. António Martha, realizada no dia 24 de Fevereiro de 1984, em que se prosseguiu na discussão do tema Agricultura, tendo a delegação portuguesa apresentado uma declaração sobre estruturas, e sobre o Dossiê referente ao Direito Comunitário Derivado em que a Comunidade apresentou mais uma posição negocial. ⁽⁵⁰¹⁾

⁵⁰⁰ In Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta VIII – Conf. P/7/84.

⁵⁰¹ In Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta VIII – Conf. P/10/84.

Na 17ª Reunião Ministerial que se lhe seguiu, em 13 de Março de 1984, a Delegação portuguesa continuou a ser presidida pelo Prof. Doutor Ernâni Lopes, Ministro das Finanças e do Plano, e do lado da Comunidade, o Senhor Claude Cheysson, Presidente do Conselho de Ministros das Comunidades e Senhor Lorenzo Natali, Vice-Presidente da Comissão.

Nada de saliente se passou, a não ser as declarações políticas dos intervenientes. ⁽⁵⁰²⁾

O mesmo não aconteceu na 29ª Reunião de Suplentes, realizada em 13 de Abril de 1984, em que, como nota saliente, a delegação portuguesa, chefiada pelo Dr. António Martha, informou a Comunidade de que se tinha criado em Portugal um Novo Departamento, na Direcção-Geral de Contribuições e Impostos, dedicado ao I.V.A. que tinha permitido:

- A conclusão da versão preliminar de um projecto de Lei, sobre a matéria;
- A conclusão de estudos sobre os efeitos macro-económicos e a incidência, por categoria, das receitas provenientes da introdução do I.V.A. em Portugal;
- E a realização de diversos cursos de formação, destinados á formação de administradores do I.V.A.

Na *Lei do Orçamento do Estado português para 1984*, tinha sido dada autorização ao Governo para legislar sobre a matéria. Nesta foram estabelecidos alguns princípios que deviam nortear a legislação a produzir, como segue: ⁽⁵⁰³⁾

⁵⁰² In *Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta VIII – Conf. P/15/84.*

⁵⁰³ In *Lei do Orçamento Geral do Estado – Lei nº 42/83 de 31 de Dezembro*

Os princípios que deviam enformar a futura Lei do I.V.A., seriam: ⁽⁵⁰⁴⁾

- O IVA seria construído em conformidade com a estrutura legislativa comunitária, dedicada ao tema, a 6ª Directiva-C.E.E.;
- Seria um Imposto geral sobre o Consumo, afectando as transações de bens e serviços;
- As importações de bens seriam sujeitas ao imposto e as exportações dele isentadas;
- Seria um imposto pago fraccionadamente, pelos agentes que interviesses no processo de produção, usando o método do crédito de imposto;
- O Estado e as outras pessoas de Direito Público, seriam excluídas da aplicação do imposto, para as operações exercidas no cumprimento dos seus poderes;
- A Lei visaria a protecção de um conjunto de bens essenciais de consumo, os quais seriam exonerados através de reembolso de imposto;
- A Lei estabeleceria uma Taxa Normal, uma Taxa Reduzida e uma Taxa Majorada;
- Os regimes especiais poderiam ser adoptados pelos agentes de pequena dimensão e pelos agricultores;

A entrada em vigor do I.V.A. estava prevista para 1985, devendo a legislação nacional estar pronta antes da expiração da derrogação temporária pedida.

⁵⁰⁴ *In Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta VIII – Conf. P/21/84.*

Quanto ao tema da **Agricultura** a nota de maior interesse residuiu no facto de a Delegação Comunitária ter quantificado as ajudas que estimava serem necessárias para Portugal desenvolver a agricultura portuguesa e ter, tacitamente, aceite o período de 10 anos pedido por Portugal, para a Transição da Agricultura portuguesa.

Quanto aos montantes, a Comunidade estimava que *“o custo previsional total, a cargo do F.E.O.G.A., Secção de Orientação, para aplicação do programa específico, cobrindo as regiões mais desfavorecidas de Portugal, bem como as Regiões dos Açores e da Madeira, seria da ordem dos 700 MECUS, a serem aplicados no período de 10 anos”,* ou seja, 70 MECUS por ano. ⁽⁵⁰⁵⁾

A Delegação portuguesa fez a entrega, também, de uma Declaração sobre as **Pescas**, em que dava nota da *“decepção portuguesa pelo facto de a Comunidade não ter apresentado nenhuma declaração sobre este Dossiê, mais a mais tendo a delegação portuguesa fornecido, em tempo útil, todos os esclarecimentos e posições sobre a matéria..”* ⁽⁵⁰⁶⁾

O mesmo desagrado, expresso pela Delegação portuguesa, foi demonstrado na 18ª Reunião Ministerial, de 14 de Maio de 1984, nas declarações que o chefe de missão, Prof. Doutor Ernâni Lopes, produziu na ocasião, perante os Senhores Claude Cheyssom e Lorenzo Natali, em que lamentava *“...o atraso, por parte da Comunidade, no exame e conclusões dos Dossiês das Pescas e da Agricultura”.* ⁽⁵⁰⁷⁾

⁵⁰⁵ In Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta VIII – Conf. P/24/84.

⁵⁰⁶ In Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta VIII – Conf. P/25/84.

⁵⁰⁷ In Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta VIII – Conf. P/29/84.

Após e na sequência da 18ª Reunião Ministerial a Comunidade entregou à Delegação portuguesa, um **Projecto de Conclusões** que versou as matérias referentes ao *Direito de Estabelecimento e Livre Prestação de Serviços*, e mais concretamente no que dizia respeito aos Investimentos Directos em Portugal, em que suncintamente se propunha o seguinte: ⁽⁵⁰⁸⁾

- Portugal poderia, salvo no que respeita aos bancos e estabelecimentos de crédito, manter durante 4 anos um regime prévio de autorização para todos os projectos de investimento directo, desde que o valor ultrapassasse o valor de 2 MECUS; ⁽⁵⁰⁹⁾ (cerca de 258 mil contos).
- Todo o Investimento inferior a este plafond, previsto para o 1º ano, deveria ser liberalizado na data da adesão;
- O plafond deveria ser aumentado todos os anos em 20%;
- Para todos os projectos sujeitos a autorização prévia, a autorização prévia, devia ser dada no prazo de 2 meses, após os quais existiria uma autorização tácita.

Esta proposta nada de novo apresentava, face às anteriores, excepto no encurtamento do plafond e na introdução de uma autorização tácita e foi acordada pelas partes, fechando o tema.

⁵⁰⁸ In Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta VIII – Conf. P/30/84 – Projecto de Conclusões da Delegação Comunitária, na sequência da 18ª Reunião Ministerial de 14 de Maio de 1984.

⁵⁰⁹ NOTA: esta proposta representava uma descida de 1MECU face ao pedido inicial português de 3 MECUS e uma descida face à última proposta da Comunidade que se cifrava em 2,5 MECUS. NOTA: 1 ECU = 128\$984 – a preço de 28/6/85

Na 19ª Reunião Ministerial de 19 de Julho de 1984, Portugal foi representado pelo seu Ministro da Agricultura das Florestas e da Alimentação, do 9º Governo Constitucional, Engº Manuel Soares Costa que referiu esperar um acordo rápido sobre o dossiê da Agricultura, já que não havia divergências de fundo entre as posições de Portugal e da Comunidade. Quanto às Pescas, referiu o governante, as divergências existentes não permitiriam um fecho do dossiê, terminando a sua intervenção acentuando que as negociações de adesão iam já em 5 anos e meio de conversações, prazo que Portugal achava demasiado longo. ⁽⁵¹⁰⁾

Lorenzo Natali, Vice-Presidente da Comissão das Comunidades Europeias, na sua declaração, disse esperar que em Junho de 1984 se fechasse um acordo sobre os pontos chave dos dossiês da Agricultura e das Pescas. ⁽⁵¹¹⁾

Claude Cheysson, Presidente em exercício do Conselho, disse esperar um acordo rápido para os temas da agricultura e pescas.

Congratulou-se pelo facto de ter sido possível chegar a acordo sobre a Taxa Zero do IVA e sobre os Investimentos Directos em Portugal, na passada 18ª reunião ministerial.

Informou a Delegação portuguesa de que o Conselho das Comunidades tinha recomendado ao Banco Europeu de Investimentos (B.E.I.) o prolongamento da cooperação financeira, colocando à disposição de Portugal, a partir de 1 de Julho de 1984, e até final de 1985, um montante de 150 MECUS, sob a forma de empréstimos normais, sobre os seus recursos próprios. ⁽⁵¹²⁾

⁵¹⁰ *In Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta VIII – Conf. P/36/84.*

⁵¹¹ *In Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta VIII – Conf. P/37/84.*

⁵¹² *In Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta VIII – Conf. P/38/84.*

Na parte em que se discutiu a *Agricultura*, a Comunidade fez a entrega de uma declaração em que, de relevante, se sintetizavam os *pontos de acordo* alcançados até ao momento. Estes eram: ⁽⁵¹³⁾

- A aplicação dos esquemas de transição;
- A duração de aplicação de medidas transitórias e derrogações temporárias;

Ficavam *em suspenso* os seguintes temas:

- Campo de aplicação da regulamentação comunitária aos Açores e Madeira, sendo necessária a realização de reuniões técnicas mais profundas;
- Campo de aplicação do esquema de transição, onde a Comunidade reservava a sua posição para mais tarde;
- Cláusula de salvaguarda onde a sua duração deveria ser de 10 anos e não de 7 anos, como proposto por Portugal;
- Aproximação de Preços, onde a Comunidade propunha 10 anos de transição para os produtos de transição por etapas e de 7 anos para os produtos da transição clássica.

Em seguida realizou-se a 20ª Reunião Ministerial, em que a delegação portuguesa voltou a ser presidida pelo Prof. Doutor Ernâni Lopes, que teve lugar no dia 23 de Julho de 1984 e que tinha uma extensa agenda de pontos a tratar, sendo mesmo uma das reuniões com mais pontos a tratar, até esta altura das negociações. ⁽⁵¹⁴⁾

⁵¹³ In Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta VIII – Conf. P/39/84.

⁵¹⁴ In Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta VIII – Conf. P/44/84.

E esses pontos eram: ⁽⁵¹⁵⁾

- Estado do avanço dos trabalhos;
- Agricultura;
- Questões Institucionais;
- B.E.I. – aspectos financeiros;
- Inclusão do Escudo no E.C.U.;
- Assuntos Sociais;
- Fiscalidade;
- Direito de Estabelecimento e Livre Circulação de Serviços;

Esta agenda sobrecarregada justificava-se por Três razões principais:

- (1) Pelo estado adiantado dos trabalhos, nas várias matérias em suspenso nos dossiês da Fiscalidade, e do Direito de Estabelecimento e Livre Prestação de Serviços, a que era necessário por fim;
- (2) Pela necessidade de se avançar para plataformas superiores de discussão, que permitissem avançar nos dossiês mais complicados, como era o caso dos Assuntos Sociais, da Agricultura e das Pescas;
- (3) E pela introdução nas discussões de outros dossiês até aí, ou não abordados, ou apenas ligeiramente iniciados, como era o caso dos Dossiês referentes ao B.E.I., ao E.C.U. e às Questões Institucionais.

⁵¹⁵ *In Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta VIII – Conf. P/44/84.*

Na 21ª Reunião Ministerial que se lhe seguiu, em 3 de Setembro de 1984, o Prof. Doutor Ernâni Lopes teve a ocasião de, mais uma vez, dar nota da insatisfação da delegação portuguesa face à estagnação dos trabalhos, sobretudo no que se referia aos dossiês dos Assuntos Sociais e da Pesca, afirmando mesmo que *“neste estádio dos trabalhos, não é mais admissível permanecermos em simples troca de declarações”*.⁽⁵¹⁶⁾

Fazendo um ponto de situação sobre a **Agricultura**, a Delegação portuguesa traçava o seguinte panorama, na sua comunicação à Comunidade Económica Europeia, sobre as dificuldades de Portugal: ⁽⁵¹⁷⁾

- Dificuldades de Integração Económica;
- Dificuldades de aplicação das regras da P.A.C..

Por isso o objectivo fundamental do solicitado Regime de Transição por Etapas, era o de assegurar à Agricultura portuguesa as condições, o tempo e os meios adequados necessários ao esforço de organização, de pôr no terreno as infra-estruturas para ultrapassar as fragilidades. ⁽⁵¹⁸⁾

Na 22ª Reunião Ministerial, de 18 de Setembro de 1984, em que estiveram por Portugal, chefiando a delegação portuguesa, o Prof. Doutor Ernâni Lopes, Ministro das Finanças e do Plano, e pela Comunidade o Senhor P. Barry, Presidente do Conselho de Ministros das Comunidades e Lorenzo Natali, Vice-Presidente da Comissão das Comunidades Europeias, foram acordados mais alguns pontos, dos seguintes dossiês:

⁵¹⁶ In Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta VIII – Conf. P/61/84.

⁵¹⁷ In Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta VIII – Conf. P/75/84.

⁵¹⁸ *Idem*

No dossiê do *Direito de Estabelecimento e Livre Prestação de Serviços*, foi tratada a questão das *Caixas Económicas*, em que as partes acordaram que, as mesmas, beneficiariam de uma Derrogação Permanente, face ao cumprimento da norma do Direito Comunitário Derivado, a Directiva Nº 77/780/CEE, desde que estas não revestissem a forma de Sociedades Anónimas. ⁽⁵¹⁹⁾

Quanto às *Caixas de Crédito Agrícola Mútuo*, ambas as partes acordaram, igualmente, que haveria uma Derrogação Permanente, face ao cumprimento da norma do Direito Comunitário Derivado, a Directiva Nº 77/780/CEE, desde que as Caixas estivessem afiliadas de forma permanente a um organismo central, que as controlasse, medida que teria de estar em execução antes do final de um período de 7 anos, a contar da data de adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia. ⁽⁵²⁰⁾

Para a *Caixa Geral de Depósitos*, no que dizia respeito, por um lado, às suas actividades de administração da segurança social dos funcionários do Estado e, por outro lado, às suas actividades enquanto estabelecimento de crédito do Estado, nomeadamente nas suas funções de receptor de depósitos obrigatórios, financiamento do Tesouro em condições mais favoráveis dos que em vigor nos mercados, financiamentos da política regional ou da política de alojamento nacional, praticando taxas de juro bonificadas,

e para o *Crédito Predial Português*, no que respeitava as suas actividades de financiamentos integrados na política regional ou na política nacional de alojamento, com taxas de juro bonificadas, ou beneficiando de outras condições especiais, em comparação com as praticadas pelos estabelecimentos de crédito,

⁵¹⁹ In Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta VIII – Conf. P/69/84.

⁵²⁰ In Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta VIII – Conf. P/69/84.

ficou acordado, pelas partes, que haveria um período de transição de 7 anos, para que estas instituições fossem modificadas de forma a estabelecer uma gestão distinta entre as suas actividades tradicionais, (que gozariam do referido período de transição), face ao Estado, e as outras actividades comerciais bancárias, as quais estariam sujeitas ao disposto na Directiva N° 77/780/CEE. ⁽⁵²¹⁾

Seguiu-se a 23ª Reunião Ministerial, em 3 de Outubro de 1984, em continuaram a ser abordados os dossiês respeitantes à Agricultura, Patentes, União Aduaneira, Relações Externas e Fiscalidade, havendo, mais uma vez, e a exemplo da generalidade das reuniões de Negociações, ao longo dos últimos 5 anos e meio, troca de declarações entre as Delegações, a par de conversações sobre os temas. ⁽⁵²²⁾

Um dos pontos significativos desta reunião, foi o acordo alcançado sobre a possibilidade de o Regime do I.V.A. ser aplicado aos Açores e à Madeira de forma distinta do Regime a aplicar no Continente. ⁽⁵²³⁾

A Comunidade aceitou ainda, mas sob reserva, no âmbito do dossiê da União Aduaneira e Livre Circulação de Mercadorias Industriais, a suspensão total e parcial das tarifas aplicadas por Portugal, e a aproximação, das mesmas, à Tarifa Aduaneira Comum de forma progressiva.

⁵²¹ In Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta VIII – Conf. P/69/84 – pág. 3.

⁵²² In Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta VIII – Conf. P/84/84.

⁵²³ In Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta VIII – Conf. P/86/84, na sequência do Doc. Conf.P/85/82.

A Declaração Conjunta de 24 de Outubro de 1984⁽⁵²⁴⁾

Em finais de 1984 foi produzida uma Declaração Conjunta do Governo de Portugal e do Conselho de Ministros da Comunidade Económica Europeia, que, em síntese dizia o seguinte: ⁽⁵²⁵⁾

“A 28 de Março de 1977, o Governo Português submeteu um pedido formal de admissão de Portugal, como membro de pleno direito, às Comunidades Europeias”.

“A 6 de Julho de 1978, o Conselho de Ministros da Comunidade Económica Europeia deu, por unanimidade, uma resposta favorável ao pedido português”.

“As negociações preparatórias da adesão de Portugal às Comunidades iniciaram-se em 17 de Outubro de 1978.

Tendo em conta o nível de desenvolvimento económico e social de Portugal e a necessidade de salvaguardar a capacidade de desenvolvimento interno e externo da Comunidade, os negociadores têm procurado e continuarão a procurar as soluções mais adequadas para todos os problemas emergentes do contexto de uma integração ponderada e harmoniosa de Portugal na Comunidade”.⁽⁵²⁶⁾

“Sem prejuízo dos poderes dos parlamentos nacionais, o firme objectivo é de que o futuro alargamento da Comunidade se deve tornar realidade em 1 de Janeiro de 1986”.

⁵²⁴ In Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta VIII – Conf. P/92/84.

⁵²⁵ In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta XIV – Declaração Conjunta do Governo de Portugal e do Conselho de Ministros da Comunidade Económica Europeia - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986

⁵²⁶ Idem, ibidem

Assinou esta Declaração conjunta, por Portugal, o Dr. Mário Soares, Primeiro Ministro do 9º Governo Constitucional e pela Comissão da Comunidade Económica Europeia, o seu Vice-Presidente Senhor Lorenzo Natali.

Nesta Declaração Conjunta evidenciavam-se alguns *princípios importantes*: ⁽⁵²⁷⁾

- o reconhecimento de que o Alargamento da Comunidade reforçaria a unidade política da Europa, aumentaria a sua influência no Mundo e proporcionaria o desenvolvimento económico e social a Portugal;
- o reconhecimento da situação sócio-económica de Portugal e a necessidade de se encontrarem as soluções adequadas, que permitissem a sua integração de forma harmoniosa;
- o reconhecimento de que já se tinham alcançado acordos em muitos capítulos o que, associado à vontade política expressa pelas partes, tornaria possível reconhecer a irreversibilidade do processo de integração de Portugal nas Comunidades Europeias;
- o objectivo firme de se concretizar o alargamento da Comunidade em 1 de Janeiro de 1986.

Estes quatro princípios, sobre os quais foi possível chegar a um acordo tripartido entre o Conselho de Ministros das Comunidades, a Comissão das Comunidades e Portugal, assumiam particular importância na conjuntura sócio-económica que rodeava as negociações para a Adesão de Portugal e para o processo de alargamento relativo ao outro candidato – a Espanha.

⁵²⁷ In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta XIV – Declaração Conjunta do Governo de Portugal e do Conselho de Ministros da Comunidade Económica Europeia - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986

A situação mundial, que então se vivia, associada a um desemprego elevado, tinha levado a que a Comunidade subalternizasse os aspectos políticos aos interesses económicos de cada país membro.

Por outro lado, as negociações com a Espanha estavam a prejudicar o nosso processo, dado que a Comunidade se estava a inibir de apresentar a Portugal soluções que tivessem em conta a especificidade do país, com o receio de abrir precedentes.

A Espanha tinha uma indústria altamente protegida e muito assente no mercado interno, uma agricultura muito competitiva (1/3 das terras irrigadas da Europa) e uma enorme frota de pescas, a 3ª a nível Mundial. ⁽⁵²⁸⁾

Em 9 de Novembro de 1984, e à margem das reuniões formais, a Comunidade propôs a Portugal, no âmbito do dossiê dos **Assuntos Sociais** e no que se referia à Segurança Social dos Trabalhadores migrantes, o seguinte texto que deveria ser inserido no acordo final sobre o tema:

“ ... no que se refere às prestações familiares, o princípio do país de residência, será aplicado aos trabalhadores portugueses até ao momento da uniformização das regras existentes actualmente na Comunidade e até ao mais tardar do fim do período transitório de 7 anos”. ⁽⁵²⁹⁾

⁵²⁸ In Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta VIII – Conf. P/92/84.

⁵²⁹ In Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta VIII – Conf. P/95/84 de 9 de Novembro de 1984.

Ponto de Situação das Negociações – Novembro de 1984 ⁽⁵³⁰⁾

Em princípios de Novembro de 1984 podia dizer-se que existia um amplo acordo entre Portugal e as Comunidades em muitos dos capítulos do Tratado de Roma e encontravam-se identificadas as divergências principais.

Já tinham sido encerrados 13 dos 18 capítulos das negociações e nos que ainda estavam em discussão (Agricultura, Pescas, Assuntos Sociais e Questões Institucionais) existia já um largo consenso sobre vários dos pontos em aberto.

Dentro dos capítulos já encerrados figurava o ***dossiê industrial***.

As relações de Portugal com a E.F.T.A. e a C.E.E. estavam enquadradas pelos Acordos de Comércio Livre de 1960 e pelo Acordo Comercial de 1972, respectivamente.

Pode afirmar-se que não existiam grandes e substanciais diferenças entre ambos e, em 1984, já não existiam cobranças de direitos com significado real em cerca de 95% das importações de produtos industriais.

Cerca de 1% das importações estavam ainda sujeitas ao regime de sobretaxa (de 60%) instituída com carácter conjuntural por razões que se prendiam com a Balança de Pagamentos e por isso tinha vindo a ser prorrogada a sua abolição.

Do lado das exportações, para os países da E.F.T.A. e da C.E.E., verificava-se já uma completa liberalização, exceptuando o caso dos têxteis que continuavam sujeitos a restrições, não obstante os acordos que nos ligavam às duas organizações.

⁵³⁰ *In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta XI – considerações sobre as Comunidade, seus objectivos e ponto de situação das negociações, de 2 de Novembro de 1984 - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986*

Esta eliminação das restrições que impendiam sobre os *têxteis* fazia parte dos objectivos portugueses sobre as exportações, mas não foi totalmente atingido.

O *principal objectivo negocial* português era a protecção à indústria nacional e consistia em: ⁽⁵³¹⁾

- prolongar a protecção aduaneira para além da data de adesão e mesmo o seu incremento no sector das novas indústrias;
- manter e reforçar, essa protecção, face a países terceiros;
- manter a vigilância sobre o comércio externo nos primeiros anos da adesão, a fim de possibilitar uma possível invocação da cláusula de salvaguarda e prevenir eventuais desvios de tráfego.

Todos estes *objectivos* foram atingidos através:

- do congelamento e/ou aumento de direitos para produtos sensíveis e indústrias novas (16% a 20%), sujeitos a uma eliminação progressiva durante os 7 anos subsequentes à adesão;
- da manutenção do sistema de registo prévio (considerado medida de efeito equivalente a restrições quantitativas, e portanto interdito pelos acordos E.F.T.A. e C.E.E.), das importações durante 3 anos, após a adesão;

⁵³¹ In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta XIV – Declaração Conjunta do Governo de Portugal e do Conselho de Ministros da Comunidade Económica Europeia - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986

- da negociação de uma lista de isenções aduaneiras para produtos intermediários, que vigoraria durante 7 anos e para os bens de equipamento ligados a compromissos assumidos pelo Estado no âmbito do I.D.E., até ao final dos respectivos contractos.

A **Agricultura** continuava a ser o dossiê mais complexo, dado que existia um enorme desnível no desenvolvimento deste sector comparativamente aos futuros parceiros e também pela natureza da P.A.C. que integrava um sistema de intervenção económica que exigiria a criação de um aparelho sofisticado na Administração e na Produção portuguesa. ⁽⁵³²⁾

Assim o objectivo a alcançar para o período transitório passava por:

- proteger os sectores sensíveis, nacionais, da concorrência externa durante um largo período de tempo;
- proceder a transformações estruturais na organização da Administração e da Produção, durante todo o período transitório, com a participação dos fundos da Comunidade.

O modelo a adoptar no período transitório que foi acordado era o de fazer-se uma transição, em duas etapas, para os sectores mais sensíveis da agricultura portuguesa (80% do P.A.B.⁽⁵³³⁾), em que: ⁽⁵³⁴⁾

⁵³² *In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta XIV – Declaração Conjunta do Governo de Portugal e do Conselho de Ministros da Comunidade Económica Europeia - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986*

⁵³³ *Produto Agrícola Bruto*

⁵³⁴ *In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta XIV – Declaração Conjunta do Governo de Portugal e do Conselho de Ministros da Comunidade Económica Europeia - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986*

- na 1ª etapa, com a duração de 5 anos, haveria uma forte protecção de mercado a par da transformação progressiva dos mercados e das estruturas de forma a adequá-las à PAC;
- na 2ª etapa, de igual duração, far-se-ia a aplicação progressiva da P.A.C., até à sua completa assunção.

Um ponto sensível destas negociações foi a questão do *Concentrado de Tomate*, dado que se tinha passado de uma exportação de 80.000 tons em 1972, com destino ao Reino Unido, para uma exportação de apenas 8.000 tons (10% das anteriores quantidades exportadas),

por força do elevado proteccionismo existente na CEE, para essa indústria comunitária, e nos elevados subsídios concedidos aos produtores da CEE que eram 13 vezes superiores aos concedidos em Portugal, pagando as nossas exportações, em direitos à entrada na Comunidade 10,6%, o que era equivalente a um subsídio do produto, na Comunidade, de cerca de 100 dólares por tonelada. ⁽⁵³⁵⁾

Ora o que Portugal compreensivelmente pretendia era a eliminação pura e simples do pagamento desses direitos à entrada nos países das Comunidades e a aceleração das ajudas comunitárias aos produtores portugueses.

A CEE propunha-se a fazê-lo em 6 anos, após a adesão. ⁽⁵³⁶⁾

⁵³⁵ *In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta XIV – Declaração Conjunta do Governo de Portugal e do Conselho de Ministros da Comunidade Económica Europeia - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986*

⁵³⁶ *Idem*

Nos *Cereais*, Portugal importava grandes quantidades, sobretudo Trigo Rijo para as indústrias de moagem, panificação e massas alimentícias, dos Estados Unidos e do Canadá, onde os preços eram inferiores aos da CEE. ⁽⁵³⁷⁾

Ora com a obrigação futura de compra de Cereais na Comunidade, a indústria nacional via agravarem-se os custos destes produtos, pelo que se pretendia negociar as devidas compensações.

A importação era um monopólio estatal (a E.P.A.C.⁽⁵³⁸⁾) pelo que se pretendia um processo de transição cauteloso para evitar perturbações graves, na importação e no abastecimento, no mercado e na produção interna.

Nas *Pescas* colocavam-se questões delicadas, nomeadamente de natureza política, como era o caso do acesso às águas territoriais e da Z.E.E. (Zona Económica Exclusiva) e aos seus recursos e, nesse âmbito, procurava-se chegar a um acordo que derrogasse o princípio da comunitarização das águas e recursos, durante um longo período transitório, aceitando uma reciprocidade de tratamento. ⁽⁵³⁹⁾

E neste capítulo os objectivos principais eram dois:

- para aceder à Z.E.E. portuguesa os barcos de qualquer país da C.E.E. teriam que obter uma licença;
- no mar territorial só os barcos portugueses poderiam pescar.

⁵³⁷ In - Vilaça, Prof. José Luís da Cruz – Arquivo Pessoal – Adesão de Portugal à CEE - Pasta I a III – 1977/1985

⁵³⁸ EPAC – Empresa Pública de Abastecimento de Cereais

⁵³⁹ In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta XIV – Declaração Conjunta do Governo de Portugal e do Conselho de Ministros da Comunidade Económica Europeia - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986

Acrescia o facto de que Portugal não reconhecia à Espanha, (que poderia vir a causar eventuais dificuldades no atingimento destes objectivos), o direito de pescar na Zona Económica Exclusiva, dados os anteriores acordos bilaterais estarem caducos, face ao Convénio de 1969, ou tinham sido denunciados pelos acordos de 1978. ⁽⁵⁴⁰⁾

Portugal pretendia que a Espanha fosse, neste caso, tratada como qualquer outro membro da Comunidade.

Outra das preocupações e objectivos de Portugal eram os de conseguir, na data de adesão, que as suas exportações de *conservas de sardinha* fossem liberalizadas para a CEE. ⁽⁵⁴¹⁾

Pretendia-se, ainda, obter o apoio comunitário para a necessária reestruturação da frota pesqueira nacional adaptando-a às características das águas portuguesas.

Era portanto este o ponto da situação, neste final de 1984, face aos capítulos mais importantes e sensíveis, e onde o desacordo potencial era maior, entre as Delegações de Negociadores de Portugal e os Negociadores representantes das Comunidades Europeias.

O ano negocial terminou com a realização da *24ª Reunião Ministerial*, realizada no dia 18 de Dezembro de 1984.

⁵⁴⁰ In - Vilaça, Prof. José Luís da Cruz – Arquivo Pessoal – Adesão de Portugal à CEE - Pasta I a III – 1977/1985

⁵⁴¹ In - Vilaça, Prof. José Luís da Cruz – Arquivo Pessoal – Adesão de Portugal à CEE - Pasta I a III – 1977/1985

Nesta reunião, e na sequência da preocupação portuguesa de que o processo de adesão de Portugal, não coincidissem com o processo de adesão de Espanha, a delegação portuguesa, chefiada pelo Prof. Doutor Ernâni Lopes, reagiu a uma Proposta da Comunidade.

Essa proposta ia no sentido de se constituir, em Janeiro de 1985, um grupo de redacção e de prever um Tratado Único de adesão para Portugal e Espanha. ⁽⁵⁴²⁾

Portugal reagiu dando o seu acordo no que se referia à participação da Delegação portuguesa nos trabalhos de redacção dos instrumentos de adesão, que estaria a cargo de um grupo multilateral, composto por Estados membros da Comunidade e pelos candidatos à adesão, mas “ *...reserva-se expressamente a possibilidade de uma adaptação urgente dos textos entretanto redigidos pelo grupo, de forma a que uma Adesão Separada de Portugal não seja afastada*”. ⁽⁵⁴³⁾

Finalmente, “*... as negociações separadas com cada candidato, segundo os seus méritos próprios e a natureza específica de alguns problemas levantados, no quadro das negociações, justificam que um tratamento autónomo seja dado, aos mesmos, à parte dos instrumentos de adesão que se reportam às Medidas Transitórias e às Derrogações Temporárias, acordadas com Portugal*”. ⁽⁵⁴⁴⁾

⁵⁴² In Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta VIII – Conf. P/105/84 – pág. 3.

⁵⁴³ In Arquivo da Direcção Geral de Assuntos Europeus – Conferência Portugal-CEE – Pastas I a XVI – Pasta VIII – Conf. P/106/84.

⁵⁴⁴ *Idem*

*

Quadro 25 - Ajudas de Pré-Adesão – Ponto de Situação em 1984 ⁽⁵⁴⁵⁾

	TOTAL concedido	TOTAL desembolsado
DONATIVOS		
1980	⁽⁵⁴⁶⁾ 125	⁽⁵⁴⁷⁾ 30
1984	50	-
EMPRÉSTIMOS do BEI		
1980	150	88
1983	75	14
1984	150	-
TOTAL	550	132

*

**Quadro 26 - Aplicações dos 100 MECU's
para o Financiamento de projectos**

APLICAÇÃO	MONTANTE (MECU'S)
Programa de Apoio às PME's	10,00
Programa de Política Regional	51,19
Programa de Política Agrícola	23,31
Programa de Formação Profissional	15,00
Assistência Técnica à Introdução do IVA	0,50

⁵⁴⁵ In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta XIV – Declaração Conjunta do Governo de Portugal e do Conselho de Ministros da Comunidade Económica Europeia - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986

⁵⁴⁶ 100 para o Financiamento de projectos e 25 para bonificação de juros do empréstimo do BEI, de 1980 – NOTA: 1 ECU = 128\$984 – a preço de 28/6/85.

⁵⁴⁷ dos 100 MECU's destinados a projectos de investimento.

A ajuda, proveniente dos donativos, entraria em vigor em 1 de Janeiro de 1985 e destinava-se ao financiamento de projectos provenientes dos agentes económicos dos sectores da agricultura e das pescas.

O empréstimo do Banco Europeu de Investimento seria para ser afectado ao financiamento de projectos de pequenas e médias empresas industriais e turísticas, através de linhas de crédito concedidas ao:

- Banco de Fomento Nacional (30 MECU's);
- Caixa Geral de Depósitos (20 MECU's);
- e Sociedade Portuguesa de Investimentos (5 MECU's). ⁽⁵⁴⁸⁾

Para além destes projectos, os créditos foram afectados:

- à E.D.P., (35 MECU'S para a Central Térmica de Sines);
- ao troço do IP.5 (Aveiro / Vilar Formoso) – Albergaria/Viseu (25 MECU's);
- e aos Aeroportos do Porto e de Faro (35 MECU's).

Em Julho de 1984, o Conselho de Governadores do Banco Europeu de Investimentos aprovou um novo empréstimo de 150 MECU's, dos quais foram afectados:

- ao troço Amarante / Vila Real, do Itinerário Porto / Bragança, (18 MECU's)
- e à Ponte Ferroviária sobre o rio Douro (32 MECU's). ⁽⁵⁴⁹⁾

⁵⁴⁸ *In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta XIV – Declaração Conjunta do Governo de Portugal e do Conselho de Ministros da Comunidade Económica Europeia - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986*

⁵⁴⁹ *Idem*

IV.X – A Conclusão e o Encerramento das Negociações – 1985

O ano negocial de 1985 começou com a 25ª Reunião Ministerial, em 29 de Janeiro e cingiu-se a mais uma troca de declarações entre as Delegações, sobre os temas da Agricultura, Assuntos Sociais e Pescas, em que se debateram alguns ajustamentos técnicos sobre os dossiês.⁽⁵⁵⁰⁾

Prosseguiram as reuniões tendo-se realizado ainda a 30ª reunião de Suplentes, em 12 de Fevereiro, a 26ª Reunião Ministerial de 20 de Fevereiro, seguida das 27ª Reunião Ministerial de 28 e 29 de Março, em que terminaram oficialmente as Conferências de Negociação de Adesão de Portugal às Comunidades Europeias. ⁽⁵⁵¹⁾

No entanto, tiveram lugar mais duas reuniões, estas já com carácter técnico de acerto de detalhes: a 31ª Reunião de Suplentes em 22 de Abril e a 32ª Reunião de Suplentes de 6 e 7 de Junho. ⁽⁵⁵²⁾

Assim, em Março de 1985 foram encerradas as negociações, entre Portugal e as Comunidades Europeias, dos seguintes capítulos: ⁽⁵⁵³⁾

- Agricultura;
- Pescas;
- Assuntos Sociais;
- Questões Orçamentais;
- Questões Institucionais.

Mais de 50% das exportações portuguesas tinham, nessa altura, como destino os países das Comunidades, e 40% das importações do país provinham desse bloco de países. ⁽⁵⁵⁴⁾

⁵⁵⁰ In Arquivo da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus do Ministério dos Negócios Estrangeiros – Conferências Portugal-CEE – Pasta XIV.

⁵⁵¹ In Arquivo da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus do Ministério dos Negócios Estrangeiros – Conferências Portugal-CEE – Pasta XV.

⁵⁵² In Arquivo da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus do Ministério dos Negócios Estrangeiros – Conferências Portugal-CEE – Pasta XVI.

⁵⁵³ *Idem*

No Capítulo dos *Recursos Próprios*, as negociações de adesão foram encerradas, neste ano. ⁽⁵⁵⁵⁾

Tratava-se, neste dossiê, de discutir a contribuição financeira de Portugal, para o financiamento do orçamento das Comunidades.

As Questões ligadas ao I.V.A./T.V.A e aos “Prélèvements” Agrícolas

Nesta contribuição incluíam-se: ⁽⁵⁵⁶⁾

- a transferência dos direitos aduaneiros;
- os “prélèvements” agrícolas;
- e uma percentagem do I.V.A/T.V.A.

Destas três parcelas as mais volumosas eram a da TVA e a dos “Prélèvements” Agrícolas, estes últimos devido à enorme dependência da economia portuguesa, do exterior, em matéria de cereais.

Nestes dois pontos obtiveram-se da Comunidade algumas concessões: ⁽⁵⁵⁷⁾

- Um *período transitório* de 3 anos para pagamento da parcela relativa ao I.V.A. / T.V.A., que seria substituída por uma contribuição com base no P.I.B., de montante inferior, o que se traduzia por uma economia de cerca de 180 MECU's durante esse período;

⁵⁵⁴ In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta XIV – Declaração Conjunta do Governo de Portugal e do Conselho de Ministros da Comunidade Económica Europeia - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986

⁵⁵⁵ In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta XVI – Capítulo dos Recursos Próprios Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986

⁵⁵⁶ *Idem*

⁵⁵⁷ *Idem, Ibidem*

- Um *período transitório* de 5 anos durante os quais Portugal não entregaria às Comunidades os “prélèvements” agrícolas;

Nos *financiamentos das Comunidades*, o acesso de Portugal às subvenções:

- do Fundo Regional,
- do Fundo Social,
- do Fundo de Orientação e Garantia Agrícola

e ainda outras ajudas, nomeadamente nas Pescas, ficou assegurado, tendo-se, no capítulo da agricultura negociado um programa específico de desenvolvimento no valor de 700 MECU'S de subsídios não reembolsáveis a conceder durante 10 anos, após a data da adesão;

- Obtiveram-se ainda *ajudas para apoio à indústria*, em complemento das ajudas obtidas no Fundo Regional;
- Obteve-se um resultado positivo na pretensão que Portugal tinha manifestado de que o saldo, (entre a nossa contribuição e os financiamentos a receber), fosse favorável ao país;

Para isso Portugal obteve como concessão o reembolso da contribuição P.I.B./T.V.A., durante 7 anos segundo um esquema regressivo que começava em 87%, em 1986, e acabava em 0%, em 1992.

Segundo cálculos então feitos isso significaria uma transferência de 1.200 MECU'S, para a Economia Portuguesa. ⁽⁵⁵⁸⁾

⁵⁵⁸ In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta XVI – Capítulo dos Recursos Próprios Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986

*

O Dossiê da Agricultura ⁽⁵⁵⁹⁾

Na questão da *P.A.C.* e do equilíbrio da *Balança de Pagamentos* portuguesa, a Comunidade comprometeu-se a conceder um empréstimo financeiro a Portugal até 1.000 MECU'S mobilizável em 6 anos, (125 milhões de contos), em melhores condições do que as correntes no mercado internacional de capitais, ao abrigo do *F.E.O.G.A. e do Fundo Regional*. ⁽⁵⁶⁰⁾

Nos *Vinhos* conseguiu-se uma abertura rápida dos mercados de exportação para os países da Comunidade, passando os vinhos portugueses a beneficiar do seguinte regime:

- eliminação dos contingentes de exportação;
- redução progressiva dos direitos residuais então aplicados, em 2 anos - para os vinhos licorosos, 3 anos - para os vinhos das Regiões do Vinho Verde e do Dão, e 5 anos - para os restantes vinhos de qualidade.

⁵⁵⁹ In *Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta XVI – Capítulo dos Recursos Próprios Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986*

⁵⁶⁰. In *Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta IX – Doc. do Dr. Amílcar Theias – Fundo Regional – criado em 1975 –*

Objectivos: Correção dos desequilíbrios regionais da Comunidade através da intervenção de apoios às medidas de política regional levadas a cabo pelos Estados membros, inscrevendo-se em programas de desenvolvimento regional ou sistemas de ajuda com finalidade regional.

Este Fundo conheceu duas fases até 1983: a 1ª de 1975 a 1977 e a segunda a partir de 1978 com a criação da secção “além da quota”.

O Fundo foi estabelecido segundo um sistema de quotas que abrangia cerca de 95% dos recursos a ele destinados no orçamento geral das Comunidades, procurando aquelas traduzir a gravidade dos desequilíbrios regionais existentes nos diferentes países.

As quotas em 1983 eram assim distribuídas: Itália – 35,49%, Reino Unido – 23,80%, França – 13,64%, Grécia – 13%, Islândia – 5,94%, Alemanha – 4,65%, Países Baixos – 1,24%, Bélgica – 1,1%, Dinamarca – 1,06% e Luxemburgo – 0,07%.

Os domínios de intervenção eram os seguintes:

(a) Investimentos produtivos na indústria, artesanato, serviços (turismo) ou zonas desfavorecidas, (taxa de intervenção de 20%)

(b) Investimentos em infra-estruturas (taxa de intervenção de 10 a 30%) e

(c) programas específicos de desenvolvimento de certas regiões – além quota (30 a 70% de taxa de intervenção).

95% do orçamento do FEOGA era destinado à garantia dos preços dos produtos.

Nos *Cereais* seria mantida uma parte substancial do monopólio da EPAC durante 5 anos.

No *Açúcar* obteve-se, para um período transitório de 7 anos, um contingente de 75.000 tons/ano para a importação de ramas dos países do bloco A.C.P (Ásia, Caraíbas, Pacífico).

No *Concentrado de Tomate* as exportações passariam a beneficiar de uma redução dos direitos aplicados, ainda existentes, durante um período de 4 anos, a partir da adesão e beneficiaria ainda de uma ajuda comunitária à sua produção até ao limite de 120.000 tons;

No *Azeite* as ajudas seriam concedidas logo a partir da adesão;

Para o desenvolvimento da Agricultura portuguesa conseguiu-se um programa específico de desenvolvimento no valor de 700 MECU'S (84 milhões de contos), distribuídos por 10 anos.

As explorações agrícolas em Portugal, em 1985, com mais de 20 hectares ocupavam 40% da superfície agrícola e produziam 70% do PAB. As explorações com menos de 20 hectares ocupavam cerca de 30% da superfície agrícola e produziam 15% do PAB.

Para este sub-sector foram conseguidas verbas no valor de cerca de 90 milhões de contos de subsídios a utilizar durante 10 anos, para a modernização das explorações.

Foi também conseguido um período de 5 anos em que Portugal se mantinha a coberto da concorrência da agricultura comunitária e um período de 10 anos, no total, considerado como de transição em que algumas salvaguardas de defesa eram mantidas.

*

O Dossiê das Pescas

Nas Pescas as negociações levaram a: ⁽⁵⁶¹⁾

- uma salvaguarda da parte mais significativa dos recursos da pesca na Z.E.E., para os pescadores portugueses;
- uma protecção do mercado nacional face às importações;
- e por uma participação da Comunidade nos programas de vigilância e controlo da Z.E.E. nacional;
- ficando a *zona das 12 milhas* reservada aos pescadores nacionais;
- e o acesso dos pescadores comunitários à zona das 12 às 200 milhas, controlado durante um período de 10 anos, por fixação de um número máximo de navios autorizados a pescar na zona.

Nesta área, (ZEE) os crustáceos e os moluscos e outras espécies sujeitas a medidas restritivas de captura, ficariam reservadas aos pescadores portugueses.

Nos *mares dos Açores e da Madeira*, os pescadores comunitários não poderiam pescar com excepção do atum voador.

O regime das *Sociedades de Pescas Mistas* gozariam de um regime transitório de 7 anos.

⁵⁶¹ *In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta XVI – Capítulo dos Recursos Próprios Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986*

Em termos do Mercado ficou acordado o desmantelamento progressivo e assimétrico dos Direitos Aduaneiros durante:

- 6 anos, pela Comunidade;
- e 7 anos, por Portugal;
- mantendo-se as restrições, por 7 anos, à importação de espécies sensíveis;
- e no que respeita à sardinha a aproximação dos preços fôr-se-ia durante 10 anos. ⁽⁵⁶²⁾

Em matéria de *Exportações*, para os países das Comunidades, a sardinha enlatada, o atum e a cavala seriam objecto de uma taxa de 0% até 5.000 tons/ano (para a sardinha) e 0% até 1.000 tons/ano (para o atum e cavala).

Por outro lado o nosso desmantelamento pautal, face às *importações*, gozaria de um período de 7 anos de carência.

*

O Dossiê ligado aos Assuntos Sociais ⁽⁵⁶³⁾

Na questão da *Livre Circulação de Trabalhadores* ficou estabelecido um período transitório de 7 anos para novos emigrantes, com a excepção do Luxemburgo, em que seria de 10 anos, dado que neste país os portugueses já representavam 8% da população total e 26% dos estrangeiros.

Ainda quanto à Livre Circulação de Trabalhadores, ficou estabelecido que os trabalhadores portugueses que já se encontravam a trabalhar nos países das Comunidades, beneficiariam de condições iguais aos naturais desses países.

⁵⁶² *In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta XVI – Capítulo dos Recursos Próprios Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986*

⁵⁶³ *Idem*

Para os membros das *Famílias* dos Trabalhadores que, até á data de adesão, já estivessem a trabalhar nos países das Comunidades obteve-se o direito, (em vigor a partir da data de adesão), de aceder a trabalho assalariado em igualdade de circunstâncias com os nacionais desses países.

Quanto à *Liberdade de Circulação*, esta garantia era estendida aos seus familiares.

A *Igualdade de tratamento*, extensível ao agregado familiar, seria aplicada desde a data de adesão bem como o direito ao reagrupamento familiar.

No *Acesso ao Emprego* haveria um período transitório (para os trabalhadores portugueses que quisessem emigrar e trabalhar nesses países) e para a entrada em vigor de todas as consequências derivadas da livre circulação de trabalhadores.

Quanto às questões do ***Direito de Estabelecimento***, Portugal obteve várias medidas transitórias entre as quais as referentes ao estabelecimento de *Bancos e outros Estabelecimentos de Crédito* em Portugal, para a qual se obteve um período de 7 anos, no qual se podia invocar o critério de necessidade económica para a não autorização da abertura de mais estabelecimentos. ⁽⁵⁶⁴⁾

Para o sector das *Agências de Viagens* obteve-se um período de transição de 3 anos e para o Cinema de 5 anos.

⁵⁶⁴ In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta XVI – Capítulo dos Recursos Próprios Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986

Segurança social – desde a data de adesão aplicar-se-ia o “acquis” comunitário, excepto no que se referia às prestações dos familiares quando estes residissem em Portugal.

*

Dossiê ligado ao Fundo Social Europeu ⁽⁵⁶⁵⁾

Portugal conseguiu o seu objectivo de ser considerado, na totalidade do seu território como *Uma Única Região Desfavorecida*, beneficiando de uma Taxa de Intervenção Majorada do F.S.E., isto é, para a grande maioria das acções apoiadas pelo Fundo a taxa de intervenção passaria a ser de 55%, em vez de 50%.

Uma pequena nota sobre este instrumento das Comunidades.

Este fundo era o instrumento fundamental da Política Social da Comunidade e visava a promoção das possibilidades de emprego dos trabalhadores do Mercado Comum e a contribuição para o aumento do seu nível de vida, através da melhoria das facilidades de emprego e do incremento da mobilidade geográfica e profissional dos trabalhadores.

⁽⁵⁶⁶⁾

Este instrumento tinha como domínios de intervenção:

- a agricultura;
 - o sector têxtil e do vestuário;
 - jovens com menos de 25 anos e mulheres.
- para além de cobrir preferencialmente:
- acções nas regiões com problemas graves de desemprego;
 - empresas afectadas pelo progresso técnico;
 - grupos de empresas sujeitas a programas de actividade e deficientes.

⁵⁶⁵ In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta XVI – Capítulo dos Recursos Próprios Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986

⁵⁶⁶ In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta IX – documento de Amílcar Theias de 11 de Maio de 1983 - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986

Os tipos de ajuda proporcionados pelo Fundo poderiam revestir a forma de:

- subvenções e acções de formação (p.e. estágios);
- de subsídio de alojamento (quando houvesse mudança de residência);
- subsídio de integração no meio social e profissional;
- eliminação de dificuldades no acesso ao emprego de deficientes, ou de trabalhadores com mais de 50 anos;
- recrutamento de pessoal (através do pagamento de complementos de salário) em regiões afectadas por desequilíbrios no emprego;
- e no recrutamento de jovens com menos de 25 anos.

As taxas de intervenção situavam-se para os projectos do sector público em 50%, para projectos privados igualmente em 50% e para as regiões com problemas graves de emprego em 60%.

*

IV. XI - As Últimas reuniões de negociações ⁽⁵⁶⁷⁾

Em 28 de Março de 1985 tiveram lugar as últimas reuniões de negociação entre as Comunidades e a Delegação Portuguesa.

Assim e após:

- 27 reuniões Ministeriais
 - e 30 reuniões, a nível de Suplentes,
- encerrava-se oficialmente o longo e complexo processo das negociações oficiais de Adesão de Portugal às Comunidades Europeias.

Os capítulos objecto de negociação foram os seguintes:

- 1) União Aduaneira
- 2) Relações Externas
- 3) C.E.C.A.
- 4) Movimentos de Capitais
- 5) Direito de Estabelecimento e Livre Prestação de Serviços
- 6) Política Regional e Ajudas Governamentais
- 7) Questões Económicas e Financeiras
- 8) Fiscalidade
- 9) Transportes
- 10) C.E.E.A.
- 11) Ambiente e Defesa do Consumidor
- 12) Aproximação de Legislações
- 13) Banco Europeu de Investimentos
(aspectos financeiros)
- 14) Produtos Agrícolas e Transformados
- 15) Agricultura
- 16) Pescas

⁵⁶⁷ *In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta XIV -- Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986*

- 17) Assuntos Sociais e Livre Circulação de Trabalhadores
- 18) Questões Institucionais
- 19) Questões Orçamentais

De que se deram nota, neste trabalho, do andamento das negociações e dos resultados mais significativos obtidos nos dossiês considerados, pelo autor deste trabalho, como os mais importantes.

3ª Secção –

Os Debates na Assembleia da Republica, a Assinatura do Tratado de Adesão e os Pareceres das Comissões

*

IV.XII - O Debate na Assembleia da República de Abril de 1985 ⁽⁵⁶⁸⁾

Em 11 e 12 de Abril de 1985 teve lugar uma sessão de debate na Assembleia da República Portuguesa, sobre a questão da Adesão de Portugal às Comunidades.

O debate desenrolou-se durante dois dias, e destinou-se ao esclarecimento dos Partidos Políticos e dos Deputados, sobre a matéria.

Nele intervieram pelo lado do *IX Governo Constitucional*:

- o 1º Ministro – Dr. Mário Soares,
- o Vice-Primeiro Ministro – Dr. Rui Machete,
- o Ministro dos Negócios Estrangeiros – Dr. Jaime Gama,
- e o Ministro das Finanças e do Plano – Prof. Doutor Ernâni Lopes, (que liderava a equipa negociadora portuguesa, acompanhado pelo Dr. António Martha).

Pelo lado dos Partidos Políticos com assento no Parlamento intervieram Deputados do CDS, PPD, PS, PCP, MDP-CDE, ASDI e UEDS.

⁵⁶⁸ In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta XIV – dossiê de questões institucionais - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986

Esta sessão foi aproveitada, pelo lado do Governo, para fazer o balanço dos cerca de 8 anos em que decorreram as Negociações de Adesão de Portugal às Comunidades Europeias.

Foram, na altura, apresentados, sucintamente, os resultados das negociações para Portugal, que tinham atravessado 8 anos e 9 Governos, de que abaixo se dará nota mas apenas no que se refere às questões institucionais, uma vez que as restantes questões mais importantes, já foram tratadas. ⁽⁵⁶⁹⁾

No que se refere às *questões institucionais*, a participação de Portugal nas estruturas comunitárias ascenderia a algumas centenas de quadros a serem preenchidos por cidadãos portugueses, sendo os mais importantes assim distribuídos: ⁽⁵⁷⁰⁾

- Vinte e quatro deputados ao Parlamento Europeu, numa primeira fase designados pela Assembleia da República Portuguesa e numa 2ª fase (1989 – ano de eleições europeias) eleitos directamente;
- Um Comissário Europeu;
- Um Juiz no Tribunal de Justiça das Comunidades;
- Um Juiz no Tribunal de Contas das Comunidades;
- Doze Membros no Comité Económico e Social;
- Três Membros no Comité Consultivo da C.E.C.A.;
- Dois Membros no Comité Científico do Euratom;
- Um Membro do Conselho de Governadores do B.E.I.;
- Um Membro do Conselho de Administração do B.E.I.

⁵⁶⁹ In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta XIV – Diários da Assembleia da República – 1ª Série – N.º 68 de 11/4/1985 e N.º 69 de 12/4/1985 - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986

⁵⁷⁰ In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta XIV – dossiê de questões institucionais - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986

- Por rotatividade de países, por ordem alfabética, criaram-se mais dois lugares de Advogado-Geral. Calhou a Portugal, em 1986 a atribuição deste cargo, que foi ocupado pelo Prof. Doutor José Luís da Cruz Vilaça.

para além de cerca de mais de 300 outros postos na Comissão, no Conselho, no Parlamento Europeu e noutras Instituições das Comunidades Europeias.

*

IV.XIII - A assinatura do Tratado de Adesão ⁽⁵⁷¹⁾

Em 12 de Junho de 1985 foi Aprovado para Ratificação, o Tratado relativo à Adesão da República Portuguesa:

- à Comunidade Económica Europeia – C.E.E.;
- à Comunidade Europeia de Energia Atómica – C.E.E.A. ou Euratom;
- bem como o acordo relativo à Adesão de Portugal à Comunidade Europeia do Carvão e do Aço – C.E.C.A..

A Aprovação, (para posterior Ratificação em cada Estado), do Tratado foi feita pela República Portuguesa e pelo Reino de Espanha, (que assinou em simultâneo), na qualidade de Estados Aderentes;

E pelos Reino da Bélgica, Reino da Dinamarca, República Federal da Alemanha, República Helénica (Grécia), República Francesa, República do Eire (Irlanda), República Italiana, Grão-Ducado do Luxemburgo, Reino dos Países Baixos (Holanda), Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte, estes na qualidade de Estados Membros das Comunidades Europeias.

Pelas Comunidades estavam presentes diversas individualidades e, entre as quais assinando o Tratado, o Presidente da Comissão das Comunidades Europeias, da altura, Senhor Jacques Delors.

⁵⁷¹ *In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta XIV – Tratado de Adesão de Portugal e Espanha às Comunidades Europeias (versão portuguesa) – Ofic. Circular GAB 41/85 - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986*

O Tratado de Adesão foi assinado no Mosteiro dos Jerónimos a 12 de Junho de 1985 e teve o seu epílogo quando o primeiro-ministro, Dr. Mário Soares, perante as autoridades comunitárias, assinou o Tratado de Adesão.

O *P.C.P.*, a *C.G.T.P.* e a *C.I.P.* manifestaram o seu desacordo com a adesão de Portugal à CEE, deixando vagos os lugares que lhes tinham sido reservados, na cerimónia.

O Tratado de Adesão estabelecia uma fase de transição com duração variável, no que se referia às três liberdades de circulação – de pessoas, bens e capitais.

As condições em que a adesão foi efectuada suscitaram reacções, nomeadamente da *C.I.P.* - *Confederação Industrial Portuguesa* (3 de Abril e 18 de Novembro de 1985) que referiu que tinham sido feitas “...cedências a mais...” que requerem “...compensações...”.

Nas negociações do Tratado de Adesão tiveram papel relevante nomes como:

- o Prof. Doutor Ernâni Lopes,
- Dr. Rui de Almeida Mendes,
- Dr. António Marta,
- Prof. Doutor Cruz Vilaça,
- além de muitos técnicos da Comissão de Integração Europeia, cujo primeiro presidente foi:
- o Dr. Vítor Constâncio,
- assim como os:
- Embaixador Dr. Siqueira Freire,
- Embaixador Dr. Alexandre Lencastre da Veiga e
- Dr^a Raquel Ferreira.

*

IV.XIV - Declaração da Comunidade Económica Europeia⁽⁵⁷²⁾

Era tempo de operacionalizar os objectivos e os acordos alcançados.

O Dr. António Martha escrevia, em 17 de Julho de 1985, uma nota em que fazia um resumo sobre a Declaração da Comunidade Económica Europeia sobre a necessária adaptação e modernização da Economia Portuguesa, anexa à Acta Final de Adesão de Portugal às Comunidades, em que chamava a atenção para o facto de a adesão dever ser situada na perspectiva de modernização da sua Economia e no aumento das suas perspectivas de crescimento.

Este objectivo levava à necessidade de se aplicar um Programa de Desenvolvimento específico para a Agricultura, com a duração de 10 anos a contar da adesão, que contava com o auxílio das Comunidades

O mesmo esforço de modernização deveria ser igualmente aplicado na modernização do tecido industrial nacional a fim de o adaptar às novas realidades europeias, objectivo para o qual se contaria com o apoio das Comunidades e dos seus instrumentos de crédito, tanto através do N.I.C. (Novo Instrumento Comunitário) como através de operações privadas, bem como por meio de intervenções do Banco Europeu de Investimentos.

Assim e face aos resultados obtidos, havia que regulamentar este “programa específico” a fim de que o mesmo pudesse estar operacional no mais curto espaço de tempo, de forma a ser submetido em Outubro de 1985 à discussão e análise da Comissão das Comunidades Europeias.

⁵⁷² *In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta X – Comunicação do Dr. António Martha ao Vogal do Ministério da Indústria e Energia na Comissão de Integração Europeia - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986*

Havia, portanto, passadas as negociações, que pôr em marcha as medidas necessárias para a plena eficácia da Adesão.

*

IV.XV - O Processo Constitucional de Ratificação por Portugal

A Constituição Portuguesa de 1976 obrigava a que o instrumento de carácter internacional, assinado entre Portugal e as Comunidade, fosse Ratificado para poder ter aplicação plena no ordenamento jurídico interno. ⁽⁵⁷³⁾

O *Processo de Ratificação* basicamente, e num resumo muito simples, era, e é, o seguinte:

1ª fase – Cabe ao Governo – Negociar os Tratados (art.º 197º, alínea b), Rubricar, os mesmos, com o Referendo Ministerial pelo Primeiro Ministro (art.º 140, alínea c);

2ª fase – Cabe à Assembleia da República – a Discussão e a Aprovação dos Tratados, designadamente os tratados de participação de Portugal em organizações internacionais...(art.º 161º, alínea i);

3ª fase – Cabe ao Presidente da República - Ratificar os Tratados Internacionais, depois de devidamente aprovados...(art.º 135º, alínea b);

4ª fase – Cabe ainda ao Presidente da República - Promulgar e mandar publicar as leis, os decretos-lei e os decretos, assinar as resoluções da Assembleia da República que aprovem acordos internacionais... (artº 134º, alínea b);

⁵⁷³ Cf. *Constituição da República Portuguesa de 1976* - vários autores descritos na bibliografia deste trabalho.

5ª fase – Finalmente e após a *Publicação no Diário da República* – os Tratados entram em vigor e as suas normas têm eficácia plena no ordenamento jurídico português.

Este processo foi, obviamente, seguido pelas instituições descritas e os passos foram dados para a regular Ratificação Final do Tratado de Adesão de Portugal às Comunidades Europeias.

*

IV.XVI - Parecer da Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros⁽⁵⁷⁴⁾

Em 8 de Julho a Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros, com a presença da Comissão de Integração Europeia, da Assembleia da República emitiu um parecer sobre a questão da Adesão.

Foram discutidas pelos Deputados presentes as questões expostas pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Dr. Jaime Gama, e pelo Presidente da Comissão de Integração Europeia, Dr. António Martha, concluindo a Comissão de Negócios Estrangeiros que não tinha matéria suficiente para se pronunciar, senão em termos genéricos, sobre a vertente política.

Mesmo assim a Comissão Parlamentar declarou que dava como um dado adquirido, que a adesão de Portugal iria constituir um factor positivo e determinante da Política Externa e, maioritariamente, pronunciou-se a favor da aprovação do Tratado e da sua subida ao Plenário da Assembleia da República, para discussão e Aprovação final.

⁵⁷⁴ *In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta XII – Parecer da Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros e Emigração sobre a proposta de aprovação do Tratado de Adesão de Portugal à CEE - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986.*

A Comissão Parlamentar não deixou, no entanto, de reflectir no seu parecer, algumas das questões que tinham sido objecto de discussão pública durante os últimos anos, nomeadamente no que se referia às queixas dos Deputados sobre a, alegadamente, pouca informação que tinham tido durante as negociações de adesão.

Chamavam ainda a atenção para o facto de a Política Externa Portuguesa não se esgotar na integração europeia e esta dever ser coordenada com os restantes vectores, nomeadamente o das relações com os países de expressão portuguesa.

Este parecer da Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros foi aprovado com os votos favoráveis do CDS, PPD, PS e UEDS e com os votos contra do PCP.

*

IV.XVII - Parecer final da Comissão de Integração Europeia ⁽⁵⁷⁵⁾

A Comissão de Integração Europeia tornou público, nesta audição concedida pela Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros da Assembleia da República, um extenso Parecer, (contido na proposta de Resolução n.º 24/II), destinado a servir de suporte à Discussão e Aprovação, pela Assembleia da República do Tratado de Adesão de Portugal às Comunidades.

Nele se fazia o historial das relações entre Portugal e a Europa e os seus diversos blocos político-económicos do pós-guerra, e se teciam considerações sobre as vantagens de aderir às Comunidades Europeias.

⁵⁷⁵ In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta XII – Parecer da Comissão de Integração Europeia sobre a proposta, para apresentação na AR, de aprovação do Tratado de Adesão de Portugal à CEE. Proposta de Resolução nº 24/11 de 9 de julho de 1985

No fundamental a Comissão referia que o que estaria agora em causa era a análise de um instrumento jurídico que seria um *Contrato de Adesão*, justificando esta denominação com o facto de o resultado estar pré-determinado, pois sabia-se desde o início do processo que todo o “acquis communautaire”, ou acervo comunitário, teria de ser aceite.

Assim o objecto das negociações, segundo a Comissão de Integração Europeia, não tinha sido à volta das regras comunitárias, mas sim à volta das medidas transitórias e das derrogações igualmente temporárias necessárias para que Portugal dispusesse de tempo para se integrar plenamente no direito comunitário.

*

A disposição fundamental do Tratado de Adesão, no Parecer da Comissão de Integração Europeia, seria assim o disposto no seu Art.º 2º que dispunha o seguinte:

“A partir da Adesão, as disposições dos tratados originários e os actos adoptados pelas instituições das Comunidades antes da adesão vinculam os novos Estados – membros e são aplicados nestes Estados nos termos desses tratados e do presente Acto”.⁽⁵⁷⁶⁾

Isto é, todas as obrigações que Portugal teria de cumprir a partir de 1 de Janeiro de 1986, estavam já inscritas nesses instrumentos do Direito Comunitário, pré-existentes às negociações de adesão.

O que estava no Tratado de Adesão eram as medidas transitórias e derrogações temporárias, negociadas ao longo dos 8 anos de negociações entre as duas partes.

⁵⁷⁶ In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta XII – Parecer da Comissão de Integração Europeia sobre a proposta, para apresentação na AR, de aprovação do Tratado de Adesão de Portugal à CEE – p.p. 22

As obrigações mais importantes e aceites, por via do Direito Comunitário, prendiam-se com a criação de um Mercado Comum Europeu que pressupunha a adopção das *quatro liberdades comunitárias*: ⁽⁵⁷⁷⁾

1. A livre circulação de mercadorias, que implicaria, entre outras medidas:

- a eliminação dos obstáculos pautais e não pautais ao comércio entre Portugal e a Comunidade, substituindo a Pauta Aduaneira Portuguesa, pela Pauta Aduaneira Comunitária;
- a redução dos direitos de base a que Portugal se obrigou, que tinham por data de referência os direitos em vigor no dia 1 de Janeiro de 1985, (neste caso foi estabelecida por uma tabela que começava em 1 de Março de 1986, obrigando nesta data a reduzir para 90%, a taxa de direitos, e acabava em 1 de Janeiro de 1993 em que a taxa teria de ser 0%).

Pela aplicação dos Acordos de 1972, os produtos industriais, em 1985, já entravam livremente (isentos de direitos) na Comunidade e apenas 10% das importações da Comunidade ainda estavam sujeitas a direitos em Portugal.

Este acordo teve uma aplicação muito reduzida.

No sector industrial a integração já estava realizada, com excepção do sector têxtil onde a Comissão argumentou com a crise para manter as suas restrições às exportações portuguesas.

⁵⁷⁷ *In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta XII – Parecer da Comissão de Integração Europeia sobre a proposta, para apresentação na AR, de aprovação do Tratado de Adesão de Portugal à CEE.*

No caso do sector automóvel foi Portugal que pediu para se manterem as restrições à importação.

Os direitos de exportação, dado a nossa participação na E.F.T.A., há muito que haviam sido eliminados.

Os BRI's e BRE's teriam de ser eliminados até ao final de 1988. ⁽⁵⁷⁸⁾

2. A livre circulação das pessoas ⁽⁵⁷⁹⁾

que incluía a livre circulação dos empregados por conta de outrém (livre circulação de trabalhadores), com vista à criação do mercado comum do trabalho, eliminando todas as formas de discriminação baseadas na nacionalidade, como dos independentes (direito de estabelecimento), eliminando as medidas que impediam ou dificultassem o direito das pessoas físicas ou colectivas, súbditos de um Estado Membro se estabelecerem ou prestarem serviços noutro Estado Membro.

Nestas últimas *liberdades*, só após 7 anos da adesão os trabalhadores poderiam circular livremente, podendo ser prolongado até 10 anos, pelo Grão-Ducado do Luxemburgo, com excepções para os familiares, matéria que já foi tratada neste trabalho.

No caso particular dos Abonos de Família seria aplicado o princípio da aplicação das leis do país de residência para os familiares dos emigrantes.

⁵⁷⁸ *Boletins de Registo de Importações e Exportações, respectivamente*

⁵⁷⁹ *In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta XII – Parecer da Comissão de Integração Europeia sobre a proposta, para apresentação na AR, de aprovação do Tratado de Adesão de Portugal à CEE. – pág 25.*

3. A Livre circulação de capitais

que implicaria a aceitação da liberalização dos pagamentos correntes, dos movimentos de capitais.

Neste capítulo Portugal obteve períodos transitórios diversos, como tratado anteriormente, recomendando a Comissão, nos art.ºs 224º e 230º, que a liberalização fosse, se possível, decretada por Portugal antes dos prazos previstos.

*

Obrigava-se ainda o Estado português, pela assinatura e ratificação do Tratado de Adesão, a aceitar as **Políticas Comuns das Comunidades**, que se substituíam às políticas nacionais, afectando de alguma forma a sua soberania, nestas matérias: ⁽⁵⁸⁰⁾

E a primeira política comum, pela sua importância, era a **Política Agrícola Comum** que implicava a aceitação, a partir da data de adesão, da:

- Livre Circulação dos produtos Agrícolas entre Portugal e os países das Comunidades,
- a aplicação dos mecanismos de preços e de intervenção comunitárias no mercado interno,
- a aplicação dos sistemas de protecção comunitária face ao exterior (preços mínimos à importação, “prélèvements”, pauta aduaneira comum, etc..),
- o acesso de Portugal ao F.E.O.G.A., aplicando o princípio da solidariedade financeira, quer para financiamento das operações de intervenção (Secção Garantia), quer para financiamento da política de estruturas (Secção Orientação).

⁵⁸⁰ In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta XII – Parecer da Comissão de Integração Europeia sobre a proposta, para apresentação na AR, de aprovação do Tratado de Adesão de Portugal à CEE.

A Política Comum dos Transportes – que implicava:

- a eliminação de obstáculos, nomeadamente a supressão das discriminações de preços e de condições de transporte,
- a eliminação de todas as discriminações entre transportadores,
- a introdução de uma política tarifária comum
- e outras medidas.

A Política Comercial Comum cujo governo era da exclusiva competência das autoridades comunitárias, nela se incluindo:

- as eventuais modificações pautais,
- a celebração de acordos pautais e comerciais,
- a uniformização das medidas de liberalização,
- a política de exportação,
- bem como as medidas de defesa comercial a adoptar em casos de dumping ou de subsídios,
- e ainda a actuação comum, no âmbito das organizações internacionais de carácter económico.

As Políticas Coordenadas – ao nível da política económica geral, os Tratados previam uma coordenação das políticas nacionais, nomeadamente:

- a política de conjuntura;
- a política financeira;
- a política monetária;
- a política orçamental;
- e a política social.

Estas políticas obrigavam a consultas mútuas com a Comissão sobre as medidas a tomar, no caso das **políticas de conjuntura**.

No caso da **política financeira**, o art.º 104º estabelecia que cada Estado deveria assegurar o equilíbrio da sua balança de pagamentos e a manutenção da confiança na sua moeda, assegurando um alto nível de emprego e a estabilidade dos preços.

No caso da **política orçamental** o art.º 105º previa, ainda que por via indirecta, uma coordenação das políticas financeiras e orçamentais dos Estados membros.

Mas já em 1964, pela Decisão 64/299 tinha sido criado o Comité da Política Orçamental que tinha por função o exame e confrontação das grandes linhas das políticas orçamentais dos Estados membros.

Na **política monetária** a coordenação entre as políticas dos Estados era assegurada pelos:

- Comité Monetário
- e pelo Comité dos Governadores dos Bancos Centrais.

Na **política social** a Comunidade pretendia, em primeiro lugar, aproximar as legislações nacionais com vista a assegurar a protecção dos direitos dos trabalhadores em caso de:

- transferência de empresa;
- de despedimentos colectivos;
- da garantia dos direitos da mulher à igualdade remunerativa, às condições de emprego, de trabalho e de segurança social e mesmo às políticas de higiene e segurança.

Em segundo lugar, e com o objectivo de atenuar as situações de desemprego estrutural e de reabsorção do desemprego e subemprego nas regiões menos desenvolvidas, existiam as disposições relativas aos financiamentos do *Fundo Social Europeu* destinados a operações que

visassem, também, a mobilidade geográfica e sobretudo profissional participando, neste último caso, em acções de formação profissional.

*

O *Tratado de Roma* é um tratado-quadro que indica as instituições e os seus objectivos, para além de outros que se prendem com as consequências do funcionamento das políticas comuns, nomeadamente pelas indicações dadas pela experiência de que a União Aduaneira e a P.A.C. só poderiam funcionar correctamente se se evoluísse para uma União Económica e Monetária.

Sobre a questão da ***União Económica e Monetária***, em 22 de Março de 1971 foram lançadas as bases e traçado o objectivo de a estabelecer num prazo de 10 anos. ⁽⁵⁸¹⁾

Politicamente, foi tomada a decisão de construir uma União Económica e Monetária, na cimeira de Chefes de Estado e de Governo de Janeiro de 1972⁽⁵⁸²⁾.

Assim em 1974 surgiu o Comité de Política Económica bem como algumas directivas dando orientações quanto às políticas e instrumentos que os Estados deveriam adoptar.

E em 1978 foram lançadas as bases do S.M.E. – Sistema Monetário Europeu, onde o E.C.U. apareceu como potencial moeda europeia.

⁵⁸¹ In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta XII – Parecer da Comissão de Integração Europeia sobre a proposta, para apresentação na AR, de aprovação do Tratado de Adesão de Portugal à CEE.

⁵⁸² In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta XII – Parecer da Comissão de Integração Europeia sobre a proposta, para apresentação na AR, de aprovação do Tratado de Adesão de Portugal à CEE. - NOTA: Só que sobreveio a crise do petróleo, que ninguém podia prever e o projecto foi adiado.

Portugal poderia solicitar a sua participação no S.M.E. em 1989, independentemente da sua participação no mercado câmbial e na política de “open-market”, e participaria no capital do B.E.I. com uma subscrição de capital na ordem dos 145 milhões de ECU's, dos quais 10,178% teriam de ser pagos no momento da adesão.

As *Novas políticas* surgiram com:

- a política *energética*;
- com a política do *meio ambiente*;
- da *protecção de consumidores*;
- *industrial*;
- política *regional*;
- de *investigação*;
- de *cultura* e política de *educação*.

tendo algumas destas sido parcialmente executadas.

Dentre estas destacava-se a Política Regional.

A *Política Regional* foi criada por Resolução do Conselho de Ministros das Comunidades de 6 de Fevereiro de 1979 e tinha como objectivo corrigir as assimetrias regionais através de programas de desenvolvimento regional, dentre os quais avultava o FEDER., cujos recursos eram maioritariamente aplicados no apoio a medidas de política regional decididas pelos Estados-membros, nas actividades industriais, artesanais, de serviços e na criação de infra-estruturas, com a comparticipação dos Estados interessados.

*

O Parecer incluía 60 páginas de resultados obtidos, nos capítulos negociados, de que já se deu nota, neste trabalho.

Mas o Balanço Financeiro da Adesão ainda não estava feito, ou se o estava não era do conhecimento da Comissão para a Integração Europeia, o que deixou perplexos e preocupados os seus membros, bem como os Deputados da Comissão Parlamentar dos Negócios Estrangeiros.

*

IV.XVIII - Portugal Membro de Pleno Direito das Comunidades

Mas finalmente, depois de cumpridas todas as formalidades de Ratificação,

- a 1 de Janeiro de 1986, Portugal tornou-se Membro de Pleno Direito das Comunidades Europeias,
- 24 anos, após a primeira aproximação (1962),
- 13 anos, após a assinatura do primeiro Acordo bilateral (1972)
- e 8 anos, após apresentação do Pedido Formal de Adesão (1977).

4ª Secção - A Opinião Política

sobre a Adesão de Portugal às Comunidades

Em 1977, foi levado a efeito um inquérito denominado de “*Groupement d'intérêts des pays ayant demandé leur adhésion à la Communauté Européenne*”, destinado a tentar perceber as sensibilidades dos diversos agentes económicos sobre a futura adesão às Comunidades. De forma breve aqui se referem, em síntese, as posições recolhidas: ⁽⁵⁸³⁾

Quadro 27 – Posições Internas face à Adesão de Portugal ⁽⁵⁸⁴⁾

<i>Confederação da Indústria Portuguesa - CIP</i>	Projecto de verdadeiro interesse nacional
<i>Associação Industrial Portuguesa - AIP</i>	Apoia a adesão se for para melhorar as condições da Economia portuguesa
<i>União Geral dos Trabalhadores - UGT</i>	Reserva a sua posição para mais tarde
<i>Confederação Geral de Trabalhadores - CGTP</i>	Reserva a sua posição para mais tarde
<i>Confederação dos Agricultores - CAP</i>	Adopta uma posição positiva
<i>Confederação Nacional da Agricultura - CNA</i>	Ainda sem posição, dado desconhecer ainda os impactos potenciais
<i>DECO</i>	Posição positiva, desde que defendidos os interesses dos consumidores, sobretudo dos mais fracos
<i>Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo</i>	Favorável à adesão

⁵⁸³ In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta V - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986.

⁵⁸⁴ In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta XI – análise do tratamento dado pela imprensa portuguesa ao tema da adesão às Comunidades - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986

Durante todo o processo negocial entre Portugal e a C.E.E., entre 1976 e 1985, muitas foram as personalidades e as organizações, políticas, económicas e de carácter social, que se pronunciaram sobre a Adesão de Portugal às Comunidades.

Algumas posições tomadas, na vida social e política portuguesa, correspondiam a críticas sustentadas, umas a favor e outras contra a adesão, com vários cambiantes, que proporcionaram uma discussão acesa e interessante, na vida nacional.

A crítica mais transversal, da direita à esquerda, dos vários sectores políticos, que através de todo o período negocial era feita aos sucessivos Governos Constitucionais, independentemente da sua área política, era: ⁽⁵⁸⁵⁾

- a da falta de esclarecimento público;
- a falta de explicações sobre as sucessivas ultrapassagens dos calendários previstos para as negociações.

No campo político das diversas ***direitas nacionais***, a tendência maioritária defendia que Portugal deveria aproveitar melhor as potencialidades das OI's - Organizações Internacionais de carácter Intergovernamental - de que Portugal era membro, em vez de aderir à C.E.E..

As O.I's a que se referiam, eram a O.C.D.E, a E.F.T.A. e instituições como o F.M.I...

⁵⁸⁵ In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta XI – análise do tratamento dado pela imprensa portuguesa ao tema da adesão às Comunidades - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986

Sendo esta a tendência maioritária na direita portuguesa, isso não obstou a que bastantes personalidades, desta área política, defendessem com entusiasmo a adesão. ⁽⁵⁸⁶⁾

As cúpulas do CDS, pela voz do Dr. Luís Beiroco e do Prof. Doutor Francisco Lucas Pires, seu Presidente, afirmaram que sempre tinham apoiado a adesão de Portugal às Comunidades, tendo o Dr. Lucas Pires exercido, durante o decorrer das negociações, mesmo as suas influências junto do Partido Popular Europeu.

O CDS não queria, no entanto, que Portugal se transformasse num contribuinte líquido das Comunidades. Queria que a Comunidade aceitasse que a Agricultura portuguesa justificava um esforço específico de solidariedade para com Portugal e para com os agricultores portugueses e recusava qualquer condição que penalizasse o estatuto de igualdade dos trabalhadores portugueses.

O Prof. Doutor Lucas Pires proferiu a seguinte frase que retratava o pensamento do CDS: *“que fosse Portugal a entrar na CEE e não a CEE a entrar em Portugal”*. ⁽⁵⁸⁷⁾

A **esquerda comunista**, tinha uma posição diferente que, em suma, postulava no sentido de que a adesão de Portugal à C.E.E., significaria a ruína da produção agrícola portuguesa, da sua indústria, do comércio e serviços e que iria agravar o desemprego. ⁽⁵⁸⁸⁾

O sector político, maioritariamente, mais entusiasta da adesão era, sem dúvida, a **área socialista e a área social-democrata**, embora no seu seio houvesse várias personalidades, sobretudo da área social-

⁵⁸⁶ In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta XI – análise do tratamento dado pela imprensa portuguesa ao tema da adesão às Comunidades - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986

⁵⁸⁷ *Idem*

⁵⁸⁸ *Idem, Ibidem*

democrata, que recomendassem grande prudência neste processo de mudança, do foco principal da política externa de Portugal e que a adesão fosse feita sem pressas excessivas e com passos seguros de que resultariam realmente benefícios para Portugal, dessa adesão.

Ao *nível individual*, algumas personalidades com “peso” na sociedade portuguesa iam-se, assim, pronunciando sobre o tema da adesão e sobre os condicionalismos das negociações em que Portugal estava envolvido, variando, no entanto, bastante a respectiva posição face às Comunidades e sua utilidade para Portugal.

As opiniões eram, assim, muitas e de sentido diverso, entre os defensores da entrada de Portugal na C.E.E. e os que estavam contra ou ainda os que tinham dúvidas sobre a utilidade para o país dessa adesão.

Eis, então, a descrição sumária de algumas das principais posições públicas, sobre o tema, donde se verificará que, mesmo os mais entusiastas expressavam algumas dúvidas, o que era natural dada a natureza da nova orientação de política externa portuguesa:

O **Prof. Doutor Xavier Pintado**, referindo-se à Europa a que Portugal ia aderir, referia que a Europa real, perdia competitividade face aos E.U.A. e Japão nas tecnologias e que não tinha a mesma capacidade de criação de emprego. ⁽⁵⁸⁹⁾

O **Dr. Herlânder Estrela**, referindo-se à C.E.E. como “*a tentação idelológica e tecnocrática*”, referia que, na realidade, na Europa existiam vários entraves à livre circulação de capitais, vários obstáculos não tarifários e diferenças de tratamento na adjudicação dos concursos públicos, não existia uma política fiscal harmonizada, nem uma política

⁵⁸⁹ In Jornal “A Tarde” de 12 de Julho de 1984 – artigo com o título “A Europa a que vamos aderir”. In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta XI – análise do tratamento dado pela imprensa portuguesa ao tema da adesão às Comunidades - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986

energética comum, ao contrário do que esperavam muitos dos entusiastas da adesão.

Alertava também para o facto de que na Agricultura, eram praticados na C.E.E. preços muito superiores aos praticados nos mercados mundiais e que este sector representava um enorme encargo orçamental para a Comunidade. ⁽⁵⁹⁰⁾

Para o ***Embaixador Alberto Franco Nogueira***, a entrada na CEE traria problemas graves com a Espanha, havendo que prevenir que esta se instalasse em Portugal com o objectivo de controlar a nossa política económica e que a nossa entrada na CEE era absolutamente irrelevante, dado existirem alternativas várias de que devia tirar mais proveito, nomeadamente da OCDE, da EFTA ou da Comissão Económica para a Europa e mesmo do FMI. ⁽⁵⁹¹⁾

O ***Prof. Doutor Adriano Moreira***, em entrevista, afirmava que Portugal não devia renunciar a uma política autónoma, em relação ao Atlântico, no aspecto das suas relações com África, dizendo que a inserção na Europa não devia afastar Portugal da sua vocação para o diálogo com África. ⁽⁵⁹²⁾

Para o ***Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa***, o “*longo tempo de negociações já decorrido converteu o processo de adesão num “balanço desfavorável” em mais um marco de uma grande batalha que é talvez o*

⁵⁹⁰ In Jornal “O Dia” de 19 de Outubro de 1984, artigo com o título “CEE a tentação ideológica e tecnocrática”. In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta XI – análise do tratamento dado pela imprensa portuguesa ao tema da adesão às Comunidades - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986

⁵⁹¹ In Jornal “O 1º de Janeiro”, do Porto, de 5 de Agosto de 1984. In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta XI – análise do tratamento dado pela imprensa portuguesa ao tema da adesão às Comunidades - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986

⁵⁹² In Jornal “A Tarde”, de 5 de Julho de 1984 e In “O Jornal” de 6 de Julho de 1984. In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta XI – análise do tratamento dado pela imprensa portuguesa ao tema da adesão às Comunidades - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986

maior problema a prazo da nossa política externa – o problema espanhol”.

Nalguns sectores económicos, alguns agentes tinham uma visão algo pessimista da entrada de Portugal na C.E.E., como era o caso de **Castro Lopes**, responsável pela **Cooperativa de Fruticultura da Guarda** que afirmava, em entrevista a um diário, que “a C.E.E. iria prejudicar a produção frutícola portuguesa, sobretudo da pêra e da maçã, porque o país não estava preparado para a concorrência Italiana e Espanhola.” ⁽⁵⁹³⁾

Em sentido contrário, o **Deputado do Partido Socialista, Rudolfo Crespo**, defendia a rápida adesão de Portugal, dado que a C.E.E. não tinha nenhum problema com a nossa adesão no domínio agrícola, pois as importações portuguesas eram 4 a 5 vezes superiores às exportações de bens alimentares. ⁽⁵⁹⁴⁾

Também **Júlio Freches** tinha uma visão mais optimista ao afirmar, em entrevista, que face às condições mais gravosas do mercado de trabalho em Portugal e face á debilidade do tecido empresarial português, o país poderia, através do Fundo Social Europeu, vir a dispôr de alguns milhões de contos para a integração dos jovens na vida activa, adaptar a mão de obra ao mercado de trabalho e reduzir os desequilibrios regionais. ⁽⁵⁹⁵⁾

⁵⁹³ In Jornal “O 1º de Janeiro”, do Porto, de 11 de Julho de 1984. In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta XI – análise do tratamento dado pela imprensa portuguesa ao tema da adesão às Comunidades - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986

⁵⁹⁴ In Jornal “A Tarde”, de 4 de Outubro de 1984, entrevista sobre a Agricultura e a adesão à CEE. In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta XI – análise do tratamento dado pela imprensa portuguesa ao tema da adesão às Comunidades - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986

⁵⁹⁵ In Diário de Notícias, de 2 de Outubro de 1984, entrevista sobre o emprego e a adesão. In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta XI – análise do

Mais cauteloso **Mário Baptista** afirmava que a integração carecia de ponderação adequada na perspectiva de retorno a Portugal dos emigrantes portugueses. ⁽⁵⁹⁶⁾

Já o **Prof. Doutor Cruz Vilaça**, (a propósito das negociações sobre o açúcar e seus reflexos para Portugal), declarava ao Diário de Lisboa que era necessário evitar a indefinição de direitos e obrigações face à produção e importação de açúcar e, acrescentava em entrevista ao Correio da Manhã, que as refinarias portuguesas poderiam entrar em falência se a CEE não aceitasse o pedido de Portugal para aumentar a sua quota de importação de açúcar proveniente dos países A.C.P., após a adesão. ⁽⁵⁹⁷⁾

O **Jornal Avante**, órgão do Partido Comunista Português, referia que “o nosso meio milhão de desempregados irá engrossar os 12.785 mil desempregados da CEE.” ⁽⁵⁹⁸⁾

De sinal contrário era a posição do **Conselho Directivo da Associação Nacional dos Municípios Portugueses**, para o qual a adesão teria uma importância fundamental no desenvolvimento económico dado que “...colocaria à disposição do país meios financeiros substanciais a afectar ao investimento, através do F.E.D.E.R.” ⁽⁵⁹⁹⁾

tratamento dado pela imprensa portuguesa ao tema da adesão às Comunidades - Adesão de Portugal à CEE - 1974/1986

⁵⁹⁶ In *Correio da Manhã*, de 3 de Julho de 1984. In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta XI – análise do tratamento dado pela imprensa portuguesa ao tema da adesão às Comunidades - Adesão de Portugal à CEE - 1974/1986

⁵⁹⁷ In *Diário de Lisboa* de 6 de Julho de 1984 e *Correio da Manhã* de 13 de Setembro do mesmo ano. In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta XI – análise do tratamento dado pela imprensa portuguesa ao tema da adesão às Comunidades - Adesão de Portugal à CEE - 1974/1986

⁵⁹⁸ In *Jornal “O Dia”* de 31 de Julho de 1984. In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta XI – análise do tratamento dado pela imprensa portuguesa ao tema da adesão às Comunidades - Adesão de Portugal à CEE - 1974/1986

⁵⁹⁹ In *Jornal “O Avante”* de 12 de Julho de 1984. In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta XI – análise do tratamento dado pela imprensa portuguesa ao tema da adesão às Comunidades - Adesão de Portugal à CEE - 1974/1986

Já a ***Direcção do Movimento dos Pequenos e Médios Comerciantes e Industriais de Lisboa***, qualificava a adesão “...*de suicídio*”, dada a falta de competitividade da agricultura, comércio e indústria, o que colocaria Portugal numa situação de “...*ainda maior dependência económica e financeira*”.⁽⁶⁰⁰⁾

A ***C.I.P. - Confederação da Indústria Portuguesa***, em conferência de imprensa dada em Setembro de 1984, considerava necessário “...*suspender as negociações a fim de permitir a redefinição de opções, orientações e vantagens operacionais*”.

Condenava “...*as utopias integracionistas sem coerência económica real e em troca de sacrifícios que hipotecarão as gerações futuras*”.

A ***U.G.T. - União Geral de Trabalhadores***, referia que quanto à integração de Portugal na CEE, “...*embora reconhecendo o entusiasmo que nos merece a adesão de Portugal ao Mercado Comum temos, porém, a consciência de que essa adesão não representa uma porta que se nos abre, mas um acto responsável...*”.

Terminava referindo que “...*é um verdadeiro desafio para nós, portugueses, fundamentalmente porque se o nosso aparelho económico continuar a degradar-se, os riscos podem, de facto, suplantar as vantagens*”.⁽⁶⁰¹⁾

Por fim a ***C.A.P. Confederação dos Agricultores Portugueses***, mantinha o seu acordo à adesão, mas referia que não deveriam resultar limitações acrescidas ao desenvolvimento da agricultura portuguesa, nem uma quebra nas condições de vida da população rural, nem um

⁶⁰⁰ In Jornal “O Diário” de 20 de Julho de 1984. In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta XI – análise do tratamento dado pela imprensa portuguesa ao tema da adesão às Comunidades - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986

⁶⁰¹ In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta XI – análise do tratamento dado pela imprensa portuguesa ao tema da adesão às Comunidades - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986

aumento global de dependência externa do país, nem isso deveria significar uma transferência líquida de recursos portugueses para a Comunidade. ⁽⁶⁰²⁾

Quadro 28 – Outras Posições Internas face à Adesão de Portugal ⁽⁶⁰³⁾

Posições a Favor	Posições Desfavoráveis
Benefícios Financeiros, sobretudo na óptica do desenvolvimento regional através do FEDER	Mov. Dos Pequenos e Médios Comerciantes e Industriais qualificam a adesão de suicídio em função da ausência de competitividade na agricultura, no comércio e indústria
Possibilidade de participar nos projectos continentais de desenvolvimento regional que têm por base o Mapa das Regiões atrasadas	Embaixador Franco Nogueira (Dir) Entrada na CEE é irrelevante dado existirem alternativas: OCDE, EFTA e FMI..
Integração é boa para a Região Centro porque permitiria concorrer nos sectores das matérias florestais, produtos cerâmicos e indústria automóvel e por poder vir a conferir dimensão europeia às ligações terrestres da Zona Centro e dos portos de Aveiro e da Figueira da Foz	Dr. Manuel Múrias (Dir) A Europa só nos interessa enquanto Zona de Comércio Livre, tendo havido irreversibilidade para a descolonização não há para a adesão.
Na ÓPTICA do MAL MENOR o Dr. Saarsfield Cabral Se não aderirmos à CEE teremos de percorrer, mas com maiores dificuldades, a via de abertura ao exterior e da liberalização económica	Falta de esclarecimento público adequado
Dr. António Rebelo de Sousa (PS) Passo importante na consolidação do regime da democracia parlamentar assente num sistema que se alicerça nos princípios da economia de mercado e significa a opção política pela democracia ocidental	Falta de explicação ao país das sucessivas ultrapassagens do calendário das negociações
ALERTAS	CRÍTICAS
Prof. Doutor Adriano Moreira (CDS) Portugal não deve renunciar a uma política autónoma em relação ao Atlântico, no aspecto das suas relações com África	Excessiva pressa na conclusão dos dossiers, determinada pelo calendário eleitoral interno (1985) e com cedências fáceis quanto à salvaguarda dos interesses nacionais
O Jornal (PS) A inserção na Europa não deve afastar-nos da vocação para o diálogo com África	PSD Necessidade de ponderar as negociações em curso. Perigo de as negociações cederem perante questões de política interna
	Marcelo Curto (PS) Necessário haver debate para prevenir o choque da entrada e despertar a energia e capacidade de iniciativa do povo português. Conveniência de introduzir correcções e renegociar capítulos.

⁶⁰² In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta XI – análise do tratamento dado pela imprensa portuguesa ao tema da adesão às Comunidades - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986

⁶⁰³ In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta XI – análise do tratamento dado pela imprensa portuguesa ao tema da adesão às Comunidades - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986

Capítulo V

RESUMO

e

CONCLUSÕES

V.I. – Respostas às questões Iniciais

Resposta à Questão nº 1

- Como se desenvolveu e quais as etapas do Processo Negocial de Adesão de Portugal às Comunidades Europeias?

Esta resposta encontra-se contida, sobretudo, mas não só, no ponto IV.X desta Tese. Por o Capítulo IV, ser o Objecto e o fulcro da mesma é uma resposta extensa pelo que se remete para o capítulo mencionado.

Mas, ainda assim referem-se alguns dos resultados obtidos:

Orçamento Comunitário:

- Um *período transitório* de 3 anos para pagamento da parcela relativa ao I.V.A. / T.V.A., que seria substituída por uma contribuição com base no P.I.B., de montante inferior, o que se traduzia por uma economia de cerca de 180 MECU's durante esse período;
- Um *período transitório* de 5 anos durante os quais Portugal não entregaria às Comunidades os “prélèvements” agrícolas;
- Nos *financiamentos das Comunidades*, o acesso de Portugal às subvenções do Fundo Regional, do Fundo Social, do Fundo de Orientação e Garantia Agrícola e ainda outras ajudas, nomeadamente nas Pescas, ficou assegurado, tendo-se, no capítulo da agricultura negociado um programa específico de desenvolvimento no valor de 700 MECU'S de subsídios não reembolsáveis a conceder durante 10 anos, após a data da adesão;

- Obtiveram-se ainda *ajudas para apoio à indústria*, em complemento das ajudas obtidas no Fundo Regional;
- Obteve-se um resultado positivo na pretensão que Portugal tinha manifestado de que o saldo, (entre a nossa contribuição e os financiamentos a receber), fosse favorável ao país;

Para isso Portugal obteve como concessão o reembolso da contribuição PIB/TVA, durante 7 anos segundo um esquema regressivo que começava em 87%, em 1986, e acabava em 0%, em 1992.

Segundo cálculos então feitos isso significaria uma transferência de 1.200 MECU'S, para a Economia Portuguesa. ⁽⁶⁰⁴⁾

*

Em matéria da Agricultura ⁽⁶⁰⁵⁾

Na questão da *PAC* e do equilíbrio da *Balança de Pagamentos* portuguesa, a Comunidade comprometeu-se a conceder um empréstimo financeiro a Portugal até 1.000 MECU'S mobilizável em 6 anos, (125 milhões de contos), em melhores condições do que as correntes no mercado internacional de capitais, ao abrigo do *F.E.O.G.A. e do Fundo Regional*. ⁽⁶⁰⁶⁾

⁶⁰⁴ In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta XVI – Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986

⁶⁰⁵ *Idem*

⁶⁰⁶ In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta IX – Doc. De Amílcar Theias – Fundo Regional – criado em 1975 – Objectivos: Correção dos desequilíbrios regionais da Comunidade através da intervenção de apoios às medidas de política regional levadas a cabo pelos Estados membros, inscrevendo-se em programas de desenvolvimento regional ou sistemas de ajuda com finalidade regional.

Este Fundo conheceu duas fases até 1983: a 1ª de 1975 a 1977 e a segunda a partir de 1978 com a criação da secção “além da quota”.

O Fundo foi estabelecido segundo um sistema de quotas que abrangia cerca de 95% dos recursos a ele destinados no orçamento geral das Comunidades, procurando aquelas traduzir a gravidade dos desequilíbrios regionais existentes nos diferentes países.

As quotas em 1983 eram assim distribuídas: Itália – 35,49%, Reino Unido – 23,80%, França – 13,64%, Grécia – 13%, Islândia – 5,94%, Alemanha – 4,65%, Países Baixos – 1,24%, Bélgica – 1,1%, Dinamarca – 1,06% e Luxemburgo – 0,07%.

Os domínios de intervenção eram os seguintes:

Nos *Vinhos* conseguiu-se uma abertura rápida dos mercados de exportação para os países da Comunidade, passando os vinhos portugueses a beneficiar do seguinte regime:

- eliminação dos contingentes de exportação;
- redução progressiva dos direitos residuais então aplicados, em 2 anos - para os vinhos licorosos, 3 anos - para os vinhos das Regiões do Vinho Verde e do Dão, e 5 anos - para os restantes vinhos de qualidade.

Nos *Cereais* seria mantida uma parte substancial do monopólio da E.P.A.C. (Empresa Pública de Abastecimento de Cereais) durante 5 anos.

No *Açúcar* obteve-se, para um período transitório de 7 anos, um contingente de 75.000 tons/ano para a importação de ramas dos países do bloco dos países A.C.P (Ásia, Caraíbas, Pacífico).

No *Concentrado de Tomate* as exportações passariam a beneficiar de uma redução dos direitos aplicados, ainda existentes, durante um período de 4 anos, a partir da adesão e beneficiaria ainda de uma ajuda comunitária à sua produção até ao limite de 120.000 tons;

No *Azeite* as ajudas seriam concedidas logo a partir da adesão;

Para o desenvolvimento da Agricultura portuguesa conseguiu-se um programa específico de desenvolvimento no valor de 700 MECU'S (84 milhões de contos), distribuídos por 10 anos.

(a) Investimentos produtivos na indústria, artesanato, serviços (turismo) ou zonas desfavorecidas, (taxa de intervenção de 20%)

(b) Investimentos em infra-estruturas (taxa de intervenção de 10 a 30%) e

(c) programas específicos de desenvolvimento de certas regiões - além quota (30 a 70% de taxa de intervenção).

95% do orçamento do FEOGA era destinado à garantia dos preços dos produtos.

Para este sub-sector foram conseguidas verbas no valor de cerca de 90 milhões de contos de subsídios a utilizar durante 10 anos, para a modernização das explorações.

Foi também conseguido:

- um período de 5 anos em que Portugal se mantinha a coberto da concorrência da agricultura comunitária
- e um período de 10 anos, no total, considerado como de transição em que algumas salvaguardas de defesa eram mantidas.

*

Em matéria das Pescas

Nas Pescas as negociações levaram a: ⁽⁶⁰⁷⁾

- uma salvaguarda da parte mais significativa dos recursos da pesca na Z.E.E., para os pescadores portugueses;
- uma protecção do mercado nacional face às importações;
- e por uma comparticipação da Comunidade nos programas de vigilância e controlo da Z.E.E. nacional;
- ficando a *zona das 12 milhas* reservada aos pescadores nacionais;
- e o acesso dos pescadores comunitários à zona das 12 às 200 milhas, controlado durante um período de 10 anos, por fixação de um número máximo de navios autorizados a pescar na zona.

Nesta área, (ZEE) os crustáceos e os moluscos e outras espécies sujeitas a medidas restritivas de captura, ficariam reservadas aos pescadores portugueses.

⁶⁰⁷ *In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta XVI – Capítulo dos Recursos Próprios Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986*

Nos *mares dos Açores e da Madeira*, os pescadores comunitários não poderiam pescar com excepção do atum voador.

O regime das *sociedades* de pescas mistas gozariam de um regime transitório de 7 anos.

Em termos do ***Mercado*** ficou acordado o desmantelamento progressivo e assimétrico dos Direitos Aduaneiros durante:

- 6 anos, pela Comunidade
- e 7 anos, por Portugal,
- mantendo-se as restrições, por 7 anos, à importação de espécies sensíveis
- e no que respeita à sardinha a aproximação dos preços fôr-se-ia durante 10 anos. ⁽⁶⁰⁸⁾

Em matéria de *exportações*, para os países das Comunidades, a sardinha enlatada, o atum e a cavala seriam objecto de uma taxa de 0% até 5.000 tons/ano (para a sardinha) e 0% até 1.000 tons/ano (para o atum e cavala).

Por outro lado o nosso desmantelamento pautal, face às *importações*, gozaria de um período de 7 anos de carência.

*

Na questão dos Assuntos Sociais ⁽⁶⁰⁹⁾

Na questão da *Livre Circulação de Trabalhadores* ficou estabelecido:

- um período transitório de 7 anos para novos emigrantes,
- com a excepção do Luxemburgo, em que seria de 10 anos, dado que neste país os portugueses já representavam 8% da população total e 26% dos estrangeiros.

⁶⁰⁸ In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta XVI – Capítulo dos Recursos Próprios Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986

⁶⁰⁹ In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta XVI – Capítulo dos Recursos Próprios Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986

Ainda quanto à Livre Circulação de Trabalhadores, ficou estabelecido que os trabalhadores portugueses que já se encontravam a trabalhar nos países das Comunidades, beneficiariam de condições iguais aos naturais desses países.

Para os membros das Famílias dos Trabalhadores que, até à data de adesão, já estivessem a trabalhar nos países das Comunidades obteve-se o direito, (em vigor a partir da data de adesão), de aceder a trabalho assalariado em igualdade de circunstâncias com os nacionais desses países.

Quanto à *Liberdade de Circulação*, esta garantia era estendida aos seus familiares.

A *Igualdade de tratamento*, extensível ao agregado familiar, seria aplicada desde a data de adesão bem como o direito ao reagrupamento familiar.

No *Acesso ao Emprego* haveria um período transitório (para os trabalhadores portugueses que quisessem emigrar e trabalhar nesses países) e para a entrada em vigor de todas as consequências derivadas da livre circulação de trabalhadores.

Nesta matéria, e ao invés da maioria dos outros dossiês de negociação, em que era Portugal a pedir Derrogações Temporárias ou Medidas Transitórias à aplicação dos Tratados e restante Direito Derivado, foi Portugal a pedir a aplicação imediata, (desde a data de adesão) do “acquis” comunitário, em matéria da Liberdade de Circulação de Trabalhadores e matérias derivadas, o que acabou por conseguir, embora que só parcialmente, não o conseguindo na Livre Circulação de Trabalhadores em foi fixado um período de transição de 7 anos e de 10 anos para o Luxemburgo, mas que na prática viria a ser encurtado.

Quanto às questões do ***Direito de Estabelecimento***, Portugal obteve várias medidas transitórias entre as quais as referentes ao estabelecimento de *Bancos e outros Estabelecimentos de Crédito* em Portugal, para a qual se obteve um período de 7 anos, no qual se podia invocar o critério de necessidade económica para a não autorização da abertura de mais estabelecimentos. ⁽⁶¹⁰⁾

Para o sector das *Agências de Viagens* obteve-se um período de transição de 3 anos e para o *Cinema* de 5 anos.

Segurança social – desde a data de adesão aplicar-se-ia o “acquis” comunitário, excepto no que se referia às prestações dos familiares quando estes residissem em Portugal.

*

No campo do Fundo Social Europeu ⁽⁶¹¹⁾

Portugal conseguiu o seu objectivo de ser considerado, na totalidade do seu território como *Uma Única Região Desfavorecida*, beneficiando de uma Taxa de Intervenção Majorada do F.S.E., isto é, para a grande maioria das acções apoiadas pelo Fundo a taxa de intervenção passaria a ser de 55%, em vez de 50%.

⁶¹⁰ In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta XVI – Capítulo dos Recursos Próprios Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986

⁶¹¹ In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta XVI – Capítulo dos Recursos Próprios Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986

No que se refere às *Questões Institucionais*, a participação de Portugal nas estruturas comunitárias ficou assim negociada: ⁽⁶¹²⁾

- Vinte e quatro deputados ao Parlamento Europeu, numa primeira fase designados pela Assembleia da República Portuguesa e numa 2ª fase (1989 – ano de eleições europeias) eleitos directamente;
- Um Comissário Europeu;
- Um Juiz no Tribunal de Justiça das Comunidades;
- Um Juiz no Tribunal de Contas das Comunidades;
- Doze Membros no Comité Económico e Social;
- Três Membros no Comité Consultivo da C.E.C.A.;
- Dois Membros no Comité Científico do Euratom;
- Um Membro do Conselho de Governadores do B.E.I.;
- Um Membro do Conselho de Administração do B.E.I.

para além de cerca de mais de 300 outros postos na Comissão, no Conselho, no Parlamento Europeu e noutras Instituições das Comunidades Europeias.

Portugal, e por pressuposto, as equipas que negociaram em seu nome, partiu para a mesa das negociações com as Comunidades numa posição delicada.

As opções alternativas, a uma adesão às Comunidades, de resposta de Portugal às mudanças no Sistema Internacional, eram fracas para os desígnios enunciados de desenvolver o país e para o proporcionar um crescente bem-estar à população portuguesa.

⁶¹² In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta XIV – dossiê de questões institucionais - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986

Por outro lado, Portugal para ser relevante no Sistema Internacional de Estados Soberanos tinha que, estrategicamente, se aliar ao bloco económico-comercial que mais potencial e significância tivesse no sistema.

Era verdade que Portugal já pertencia às Organizações Intergovernamentais Internacionais mais importantes e significantes do mundo ocidental, coerentes com a sua própria posição geo-estratégica e geopolítica, quer ao nível de alianças:

- defensivas-militares: a O.T.A.N./N.A.T.O.,
- quer ao nível da discussão política internacional: a O.N.U.,
- quer ao nível financeiro: Banco Mundial e seus integrantes,
- quer ainda ao nível das trocas comerciais e tecnológicas: o GATT e a E.F.T.A.

Ora, com o enfraquecimento desta última não restava, na prática, mais nenhuma alternativa credível e eficaz. E as Comunidades e seus negociadores, sabiam-no.

Por outro lado, as Comunidades fizeram saber que tudo o que fosse matéria constante do “acquis” ou acervo comunitário, Tratados, Regulamentos, Directivas e Acordos, teriam que ser respeitados pelos países aderentes.

Ora Portugal não tinha força política, económico-financeira, nem posição dominante no Sistema Internacional que lhe outorgasse uma posição negocial forte nesta matéria, que lhe permitisse, ao menos, mitigar alguns dos aspectos mais, potencialmente, desfavoráveis.

Restava-lhe, portanto, por um lado tentar defender alguns dos seus sectores económicos e financeiros considerados críticos para o embate total e rápido de um mercado aberto e de livre concorrência e, por outro lado, tentar conseguir a ajuda financeira das comunidades para a sua respectiva reestruturação e adaptação às novas realidades impostas pela sua potencial adesão às Comunidades.

Restava-lhe, ainda, tentar fazer as Comunidades aceitarem períodos de derrogação temporários para a plena adopção e aplicação em Portugal, das políticas, medidas e práticas constantes do referido acervo, de forma a ter tempo para adaptar a sua própria economia, e nomeadamente o seu aparelho produtivo, a esse quadro de regras.

Em 5 de Abril de 1977, o Conselho das Comunidades tinham deixado muito claro que “...os países candidatos à adesão aceitaram aderir, tendo como quadro de referência obrigatório a aceitação dos Tratados Comunitários e o Direito Derivado em vigor à data de adesão, com a única excepção possível resultante das possíveis cláusulas transitórias que viessem a ser negociadas”;

Ou seja, todas as obrigações que Portugal teria de cumprir a partir de 1 de Janeiro de 1986, estavam já inscritas nos instrumentos do Direito Comunitário Derivado, pré-existentes às negociações de adesão.

O que ficou no Tratado de Adesão foram:

- as Medidas Transitórias;
- e as Derrogações Temporárias,

negociadas, ao longo dos 8 anos de negociações, entre as duas partes, bem como um quadro de Ajudas Financeiras apreciável, destinado a apoiar as inevitáveis transformações que o país teria de adoptar para se integrar harmoniosamente no seio das Comunidades.

A meu ver, e pelas análises efectuadas, estes factores foram, em alguns casos, maximizados e, portanto, as negociações foram, na medida do possível, positivas para Portugal, tendo em linha de conta as várias condicionantes mencionadas.

Resposta à Questão nº 2

Qual a motivação principal de adesão de Portugal às Comunidades Europeias ?

A resposta encontrada, nesta Tese, para esta questão, foi que a principal motivação da adesão de Portugal às Comunidades foi essencialmente Política, embora o factor económico-financeiro tenha tido importância relevante na decisão.

Em termos da *Política Interna*, identificaram-se dois motivos principais:

- (a) Portugal tinha entrado no “clube” dos países democráticos em 1975 e havia que sedimentar, estabilizar, estabelecer e fortalecer a Democracia nascente, afastando os perigos provenientes (na altura) do lado Comunista e afastando a possibilidade de regresso ao passado;
- (b) Portugal tinha que se inserir num bloco de países que, face ao desaparecimento do Império português, nos assegurasse a aquisição de um Estatuto Político de país relevante, no Sistema Internacional;

Em termos da *Política Externa* identificaram-se 4 motivos principais:

- (a) Portugal tinha, face à iminente dissolução da E.F.T.A., de aderir ao Bloco de países Europeus Ocidentais remanescente, de forma a não ficar isolado;

- (b) A Espanha tinha já anunciado a sua decisão de pedir a adesão às Comunidades. Logo Portugal não poderia ficar de fora, face à importância das suas relações com o país vizinho. Seria vantajoso que as referidas relações passassem a ter um novo espaço de regulação dos interesses recíprocos.
- (c) Em terceiro lugar, o pressuposto de uma aproximação provável dos P.A.L.O.P. à Convenção de Lomé, seria um facto de que Portugal não se poderia alhear, sob pena de poder vir a perder poder de influência junto do bloco dos países, com os quais tinha uma ligação cultural, social, económica e política de séculos.
- (d) A nossa relação preferencial com o Reino Unido, no plano bilateral, continuava de pé, mas para se desenvolver teria que ser no novo enquadramento de alianças, quadro esse, ainda por cima, tinha já sido adoptado pelo nosso velho aliado.

Em reforço do que acima se expõe, as próprias Comunidades salientavam, *no Parecer da Comissão, O “Avis” de 19 de Maio de 1978*, na sua introdução, que

“...às razões políticas da necessidade de aceitação da adesão, dado que a Comunidade não poderia deixar Portugal à margem do processo de integração europeia, pois essa atitude poderia provocar, neste país, uma reacção de decepção que seria politicamente muito grave e que poderia ser uma fonte de dificuldades importantes para a Democracia recentemente implantada no País.”

Por outro lado, as Comunidades reconheciam que, apesar das dificuldades económicas de Portugal, *“...a sua adesão seria importante para o reforço do papel político e comercial das Comunidades Europeias*

no Mundo, dadas as suas boas relações com a América Latina, a África e o Extremo Oriente.” ⁽⁶¹³⁾

Num resumo, datado de 14 de Abril de 1982, o Embaixador junto das Comunidades Europeias, Prof. Doutor Ernâni Lopes, descrevia a situação, de então, das negociações com as Comunidades.

Na avaliação política da situação, que então fazia, chamava a atenção para o facto de que as negociações já duravam há cerca de 5 anos e que “*o pedido de adesão de Portugal tinha sido aceite por razões de natureza Política e de Segurança,*” numa altura em que ainda não se faziam sentir os efeitos da crise nos Estados-membros. ⁽⁶¹⁴⁾

Também na *Declaração Conjunta* de 24 de Outubro de 1984, o factor político ficou, mais uma vez claro, ao se declarar que havia o reconhecimento de que “*... o Alargamento da Comunidade reforçaria a unidade política da Europa, aumentaria a sua influência no Mundo...*” e proporcionaria o desenvolvimento económico e social a Portugal. ⁽⁶¹⁵⁾

Já o *Chanceler Helmut Kohl da República Federal Alemã* – tinha sublinhado o aspecto vital que assumia o projecto de Alargamento a Sul, em termos de apoio político aos processos democráticos portugueses e espanhol e a contribuição deste processo para a estabilização política dos países Ibéricos e da Comunidade, em declarações proferidas em 1982 no Conselho de Copenhaga.

⁶¹³ In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta II – AVIS de la Commission au Conseil concernant la demande d’adhesion du Portugal – documento com 30 páginas escrito na língua francesa - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986 – tradução livre, do autor deste trabalho, a partir do documento analisado.

⁶¹⁴ In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta X – Resumo da exposição do Embaixador Ernâni Lopes, Chefe da Missão de Portugal junto da CEE - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986

⁶¹⁵ In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta XIV – Declaração Conjunta do Governo de Portugal e do Conselho de Ministros da Comunidade Económica Europeia - Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986

Nos círculos portugueses da altura, politicamente mais activos, foram equacionadas 4 alternativas possíveis:

(1ª alternativa possível) - Em primeiro lugar havia o cenário de Portugal se manter na E.F.T.A., de que Portugal ainda era membro fundador e de pleno direito.

Ora o que estava a acontecer à E.F.T.A., a partir de 1972, era o seu esvaziamento progressivo, pelo abandono do nosso mais velho aliado e parceiro comercial importante:

- o Reino Unido, que aderiu às Comunidades Europeias em 1973.

Para além do Reino Unido, também outros países, desta organização, a Noruega (que acabou por não aderir às Comunidades Europeias dados os resultados de um referendo interno, mas que tomou todas as diligências para tal), bem como a Áustria e a Suécia, que acabaram por aderir nos anos de 1990, mas que já nesta altura (meados da década de 1970) tinham pedidos já encaminhados no sentido da sua adesão às Comunidades e a Dinamarca que aderiu em 1973, (juntamente com o Reino Unido), demonstravam claramente as suas intenções de integrar as Comunidades Europeias, o que era incompatível com a sua manutenção na E.F.T.A.

Assim, era já perfeitamente visível, em 1976/77, nesta época de pré-decisão do caminho a prosseguir por Portugal, e estabelecido na mente dos decisores económicos e políticos, que esta Associação de Comércio Livre, que tinha sido muito útil a Portugal, estava a definhar e a perder a sua importância relativa no concerto dos Estados Europeus e que acabaria por perder os seus membros mais significantes e influentes.

Não era, portanto, para Portugal uma boa solução de resposta ao sistema internacional de Estados Soberanos continuar neste bloco

económico/comercial, dado que todas as vantagens práticas de índole política, económica e comercial tendiam a desaparecer com o esfumar da organização, como é natural.

(2ª alternativa ventilada) - Um outro cenário que se colocava era o da constituição de um bloco económico e político Lusófono, constituído pelos países de expressão portuguesa que, já num cenário de países independentes, e como Estados Soberanos, propiciassem a Portugal, em particular, e aos restantes países, em geral, uma voz relevante no sistema internacional de trocas e no sistema internacional de Estados.

Mas tal cenário, à época (meados da década de 1970) era de difícil construção. Por várias razões:

- Estava ainda muito recente na mente dos decisores políticos e económicos (em 1975/1976) o processo de descolonização, que tinha deixado marcas profundas e contenciosos abertos em Portugal e nos países descolonizados;

- Por outro lado, nenhum dos novos países tinha ainda o nível de organização e de capacidade para ter voz activa no concerto das Nações.

Estavam ainda muito virados para dentro de si mesmos e para a resolução dos seus próprios problemas internos.

Alguns deles estavam mesmo em guerra civil – Angola e Moçambique - ou em profundas divisões internas – Guiné.

Acrescia ainda o facto de que todos estavam, de alguma forma alinhados ao Bloco Comunista o que, num quadro de Mundo Bipolar que então se vivia, tornava muito difícil essa associação, mesmo apesar de no nível interno português as forças alinhadas ideologicamente com esse mesmo bloco dominassem o poder (1974/1975) ou ainda tivessem influência marcante (1976/1977);

- O Brasil, por seu lado, queria aproveitar este período de fraqueza dos Novos Estados para tentar ganhar mercados e influência, e não tinha, ainda, uma consciência, nos seus círculos do poder, de que para além de potência regional, poderia vir a ser, pela sua dimensão e recursos, uma potência mundial, e que, desta forma tudo teria a ganhar em contribuir para a formação de um bloco desta natureza. Por outro lado a influência dos EUA continuava a ser decisiva neste país;

Não havia na altura, portanto, nenhuma vontade ou capacidade real de constituir um bloco, ao menos de simples trocas preferenciais comerciais, que interessasse verdadeiramente, e eficazmente, a Portugal e à sua necessidade de desenvolvimento sustentado e que lhe permitisse ainda responder aos novos desenhos do Sistema Internacional.

(3ª alternativa possível) – Um alinhamento mais estreito com os E.U.A., com o qual Portugal mantinha relações comerciais muito estreitas, mas pouco importantes para os Estados Unidos, dada a nossa reduzida dimensão.

Este cenário foi posto em “cima da mesa” por um segmento muito pequeno dos círculos próximos do poder nascente em Portugal, com a democracia, mas nunca recolheu os apoios internos necessários

No entanto, Portugal detinha, e deteve até à sua adesão às comunidades, um sistema preferencial de comércio para a entrada dos produtos portugueses nos EUA. Tinha ainda acordos político-militares referentes às bases dos Açores e algum interesse político por parte deste país em que Portugal não viesse a cair numa deriva comunista ou alinhada a leste, o que poderia jogar a seu favor.

Mas nada de realmente relevante foi desencadeado nesta direcção possível.

(4ª alternativa possível) - era a Adesão de Portugal às Comunidades Europeias. A opção de fazer Portugal aderir às Comunidades Europeias, baseou-se nos pressupostos⁽⁶¹⁶⁾ de que:

- Iria haver um novo alargamento da C.E.E. a vários países, nomeadamente aos nossos parceiros da E.F.T.A. que ainda não tinham aderido;
- Sabia-se que a Espanha iria também pedir a adesão à C.E.E. e à NATO;
- E sabia-se que os PALOP⁽⁶¹⁷⁾ iriam desenvolver uma estratégia de aproximação à Convenção de Lomé.⁽⁶¹⁸⁾

Ora, se todos estes pressupostos se viessem a verificar, Portugal ficaria numa posição internacional frágil, sem qualquer influência, quer face ao bloco da C.E.E, quer face ao ex-ultramar.

Assim e para garantir os mercados externos para os produtos portugueses, nomeadamente para os têxteis, era interessante, e necessário, que Portugal integrasse um bloco económico, comercial e tecnologicamente evoluído.

Acrescia o facto de que Portugal tinha ainda que gerir a sua relação com a Espanha.

Foi julgado que o melhor enquadramento para o fazer, seria dentro de um espaço alargado de aliança económica, comercial e política entre Estados Soberanos – a CEE.

⁶¹⁶ Cf. Dr. José Medeiros Ferreira in Hipólito de La Torre – escrito do- Portugal, España y Europa - cien años de desafio – Op. Cit. pp. 152 -153

⁶¹⁷ PALOP – sigla de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, hoje agrupados juntamente com Portugal, o Brasil e recentemente Timor, na CPLP – organização de Cooperação dos Países de Língua Portuguesa.

⁶¹⁸ Convenção de Lomé – convenção assinada em 28 de Fevereiro de 1975 que associava os países ACP (África, Caraíbas e Pacífico) à CEE.

Por fim pretendia-se redefinir o papel de Portugal no Mundo e garantir a defesa dos interesses permanentes de Portugal no período post – império⁽⁶¹⁹⁾.

Ora a opção mais credível e mais interessante, para Portugal, de inserção em Blocos Económico, Comerciais e Políticos Internacionais, era a sua Adesão ao bloco de países que integravam a Comunidade Económica Europeia, a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço e a Comunidade Europeia de Energia Atómica.

V.II. – 1ª Nota

As negociações para a adesão efectiva de Portugal às Comunidades iniciaram-se, como já vimos, em 17 de Outubro de 1978, no Luxemburgo, tendo terminado oficialmente no dia 29 de Março de 1985.

Culminaram com a cerimónia de assinatura do Tratado de Adesão de Portugal, realizada nos Claustros do Mosteiro dos Jerónimos em Lisboa, a 12 de Junho de 1985, sendo o Tratado ratificado na Assembleia da República em 10 de Julho desse ano, com os votos favoráveis do PS, PPD, CDS, ASDI e UEDS e com os votos contra do PCP e dos Verdes. O MDP resolveu não estar presente na sessão.⁽⁶²⁰⁾

⁶¹⁹ in Lopes, Ernâni Rodrigues - *Portugal e a União Europeia, Mestrado de Estudos Europeus - apontamentos da cadeira policopiado* – Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 2001 #5, Q.18

⁶²⁰ In Magalhães, Embaixador Dr. Calvet de Magalhães - in Hipolito de la Torre - *Portugal, España y Europa, Cien años de desafío – III jornadas de estudios Luso-Espanoles*. Mérida – pp. 144 e 145.

Pela parte portuguesa estava o Dr. Mário Soares, então como Primeiro Ministro do IX Governo Constitucional, o Dr. Rui Machete, Vice-Primeiro Ministro, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Dr. Jaime Gama⁽⁶²¹⁾, e o Prof. Doutor Ernâni Lopes, Ministro das Finanças e do Plano e encarregado da condução política das negociações, na sua última fase.

As Conferências de Negociação duraram sete anos de reuniões, nove governos constitucionais tendo, no entanto, o processo de adesão sido conduzido sem alterações, no que dizia respeito à matriz do posicionamento de Portugal, apenas sendo introduzidas alterações nas tácticas negociais.⁽⁶²²⁾

Era o culminar de um processo que vinha desde o pós-guerra e que se inseriu “...num esforço de aproximação à Europa Livre e Democrática que vinha sendo feito”⁽⁶²³⁾.

Com efeito, e de facto, a adesão não representou, na opinião do autor deste trabalho, um corte radical da política externa portuguesa, dado que Portugal participou desde a primeira hora nos movimentos de integração europeia, que se vieram a desenvolver na segunda metade do séc. XX, visando o reforço da cooperação entre os Estados da região.

E nessa perspectiva Portugal foi membro fundador de duas organizações: a O.E.C.E., (a que sucedeu a O.C.D.E.) e a E.F.T.A.

⁶²¹ Dr. Jaime Gama foi Ministro dos Negócios Estrangeiros do IX Governo Constitucional e do Governo do Eng.º António Guterres, 1995-1999. Deputado eleito pelas listas do PS em várias legislaturas.

⁶²² Lopes, Prof. Doutor Ernâni Rodrigues – entrevista série “o século português” transmitido na SIC notícias no dia 25 de Agosto de 2002.

⁶²³ In Martha, António – Síntese da Negociação de Adesão de Portugal à CEE, Lisboa, 1985, pp.9

O nosso país participou activamente no programa de liberalização das trocas comerciais internacionais levada a cabo na primeira daquelas organizações, e das trocas europeias no seio da segunda, tendo sido até um dos países membros que atingiu maior grau de liberalização das trocas comerciais (em 1965, cerca de 94% do comércio externo português encontrava-se liberalizado). ⁽⁶²⁴⁾

Na mesma linha de orientação Portugal aderiu igualmente ao Acordo que criou a União Europeia de Pagamentos (U.E.P.).⁽⁶²⁵⁾

A própria E.F.T.A. declarava no preâmbulo da Convenção de Estocolmo que:

seria “um instrumento de aproximação com o Mercado Comum em ordem à constituição de um Mercado Único alargado a toda a Europa Ocidental”.⁽⁶²⁶⁾

Portugal, com a opção que decidiu tomar de aderir à C.E.E., tinha como **objectivos**:

(1) *No imediato,*

- (a) a estabilização e consolidação da democracia, e
- (b) estar activamente num enquadramento político multilateral de importância crescente.

(2) *A médio prazo,* Portugal pretendia a

- (a) melhoria das condições de vida dos portugueses;
- (b) assegurar um desenvolvimento económico e social de tipo europeu ocidental; e
- (c) garantir, no seio das Comunidades, a sua independência face à Espanha.

⁶²⁴ In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta XII

⁶²⁵ In Martha, António – Síntese da Negociação de Adesão de Portugal à CEE, Lisboa, 1985, pp.9

⁶²⁶ Idem

Iniciadas as negociações, Portugal teve de respeitar todo o “*acquis communautaire*”, ou acervo comunitário.

Esta aceitação do acervo comunitário constituiu-se como que um ***Limite Material e Formal*** ao governo português e, por consequência, à equipa de negociadores portuguesa.

Um parêntesis para referir que o acervo comunitário é hoje (2012) constituído por todo o Direito Comunitário Originário – {os Tratados Institutivos (Paris e Roma) e os de Revisão (Acto Único, Maastricht, Amesterdão, Nice e Lisboa, Convenções de Roma de 1959 (fusão dos órgãos comunitários) e de Bruxelas de 1965 (fusão Comissão/Conselho), e os Tratados de Adesão.}, bem como pelo Direito Comunitário Derivado (Regulamentos e Directivas).

Mas voltemos à época da Negociação de Adesão de Portugal às Comunidades Originais.

Nestas negociações vários temas foram analisados à luz desse princípio, nomeadamente no que se referia à *União Aduaneira*, o que implicou que Portugal tivesse que:

- eliminar os obstáculos, (direitos aduaneiros), ao comércio entre si e os países da comunidade;
- e tivesse que adoptar a Pauta Aduaneira Comum.

Portugal negociou um período transitório de 7 anos, (1986 a 1993), no que se refere aos direitos a aplicar pelos outros países a partir do dia 1 de Janeiro de 1985.⁽⁶²⁷⁾

⁶²⁷ Cf -Martha, António – *Síntese da Negociação de Adesão de Portugal à CEE, Lisboa, 1985 e Tratado de Adesão de Portugal às Comunidades Europeias art.º 189º nº 1.*

Portugal obteve, assim, um período de excepção destinado a adaptar a sua economia e estes novos factores.

Teria que eliminar as restrições quantitativas à importação de bens provenientes das comunidades, e as medidas de efeito equivalente, excepto no sector automóvel, sector para o qual podia mantê-las até 1987.⁽⁶²⁸⁾

No campo das *Relações Externas*, Portugal teria de adoptar “o *acquis*” em matéria de acordos multilaterais negociados no âmbito do G.A.T.T., incluindo os dos domínios das disciplinas não pautais, nomeadamente a liberalização das exportações e os regulamentos comunitários em matéria de defesa contra as práticas de “dumping”, prémios ou subsídios à exportação.

Portugal ficou, também, obrigado a denunciar a Convenção de Estocolmo, no prazo de 7 anos.⁽⁶²⁹⁾

Teria ainda que, no âmbito da Comunidade do Carvão e do Aço, adoptar o princípio da livre circulação de mercadorias.

No que refere à Liberdade de Circulação de *Capitais* a equipa negocial portuguesa negociou a autorização e a possibilidade de manter os seus movimentos, até 1992, sujeitos às autorizações prévias do Estado português, nomeadamente em termos de investimentos directos a efectuar, por residentes de Portugal, noutros Estados-Membros (art.º 224º), bem como sobre os investimentos imobiliários (art.º 227º) desde que não relacionados com a emigração, no âmbito da Livre Circulação de Trabalhadores. ⁽⁶³⁰⁾

⁶²⁸ Cf. - *Tratado de Adesão de Portugal às Comunidades Europeias*, art.º 202º e 207º - vários autores constantes da bibliografia deste trabalho.

⁶²⁹ *Idem*

⁶³⁰ Cf. - *Tratado de Adesão de Portugal às Comunidades Europeias*, art.º 224º bem como o art.º 227º.

No âmbito do *Livre Estabelecimento* e da *Livre Prestação de Serviços* ⁽⁶³¹⁾ foram negociados, os assuntos, entre outros, referentes ao investimento directo em Instituições de Crédito, que levaram a que ficasse excluída, de forma permanente, a possibilidade de investimento directo a efectuar em Portugal, por entidades não residentes, nas *Caixas Económicas* existentes à data da adesão, desde que estas não revestissem a forma de Sociedades Anónimas.

As *Caixas de Crédito Agrícola Mútuo* poderiam ser isentas de determinadas condições se estivessem, num prazo de sete anos, filiadas num organismo central de controle.

Assim o dossiê relativo à *Caixa Geral dos Depósitos e ao Crédito Predial Português* ficaria para discussão definitiva, sete anos após a data de adesão de Portugal.

A delegação portuguesa de negociadores teve que negociar ainda vários temas, tais como os referentes à *Política Regional e Auxílios de Estado, Transportes* ⁽⁶³²⁾ *Euratom, Ambiente e Defesa do Consumidor, Aproximação da Legislação*, eliminação dos entraves técnicos às trocas⁽⁶³³⁾, o dossiê dos *Produtos Agrícolas Transformados* ou dos seus produtos de primeira transformação, *a Agricultura* de que se ocupam os art.º 233º a 345, *a Pesca* – (art.º 346º a 363º), *os Assuntos Sociais*⁽⁶³⁴⁾;

⁶³¹ Cf - Martha, António – *Síntese da Negociação de Adesão de Portugal à CEE*, Lisboa, 1985. Cf. Igualmente Arquivo Histórico do MNE – *Negociações de Adesão de Portugal às Comunidades*.

⁶³² Cf - Martha, António – *Síntese da Negociação de Adesão de Portugal à CEE*, Lisboa, 1985, Portugal teve que aceitar as obrigações do Tratado de Roma derivadas dos art.º 74º a 84º, bem como os Regulamentos, Directivas e Decisões em vigor. Obteve derrogações no prazo de introdução dos tacógrafos – 3 anos – e no controlo técnico de veículos – 4 anos.

⁶³³ Idem – entraves às trocas de produtos industriais, géneros alimentícios, especialidades farmacêuticas, seguros de responsabilidade civil resultantes da circulação de veículos, mercados de obras públicas e de fornecimentos e às patentes.

⁶³⁴ Idem – nomeadamente face à livre circulação de trabalhadores, regime de segurança social dos trabalhadores migrantes e fundo social europeu.

Foram também discutidas as *Questões Institucionais e as Questões Orçamentais*, sobre os recursos financeiros da Comunidade.

No capítulo das questões *Económicas e Financeiras* foram discutidas:

- As ajudas de pré-adesão;
- a participação de Portugal nos mecanismos de crédito;
- a inclusão de Portugal no E.C.U., prevista para 1989;
- questões de fiscalidade;
- e a participação portuguesa no Banco Europeu de Investimentos.

Neste âmbito Portugal teve que adaptar a sua legislação interna, quer face ao Tratado de Roma, quer face às normas que visavam um tratamento não discriminatório dos produtos transaccionados, os quais diziam sobretudo respeito ao IVA, às franquias fiscais a favor de particulares, ao imposto sobre o tabaco, aos impostos indirectos sobre capitais e à assistência mútua em matéria de fraude e evasão fiscal. ⁽⁶³⁵⁾

Por outro lado Portugal obrigou-se a subscrever o capital de 145 MECU'S, correspondente à proporção do PIB do país em relação ao PIB da comunidade, e a nomear um representante para o Conselho de Governadores e um outro para o Conselho de Administração do Banco.

Foram jornadas de trabalho intensas, longas e complexas, dada a vastidão dos temas a negociar e os interesses em presença, em que, mais uma vez, representantes do país foram chamados a desempenhar um papel difícil e complicado de negociação.

⁶³⁵ Cf. *Tratado de Adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia – Associação portuguesa para o estudo da integração europeia*, Lisboa – 1988 - art.º 95º e seguintes do Tratado.

Por uma questão de registo e de mérito, cabe aqui neste trabalho descrever a composição da equipa negocial portuguesa. ⁽⁶³⁶⁾

Desta equipa fizeram parte:

- além do Prof. Doutor Ernâni Lopes,
- o Dr. António Martha e o
- Engº Pedro Pires de Miranda,

e ainda os:

- Prof. Doutor José Luís Cruz Vilaça,
- Engº Eurico Cabral da Fonseca, Director Geral do Secret. Integ. Europeia,
- Dr. José Amaral, Chefe de Gabinete do M.F.P.

e uma vasta equipa operacional em Bruxelas, da Missão de Portugal junto das Comunidades:

- Dr. Luís Roma de Albuquerque,
- Dr. Manuel Barreiros,
- Dr. Marcelo Mathias,
- Dr. João de Valleria,
- Dr. Aires Correia,
- Dr. Pedro Álvares,
- Dr. Manuel Areias,
- Dr. Gomes de Almeida,
- Dr. Orlando Veiga,
- Dr. José de Matos Torres,
- Dr. Amílcar Theias e
- Dr. Luís Amaro.

primeira tarefa desta equipa foi a de proceder ao levantamento das questões. Depois hierarquizá-las em termos de importância para o país.

Em seguida formular a posição negocial, por dossiê, e as táticas de negociação respectivas e por fim proceder às negociações

⁶³⁶ in Lopes, Prof. Doutor Ernâni Lopes - Portugal e a União Europeia - Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 2001- Q. 2

própriamente ditas e às análises de cada resultado obtido, introduzindo, ou não, as correcções necessárias.

Portugal tinha sofrido profundas alterações, no seu enquadramento externo, resultantes da descolonização e da democratização e buscou uma resposta face às novas realidades geopolíticas.

E essa resposta teve por base a adesão, como resposta de Portugal, enquanto “Centro de Decisão”⁽⁶³⁷⁾, às alterações do seu enquadramento de referência, designadamente no que respeita ao quadro internacional das décadas de 1960 e princípios da de 1970 e a necessidade de obstar a eventuais efeitos da instabilidade que se vivia no país, de forma a não prejudicar as negociações em Bruxelas.

Neste período, de 1974 a 1985, a Economia portuguesa mostrava os seguintes indicadores, de evolução, face aos períodos imediatamente anterior e posterior:⁽⁶³⁸⁾

Quadro – 29 - Portugal

{Growth of GDP and its components (real) (including west germany)} ⁽⁶³⁹⁾

Items Período	Consumo Privado*	Consumo Público*	PIB *	FBCF *	Import *	Export *	Taxa** Desemp
1961-1973	6,0	9,1	6,9	7,9	11,7	12,0	2,5
1974-1985	1,4	6,7	2,2	-1,3	0,6	3,4	7,0
1986-1990	5,4	6,0	5,7	10,9	15,5	9,6	6,4

* Annual percentage change

** Eurostat definition Unemployment rate

⁶³⁷ In Ernâni Lopes - Portugal e a União Europeia – policopiado – Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 2001 - Idem Q 13

⁶³⁸ In European Commission, European Economy, Directorate-General for Economic and Financial Affairs, Bruxelas, The EU Economy, 2001 Rewiew, Investing in the future nº 73, 2001

⁶³⁹ In European Comission, The EU Economy - 2001 - Rewiew nº 73

Na mesma altura, os indicadores Europeus médios, correspondentes, eram os seguintes:

(consideraram-se os 15 países que compunham a CE em 2004 – até 4 de Maio)

Quadro: 30 - Europa a 15

{Growth of GDP and its components (real) (including west germany)} ⁽⁶⁴⁰⁾

Items Período	Consumo Privado*	Consumo Público*	PIB *	FBCF *	Import *	Export *	Taxa** Desemp
1961-1973	4,9	4,0	4,8	5,7	8,8	8,1	N/A
1974-1985	2,1	2,7	2,0	0,1	2,7	4,3	N/A
1986-1990	3,6	2,1	3,3	5,8	7,5	9,6	N/A

* Annual percentage change ** Eurostat definition Unemployment rate

Foi um período complicado para a vida económica do país, pelas razões já conhecidas e descritas neste documento, mas do qual se recuperou muito bem, no período pós-adesão às Comunidades.

*

V.III – Portugal e Espanha – uma breve cronologia

Portugal, com já se disse, apresentou o seu pedido de adesão em 28 de Março de 1977, tendo a Espanha apresentado idêntico pedido em 28 de Julho de 1977 do mesmo ano.

A Espanha tinha feito o seu processo de transição de uma ditadura para a democracia nos anos de 1976 e 1977.

O processo foi conduzido pelo seu Rei Juan Carlos de Bourbon e pelo Primeiro-Ministro Adolfo Suarez que, não só não intervieram na economia empresarial, como reforçaram os grupos económicos espanhóis.

⁶⁴⁰ *In European Commission, The EU Economy - 2001 - Review nº 73*

Os então membros da CEE, em 1974 e nos anos a seguir, foram, nesta altura, confrontados pelo golpe de Estado português e com o processo da transição espanhola.

Dadas as vicissitudes dos respectivos processos, naquela altura, a zona da Península Ibérica representava a existência de dois focos de instabilidade real e latente no canto Sudoeste da Europa.

Instabilidade política, económica e social. E esse quadro colocava-se, adicionalmente, um problema de segurança à comunidade.

Naquela altura, era uma possibilidade real a ascensão dos Partidos Comunistas ao poder, em Portugal e em Espanha, o que a acontecer significaria um cerco a Sudoeste e a Leste, da Europa Ocidental, no significado político e estratégico do mundo bipolar de então.

Se essa situação se verificasse, nos dois países, criava-se uma situação muito complicada que não se sabia se, e como, o mundo ocidental a resolveria, ou se seria mesmo capaz de a resolver.

Face a este quadro, os Estados membros, adoptaram o objectivo de tentar estabilizar a todo o custo as democracias nascentes.

E, assim, passaram a envidar esforços no sentido de apoiar o desenvolvimento económico português, por forma a retirar poder aos comunistas e adoptaram a atitude de receber no seu seio Portugal e Espanha, como forma de afastarem a ameaça existente.

O mesmo se passou, na prática, com a Grécia que tinha saído do «regime dos coronéis».⁽⁶⁴¹⁾

⁶⁴¹ Cf - Lopes, Prof. Doutor Ernâni – *Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – Negociações de Adesão de Portugal às Comunidades Europeias - pasta XIV.*

Sob o ponto de vista económico, a adesão era vista, pelos nove países das Comunidades, na dupla qualidade de:

- Ameaça;
- e Oportunidade.

Em 1985, a C.E.E. era já o principal cliente e fornecedor de Espanha e de Portugal.

Os países da Comunidade, sendo mais clientes que fornecedores, esperavam com interesse a adesão dos dois países na expectativa que a livre troca intracomunitária permitisse um reequilíbrio dos fluxos⁽⁶⁴²⁾.

No campo dos produtos agrícolas o regime de preferência comunitária abria perspectivas prometedoras aos exportadores das Comunidades, nomeadamente nos cereais, produtos lácteos e nas carnes bovina e porcina.

Também, no mercado de capitais Portugal e a Espanha eram importadores.

Mas a adesão provocava, também, outros receios por parte dos Estados membros.

A crise que afectou estes países na década de oitenta fez com que estes ficassem mais atentos aos riscos de um novo alargamento e tivessem querido resolver alguns assuntos económicos das comunidades nomeadamente através do aumento do nível do I.V.A., em Fontainebleau em Junho de 1984 e do estabelecimento do acordo sobre o vinho – em Dublin, em Dezembro de 1984.

⁶⁴² In Dominique Hamond – *Fondements et étapes de la construction européenne* – Paris, Presses Universitaires de France, 1997 - pp. 335

Ao nível institucional estabeleceu-se um acordo para alargar o número de Decisões que pudessem ser tomadas por Maioria Qualificada, no Conselho Europeu do Luxemburgo, realizado em Dezembro de 1985.

A competitividade, pelo preço, dos dois países ibéricos notava-se mais nas indústrias dos aços comuns, na indústria da construção naval, nos têxteis, no calçado e nas frutas e legumes.

Por outro lado, os trabalhadores do Norte da Europa Comunitária, sentiam-se ameaçados pelos baixos salários praticados nos dois países pretendentes à adesão, sobretudo nos sectores têxtil, calçado e couros onde os salários dos espanhóis eram inferiores em cerca de 20 a 35%, embora a produtividade fosse menos 40%, face à da média dos países da Comunidade⁽⁶⁴³⁾.

*

Os Tratados de Adesão, em termos gerais, previam um período transitório de sete anos para a União Aduaneira e a plena aplicação das regras das Comunidades.

Este período acabou por ser fixado em dez anos, para os sectores considerados mais sensíveis.

De seguida referem-se os *principais pontos acordados pela Comunidade Económica Europeia, com os dois países, Portugal e Espanha*:

- *Instituições* - na comunidade o número de votos no Conselho de Ministros passou de 63 a 76, sendo 8 para a Espanha e 5 para Portugal, e a maioria qualificada, até aí de 45 votos, passou para 54.

⁶⁴³ In Dominique Hamond – *Fondements et étapes de la construction européenne* – Paris, Presses Universitaires de France, 1997 - pp. 335 - 336

- A *Comissão* passou a integrar um Comissário português e dois espanhóis;
- O *Parlamento Europeu* recebeu 60 deputados espanhóis e 24 portugueses;
- e o Comité Económico e Social teve mais 21 espanhóis e 12 portugueses.⁽⁶⁴⁴⁾

Na *União Aduaneira e Industrial* deu-se a supressão imediata de restrições quantitativas com 8 anos de carência para os direitos aduaneiros, com a aplicação do IVA desde 01.01.1986, (01.01.1989 para Portugal) e das regras de concorrência.

Nas Pescas – dada a dimensão da frota espanhola (2/3 da frota dos dez e terceira mundial) as negociações foram difíceis:

- Para a zona das 12 milhas, o Tratado previa o acesso recíproco sobre a base dos direitos históricos existentes;
- Para a zona das 12 às 200 milhas, o acordo previa um período de transição de dez anos em que os navios espanhóis continuariam a ter de pedir autorização e ficariam sujeitos a quotas de pesca;
- Como contrapartida, a comunidade financiaria a reestruturação da frota pesqueira.
- Em relação a Portugal, o acordo proibia reciprocamente o acesso à zona das 12 milhas e regulamentava o acesso às 12-200 milhas.

⁶⁴⁴ In Dominique Hamond – *Fondements et étapes de la construction européenne* – Paris, Presses Universitaires de France, 1997 – p.p. 335

- Foi estabelecido um período de dez anos para que os países da Comunidade abrissem os seus mercados às sardinhas portuguesas, frescas ou de conserva.⁽⁶⁴⁵⁾

Na Agricultura – Os Tratados de Adesão acabaram por ter cláusulas diferentes para os dois países:

- Para a Espanha:
 - O regime geral previa sete anos para a eliminação progressiva dos direitos intracomunitários, e para a aplicação da preferência comunitária.
 - Mas para os produtos mais sensíveis foram estabelecidos dez anos e a possibilidade de uma cláusula de salvaguarda.

Neste caso, se houvesse uma ultrapassagem dos níveis indicativos sobre as exportações espanholas de vinho,⁽⁶⁴⁶⁾ frutas e legumes e no campo das importações sobre a carne bovina, o trigo mole e os produtos lácteos.

- Para Portugal distinguiram-se duas classes de produtos:
 - Para 15% da produção (frutas e legumes transformados, gorduras vegetais e açúcar), o período de transição era de sete anos, sendo de dez anos para o azeite.
 - Para 85% da produção, (cereais, produtos lácteos, carnes, frutas e legumes frescos e vinho), a supressão dos direitos intracomunitários teria, para ser posta em prática, um prazo de oito anos para a CEE e de dez anos para Portugal;

Ficava também prevista a manutenção do sistema nacional durante cinco anos, seguida de aplicação progressiva dos mecanismos da P.A.C. no decurso de um período de mais cinco anos.

⁶⁴⁵ In Dominique Hamond – *Fondements et étapes de la construction européenne* – Paris, Presses Universitaires de France, 1997 - pp. 338

⁶⁴⁶ *Idem* - Vinhos - o nível da produção era limitado a 27,5 Mhl/ano

Durante estes dez anos o FEOGA-O⁽⁶⁴⁷⁾ daria uma ajuda de 700 milhões de Ecus.

No *Trabalho* – os trabalhadores de Portugal e Espanha ficariam submetidos à autorização prévia de emigração durante um período de sete anos, excepto no Luxemburgo para o qual o prazo seria de dez anos.

No *Sistema Monetário Europeu*:

- a Peseta entrou na composição do ECU e no mecanismo da “serpente monetária” em 19 de Junho de 1989, com uma margem de flutuação de $\pm 6\%$.
- O Escudo entrou no ECU em 21 de Setembro de 1989 e na “serpente monetária” em 6 de Abril de 1992, igualmente com uma margem de flutuação de $\pm 6\%$.

No *Orçamento Comunitário*:

- durante sete anos, a Espanha seria neutra em matéria orçamental ou seja, não seria contribuinte líquida.

Os dez reembolsariam uma parte da sua contribuição de IVA.

- Portugal seria beneficiário líquido durante os sete anos de transição.

- O *aumento das despesas* do FEOGA⁽⁶⁴⁸⁾, do FEDER⁽⁶⁴⁹⁾ e do FSE⁽⁶⁵⁰⁾ fizeram aumentar as necessidades de recursos financeiros da comunidade.

⁶⁴⁷ FEOGA – O (Feoga de Orientação.)

⁶⁴⁸ FEOGA – Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola

⁶⁴⁹ FEDER – Fundo Europeu para o Desenvolvimento Regional

⁶⁵⁰ FSE – Fundo Social Europeu

Em Fontainebleau (1984) os então já dez países das Comunidades já tinham previsto recolher 1,4% do IVA para o orçamento comunitário, com a possibilidade de ir até aos 1,6% dois anos mais tarde.

No entanto, mais tarde, já após a adesão plena, de Portugal e da Espanha, o Conselho de Ministros, de Bruxelas, de Fevereiro de 1988, decidiu manter o nível nos 1,4%.

Decidiu, igualmente, criar um quarto recurso calculado a partir do Produto Nacional Bruto de cada país e da sua taxa de crescimento.

A C.E.E., com a entrada de Portugal e da Espanha, aumentou em duas dimensões:

- mais cerca de 600.000 Km² de território
- e em população adquiriu mais 49 milhões de habitantes, (+17%).
- E reforçou o seu lugar de líder mundial do comércio.

Mas o P.I.B. comunitário subiu apenas 8,3% com a entrada dos dois países e o PIB *per capita* médio baixou 7,7%.

O número de desempregados aumentou em 30%.⁽⁶⁵¹⁾

A entrada dos dois países foi seguida pela entrada em vigor do Acto Único Europeu de 1987, que lançou o programa do Mercado Único. Este teve como objectivos:

- a eliminação das barreiras não tarifárias - particularmente as barreiras técnicas, administrativas e fiscais;

⁶⁵¹ in In Dominique Hamond – *Fondements et étapes de la construction européenne* – Paris, Presses Universitaires de France, 1997 - pp. 338 e 339

- a instauração prática das liberdades de circulação de bens, pessoas e capitais, de que resultou a eliminação das fronteiras para o comércio de mercadorias com o pagamento do IVA, com base nas empresas.
- Este programa estabeleceu ainda a adopção de regras não discriminatórias em função da nacionalidade, ou outras, entre os agentes económicos, potenciais concorrentes aos concursos públicos para fornecimentos a entidades específicas, bem como a liberalização da actividade bancária e de seguros e ainda a liberalização total dos movimentos de capitais.

V.IV - Uma leitura do processo português de aproximação e adesão à Comunidade Económica Europeia

Do ponto de vista de uma breve leitura, o processo português de adesão às Comunidades revestiu-se de especificidades determinadas por factores próprios da situação portuguesa que caracterizaram e marcaram o percurso dos acontecimentos⁽⁶⁵²⁾.

Daqui sobressairam três questões:

- a primeira foi a relação da *mudança de regime político*;
- Por outro lado, o binómio descolonização/integração como mecanismo central e decisivo na história portuguesa, já que Portugal tendo perdido as suas possessões ultramarinas ficou reduzido, geograficamente, a um espaço europeu, o que implicou a tomada de decisões relevantes de forma a dar um novo enquadramento ao país no sistema internacional, em geral, e no europeu em particular, com a decisão de continentalizar mais as nossas relações primárias.⁽⁶⁵³⁾

⁶⁵² CF – Lopes, Prof. Doutor Ernâni Rodrigues – Discurso policopiado – o processo de integração de Portugal nas Comunidades – uma avaliação década e meia depois – Universidade de Coimbra, 2001

⁶⁵³ *Idem*

- Em segundo lugar *o 25 de Abril de 1974* e o seu subsequente processo revolucionário que colocou problemas, num contexto bipolar, à Segurança da Europa Ocidental.

Na verdade, sobretudo no período do PREC (Processo Revolucionário em Curso) em que o Partido Comunista Português e a extrema esquerda estiveram a ponto de dominar o país, em que chegaram inclusivamente a anunciar a mudança da política de alianças de Portugal, facto que chegou a ser veículado pelo Coronel Vasco Gonçalves, enquanto 1º Ministro do 4 e 5º Governos Provisórios, de colocar Portugal na esfera de relações preferenciais com o bloco de Leste, resultaria em graves problemas de segurança no sudoeste da Europa e no flanco sul da Aliança Atlântica. Este desenvolvimento teve o seu ponto decisivo de inflexão em 25 de Novembro de 1975, retomando Portugal, a partir desta data, na plenitude, o seu papel na aliança das potências ocidentais e adoptando de forma clara o caminho da Democracia Parlamentar e da Economia de Mercado.

- Em terceiro lugar, *a relação bilateral Portugal/Espanha*, cuja evolução desde a adesão constituiu-se como um “facto novo” face ao posicionamento tradicional de Portugal no espaço europeu. Portugal estava “*geobloqueado*” pela Espanha e assim, coerentemente, orientou a sua acção política por outras vias à sua disposição, quase sempre marítimas⁽⁶⁵⁴⁾.

Quando Portugal começou a sua expansão africana fê-lo por questões defensivas de encontrar pontos de apoio que fizessem a Espanha recuar nas suas supostas intenções agressivas e de domínio.

⁶⁵⁴ in Almeida, Políbio Valente de – *Do Poder do Pequeno Estado*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Instituto de Relações Internacionais, 1990 - pp. 360

Embora, como referia o Prof. Doutor Borges de Macedo, Portugal nunca pudesse aderir a nenhuma situação externa exclusiva, porque, *“...face às circunstâncias europeias e atlânticas importa lembrar que Portugal está para além de uma e de outra e tem portanto de reunir, na sua composição nacional, a permanente capacidade de escolher, em cada momento, em qual se deverá apoiar, na certeza de que a sua experiência é a de que nenhuma das opções é suficiente quando exclusiva”*.⁶⁵⁵)

De facto, Portugal e Espanha apesar das aparências, sempre estiverem “de costas” um para o outro e foi a partir da adesão dos dois países à CEE que o rumo dos acontecimentos mudou, sendo certo que, segundo a opinião do Prof. Dr. Ernâni Lopes, este relacionamento é mais importante e relevante para Portugal do que para o nosso vizinho na Península Ibérica.

De qualquer das formas estando os dois países, a partir de Janeiro de 1986, em blocos conjuntos – N.A.T.O. e Comunidades – as relações entre os dois países deixaram de passar apenas por um diálogo bilateral, mas sim por um diálogo no seio de duas organizações, com peso mundial o que tornou a posição de Portugal, teóricamente, mais forte dado que deixou de estar a negociar em posição de desequilíbrio declarado, mas sim num quadro multilateral de Estados Soberanos, membros de pleno direito, em que, em caso de necessidade, poderia recorrer à intermediação dos aliados comuns.

Por outro lado, várias oportunidades são geralmente apontadas como a criação de redes integradas de empresas no espaço da Península, as quais com as potenciais ligações dos dois países aos

⁶⁵⁵ in Macedo, Prof. Doutor Jorge Borges de – *Portugal na perspectiva estratégica europeia* – in *Estratégia*, Lisboa, I.E.E.I., nº 4, 1998 - pp. 32

mercados da América Latina poderiam servir de suporte ao aliviar da pressão da globalização sobre os mesmos.

No campo político passou a ser possível, senão desejável, que pontualmente se fizessem alianças entre os dois países na defesa de interesses ou posições comuns no seio da União Europeia.

Ao nível *da liberalização da economia*, o país passou a estar, pela primeira vez, política e institucionalmente ligado como parte integrante dos centros de decisão do “centro” europeu, o que significou um grande salto qualitativo.

Viu introduzidos mecanismos de liberalização do sistema económico, a partir sobretudo da adopção das políticas de privatizações iniciadas a meio da década de 1980, e em particular nos domínios da legislação laboral, do comércio externo, das operações de capitais, do quadro jurídico da actividade bancária, mas ainda com alguma influência do Estado no conjunto da actividade económica.

Pela primeira vez, pelo menos na história moderna, Portugal passou três parâmetros básicos:

- *direitos aduaneiros,*
- *taxas de câmbio,*
- *e taxas de juro,*

de uma lógica de fixação administrativa para uma lógica mais próxima dos mecanismos de mercado.⁽⁶⁵⁶⁾

⁶⁵⁶ in Lopes, Prof. Doutor Ernâni Rodrigues – Portugal e a União Europeia – apontamentos do Mestrado de Estudos Europeus – Universidade Católica Portuguesa – Lisboa – 2001 - policopiado – #2 Q.11

Mas as insuficiências continuam a notar-se sobretudo ao nível da organização, em geral, por falta de métodos de organização adequados e apropriados para defrontar com sucesso um mundo em mutação, globalizado, em que a competição pelos mercados e pela rentabilidade é feita a níveis cada vez maiores de exigência, o que faz com que haja ainda largos segmentos da estrutura empresarial portuguesa com baixos níveis de competitividade.

Por outro lado continua a verificar-se, face ao exterior, uma dificuldade em as empresas portuguesas assumirem posicionamentos autónomos, reconduzindo-se na maior parte das vezes, e dos casos, à actividade de sub-contratação e à actividade dos serviços de exportação, o que dificulta, em última análise, o reconhecimento da marca “umbrella” de Portugal como país onde se produz com qualidade e com competência, fazendo que o foco principal das negociações, entre empresários nacionais e estrangeiros, continue a girar quase que exclusivamente à volta do factor preço, o que traz os inconvenientes conhecidos de baixa rentabilidade, dificuldade de penetração em mercados de alto valor acrescentado e de fidelização dos mercados consumidores.

Por outro lado, ainda, existe uma insuficiência crónica de capacidade para aquisição de conhecimentos técnicos e a falta generalizada da sua consciência.

Este problema não é novo na sociedade portuguesa e muito há ainda por fazer para dotar a nossa economia em particular, e o país em geral, das competências suficientes para o tornar relevante no contexto internacional.

É um dos desafios mais importantes que se colocam neste novo milénio. Senão mesmo vital.

V.V – Apenas, alguns dos resultados da economia portuguesa, posteriores à adesão à CEE.

Por via da adesão de Portugal às Comunidades, o grau de abertura da Economia portuguesa ampliou-se, entre outras causas, pela liberalização dos movimentos capitais, pelo facto de o Estado passar a funcionar numa lógica europeia e ter de progressivamente assumir um papel mais de regulador, que de interveniente ou organizador.

Por via da adesão, Portugal passou para um quadro do sistema económico internacional onde existe um quadro de concorrência acrescida, face ao passado recente, o que acarretou a necessidade dos agentes económicos da oferta racionalizarem a sua gestão, comprimindo custos e adoptando, em alguns casos, uma estratégia de desenvolvimento baseada em factores de qualidade e de inovação.

A adesão de Portugal às Comunidades significou, em termos políticos, a integração num espaço político de democracia, num espaço económico onde vigora a economia de mercado, e num espaço social de uma sociedade aberta e pluralista.

A integração foi importante e ajudou a estabilizar o processo de transição português e consequente solidificação do regime democrático, tendo Portugal respondido aos desafios que se colocavam no campo económico, reestruturando estruturalmente a sua economia de forma a poder responder aos desafios colocados face à concorrência acrescida, uma vez que perdeu a possibilidade de proteger os seus mercados.

Por outro lado, nos anos 1980, começaram a ser atribuídas as indemnizações devidas pelas nacionalizações ocorridas a partir de Março de 1975, tanto aos proprietários das empresas como aos donos das terras abrangidas pela “reforma agrária”.

Todas estas medidas eram necessárias para tentar recuperar a confiança dos investidores, de forma a que estes tornassem a fazer os investimentos que propiciassem um clima de crescimento económico e de bem-estar.

Para além de tudo o mais estas medidas responderam a uma exigência feita pela própria Comunidade Europeia sobre estes temas.⁽⁶⁵⁷⁾

Também por essa altura, começou o programa de reprivatizações das empresas, estabelecido como quadro autónomo face às indemnizações devidas.

A partir de 1986/1987 deu-se um surto de investimentos em infra-estruturas, sobretudo na área das comunicações, transportes (auto-estradas, melhoria de aeroportos e dos caminhos-de-ferro) e telecomunicações, apoiados pelo fluxo dos fundos comunitários de apoio, concedidos pelas Comunidades ao nosso país.

Também a indústria e a agricultura passaram a receber apoios de programas específicos da Comunidade Europeia.

Os anos entre 1986 e 1992 foram de rápido crescimento económico, num contexto favorável, seguido de um período de turbulência a partir de 1992.

Este período coincidiu com o X Governo Constitucional chefiado pelo Prof. Doutor Cavaco Silva⁽⁶⁵⁸⁾.

⁶⁵⁷ in Lopes, Prof. Doutor Ernâni Rodrigues – Portugal e a União Europeia – Universidade Católica Portuguesa – Lisboa – 2001 - policopiado - Q. 8 a Q. 31

⁶⁵⁸ O Professor Doutor Aníbal Cavaco Silva foi Ministro das Finanças do Governo da Aliança Democrática, chefiado pelo Dr. Sá Carneiro. Subiu a líder do PSD no Congresso da Figueira da Foz. Este partido ao vencer as eleições legislativas de 1985 catapultou-o para a função de Primeiro Ministro onde permaneceu até 1995, durante dois mandatos de quatro anos e um de dois anos que não durou o tempo normal, O primeiro, por haver eleições antecipadas provocadas por uma moção de censura

Durante esse período foram encetadas uma série de reformas estruturais de forma a possibilitar uma aceleração na convergência real da economia portuguesa face à economia comunitária.

Com efeito, entre 1986 e 1995, o “*gap* do rendimento *per capita*”, em PPP, reduziu-se de cerca de 13 pontos percentuais. ⁽⁶⁵⁹⁾

Os investimentos público e privado registaram uma forte expansão, para o que contribuíram os já referidos investimentos em infra-estruturas.⁽⁶⁶⁰⁾

O primeiro impacto significativo da adesão de Portugal incidiu sobre o grau de abertura da economia portuguesa que subiu de:

- 29% em 1985,
- para 44% em 1991.⁽⁶⁶¹⁾

Este facto provocou um efeito positivo sobre o bem-estar das populações através de um maior acesso dos consumidores a uma maior variedade de produtos.

O intervalo de convergência em relação à CEE reduziu-se de cerca de 20 pontos percentuais entre 1984 e 1998⁽⁶⁶²⁾.

Do ponto de vista da tecnologia houve uma substancial transferência de tecnologias sob a forma de conhecimentos, equipamentos, técnicas e métodos de gestão, derivados de um mais

apresentada então pelo PRD no Parlamento, que provocou a convocação das eleições de 1985 de que saiu vencedor, pela primeira vez, tomando posse em 6 de Novembro.

⁶⁵⁹ Cf – Mateus, Prof. Doutor Abel – *Economia Portuguesa desde 1910 – Lisboa, Verbo, 1998*

⁶⁶⁰ *Idem*

⁶⁶¹ In Mateus, Prof. Doutor Abel – *Economia Portuguesa desde 1910 – Lisboa, Verbo, 1998 – pp. 139*

⁶⁶² *Idem* - Mateus, Prof. Doutor Abel – *Economia Portuguesa desde 1910 – Lisboa, Verbo, 1998 pp. 141*

estreito, frequente e mais fácil contacto entre os técnicos portugueses e estrangeiros, dos países mais desenvolvidos.

Do ponto de vista educativo alargou-se a escolaridade obrigatória de seis para nove anos, aplicadas às faixas etárias entre os 6 e os 15 anos, tendo-se a taxa de escolarização, no 3º ciclo, expandido de 64%, em 1985/86, para 85% em 1994/1995, enquanto que no secundário a taxa crescia de 36 para 58%. ⁽⁶⁶³⁾

Na agricultura embora o número de explorações, entre 1986 e 1996 tenha caído cerca de um terço, houve um aumento de 16% da produção agrícola tendo grande parte da expansão sido devida à introdução de novas unidades pecuárias.

No campo da produtividade verificou-se um crescimento de 22 pontos percentuais entre 1985 e 1991.

No campo das exportações o peso dos países comunitários subiu de 58% em 1985 para 81% em 1995, com a consequente queda de importância relativa dos outros destinos tradicionais das nossas exportações⁽⁶⁶⁴⁾.

Em termos do crescimento económico verificado, tiveram um grande impacto as transferências da CEE para o nosso país, embora tenham representado, entre 1986 e 1992, apenas 1,4% do PIB⁽⁶⁶⁵⁾, recebendo Portugal menos do que a Grécia e do que a Irlanda. ⁽⁶⁶⁶⁾

⁶⁶³ In Mateus, Prof. Doutor Abel – *Economia Portuguesa desde 1910* – Lisboa, Verbo, 1998 - pp. 154

⁶⁶⁴ Idem - pp. 143

⁶⁶⁵ Idem - pp. 146

⁶⁶⁶ In Mateus, Prof. Doutor Abel – *Economia Portuguesa desde 1910* – Lisboa, Verbo, 1998 - pp. 154 – Lei de Bases 46/86

Portugal recebeu, por exemplo em 1991, transferências líquidas no valor de 1.516 milhões de ECU's (2,4% do PIB) contra 2.357 da Irlanda (6,7% do PIB), 2.926 da Grécia (4,1% do PIB) e 2.295 da Espanha (0,5% do PIB).

As transferências através dos Fundos Estruturais representaram em 1991, em relação às importações totais, para Portugal 6,1%, para a Irlanda 4,7%, para a Grécia 5,0% e para a Espanha 1,9%.

Quadro 31 - Quadro resumo das Intervenções Estruturais

(incluindo Fundo de Coesão e Iniciativas Comunitárias), no período de 1989 a 1993 em termos de médias anuais.⁽⁶⁶⁷⁾

	(Em Milhões de ECUS)		(Em percentagem do PIB)	
	Total	Intervenção EU	Total	Intervenções EU
EUR 12	33.511	14.666	0,63	0,29
PORTUGAL	3.789	1.892	6,15	3,07
Alemanha	6.115	1.680	0,48	0,13
Bélgica	357	173	0,22	0,11
Dinamarca	157	86	0,15	0,08
Espanha	6.201	3.017	1,54	0,75
França	3.408	1.387	0,35	0,14
Grécia	3.091	1.834	4,47	2,65
Holanda	419	163	0,18	0,07
Irlanda	2.212	980	5,99	2,66
Itália	5.232	2.374	0,60	0,27
Luxemburgo	25	15	0,28	0,17
Reino Unido	2.469	1.066	0,31	0,13

(fonte: Abel Mateus, *Economia Portuguesa*)

⁶⁶⁷ In Mateus, Prof. Doutor Abel – *Economia Portuguesa desde 1910* – Lisboa, Verbo, 1998 - pp. 147.

Este quadro apresenta valores absolutos e as percentagens em relação ao PIB das transferências brutas, para todos os países das Comunidades no âmbito do Pacote Delors I.

No pacote Delors II, em vigor entre 1994 e 1999, já com a Comunidade com quinze membros a situação, em termos das médias anuais foi um pouco diferente:

Quadro 32 - (Em Milhões de ECUS) (Em percentagem do PIB)

	Total	Intervenção UE	Total	Intervenções UE
EUR 15	68.279	27.932	1,10	0,51
PORTUGAL	5.300	2.940	7,17	3,98

(fonte: Abel Mateus, *Economia Portuguesa*)

Portugal recebeu dos fundos estruturais (incluindo iniciativas comunitárias) o equivalente a 3,98% do PIB seguindo-se a Grécia com 3,7, a Irlanda com 2,8 e a Espanha com 1,7%.⁽⁶⁶⁸⁾

Em termos do benefício líquido por Estado Membro, reportado ao ano de 1997 temos o seguinte quadro:

Quadro 33 – Benefícios Líquidos dos Países em 1997

Beneficiários Líquidos	Milhões de ECU	Em % do PIB	ECU per capita	Ranking per capita	Ranking % do PIB	Ranking Valor
Portugal	2.800	3,41%	286	4º	4º	3º
Bélgica	1.800	0,85%	178	5º	6º	5º
Dinamarca	200	0,14%	38	7º	7º	7º
Espanha	6.100	1,33%	155	6º	5º	1º
Finlândia	100	0,10%	20	8º	8º	8º
Grécia	4.100	4,23%	389	8º	2º	2º
Irlanda	2.300	4,11%	639	2º	3º	4º
Luxemburgo	800	5,71%	1.976	1º	1º	6º

(fonte: Abel Mateus, *Economia Portuguesa*)

⁶⁶⁸ In Mateus, Prof. Doutor Abel – *Economia Portuguesa desde 1910* – Lisboa, Verbo, 1998 - pp. 152

tendo os maiores contribuintes, nesse mesmo ano, sido a Alemanha com 10.000 milhões de ECUS seguida da Holanda e do Reino Unido com 2.400 e 2.300 milhões de ECUS, respectivamente.

Apesar do quadro de 1997, Portugal foi dentre os pequenos países, com rendimento abaixo da média comunitária, o que menos recebeu em termos líquidos, em transferências da CE.

Assim, nos sete primeiros anos de adesão, Portugal apenas recebeu o equivalente a 11% do PIB enquanto a Irlanda recebeu 17% e a Grécia 21%.

Segundo o Prof. Doutor Abel Mateus esta situação *“dever-se-á a uma deficiência no contrato de adesão, pois Portugal quase nada recebeu do FEOGA”* (Fundo Europeu de Organização e Garantia Agrícola).

Mais, acrescenta que *“o orçamento comunitário está enviesado contra Portugal, porque a política agrícola comum favorece cultivos em que o país não está especializado”*.

O Investimento directo em Portugal, no período da pós-adesão, caracterizou-se por uma grande subida entre 1987 e 1991, acompanhando o ciclo internacional, tendo a partir daí declinado acentuadamente.

Entre 1986 e 1989 os montantes de I.D.E. duplicaram todos os anos atingindo um máximo de 2,2 biliões de dólares em 1990 e 1991, o equivalente a 3,8% do PIB e a 14% da Formação Bruta de Capital Fixo.

Em resultado da recessão verificada na CEE, o IDE caiu para cerca de 1,5% do PIB em 1992.

Os principais investidores, no período de 1986/1995 eram originários do Reino Unido (22,8%), de França (13,9%), Espanha (12,1%), Alemanha (7,5%), Suíça (7,3%) e EUA (6,8%).

A Espanha viria a aumentar a sua quota de investimento em Portugal, representando no final dos anos 1990 cerca de 23 % do investimento.

Por sectores, foi a Banca (32,3%) o maior receptor, seguida do Sector Imobiliário (21,2%).⁽⁶⁶⁹⁾.

Entre 1985 e 1996 a Economia Portuguesa, cresceu à taxa média anual de 4,2%.

⁶⁶⁹ *In Mateus, Prof. Doutor Abel – Economia Portuguesa desde 1910 – Lisboa, Verbo, 1998 - pp.. 157-159*

V.VI. – Notas Finais

Eis o que foi um período rico (1977-1985) de Conferências de Negociação de Adesão de Portugal às Comunidades Europeias e que determinou uma mudança qualitativa e quantitativa na vida económica, financeira e política do nosso país.

De tudo o que se passou neste período, veio Portugal a recolher os frutos das negociações desenvolvidas, das tarefas desempenhadas, por sucessivas equipas de pessoas capazes, e que neste trabalho se tentaram descrever.

Portugal defrontou desafios para os quais teve de encontrar respostas adequadas dado que, quer na economia, quer na política, se deram alterações significativas.

Na política económica perdeu, margem de manobra e de poder nas políticas cambial, monetária e orçamental, e atravessou uma fase aguda de necessidade de ajustamento que recaiu fundamentalmente sobre a denominada economia real - a dos cidadãos, a das empresas.

E para estas, as condições também se alteraram dado que a concorrência se tornou cada vez maior, o que implicou uma necessidade de reestruturação adequada das mesmas e uma crescente necessidade de investimentos nos recursos humanos, de forma a aumentar as suas capacidades e competências.

Os agentes económicos enfrentaram, e enfrentam ainda hoje, também a necessidade de serem desenvolvidos esforços adicionais em Investigação e Desenvolvimento Tecnológico que lhes permitam evoluir, sobreviver e vencer nesse quadro concorrencial acrescido.

As empresas têm que, também, estar mais atentas aos movimentos internacionais dos seus sectores de actividade, de forma a poderem estudar e aproveitar as oportunidades criadas pelos novos cenários, europeu e mundial, nomeadamente no que se refere a fusões, aquisições e alianças que se formem, ou que sejam capazes de celebrar, a fim de poderem competir cada vez mais e melhor.

Neste campo, é necessário que as empresas portuguesas aumentem a sua produtividade, que qualifiquem cada vez mais os seus quadros – (na minha opinião, nunca será de mais frisar este ponto) - pois são estes em última análise os que fazem a diferença entre empresas.

Será necessário, também, que as empresas portuguesas se preparem para uma internacionalização deliberada, com presença activa nos mercados mais interessantes e que não se entreguem meramente à actividade exportadora, que sendo importante não é, do meu ponto de vista, suficiente.

Tudo isto, porque a chave da questão da sua sobrevivência está assente em quatro parâmetros:

- Produtividade
- Custos
- Mercados
- Competitividade.⁽⁶⁷⁰⁾

⁶⁷⁰ in Lopes, Ernâni Rodrigues - *Portugal e a União Europeia*, - Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 2001 #5, Q.18

Questões que, se bem resolvidas, lhes permitirão enfrentar com sucesso a situação, em muitos sectores, de excesso de capacidade instalada a nível internacional.

E por isso as empresas terão:

- ou de concentrar as suas actividades nas áreas em que detenham maior competência relativa;
- ou entrar em sectores que se revelem promissores em termos de desenvolvimento.

E, para tal, precisam de buscar dados, saber agrupá-los coerentemente, consoante os seus objectivos de busca e construir, assim, a informação vital para decidir.

O balanço da adesão às Comunidades é positivo mas subsistem áreas de risco e de incerteza onde os nossos interesses permanentes, no contexto da União, poderão ser postos à prova.

Dificuldades no sector da Agricultura, no ritmo de crescimento da nossa economia face à dos nossos parceiros, dificuldades que se:

- não resolvermos os problemas educacionais existentes;
- se não soubermos modernizar a administração pública;
- se não soubermos resolver os problemas da deficiente organização financeira do Estado e do tecido produtivo e empresarial, poderão colocar em risco todo o trabalho desenvolvido.

Temos de encontrar forma de pôr em marcha um plano global estratégico de Política Externa que nos permita aceitar o que é de aceitar, e recusar o que é de recusar na frente comunitária, e saber alargar a nossa rede de interesses, fora da União.

É sobre tudo isto que teremos em conjunto, independentemente da filiação partidária, de reflectir para que Portugal possa ser o que todos queremos que seja:

um país relevante na cena internacional, tendo em mente a nossa dimensão e as nossas capacidades.

Termino citando o Prof. Políbio Valente:

“Ao longo da História, Portugal enfrentou desafios implacáveis que pareciam excessivos para a sua dimensão. Teve que enfrentar a Espanha e fez-se respeitar; teve que enfrentar o mar desconhecido e transformou-o num instrumento de ligação entre os homens. Teve que enfrentar a pobreza material e usou-a para o engrandecimento moral; aconteceu-lhe conviver com outras raças e crescer Brasis; foi marginalizado pela Europa e, no entanto, a sua estratégia foi decisiva para o aparecimento de um novo equilíbrio mundial. A perda recente de algumas funções históricas seculares e a mudança brusca de dimensão física obrigaram-no a reconciliar-se com o presente e a assumir-se como um pequeno estado que, pelo reforço dos seus valores espirituais e pelo sentido que for capaz de dar à sua responsabilidade ecuménica, poderá vir a posicionar-se entre as médias potências”.⁽⁶⁷¹⁾

671 In Almeida, Políbio Valente de - *Do Poder do Pequeno Estado*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Instituto de Relações Internacionais, 1990 - pp. 372-373.

*

Finalmente, a evolução deste processo levou, em 1980, o *Embaixador Dr. António de Siqueira Freire* a estabelecer as seguintes questões encadeadas:

«Teríamos podido alcançar os termos em que assinámos a Acordo de 1972 com a C.E.E, senão estivéssemos na E.F.T.A?

«Teríamos podido pedir já a adesão como membro de pleno direito às Comunidades se não tivéssemos adquirido a imagem e a longa experiência de integração europeia adquiridas na E.F.T.A e na vivência do Acordo Portugal – C.E.E de 1972?» ⁽⁶⁷²⁾.

Sequência a que acrescento: teríamos podido assinar o Tratado de Adesão às Comunidades sem percorrer o longo caminho de Aproximações e de Acordos estabelecidos com as diversas organizações Intergovernamentais europeias, desde 1948, ano da fundação da OECE, e nas quais as Comunidades se vieram inserir?

Penso que não!

⁶⁷² In Magalhães, *Embaixador Dr. Calvet de Magalhães - in Hipolito de la Torre - Portugal, España y Europa, Cien años de desafio - III jornadas de estudios Luso-Espanoles*. Mérida - pp. 144 e 145.



Capítulo VI

ANEXOS

e

BIBLIOGRAFIA

ANEXO 1 Quadro 34 - Quadro dos principais passos de inserção de Portugal, nas relações Europeias do Pós-Guerra, até 1985

ITEM	DESCRIÇÃO	PERÍODO/DATA
2ª REPÚBLICA	ESTADO NOVO	PÓS-GUERRA > 1945
O.E.C.E. / O.C.D.E.	Membro Fundador	16 de Abril de 1948
PLANO MARSHALL	Adesão ao Foreign Assistance Act of 1948	24 de Novembro de 1948
O.T.A.N. / N.A.T.O - Organização do Tratado do Atlântico Norte	Membro Fundador	28 de Julho de 1949
O.N.U. - Organização das Nações Unidas	Membro	14 de Dezembro de 1955
A.E.C.L. / E.F.T.A. - Associação Europeia de Comércio Livre	Membro Fundador	4 de Janeiro de 1960
GRUPO BANCO MUNDIAL		
Fundo Monetário Internacional (F.M.I.)	Membro	21 de Novembro de 1960
Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (B.I.R.D.)	Membro	21 de Novembro de 1960
Sociedade Financeira Internacional (S.F.I.)	Membro	21 de Novembro de 1960
3ª REPÚBLICA	DEMOCRACIA	> 25 ABRIL 1974
CONSELHO da EUROPA	Membro	31 de Dezembro de 1976
Associação Internacional para o Desenvolvimento	Membro	8 de Julho de 1982
COMUNIDADES EUROPEIAS C.E.E. / C.E.C.A. / C.E.E.A. - Euratom	Membro	1 de Janeiro de 1986

ANEXO 2 – Quadro 35 - QUADRO do PROCESSO PORTUGUÊS de APROXIMAÇÃO e de ADESÃO às COMUNIDADES EUROPEIAS, no período entre 1962 / 1986

FACTOS	E RESULTADOS	DATAS
Portugal pediu, pela 1ª vez, abertura de negociações, por carta entregue ao Presidente da Comissão da C.E.E..	Pedido português Veto da FR ao Alargamento A audição do caso português tinha sido marcada, após veto foi adiada “sine die”	18 de Maio de 1962 14 de Janeiro de 1963 11 de Fevereiro de 1963
Novo Pedido de Negociações. Entrega de um memorando ao Presidente da Comissão da C.E.E.	Pedido português Início Negociações Acordo Comercial Entrada em Vigor	28 de Maio de 1970 24 de Novembro de 1970 22 de Julho de 1972 1 de Janeiro de 1973
Ajuda Excepcional de Urgência no Luxemburgo	Ajuda de 150 milhões de (u.c.e.)	7 de Outubro de 1975
A pedido de Portugal, o Conselho decidiu autorizar a Comissão a iniciar negociações ao abrigo da cláusula evolutiva de 1972, com vista ao alargamento do seu domínio de aplicação.	Pedido português As negociações decorreram, Assinados, em Bruxelas, um Protocolo Adicional ao Acordo de 1972 e um Protocolo Financeiro.	20 de Janeiro de 1976 13 Fevereiro a 9 Junho 1976 20 de Setembro 1976
Acordo Intercalar entre Portugal e a C.E.E.,	Antecipando para 1 de Novembro de 1977 a entrada em vigor das disposições comerciais daquele protocolo	20 de Setembro 1976
Pedido Oficial de Adesão de Portugal às Comunidades Europeias da (C.E.C.A), (C.E.E) e (C.E.E.A).	Pedido A aceitação do pedido foi tomada no Conselho	28 de Março de 1977 5 de Abril de 1977
Abertura Formal de Negociações	Reunião Ministerial do Luxemburgo	17 de Outubro de 1978
Declaração Conjunta do Governo de Portugal e do Conselho de Ministros C.E.E		24 de Outubro de 1984
Conclusão das Negociações	Conselho Europeu de Bruxelas	30 de Março de 1985
Assinatura do Tratado de Adesão	Lisboa	12 de Junho de 1985
Membro de Pleno Direito		1 de Janeiro de 1986

ANEXO 3: Quadro 36 - Cronograma dos Principais Factos - Pré-Conferências de Negociações entre Portugal e as Comunidades - 1976

<i>Datas</i>	<i>Factos</i>
07 Janeiro 76	1ª reunião da Comissão Paritária – Portugal-CEE. A Delegação portuguesa preparou projectos a apresentar ao Banco Europeu de Investimentos.
08 Janeiro 76	Os Presidentes das Comunidades Europeias, o Presidente da República e Membros do Governo, discutem o alargamento do Acordo de 1972 aos domínios de cooperação industrial e tecnológica.
13 Janeiro 76	Renegociação do Acordo de 1972 entre Portugal e a CEE – A assinatura deste Protocolo destinava-se a assegurar a continuidade do apoio financeiro da CEE a Portugal.
26 Janeiro 76	O Conselho de Ministros da CEE autoriza a Comissão a encetar negociações com Portugal, tendo em vista o alargamento do Acordo de Comércio de 1972.
12 Abril 76	O Conselho da EFTA aprova o projecto dos estatutos do Fundo de Desenvolvimento Industrial para Portugal. O Fundo destinava-se a contribuir para o desenvolvimento da indústria portuguesa através do financiamento de projectos, com vista à reestruturação ou criação das PME's dos sectores privado e público.
01 Maio 76	O BEI anuncia a concessão de um empréstimo de 20 milhões Unidades de Conta (U.C.) – 22 Milhões de USDolares, a Portugal no âmbito da assistência de emergência.
11 Junho 76	Comunicado de Imprensa Conjunto das delegações portuguesa e comunitária sobre o termo das negociações Portugal-CEE, com vista à Conclusão de um Protocolo Adicional ao Acordo de 1972 e de um Protocolo Financeiro.
03 Agosto 76	1º Governo Constitucional – Dr. Mário Soares defende a adesão de Portugal à CEE na Assembleia da República.
20 Setembro 76	Assinatura do Acto sobre as Eleições do Parlamento Europeu por sufrágio universal. Assinatura do Protocolo Financeiro e Protocolo Adicional Intercalar entre Portugal e a CEE.
19 Outubro 76	Aprovados os Estatutos do Fundo EFTA para o Desenvolvimento Industrial de Portugal.
29 Novembro 76	O 1º Governo Constitucional é autorizado pela Assembleia da República a solicitar a adesão de Portugal às Comunidades Europeias.
08 Dezembro 76	Criada uma 1ª Comissão para as relações com a CEE.

ANEXO 4 - Enquadramento das Negociações de Adesão às Comunidades Europeias do pós- Revolução de 25 de Abril de 1974, segundo o Professor Doutor Ernâni Lopes ⁽⁶⁷³⁾

Podemos estabelecer algumas fases fundamentais da evolução do processo de alargamento das Comunidades, subdividindo o período (1974/1986) em dois capítulos:

1º Capítulo - O Processo de Adesão de Portugal;

2º Capítulo - O processo de Alargamento aos três Candidatos (Portugal, Espanha e Grécia).

*

Quanto à sistematização do 1º Capítulo ⁽⁶⁷⁴⁾

– O Processo de Adesão de Portugal – podemos identificar 6 fases:

Uma 1ª fase – entre Abril de 1974 e 28 de Março de 1977

– fase de aproximação e desenvolvimento – caracterizada pela aproximação e início oficial das negociações de Portugal com as Comunidades.

Esta fase caracterizou-se internamente por uma certa maioria favorável à adesão, formada pelo CDS, PPD/PSD e pelo PS, com a oposição do PCP e da UEDS, que propunham uma simples Associação.

*

Uma 2ª fase – entre 28 de Março de 1977 e 5 de Fevereiro de 1980 – período pré-negocial – esta última data é a da 2ª Reunião de negociação a Nível Ministerial, que simboliza o período em que a adesão foi apresentada pelo Governo português como “a prioridade das prioridades”.

⁶⁷³ In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta XI – Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986.

⁶⁷⁴ In Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – pasta XI – Adesão de Portugal à CEE – 1974/1986.

O processo interno de organização da Comissão de Integração Europeia, depois de várias peripécias, viria a ser concretizado em 1979, com a publicação do decreto-lei que regia o funcionamento da Comissão para a Integração Europeia.

*

Uma 3ª fase – entre Junho de 1980 e Janeiro de 1982

– a fase de estagnação – que foi uma altura de “pausa” anunciada por Giscard D’Estaing até ao início da presidência belga.

Nesta fase gera-se alguma controvérsia interna sobre as questões da adesão de Portugal às Comunidades, esfriando o optimismo inicial.

*

Uma 4ª fase – entre Janeiro de 1982 e Outubro de 1982

– de desenvolvimento normalizado do processo de adesão, caracterizada pela conclusão dos 1º e 2º pacotes negociais.

No Outono de 1982 a França apresentou a formula da transição por etapas para a Agricultura, na sequência do inventário sobre o alargamento pedido pelo Presidente da França, François Mitterrand, em Junho desse ano.

Assistiu-se, nesta fase, a um crescimento das posições críticas, provindas agora de todos os sectores políticos, sobre a questão da adesão de Portugal às Comunidades.

Crítica e desentusiasmo esses que iriam durar até à data de assinatura do Tratado de Adesão.

*

Uma 5ª fase – entre o Outono de 1982 e o início de 1984

– fase de desaceleração, caracterizada pelo atraso resultante da negociação das etapas, apesar da reabertura formal do dossier agrícola em 15 de Março de 1983.

No Outono de 1982 a delegação portuguesa reiniciou a negociação do dossier agrícola, agora com base no novo método das etapas, propostas por François Mitterrand.

*

Uma 6ª fase – do início de 1984 até à adesão

– inicia-se com a assinatura da Declaração Conjunta - “Constat d’Accord” - a fase da finalização caracterizada pela lenta formação negocial do pacote final.

*

Quanto à sistematização do 2º Capítulo

– *O processo de Alargamento aos três Candidatos (Portugal, Espanha e Grécia), - podemos subdividi-la em 4 épocas:*

A 1ª – entre 1974 e 1979

– caracterizada por um aprofundamento e clarificação das anteriores relações dos Estados candidatos com os “Nove”, e, na fase final do período, pelo início da crise agro-financeira gerada pela renegociação da adesão britânica às Comunidades.

Nesta época aconteceram alguns fenómenos históricos, políticos e económicos com relevância.

O primeiro foi o 1º choque petrolífero que gerou alguma instabilidade no Ocidente, mas de que houve uma recuperação relativamente fácil entre 1976 e 1979.

Por outro lado aconteceram mudanças de regime em Portugal (de autocracia para a democracia), Espanha (de ditadura para a democracia) e Grécia (de ditadura militar para a democracia) passando a existir na Europa apenas um sistema político generalizado (na parte do bloco ocidental): a democracia com base parlamentar.

No seio das Comunidades a Grã-Bretanha pediu, em Abril de 1974, a renegociação dos termos da sua adesão, pondo em causa o 1º alargamento das Comunidades realizado em Janeiro de 1973;

Ainda e como mudanças nas Comunidades:

- assinou-se a Convenção de Lomé (28 de Fevereiro de 1975);
- o Conselho Europeu decidiu, em 1 de Dezembro de 1975, que a eleição dos Deputados ao Parlamento Europeu se passaria a fazer por sufrágio directo e universal;
- concluíram-se os acordos com os países do Magreb e do Mashrek (em Abril de 1976 e Janeiro de 1977, respectivamente);
- foi criado o Sistema Monetário Europeu;
- deu-se a 1ª eleição directa dos deputados para o Parlamento Europeu em Junho de 1979;
- e assinou-se a 2ª Convenção de Lomé em Outubro de 1979.

Ainda nesta fase assistiu-se aos pedidos de Adesão:

- *da Grécia*, em 12 de Junho de 1975, que iniciou as suas negociações em 27 de Julho de 1976, sendo estas concluídas em 21 de Dezembro de 1978, assinando a Grécia e Comunidades o respectivo Tratado de Adesão em 28 de Maio de 1979;

- *de Portugal*, em 28 de Março de 1977, tendo-se as negociações sido iniciadas em 17 de Outubro de 1978;
- e *da Espanha*, em 28 de Junho de 1979, tendo-se iniciado as respectivas negociações em 5 de Fevereiro de 1979.

As adesões foram aceites fundamentalmente com argumentos de natureza política, relacionados com os interesses estratégicos da França, Grã-Bretanha e Alemanha.

No entanto de início houve grandes *reticências*, por parte dos países membros:

- dado o relativo atraso económico global dos países candidatos à adesão;
- dadas as implicações globais das adesões no sector da agricultura e nos sectores industriais sensíveis, mais afectados pela crise petrolífera;
- dado o impacto institucional que as adesões poderiam e iriam provocar;
- e a necessidade de reenquadrar a política Mediterrânica das Comunidades.

No entanto os documentos oficiais reflectiam, por outro lado, um tom optimista na questão da ultrapassagem das dificuldades potenciais.

Dentre estes destacam-se os *relatórios “Fresco”*, apresentado em 11 de Abril de 1978, e os sucessivos *pareceres da Comissão Europeia* sobre o alargamento.

*

A 2ª – entre 1979 e 1981

– marcada pelo desenvolvimento e aprofundamento da crise agro-orçamental, à qual foi progressivamente sendo associado o alargamento e algumas dúvidas e restrições com que certos Estados-membros haviam aceite as candidaturas de Portugal e Espanha.

Esta época, que começou com a abertura do confronto franco-britânico, teve o seu epílogo com a apresentação do relatório da Comissão sobre o relançamento da Comunidade, em cumprimento do mandato de 30 de Maio de 1980, com o qual se celebrou a “paz” da primeira “batalha orçamental”.

- O 2º choque petrolífero;
- a consciência da natureza estrutural da crise;
- o agravamento da conjuntura e o desemprego crescente;
- a renegociação da adesão britânica;
- a crise interna;
- as reticências francesas;
- a pausa nas negociações de adesão com os novos pretendentes;
- o reacendimento da tensão leste-oeste após a eleição de Ronald Reagan para Presidente dos Estados Unidos da América;
- a crise dos euromísseis;
- a queda de Giscard d’Estaing e a subsequente eleição de François Mitterrand;

constituíram-se como alguns dos acontecimentos mais importantes e marcantes deste período.

No interior da Comunidade foram marcantes:

- a já referida pausa negocial, que provocou sucessivos adiamentos das negociações de adesão;
- a recuperação do conceito de “Europa a duas velocidades” ou de “geometria variável” na expressão do 1º Ministro francês, da altura, Raymond Barre;
- bem como a adesão plena da Grécia.

*

Uma 3ª – de finais de 1981 á Primavera de 1983

– caracterizada por um desenvolvimento das negociações de adesão e pela progressiva e definitiva ligação entre o alargamento e a chamada “reforma interna” da Comunidade.

- Assiste-se, neste período, a um agravamento da crise global das sociedades europeias com o crescente aparecimento de dificuldades políticas dos diversos governos, nos seus países, e um menor tempo de vida de governos;
- verifica-se o avanço da tendência neo-liberal e uma certa deterioração das relações com os EUA, bem como a abertura de um contencioso comercial com o Japão.

No interior das Comunidades nada acontece de novo e percebe-se que existe um impasse sobre as questões:

- da reforma interna e do alargamento;
- para além do pedido do inventário feito por François Mitterrand em 1982;
- e da introdução do método das etapas, no processo de adesão.

*

Finalmente a 4ª – desde a Primavera/Verão de 1983 até 1985 – caracterizada pela tentativa de concretização dos compromissos da Cimeira de Stuttgart e marcada pela progressiva organização da fase final das negociações, para a realização do alargamento e das reformas político-institucional e financeira das Comunidades, desembocando na assinatura dos instrumentos de adesão. ⁽⁶⁷⁵⁾

Algum euro-pessimismo sobre o futuro da Europa Comunitária, fazia-se notar. No entanto prosseguiram algumas reformas e os processos de adesão tiveram a sua sequência.

Alguns factos são de realçar, nomeadamente:

- a criação da Política Comum das Pescas, em Janeiro de 1983;
- a reactivação do debate sobre a criação da União Europeia;
- a apresentação, em Maio de 1983, das propostas da Comissão para a reforma do sistema de financiamento das Comunidades;
- a Cimeira de Stuttgart, realizada em Junho de 1983, que decidiu o aumento do plafond do IVA para os recursos próprios da Comunidade.

Assistiu-se neste período, ainda, a uma melhoria das relações entre a França e a Alemanha.

⁶⁷⁵ *In Conselho Europeu de Stuttgart onde foi produzida a denominada Declaração Solene de Stuttgart – realizada em 19 de Junho de 1983. Esta Declaração baseou-se num documento da autoria do Ministro dos Negócios Estrangeiros da RFA – Hans-Dietrich Gensher e do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Itália – Emílio Colombo. Esta foi acompanhada por declarações dos Estados-Membros sobre os objectivos a alcançar em termos de relações interinstitucionais de competências comunitárias e de cooperação política. Os Chefes de Estado e de Governo presentes comprometeram-se a reexaminar as matérias organizacionais nela contidas e a decidir posteriormente da sua incorporação num Tratado da União Europeia. Foram ainda tratadas diversas outras matérias como o aumento do plafond do IVA para os recursos próprios da Comunidade. Esta Cimeira foi uma das mais marcantes do processo que levou à assinatura do Acto Único Europeu de 17 de Fevereiro de 1986. – Cf. - Lopes, Prof. Doutor Ernâni – Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes – Negociações de Adesão de Portugal às Comunidades Europeias - pasta XIV.*

E no Conselho de Ministros de Fontainebleu⁽⁶⁷⁶⁾ foi definido, pela primeira vez, o calendário para:

- o alargamento das Comunidades;
- O alargamento a sul;
- bem como estudados os problemas de uma eventual ligação do processo português e do espanhol.

O alargamento a Sul foi motivado por razões políticas e estratégicas. (677)

A CEE pretendia adquirir dimensão territorial e humana de forma a poder vir a ter um papel relevante no Sistema Internacional, quer no continente europeu quer no resto do mundo.

No que se refere a Portugal, a CEE pretendia estabilizar a forma democrática de organização do Estado e, como já se disse, reforçar-se para melhor poder jogar o “power politics” a nível internacional⁽⁶⁷⁸⁾.

676 - Conselho Europeu de Fontainebleu, realizou-se em 25 e 26 de Junho de 1984. Com base no projecto de Tratado do Parlamento, as questões institucionais foram analisadas por um comité “ad hoc” composto por representantes pessoais dos Chefes de Estados e de Governo e presidido pelo senador da Irlanda Sr. Dooge. O relatório de Dooge instava o Conselho Europeu a convocar uma Conferência Intergovernamental para negociar o Tratado da União Europeia. Cf. - Lopes, Prof. Doutor Ernâni - Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes - Negociações de Adesão de Portugal às Comunidades Europeias - pasta XIV.

⁶⁷⁷ Cf - Lopes, Prof. Doutor Ernâni - Arquivo pessoal do Prof. Doutor Ernâni Lopes - Negociações de Adesão de Portugal às Comunidades Europeias - pasta XIV.

⁶⁷⁸ In Lopes, Prof. Doutor Ernâni - Apontamentos do Mestrado em Estudos Europeus - Cadeira de Integração Europeia - Universidade Católica Portuguesa, 2001 - #5. Q.22

ANEXO 5. Quadro 37 - Mapa dos Governos Constitucionais, que intervieram directamente nas Reuniões de Negociações de Adesão à CEE.

Governo Constitucional	Datas	1º Ministro	Outros Ministros
1º	23/9/76 23/1/78	Dr. Mário Soares	MNE – Dr. Mário Soares; Min. Finanças – Dr. Medina Carreira Min. Agricultura – Dr. António Barreto
2º	23/1/78 29/8/78	Dr. Mário Soares	MNE – Dr. Victor Sá Machado; Min. Finanças/Plano – Dr. Victor Constâncio Min. Agricultura – Dr. Luís Saias
3º	29/8/78 22/11/78	Engº Nobre da Costa	MNE – Eng. Corrêa Gago; Min. Finanças/Plano – Dr. José Silva Lopes Min. Agricultura – Engº Vaz Portugal
4º	27/4/79 31/7/79	Prof. Doutor Carlos Mota Pinto	MNE – Embaixador Freitas Cruz; Min. Finanças/Plano – Prof. Dr. Manuel Jacinto Nunes Min. Agricultura – Engº Vaz Portugal Min. Integração Europeia – Prof. Dr. Manuel Jacinto Nunes
5º	1/8/79 3/1/80	Engª Maria de Lurdes Pintassilgo	MNE – Embaixador Freitas Cruz; Min. Finanças/Plano – Prof. Dr. António Sousa Franco Min. Agricultura – Engº Joaquim Silva Lourenço
6º	3/1/80 9/1/81	Dr. Francisco Sá Carneiro	MNE – Prof. Doutor Freitas do Amaral; Min. Finanças/Plano – Prof. Dr. Aníbal Cavaco Silva Min. Agricultura – Engº António Cardoso e Cunha Sec. Estado Integração Europeia – Dr. Rui Almeida Mendes
7º	9/1/81 4/9/81	Dr. Francisco Pinto Balsemão	MNE – Prof. Doutor A. Gonçalves Pereira; Min. Finanças/Plano – Dr. João Morais Leitão Min. Agricultura – Engº Cardoso e Cunha Ministro Integração Europeia – Engº Álvaro Barreto Sec. Estado Integração Europeia – Engº Joaquim Ferreira do Amaral
8º	4/9/81 9/6/83	Dr. Francisco Pinto Balsemão	MNE – Prof. Doutor A. Gonçalves Pereira; Min. Finanças/Plano – Dr. João Salgueiro Min. Agricultura – Dr. Basílio Horta Sec. Estado Integração Europeia – Prof. Doutor José Luís Cruz Vilaça
9º	9/6/83 6/11/85	Dr. Mário Soares	MNE – Dr. Jaime Gama; Min. Finanças/Plano – Prof. Doutor Ernâni Lopes Min. Agricultura – Engº Manuel Soares Costa

BIBLIOGRAFIA

1. FONTES PRIMÁRIAS

1.1. Documentos Escritos:

- *Documentos Oficiais do Governo Português*, na posse da Direcção Geral dos Assuntos Europeus, do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, guardados em 16 Pastas de arquivo;
- *Cópias dos Documentos Oficiais do Governo Português*, bem como *Notas pessoais e Projectos de documentos*, na posse do Senhor Professor Doutor Ernâni Rodrigues Lopes e guardados em 32 pastas de arquivo;
- *Cópias dos Documentos Oficiais do Governo Português*, bem como *Notas pessoais e Projectos de documentos*, na posse do Senhor Professor Doutor José Luís da Cruz Vilaça e guardados em 4 pastas de arquivo;
- *Documentos Oficiais da Comissão Portuguesa de Integração Europeia*, na posse da Direcção Geral dos Assuntos Europeus, do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal e guardados em 16 pastas de arquivo;
- *Cópias dos Documentos Oficiais da Comissão Portuguesa de Integração Europeia*, bem como *Notas pessoais e Projectos de documentos*, na posse do Senhor Professor Doutor Ernâni Rodrigues Lopes e guardados em 32 pastas de arquivo;

- Cópias dos Documentos Oficiais da Comissão Portuguesa de Integração Europeia, bem como Notas pessoais e Projectos de documentos, na posse do Senhor Professor Doutor José Luís da Cruz Vilaça e guardados em 4 pastas de arquivo;
- Documentos Oficiais das Comunidades Europeias, na posse da Direcção Geral dos Assuntos Europeus, do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, (originais e fotocópias) e guardados em 16 pastas de arquivo;
- Cópias dos Documentos Oficiais das Comunidades Europeias, na posse do Senhor Professor Doutor Ernâni Rodrigues Lopes e guardados em 32 pastas de arquivo;
- Cópias dos Documentos Oficiais das Comunidades Europeias, na posse do Senhor Professor Doutor José Luís da Cruz Vilaça e guardados em 4 pastas de arquivo;
- Correspondência Oficial na posse da Direcção Geral dos Assuntos Europeus, do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, guardados em 16 pastas de arquivo ;
- Cópias de Correspondência Oficial e Notas pessoais, na posse do Senhor Professor Doutor Ernâni Rodrigues Lopes e guardados em 32 pastas de arquivo;
- Cópias de Correspondência Oficial e Notas pessoais, na posse do Senhor Professor Doutor José Luís da Cruz Vilaça e guardados em 4 pastas de arquivo;

1.2. - Testemunhos Pessoais

- Professor Doutor Ernâni Rodrigues Lopes, que participou neste processo quer a título de Embaixador de Portugal na República Federal da Alemanha, quer como Embaixador de Portugal junto das Comunidades Europeias, quer ainda como Ministro das Finanças e do Plano e condutor das negociações, quer ainda como Chefe da Delegação Portuguesa em várias Reuniões Ministeriais, nas negociações entre Portugal e as Comunidades;
- Professor Doutor José Luís da Cruz Vilaça, que participou neste processo, quer como Secretário de Estado da Integração Europeia, sendo por inerência Presidente da Comissão de Integração Europeia, quer ainda como Chefe da Delegação Portuguesa em várias Reuniões de Suplentes, nas negociações entre Portugal e as Comunidades;

2. FONTES SECUNDÁRIAS:

- [AFONSO, Aniceto, *O papel das Forças Armadas na transição democrática. O caso português in* Hipólito de la Torre(coord.) et al.- Portugal, España en el cambio político (1958-1978) – (Seminario sobre «La Península en el cambio político, 1958/78», realizado em 13,14 y 15 de Abril de 1989 em Mérida), Madrid, Universidad Nacional de Educación a Distancia, 1990]
- [ALMEIDA, Políbio F. A Valente de, *Do Poder do Pequeno Estado*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Instituto de Relações Internacionais, 1990]

- [ANTUNES, José Freire – *Portugal na Guerra do Petróleo*, Carnaxide, edeline multimedia, 2000]
- [ATLÂNTICO, Comissão Portuguesa do – Lisboa, Bulletin nº 27 de Outubro de 1967]
- [BARBOSA, António Manuel Pinto – *O lado menos visível do Plano Marshall. Sua actualidade*, Lisboa, Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, classe de letras, tomo XXV, 1986]
- [BONIFACE, Pascal – *Dicionário das Relações Internacionais* – Lisboa, Plátano Edições Técnicas, 1997]
- [BRAILLARD, Philippe– *Teoria das Relações Internacionais*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1990]
- [CAMPOS, João Mota de – *Direito Comunitário*, 7ª edição, Lisboa, Fundação Calouste de Gulbenkian, 1995]
- [CARPENTIER, Jean et François Lebrun – *História da Europa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996]
- [CARVALHO, Virgílio de – *A importância do Mar para Portugal* – Venda Nova, Bertrand/Instituto da Defesa Nacional, 1995]
- [CARVALHO, Virgílio de – *Estratégia Global* – Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1986]
- [CERVELLÓ, José Sánchez, *El caetanismo in* Hipólito de la Torre(coord.) et al.- Portugal, España en el cambio político (1958-1978) – (Seminario sobre «La Península en el cambio político, 1958/78», realizado em 13,14 y 15 de Abril de 1989 em Mérida), Madrid, Universidad Nacional de Educación a Distancia, 1990]

- [COIMBRA, Rui - *UEM e Política Económica* – Mestrado em Estudos Europeus – policopiado, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, Dezembro de 2000.]
- [COURTOIS, Stéphane, Nicolas Werth, Jean-Louis Panné, Andrzej Paczkowski, Karel Bartosek, Jean Louis Margolin, *Livro Negro do Comunismo*, Lisboa, Quetzal Editores, Janeiro de 1999]
- [CRUZ, Manuel Braga da, *El modelo político salazarista*, in Hipólito de la Torre(coord.) et al.- Portugal, España en el cambio político (1958-1978) – (Seminario sobre «La Península en el cambio político, 1958/78», realizado em 13,14 y 15 de Abril de 1989 em Mérida), Madrid, Universidad Nacional de Educación a Distancia, 1990]
- [CRUZEIRO, João – A Análise Interindustrial e a Política Económica, Lisboa, Instituto de Investigação Industrial, 1962]
- [CUNHA, Paulo de Pitta e - *Relações Económicas Internacionais* – Sebenta , Faculdade de Direito de Lisboa – Universidade Clássica, ano lectivo de 1983/84]
- [CUNHA, Paulo de Pitta e - *A Regulação Constitucional da Organização Económica e a Adesão à CEE* – Estudos sobre a Constituição, Vol. III, Livraria Petrony, Lisboa - 1979]
- [CUNHA, Paulo de Pitta e - *O Sistema Económico Português e a Adesão ao Mercado Comum* – in Portugal e o Alargamento das Comunidades Europeias, Inteuropa - Lisboa - 1981]

- [DREW, John – *As empresas portuguesas e a CEE*, Lisboa, Dom Quixote, 1986]
- [DUROSELLE, Jean-Baptiste. – *Histoire Diplomatique de 1919 à nos jours* – Paris, Edi Dalloz ,1985]
- [ESTRANGEIROS, site do Ministério dos Negócios Estrangeiros]
- [FERREIRA, José Medeiros *in* Hipólito de la Torre(coord.) et al.- *Portugal, España y Europa. Cien años de desafío (1890-1990) – (III Jornadas de Estudios Luso-Españoles. Mérida)*, Madrid, Universidad Nacional de Educación a Distancia, 1991]
- [FIGUEIRA, Embaixador Dr. Luís de Góis – apontamentos da entrevista - pessoal]
- [FONTAINE, Pascal - (prefácio de Mário Soares) – *A Construção Europeia de 1945 aos nossos dias* – Lisboa, - Edi Gradiva, 1998]
- [FREIRE, António Siqueira, Nuno Valério et al.- *Os movimentos de cooperação e integração europeia no pós-guerra e a participação de Portugal nesses movimentos*, Lisboa, I.N.A ,1981]
- [HAMON, Dominique et Ivan Serge Keller, *Fondements et étapes de la construction européenne* – Paris, Presses Universitaires de France, 1997]
- [HUNTZINGER, Jacques– *Introdução às Relações Internacionais*, PE Edições]

- [JALLES, Maria Isabel – Condições para a abertura das negociações de Adesão e Condições de Admissão nas Comunidades Europeias, in Política Externa, Lisboa - 1979]
- [KISSINGER, Henry – *Diplomacia* – Lisboa, Gradiva, 1996]
- [LANDES, David S. - *A riqueza e a pobreza das Nações* – Lisboa, Gradiva, 2001]
- [LOPES, Ernâni Rodrigues *et al.* – *Portugal, os desafios dos anos 90*, Lisboa, Editorial Presença, 1989;]
- [LOPES, Ernâni Rodrigues - *Economia Política da Construção Europeia* – policopiado, Lisboa - Universidade Católica - Outubro/Novembro 2000]
- [LOPES, Ernâni Rodrigues – *TA´s, TC´s do Mestrado de Estudos Europeus* Lisboa, policopiado – Universidade Católica – 2000/2002]
- [LOPES, Ernâni Rodrigues – *Portugal e a União Europeia* – Mestrado em Estudos Europeus - policopiado, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 2001]
- [LOPES, Ernâni Rodrigues, *O processo de integração de Portugal nas Comunidades (Europeias)* – *Uma avaliação geral, década e meia depois*, discurso Seminário sobre Portugal e a construção europeia, Faculdade de Direito da Univ. Coimbra, 24 Novembro de 2001.]

- [LOPES, J.J. Almeida – *Tratados Europeus Explicados* – Roma, 1957 – Maastricht, 1992 – Amsterdão, 1997 – Lisboa, Visilis Editores, 1999]
- [MACEDO, Jorge Braga de, - *Princípios Gerais da Organização Económica* – in *Estudos sobre a Constituição*, Vol. I, Edição Livraria Petrony – Lisboa - 1977]
- [MAGALHÃES, José Calvet de - *Diplomacia Pura* – Venda Nova, Bertrand Editora, 1996]
- [MARQUES, Silvino Silvério – *Marcelo Caetano Angola e o 25 de Abril*, Mem Martins, Editorial Inquérito, 1995]
- [MARTHA, António – *Síntese da Negociação de Adesão de Portugal à CEE*, Lisboa, Centro de Informação Jacques Delors, 1985]
- [MARTINS, François - *Apontamentos de Geopolítica e Geoestratégia* – Lisboa, Universidade. Lusíada, 1999]
- [MATEUS, Abel - *Economia Portuguesa desde 1910* –Lisboa, Verbo, 1998]
- [MCALLISTAIR, Richard – *EC/EU na historical & political survey*, London, Routledge, 1971]
- [MIRANDA, Jorge de, - *A Constituição de 1976 e a Adesão de Portugal às Comunidades Europeias*, in *Política Externa*, nºs 3 e 4, Lisboa - 1979]
- [MONNET, Jean - *A Construção da Unidade Europeia – Memórias* – Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1966]

- [MONTEIRO, Manuel e Jorge Ferreira – *Tratado de Amesterdão*, Lisboa, Edição Cosmos, 1998]
- [MOREIRA, Adriano – *Ciência Política*, Coimbra, Livraria Almedina, 2001;]
- [MOREIRA, Adriano – *Teoria das Relações Internacionais*, Coimbra, Livraria Almedina, 1996]
- [NEVES, João Luís César das – *The Portuguese Economy. A Picture in Figures, XIX and XX centuries* – Lisboa, Edi Universidade Católica, 1994]
- [NEVES, João César das– *Princípios de Economia Política*, Lisboa, Verbo, 1998]
- [NEVES, João César das Neves e Francisco Azevedo e Silva – *António Manuel Pinto Barbosa – uma biografia económica*, Lisboa, Verbo, 1999]
- [NOGUEIRA, Franco, *Salazar*, Porto, Livraria Civilização Editora, Vol I, II - 1977, Vol. III – 1978, Vol. IV – 1980, Vol. V – 1984, Vol. VI - 1985]
- [NUNES, M. Jacinto – *de Roma a Maastricht* – Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1993]
- [OLIVEIRA, Gonçalo Correia de Oliveira – entrevista pessoal]

- [PINTADO, Xavier – *Conferência “Portugal e a Construção Europeia”* – policopiado - 23 e 24 de Novembro de 2001 – Auditório da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.]
- [PINTO, Jaime Nogueira – *O fim do Estado Novo e as origens do 25 de Abril* – Viseu, Difel , 1995]
- [PORTER, Michael, *Construir as Vantagens Competitivas de Portugal* – Edição do Forum para a competitividade – Lisboa - 1994]
- [QUADROS, Fausto de, *Problemas Políticos e Constitucionais do Alargamento da Comunidade Europeia*, separata do nº 2 da Revista Política Externa, Lisboa - 1978]
- [ROLLO, Fernanda – *Histórias de Portugal – Portugal e o Plano Marshall* – Lisboa, Editorial Estampa, 1994]
- [SAINT-OUEN, François- *Les grandes figures de la construction européenne* – Geneve, Centre Européen de la Culture, edi Georg, - 1997]
- [SALAZAR, António de Oliveira – *Discursos e Notas Políticas* - Coimbra Editora – Tomo IV (1943-1950), 1951]
- [SALAZAR, António de Oliveira – *Discursos e Notas Políticas* - Coimbra Editora – Coimbra, Tomo V (1951-1958), 1959]
- [SALAZAR, António de Oliveira – *Discursos e Notas Políticas* - Coimbra Editora – Coimbra, Tomo VI (1959-1966), 1967]

- [SAMUELSON, Paul A & William D. Nordhaus – *Economia*, 14ª Edição, Lisboa, McGraw-Hill – 1993.]
- [SANTOS, Elsa - *Cronologia comparada dos principais momentos da construção europeia* - site do ministério dos Negócios Estrangeiros]
- [SEARA, Fernando, Fernando Loureiro Bastos e José de Matos Correia - *Organizações Internacionais – Textos fundamentais*, Lisboa, Universidade Lusíada, SPB Editores & Livreiros, 1996]
- [SILVA, Aníbal Cavaco – *União Monetária Europeia*, Lisboa, Edi Verbo, 1999]
- [TELO, António José, *Portugal, 1958-1974: sociedade em mudança* in Hipólito de la Torre (coord.) et al.- *Portugal, España en el cambio político (1958-1978)* – (Seminario sobre «La Península en el cambio político, 1958/78», realizado em 13,14 y 15 de Abril de 1989 em Mérida), Madrid, Universidad Nacional de Educación a Distancia, 1990]
- [THORSTENSEN, Vera – *Comunidade Europeia*, São Paulo, Aduaneiras, 1993]
- [TORRE, Hipólito de la (coord.) et al.- *Portugal y España en el cambio político (1958-1978)* – Madrid, Universidad Nacional de Educación a Distancia, 1990]
- [TORRE, Hipólito de la (coord.) et al.- *Portugal, España y Europa. Cien años de desafío (1890-1990)* – (III Jornadas de Estudios Luso-Espanoles. Mérida), Madrid, Universidad Nacional de Educación a Distancia, 1991]

- [VAISSE, Maurice – *As Relações Internacionais desde 1945* – Lisboa, Edições 70, 1996]
- [VALÉRIO, Nuno – *Ruy Teixeira Guerra* – Lisboa, Edição Cosmos, 2000]
- [VALLERA, João de – *Notas de Reflexão sobre o futuro da União Europeia*, policopiado, Lisboa 2002]
- [VENTURA, António, *O papel das forças sociopolíticas na mudança democrática. O caso português in* Hipólito de la Torre(coord.) et al.- Portugal, España en el cambio político (1958-1978) – (Seminario sobre «La Península en el cambio político, 1958/78», realizado em 13,14 y 15 de Abril de 1989 em Mérida), Madrid, Universidad Nacional de Educación a Distancia, 1990]
- [VIANA, Vítor Daniel Rodrigues – Ten. Cor. – *A Evolução do Conceito Estratégico Nacional da Fundação ao Estado Novo* – Instituto de Altos Estudos Militares – Lisboa – 1996]
- [VILAÇA, José Luís e Miguel Gorjão Henriques – *Tratado de Amsterdão* – Coimbra, Almedina, Coimbra, 1998]
- [VILAÇA, José Luís da Cruz – e outros - *A adesão de Portugal às Comunidades Europeias: Questões Económicas* – Centro de Estudos Europeus do Instituto Amaro da Costa, Lisboa, 1984]
- [VILAÇA, José Luís da Cruz – *A integração portuguesa no sistema jurisdicional comunitário* – Revista Análise Social – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1993]

- [VILAÇA, José Luís da Cruz – *O alargamento da comunidade e as relações norte-sul no contexto europeu* – Revista Democracia e Liberdade nº 10 – Instituto Democracia e Liberdade, Lisboa, 1979]
- [VILAÇA, José Luís da Cruz, e outros – *O contributo da democracia-cristã para a União Europeia* – Revista Democracia e Liberdade Julho/Agosto/Setembro 85 – Instituto Democracia e Liberdade, Lisboa, 1985]
- [VILAÇA, José Luís da Cruz, e outros – *Rapport Portugais - Reports and Conference Proceedings 1989 – The 1992 Challenge at National Level* – Nomos Verlagsgesellschaft, Baden-Baden, 1992]

3. Outras fontes documentais

- [AESE – Associação de Estudos Superiores de Empresa, Lisboa *documentação de apoio para o XXI Programa de Alta Direcção de Empresas* – policopiado - Lisboa, Abril de 1996]
- [ARMADAS, Forças - *Programa do Movimento das Forças Armadas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1974]
- [ATLÂNTICO, Comissão Portuguesa do – Lisboa, Bulletin nº 27 de Outubro de 1967]
- [ESTRANGEIROS, Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios]
- [EUROPEAN, Commission - *European Economy* – Directorate-General for Economic and Financial Affairs Bruxelas, n.º 73, 2001]

- [EUROPEIA, Comissão - Guia do cidadão europeu, *Quem faz o quê na União Europeia*, Luxemburgo, 2001]
- [EUROPEIAS, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades, Amesterdão 17 de Junho de 1997, *Um Novo Tratado para a Europa* – 2ª edição - L-2985-Luxemburgo - 1997]
- [EUROPEU, Parlamento – *50 Anos de Europa* - Lisboa, Publicação do Gabinete em Portugal do Parlamento Europeu, 2001]
- [ESTRANGEIROS, Ministério dos Negócios – *Portugal na União Europeia – 10º ano*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1996]
- [REPÚBLICA, Assembleia da República, Projecto de Resolução n.º 82/VII do CDS-PP – *Proposta de Referendo sobre a Revisão do Tratado da União Europeia*, Lisboa 2 de Março de 1998, *Diário da Assembleia da República*, IIª Série-A, nº 36, de 12 de Abril de 1998].
- [SAER – *Estratégia Económica e Empresarial de Portugal em África*, 6 volumes, Lisboa, SaeR/Fernave – 2001]
- [TRATADO de ADESÃO de PORTUGAL à COMUNIDADE ECONÓMICA EUROPEIA – Associação portuguesa para o estudo da integração europeia, Lisboa - 1988]

4. Lista de WEB Sites consultados

- Comissão Europeia
- Conselho Europeu
- Institut d'Études de Sécurité
- Parlamento Europeu
- Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal

5. Lista de personalidades entrevistadas

- Professor Doutor Ernâni Rodrigues Lopes
 - Professor Doutor José Luís Cruz Vilaça
 - Embaixador Dr. Luís de Góis Figueira
 - Embaixador Dr. João de Vallera
-
- Embaixador Dr. António Costa Lobo
 - Embaixador Dr. Leonardo Mathias
 - Coronel de Infantaria Alberto Pinto Baptista
 - Dr. Gonçalo Corrêa de Oliveira

ÍNDICE - Páginas

Capítulo I – Introdução

1ª Secção – O Objecto da Tese.....	6
2ª Secção – As perguntas formuladas na Tese.....	8
3ª Secção – A originalidade e o carácter inédito da Tese.....	10
4ª Secção – O 1º Objectivo e o 2º Objectivo da Tese.....	11
5ª Secção – O Contexto.....	12

Capítulo II – Metodologia

1ª Secção – As Fontes Primárias utilizadas.....	14
2ª Secção – As Fontes Secundárias utilizadas.....	17
3ª Secção – A Tese, sua Organização e seu conteúdo.....	18

Capítulo III – Antecedentes da Integração de Portugal nas Comunidades

1ª Secção – Introdução aos antecedentes.....	22
III.I – Antes da abertura de Negociações	
2ª Secção – Portugal e a O.E.C.E. / O.C.D.E. – uma breve visão.....	24
III.II - Portugal e a O.E.C.E./O.C.D.E.	
3ª Secção – Portugal e a E.F.T.A. – uma breve resenha.....	33
III.III - Portugal face à criação do bloco AECL /EFTA ⁽⁶⁷⁹⁾	
4ª Secção –Portugal e as Comunidades Europeias– Antecedentes das negociações 77/85.....	48
III.IV - A posição portuguesa face às Comunidades originais ⁽⁶⁸⁰⁾	
III.V - As primeiras diligências diplomáticas de aproximação às Comunidades e o Acordo de 1972 – (1962-1972)	
5ª Secção – A Aproximação final, pré-negociações de adesão.....	64
III.VI - Um rumo diferente da Política Externa Portuguesa	

⁶⁷⁹ AECL – Associação Europeia de Comércio Livre – designação Inglesa : EFTA – European Free Trade Association – Portugal foi fundador – Publicado no Diário do Governo da República Portuguesa, I Série de 25 de Junho de 1960. - in Fernando Seara – Organizações Internacionais – Edi. Universidade Lusíada – Lisboa, 1996.- pp. 459

⁶⁸⁰ Pela denominação de Comunidades Europeias Originais, ou primeiras, quero significar a CECA, a CEE e o EURATOM

Capítulo IV – As Reuniões de Negociações ente Portugal e as Comunidades Europeias e os seus principais resultados - 1977/1985

1ª Secção – Os Actos e Documentos, pré-negociações.....	69
IV. I - O pedido de Adesão de 28 de Março de 1977.....	70
IV.II – O Relatório “Fresco” - Relatório de conjunto sobre o Alargamento.....	73
IV.II - O “Avis” de 19 de Maio de 1978.....	80
2ª Secção – As Negociações de adesão, os Dossiês e os Intervenientes.....	89
IV.III - A abertura das Negociações e as Negociações de Adesão.....	90
IV.IV – As principais negociações em 1979.....	94
IV.V – As principais Negociações no ano de 1980.....	115
IV.VI – As principais negociações em 1981.....	132
IV.VII – As principais Negociações no decorrer do ano de 1982.....	148
IV.VIII – As principais negociações que decorreram no ano de 1983.....	180
IV.IX – As principais Negociações de 1984.....	207
IV.X – A Conclusão e o Encerramento das Negociações – 1985.....	234
IV.XI – As últimas reuniões de Negociações.....	244
3ª Secção – Os Debates na A.R., a Assinatura do Tratado, a Declaração da CEE, Pareceres..	245
IV.XII – Debate na Assembleia da República Portuguesa de Abril de 1985.....	245
IV.XIII – A Assinatura do Tratado de Adesão.....	247
IV.XIV – A Declaração da Comunidade Económica Europeia.....	249
IV.XV – O Processo Constitucional português de Ratificação do Tratado.....	250
IV.XVI – O Parecer da Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros.....	251
IV.XVII – O Parecer final da Comissão de Integração Europeia, de Portugal.....	252
IV.XVII – Portugal – membro de pleno direito das Comunidades Europeias.....	261
4ª Secção – A Opinião Pública, a Opinião Política e Social, sobre a Adesão.....	262

Capítulo V – Resumo e Conclusões

V.I. – Respostas às questões Iniciais.....	272
V.II. – 1ª Nota.....	289
V.III – Portugal e Espanha – uma breve cronologia.....	298
V.IV - Uma leitura do processo português de aproximação e adesão à Comunidade Económica Europeia.....	306
V.V – Mais, apenas, alguns dos resultados da economia portuguesa, posteriores à adesão à CEE.....	311
V.VI. – Notas Finais.....	319

Capítulo VI . Anexos e Bibliografia	338
--	------------

Capítulo VI – Anexos e Bibliografia

ANEXO 1 - Quadro dos principais passos de inserção de Portugal, nas relações Europeias do Pós-Guerra, até 1986.....	325
ANEXO 2 - Quadro do Processo Português de Aproximação e de Adesão às Comunidades Europeias, no período entre 1962/1986.....	326
ANEXO 3: Cronograma dos Principais Factos - Pré-Conferências de Negociações entre Portugal e as Comunidades - 1976.....	327
ANEXO 4 - Enquadramento das Negociações de Adesão às Comunidades Europeias do pós-Revolução de 25 de Abril de 1974, segundo o Professor Doutor Ernâni Lopes.....	328
<u>ANEXO 5</u> . Quadro 37 - Mapa dos Governos Constitucionais, que intervieram directamente nas Reuniões de Negociações de Adesão à CEE.....	337
Bibliografia	338